

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

NOVO SINDICALISMO NO CAMPO PARAIBANO:  
CONTINUIDADES E MUDANÇAS

ANNALISA BERTOLAZZI

CAMPINA GRANDE - PB  
MARÇO DE 1989

ANNALISA BERTOLAZZI

NOVO SINDICALISMO NO CAMPO PARAIBANO:

CONTINUIDADES E MUDANÇAS

Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia Rural do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de MESTRE.

Orientadora: Dra. REGINA C. REYES NOVAES

Área de Concentração: Sociologia Rural

CAMPINA GRANDE - PB

MARÇO / 1989

DIGITALIZAÇÃO:

SISTEMOTECA - UFCG

NOVO SINDICALISMO NO CAMPO PARAIBANO: CONTINUIDADES E MUDANÇAS

ANNALISA BERTOLAZZI

DISSERTAÇÃO APROVADA EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/1989.

REGINA CELIA REYES NOVAES  
Orientadora

LOURDES MARIA BANDEIRA  
Componente da Banca

TIMOTHY IRELAND  
Componente da Banca

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA  
Março / 1989

Na periferia de Teresina-Piauí, junto a camponeses imí  
grados, aproximei-me do campo.

Colaborando com sindicalistas e lideranças do campo  
paraibano, partilhei de suas lutas.

A vivência e a amizade fizeram-me entender algo e gos  
tar muito da história, da cultura e da "labuta" dos  
trabalhadores rurais nordestinos.

O trabalho junto a diversas equipes de educadores popu  
lares e assessores estimulou o debate e o aprofundamen  
to.

A todos agradeço e dedico este trabalho.

## I N D I C E

	Página
INTRODUÇÃO . . . . .	1
CAPÍTULO I - CAMPO E CIDADE: NASCE O NOVO SINDICALISMO . . . . .	15
1 - Tempo de Novas Experiências Sindicais . . . . .	21
2 - As Centrais Sindicais e as Diferentes Propostas do "Novo Sindicalismo" . . . . .	29
3 - O Sindicalismo no Campo: Novas Alternativas . . . . .	38
CAPÍTULO II - O CENÁRIO EM QUE SE FORMA O NOVO SINDICALISMO NO CAMPO . . . . .	46
1 - As Transformações Econômicas e os Conflitos . . . . .	54
2 - O Desenvolvimento das Lutas . . . . .	60
CAPÍTULO III - SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS: UM CAMPO DE FORÇAS . . . . .	67
1 - O Movimento Sindical dos Trabalhadores na Paraíba . . . . .	69
2 - FETAG-Pb - Concepções e Práticas. . . . .	76
3 - Identidade e Diferenças na Arena do "Novo Sindicalismo" . . . . .	90
4 - O Estado e os Sindicatos. . . . .	96
5 - Poder Local, Política Partidária e Sindicalismo . . . . .	109

	Página
CAPÍTULO IV - OPOSIÇÕES SINDICAIS NO CAMPO PARAIBANO: UMA CARACTERIZAÇÃO . . . . .	121
1 - As Oposições Sindicais Não Tradicionais no Campo Paraibano: Periodização, Vitórias, Derrotas e Programas . . . . .	123
2 - As Campanhas Eleitorais das Oposições Sindicais . . . . .	143
3 - O Papel e o Significado dos "Apoios Ex ternos" . . . . .	146
4 - Perfil das Lideranças do Novo Sindicat lismo . . . . .	161
 CAPÍTULO V - SINDICALISMO. ASPECTOS ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS, O EXEMPLO DE TACIMA . . . . .	 173
1 - O Contexto Sócio-Econômico do Município	174
2 - Características da Prática Sindical Lo cal . . . . .	178
3 - Histórico da Oposição Sindical de Tacima.	182
4 - Chapa 2 - 1988: Uma Mulher no Sindicato .	201
5 - Crônica da Eleição Sindical de Tacima - 1988 . . . . .	217
CONCLUSÃO . . . . .	229
ANEXOS	
1 - Apontamentos Históricos do Sindicalismo no Brasil	
2 - Fundação dos STRs da Paraíba	
3 - Cronologia: momentos de luta e organiza ção do "novo sindicalismo" 1979-89	
4 - Mulher e Sindicalismo	

## RESUMO

A questão sindical, desde 78 ocupa as manchetes nacionais pelas novidades que apresenta em relação ao passado. Os trabalhadores da cidade e do campo se organizam para a mudança das direções sindicais, das práticas e das bandeiras de luta do sindicalismo tradicional; constituem-se as Centrais Sindicais enucleando diferentes perspectivas e concepções sindicais; constrói-se um "*novo sindicalismo*" que se define por oposição à estrutura sindical ainda vigente.

"Participação" e "Combatividade" sintetizam as reivindicações que desenvolvem "*o novo*": "*ad intra*", contrapondo democratização e estrutura horizontal à atual estrutura vertical; "*ad extra*" opondo uma atitude de combate, frente aos interesses antagonicos, ao sindicalismo de conciliação de classes consagrado pela estrutura sindical vigente.

No recorte de uma determinada região do campo paraibano, a autora busca identificar as condições sociais que viabilizam a mudança do sindicalismo no campo e os fatores de continuidade das formas tradicionais.

A análise considera os diversos atores em jogo no "*campo de forças*" do sindicalismo paraibano em sua atuação recente.

Tendo como enfoque o surgimento do "*novo sindicalismo*", estuda especificamente as "*oposições sindicais*" que - no período 1980-88 - lutaram para realizá-lo, bem como suas propostas, suas lideranças e apoios. Finaliza analisando concretamente um caso considerado mais representativo da problemática abordada.

A conclusão do estudo, que evidencia como as mudanças vem se desenvolvendo sem bruscas rupturas com o existente pela força da continuidade institucional, são colocados os principais dilemas e desafios com os quais se defronta hoje o "*novo sindicalismo*".

## RESUME

La question syndicale, depuis 1978, occupe les premières pages des journaux brésiliens pour la nouveauté que présente la pratique actuelle des syndicalistes par rapport à celle du passé.

Les travailleurs des villes et des campagnes s'organisent pour le changement des directions syndicales, des pratiques et des objectifs de lutte du syndicalisme traditionnel; des Centrales Syndicales sont créés représentant de différentes perspectives et conceptions ; un "nouveau syndicalisme" se construit, défini en opposition à la structure syndicale encore en place.

"Participation" et "combativité" synthétisent les revendications qui développent le "nouveau": "ad intra", en opposant démocratisation et structure horizontale à la structure verticale en place; "ad extra", en opposant une attitude de combat permanent face aux intérêts antagoniques au syndicalisme de conciliation des classes consacré par la structure traditionnelle.

Découpant, pour son analyse, une région de la campagne dans l'Etat de Paraíba, l'auteur cherche à identifier les conditions sociales qui rendent possible le changement du syndicalisme rural ainsi que les facteurs de continuité des formes traditionnelles. L'analyse considère les différents acteurs qui jouent dans le "champ de forces" du syndicalisme de Paraíba. Mettant le focus sur la naissance du "nouveau syndicalisme", considère de façon plus spécifique les "oppositions syndicales" qui - dans la période 1980/88 - ont lutté pour le réaliser, ainsi que leurs propositions, leur



"leadership" et les forces qui les soutiennent. Finalement, l'auteur se détient sur l'analyse d'un cas pris comme exemple représentatif de la problématique abordée.

A la conclusion de l'étude, qui met en évidence le fait que les changements se font sans des ruptures brusques avec ce qui existait déjà par la force de la continuité institutionnelle, sont indiqués les principaux dilèmes et défis posés, à présent, au "nouveau syndicalisme".

\*\*\*\*\*

## INTRODUÇÃO

O "*novo sindicalismo*" já completou 10 anos de história.

Sua existência enquanto fator de mudança é um fato incontestável na realidade social brasileira e na experiência de luta e organização dos trabalhadores, com reflexos também no conjunto da América Latina.

A pressão das bases sindicais em direção à mudança dos antigos quadros dirigentes -expresso no já famoso lema do final dos anos 70 "*Vamos tirar o pelego*" - e para conseguir espaços reais de participação na condução das lutas, nas negociações e na direção das entidades de classe, manifesta o questionamento dos trabalhadores em relação à estrutura sindical oficial e sua legitimidade em representá-los.

As questões-chave podem ser resumidas nas palavras PARTICIPAÇÃO e COMBATIVIDADE; a primeira representando a proposta de mudança quanto à condução democrática da estrutura sindical, às relações entre trabalhadores - base e lideranças - na gestão de suas entidades, sem interferência do Estado e de outras forças que não sejam a própria classe, reivindicando, portanto sua AUTONOMIA; a segunda, representando a proposta de mudança "*ad extra*" do sindicato, no momento em que assume as lutas dos trabalhadores com uma nova postura, de confronto com o patronato e suas representações políticas.

Pensar o "*novo sindicalismo*" no campo paraibano - tema deste nosso trabalho - implica em repensar o sindicalismo como canal para atender a novas demandas dos trabalhadores e compreender o que representa este novo na estrutura do sindicalismo brasileio.

ro e no contexto deste país.

Faz-se necessário, ao mesmo tempo, relacionar a proposta do "novo sindicalismo" às condições sociais existentes no campo paraibano, com o objetivo de perceber quais são as continuidades e descontinuidades existentes hoje na prática sindical do sindicalismo rural da Paraíba.

O sindicalismo nasceu no capitalismo para administrar a relação Capital x Trabalho:

"Frente à força do capital, a força humana individual desapareceu e o operário nada mais é do que uma engrenagem da máquina nas fábricas. Para reconquistar sua individualidade, os operários devem se unir e constituir sindicatos para defender seu salário e sua vida" chegando até o objetivo de "emancipação de milhões de proletários subjogados".

(MARX-ENGELS, 1981:33 e 15).

Mas a concepção de sindicalismo não é unívoca: diferentes papéis foram-lhe historicamente atribuídos e são hoje efetivados, conforme distintas concepções sindicais, que caracterizam correntes políticas e expressão de distintos interesses. Em particular nos últimos anos, no Brasil, com a abertura política, apareceram diversas correntes e acendeu-se o debate sobre concepções sindicais. A questão é polêmica e a ADJETIVAÇÃO do sindicato é um problema de fundo muito marcante na conjuntura dos últimos anos. De fato o sindicalismo sempre tem sido historicamente adjetivado: não existe 'sindicalismo' e sim configurações de organizações sindicais que se dão, em contextos historicamente determinados, *Mutatis mutandis*, da mesma forma em que "a classe é uma relação, e não uma coisa" e "a relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais" (THOMPSON, 1987: 10/11)<sup>(1)</sup>, o sindicalismo também só pode ser compreendido em contextos reais e no bojo de relações sociais concretas.

(1) " A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua história. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de

No Brasil, com a expansão do operariado, na década de 30 - época da '*República Nova*' em que se inicia o processo de industrialização básica impulsionada pelo Estado - é que o sindicalismo brasileiro adquire reconhecimento social. Com a primeira lei sindical de 1931 marca-se a queda do anarco-sindicalismo autônomo.

O movimento sindical urbano, concentrado nas grandes cidades do centro-sul, adjetivado como "*atrelado*", "*amarelo*" e "*corporativista*", se desenvolve no clima político do '*Estado Novo*', que impõe seu controle através do imposto sindical, unicidade sindical bem como pela repressão policial sistemática. (\*)

A política de aliança, característica dos 40 anos de história do sindicalismo corporativista-trabalhista, marca profundamente o sindicalismo brasileiro até os dias atuais, adjetivando este sindicalismo, na sua forma mais pejorativa como "*pelego*".

A aliança do sindicato com o Estado e com a expressão política da burguesia dominante (PTB), ao mesmo tempo em que abre espaço ao jogo de concessões do '*Estado Populista*' (legislação social, sindicalismo de massa, garantia do salário mínimo, extensão da legislação social ao trabalhador rural, que não passa, porém, de uma formalidade), cristaliza uma prática sindical de conciliação e de gestão clientelista da política social do Estado, que vem se fundamentar numa concepção sindical de mediação dos conflitos.

---

(01) Cont: experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma

(\*) Cf. ANEXOS: Quadros "*Apontamentos Históricos do Sindicalismo no Brasil*".  
A respeito das adjetivações do sindicalismo Cf. ANTUNES, 1983.

Com o populismo, a cooptação/manipulação da classe trabalhadora, de um lado, e a repressão policial sistemática das ondas grevistas que se registram especialmente em 46 e 53, de outro lado, torna-se socialmente impossível o desenvolvimento de uma concepção sindical de linha classista. Enquanto os comunistas, favoráveis à "*unidade sindical*" (em função de um maior controle pelo Partido <sup>(2)</sup>), no âmbito do "*reformismo pós-45*" desenvolvem no máximo lutas por melhorias dentro do capitalismo, os trabalhistas apoiam sem restrições o corporativismo oficial, na linha do sindicalismo "*legalista*".

O "*Movimento Operário*", forte sobretudo nas empresas ligadas ao Estado que cresceram com a política desenvolvimentista vinculada ao capital multinacional, continua "*sob controle*" graças ao novo pacto populista e às "*reformas de base*" do início dos anos 60.

Por outro lado, o contexto em que nasce o sindicalismo rural no início dos anos 60, é marcado pela busca de alternativa à oposição antagônica camponeses x latifundiários, que caracteriza as lutas pelos direitos e pela Reforma Agrária conduzidas pelas '*Ligas Camponesas*' que se organizam em diversas regiões do país a partir de 1955, em resposta às problemáticas consequentes ao início da "*modernização*" no campo.

O sindicalismo, apoiado pelo Estado, que, a partir de 1961, viabiliza sua organização no campo é por este utilizado como forma de controle da organização dos trabalhadores via institucionalização dos conflitos e sua regulamentação jurídica (Estatuto do Trabalhador Rural).

(1) Cont: como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais". (THOMPSON, 1987:10).

(2) Cf. SIMÃO, 1981:149 e seg.

A bandeira da 'Reforma Agrária na lei ou na marra'

- em que pese a condução das lutas por direitos e pelo reconhecimento social, pautada pela lei e respaldada por numerosos advogados - acaba servindo de pretexto para as mais diversas formas de oposição e repressão.

O "projeto socialista" que vem rapidamente amadurecendo nas Ligas, é obstaculizado não apenas pelo Estado e proprietários de terra, mas também pelo sindicalismo "classista" do PCB e pelo sindicalismo "confessional" da Igreja Católica que se pauta pela visão de conciliação de classe, apesar da defesa dos direitos dos trabalhadores. A proposta do sindicalismo de base da esquerda católica não marxista e não anticomunista (3), que abre espaço para uma concepção de sindicalismo classista, além de minoritária no âmbito católico, não tem o tempo necessário para se firmar num processo de amadurecimento das bases camponesas em contraposição à corrida pelo reconhecimento institucional na qual se envolvem Igreja e PCB.

A formação do sindicalismo rural num contexto de proletarianização incipiente, onde a base dos trabalhadores é constituída por agricultores que produzem em regime familiar os alimentos para sua subsistência, seja em forma autônoma, seja nos espaços - de terra e de tempo - que sobram da *plantation* canavieira ou de outras formas produtivas de interesse dos latifundiários, numa situação de dependência pessoal quando não de submissão total, reduz de antemão, mais que na cidade, a possibilidade de desenvolvimento de uma concepção sindical classista.

A destruição física das lideranças camponesas pela mão armada do latifúndio, antes que pela repressão policial e pela repressão generalizada do regime militar instaurado em 1º de abril

---

(3) Tal proposta tinha a expressão principalmente na AP e Movimentos de juventude da Ação Católica.

de 1964<sup>(4)</sup>, e continuada ao longo do desenvolvimento das lutas no campo (até na atualidade) é outro elemento do contexto rural que determina as formas em que se desenvolve o sindicalismo rural.

Apesar disso, o reconhecimento da CONTAG às vésperas da "revolução militar" (janeiro 1964), representa o

"mais importante resultado político desse período, para o campesinato (que surgiu) da aliança tácita entre católicos e comunistas, excluídas as Ligas."  
(MARTINS, 1981:10)

A CONTAG, nas contradições do sistema, desenvolveu uma rede sindical no campo - recentemente definida "*complexo CONTAG*" (Cf. cap. III) - que pela primeira vez articula o movimento dos trabalhadores rurais em âmbito nacional, dando visibilidade social à questão agrária e as reivindicações dos que trabalham no campo.

O FUNRURAL, com o cargo de administração assistencial e o fardo burocrático com o qual investe o sindicalismo rural a partir de 1971, representa, ao mesmo tempo, uma nova fase de expansão da sindicalização no campo e a cristalização do sindicalismo "*burocrático*", "*clientelista*" e vinculado às "*autoridades constituídas*". É a nova forma imposta para desenvolver as alianças, estatutariamente definida como: "colaboração com os poderes públicos e demais associações, tudo no sentido da solidariedade social e de sua subordinação aos interesses nacionais." (*Estatuto Padrão de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais*).

É em reação a este sindicalismo de alianças e sem espaço de participação pela perpetuação de seus quadros burocratizados que vem crescendo, quer '*de dentro*' quer '*por fora*' da estrutura sindical, na cidade como no campo, o "*Novo Sindicalismo*", tal expressão ficou conhecida, desde o início de 80, com difusão proporcionada pela imprensa especializada e teóricos da

(4) João Pedro Teixeira, principal líder da Liga de Sapé, Pb, foi

área sindical internacional, predominando sobre adjetivações mais costumeiras entre os trabalhadores, como *sindicalismo "autêntico"*, *"combativo"* ou *"de luta"*.

Neste contexto, acompanhando, e por vezes antecipando, as mudanças da conjuntura nacional, vem abrindo-se caminho um *sindicalismo "de resistência"* - que, em situações ainda repressivas, tenta se contrapor ao desenvolvimento do *sindicalismo "de conciliação"*, em defesa dos direitos básicos de cidadania no cumprimento de uma legislação social e trabalhista já antiga, - transformando-se num *sindicalismo "classista"* que, mais agressivo, reivindica espaço social para suas propostas de mudança profunda da legislação e da estrutura sindical que vem tecendo no bojo das lutas econômicas cotidianas, elaborando, inclusive, uma proposta não contemplada nos últimos 50 anos de história brasileira, que se define como anticapitalista e de unidade da classe trabalhadora, urbana e rural.

Mas também no *sindicalismo de alianças*, que continua existindo - mantendo-se quantitativamente majoritário apesar de ter perdido a hegemonia entre os trabalhadores - desenvolvem-se aspectos inovadores.

Além da articulação intercategorial a nível nacional, com propostas de luta que interessam o conjunto dos trabalhadores, deixando para trás o corporativismo tradicional, adquire consistência a proposta da livre negociação coletiva entre trabalhadores e empresários modernos, sintetizada pelo *sindicalismo "de resultados"*, que se propõe conseguir o máximo consentido pela barganha possível dentro do sistema capitalista.

-----  
 (4) *Cont.*: morto em abril 1962 a mando dos patrões, sendo acusado como mandante o mesmo usineiro - Dr. Agnaldo Veloso Borges - incriminado pelo assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves, 20 anos mais tarde.



Vale ressaltar, ainda, entre os mais recentes acontecimentos, a adesão ao "novo sindicalismo classista e combativo", que se registra no 1º Congresso da "Corrente Classista"<sup>(5)</sup>, área progressista da CGT, que - reconhecendo a CUT como Central Única Nacional, em nome do controvertido princípio da "unicidade sindical" - vem dissociar-se da política "de alianças" típica da CGT, representando um marco no processo de superação do "velho sindicalismo".

#### *A Problemática em Questão*

Enquanto força social "o Movimento Sindical reflete as condições econômicas, do mercado de trabalho e políticas específicas do país num dado período histórico. Ao mesmo tempo, o Movimento Sindical nunca é determinado por tais condições objetivas; ele é produto também de outros fatores, de situações que têm a ver com as opções ideológicas e práticas efetuadas pelas próprias organizações sindicais". (CISL, 1977:4).

Trata-se, portanto, de descrever e analisar os papéis atribuídos ao sindicato pelo Estado, pela sociedade civil e pela própria classe trabalhadora, e concretamente desempenhados pelo sindicato no jogo da correlação de forças sociais, conforme as diferentes concepções sindicais.

---

(5) Congresso realizado de 24 a 26.02.89, com cerca de 2.300 delegados, representando 700 entidades sindicais. As forças políticas representadas na Corrente Classista são: PC do B (majoritariamente); PDT, PSDB e uma ala do PMDB; a presença de "independentes" é calculada em torno de 20%. "A aprovação de uma 'unidade de ação' entre a CSC e a CUT (...) foi uma das resoluções de maior alcance e repercussão entre os delegados". (Boletim nº2 do 1º Congresso da Corrente Sindical Classista - RJ 26.03.89)

Nesta perspectiva, a problemática da "continuidade/descont  
nuidade" na prática sindical hoje existente no campo - e notada  
mente na realidade da Paraíba - nos remete, de um lado, à busca  
do entendimento das condições específicas - objetivas e subjetivas - em  
que se constroi o "novo sindicalismo" (quais relações sociais, quais as  
condições econômicas e políticas, que nível de consciência e or  
ganização dos trabalhadores rurais, entre outras), por outro lado,  
a perceber que efeitos sociais produz a mudança na prática e con  
cepção sindical proposta pelo "novo sindicalismo" que se cons  
troi dentro da velha estrutura vertical.

Em outras palavras, a questão sociológica que se coloca pa  
ra nós, diz respeito à identificação dos fatores de "continuida  
de" da experiência sindical pré-existente e das condições que via  
bilizam rupturas na estrutura social e portanto as "mudanças" nas formas  
de organização que uma parcela das forças sociais envolvidas pre  
tendem transformar.

As transformações em curso na realidade brasileira nas úl  
timas décadas com as conseqüentes mudanças nas relações sociais;  
a ampliação das lutas sociais em todo o país e marcadamente no  
campo, a dinâmica das formas de organização das classes popula  
res contrastando com a estaticidade da estrutura sindical brasi  
leira; a força das lutas dos trabalhadores, sua pressão para a  
participação econômica, social e política e as novas experiên  
cias sindicais à revelia da 'lei'; a vivacidade do debate sobre  
a questão sindical junto ao maior peso efetivamente adquirido pelo  
sindicalismo entre as forças sociais na conjuntura recente; en  
fim, o interesse despertado em nível internacional e a importân  
cia atribuída ao fenômeno sindical brasileiro no contexto latinoa  
mericano, estão entre os elementos que justificam o presente es

tudo sobre o "*novo sindicalismo*".

Delimitamos nosso objeto ao entendimento das características do "*novo sindicalismo*" no campo paraibano dos anos 80, sua formação e as concepções sindicais que orientam as distintas alternativas que, em um mesmo campo de forças, disputam a adesão dos trabalhadores rurais. A análise é centrada no processo de surgimento do fenômeno e das formas pelas quais penetra na estrutura sindical - as '*oposições sindicais*' - e não tanto na atuação dos "*novos sindicalistas*". já na direção das entidades, sendo sua atuação ainda incipiente, em alguns casos datando apenas de poucos meses, o que dificulta a observação objetiva.

Com o objetivo de contextualizar o debate sobre o "*novo sindicalismo*", no primeiro capítulo procura-se analisar as características com que este se constrói tanto no contexto urbano-industrial como do campo e os acontecimentos que representariam um marco de reconhecimento: das práticas que consubstanciam as novas experiências sindicais à definição de distintos posicionamentos ideológicos que informam as Centrais Sindicais.

Perceber os elementos conjunturais e estruturais que podem explicar as repercussões e o significado do "*novo sindicalismo*" no campo paraibano é o objetivo do segundo capítulo.

A essa altura, coloca-se como exigência descrever a configuração do campo de forças que constitui o sindicalismo rural na Paraíba. A FETAG-Pb, a CONTAG, a CUT, a Igreja e os distintos grupos de apoio, enfim o Estado, são os protagonistas do capítulo três.

O quarto capítulo terá como eixo central da análise as descontinuidades e continuidades que podem ser identificadas na realidade do "*novo sindicalismo*" no campo que vem ocupando espaço através das "*oposições sindicais*". Analisamos, portanto, a

experiência paraibana: programas e campanhas eleitorais, vitórias e derrotas, e as forças que entram em jogo.

O exemplo da luta desenvolvida pela "*oposição sindical*" de Tacima, para a renovação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município - com o qual se finaliza este estudo - traz elementos concretos para o entendimento do conjunto de problemas que perpassam um processo de "*oposição sindical*". Permite-nos, ainda, tocar questões atuais da conjuntura brasileira, tais como a participação política da mulher, as inovações constitucionais em matéria sindical, a relação entre acontecimentos da atualidade no cenário político nacional e a organização dos trabalhadores numa pequena realidade "*do interior*".

Os desafios que se apresentam na complexa realidade do campo para a instituição de uma nova prática sindical, perpassam o conjunto do trabalho.

### Métodos e Técnicas de Pesquisa

A abordagem deste trabalho se caracteriza pela tentativa de apreensão da dinâmica que se dá na construção de práticas organizativas na situação ambígua da coexistência de "*velho e novo*", onde procuramos identificar, no cenário da micro-realidade que materializa o "*caso*" estudado como no cenário mais amplo do campo paraibano, atores, "*bandeiras de luta*", formas de organização que se movem no "*campo de forças*" representado pelo Sindicalismo de Trabalhadores Rurais.

Nesta perspectiva, utilizamos entrevistas (em total de 45 ) com personagens da Paraíba representativos de: Sindicatos de Trabalhadores Rurais (renovados e não); CUT-Pb (Estadual e Regional); FETAG-Pb; lideranças de '*Oposições Sindicais*'; lideran-

ças do Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT) e membros do Movimento dos Sem Terra; lideranças da Pastoral Rural de Guarabira; assessores das áreas de Igreja, e Centros de Educação Popular (SEDUP) de apoio Jurídico (CODH e CODH-AEP), do Estado (Projeto Nordeste). (6)

A técnica mais utilizada foi a das entrevistas abertas, com roteiro pre-estabelecido e gravadas. Várias destas entrevistas são parte de um trabalho conjunto de estudo regional com outros pesquisadores ou de pesquisas realizadas por outros em ocasião de seus trabalhos acadêmicos. (7)

Foram incorporados no conjunto do material dessa pesquisa dados secundários do INCRA/Projeto Nordeste e do IAA, bem como dados dos arquivos da DRT, FETAG-Pb, CUT-Pb, MMT, SEDUP e dados levantados nos fichários de STRs.

Tivemos acesso também a gravações de reuniões e relatórios fornecidos pelo MMT (Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo-Pb).

Vale observar que alguns personagens foram entrevistados em momentos diferentes do período entre 1984 e 1988, ao longo do qual foi recolhido o material utilizado neste trabalho: antes como lideranças de 'Oposição Sindical', depois como lideranças sindicais ou dirigentes da CUT, acompanhando, assim sua trajetória.

A partir daí, passei a classificar e organizar o material

---

(6) Realizamos também entrevistas com sindicalistas, lideranças de 'Oposição Sindical', assessores e representantes da CPT, nos estados da Bahia (região do Oeste bahiano) e do Piauí, onde efetuamos também visitas de campo e contatos.

(7) Utilizamos entrevistas realizadas por: Regina Reyes Novaes, Giuseppe Tosi, Maria da Conceição Cardoso; trabalhos de pesquisa efetuados com Giuseppe Tosi e Josefa Lúcia Jordão.

recolhido, elaborando 34 fichas personalizadas que me permitissem retrazar a trajetória social das lideranças que se destacaram não apenas no processo do "novo sindicalismo", mas também na estrutura sindical tradicional. Nas fichas elaboradas constavam dados sobre a situação atual dos entrevistados (visando evidenciar seu perfil enquanto "trabalhador rural" e suas condições sócio-econômicas) e sobre suas experiências progressas de engajamento no campo sindical, político, religiosos e de movimentos, marcando a situação que teria dado início à sua militância. Foram organizados também dados relativos às experiências de formação na área sindical e sócio-política, bem como oportunidades de contato com realidades mais amplas, além do seu município.

Para melhor contextualizar a questão da organização sindical e visualizar a configuração do Sindicalismo Rural na Paraíba, nos pareceu importante a elaboração dos quadros contidos neste trabalho.

A atuação em pesquisa e assessoria sindical (desde 1984) no âmbito do trabalho de educação popular realizado pelo SEDUP / Serviço de Educação Popular, junto a STRs, oposições sindicais do Brejo Paraibano e demais organizações populares da região, bem como junto à CUT- Regional e Estadual-PB, facilitou meu contato com trabalhadores e lideranças, tendo acesso às suas casas, participando de reuniões em sindicatos e com oposições sindicais, bem como de assembléias, mobilizações e demais iniciativas.

Em outras palavras, esta pesquisa, enriqueceu-se pela "observação participante" e, ao mesmo tempo, pela "participação observante". A possibilidade de viver, contemporaneamente, mas em momentos diversos, estas duas situações representou um enriquecimento para este nosso trabalho de pesquisa. Com efeito, a realidade tem várias facetas que podem ser complementares, e a visão

"de dentro" desvenda aspectos fundamentais para a investigação. A análise da comunicação verbal e observação do comportamento manifesto se complementam. A questão dos "deslizes" conceituais e "desvios" da prática de pesquisa na "relação algo contraditória" entre sujeito e objeto da pesquisa, para os quais Eunice DURHAN (1986: 25/28) atenta "*passando da observação participante para a participação observante e resvalando para a militância*", esteve presente entre as preocupações metodológicas deste trabalho. Entretanto o fato de realizar a pesquisa a partir de uma "ação" pré-existente e contemporânea, finalizada à transformação da realidade social estudada - e não vice-versa - estimulou o esforço consciente e constante de distinção dos papéis e de distanciamento na análise.

## CAPÍTULO I

### CAMPO E CIDADE: NASCE O "NOVO SINDICALISMO"

O termo '*novo sindicalismo*' é recorrente na atual conjuntura brasileira. Forjado no movimento operário do ABC Paulista, explodido em 78, passou à linguagem comum do sindicalismo, e é utilizado pelas duas Centrais Sindicais, CUT e CGT, até em panfletos. Também é hoje correntemente usado em matérias jornalísticas sobre questões da atualidade sindical (1).

Estudos sobre sindicalismo internacional referem-se ao fenômeno brasileiro destes últimos dez anos enquanto experiência típica de '*novo sindicalismo*', que representaria uma situação inédita na história do sindicalismo latinoamericano. (Cf. CUEVAS, 1985:137/138).

A experiência que se constrói ao longo desta década, no contexto da crise do regime militar e de rearticulação da sociedade civil, é ainda um processo em evolução.

O '*novo sindicalismo*', de fato, parece ser herança de um movimento que encontra seu espaço dentro das contradições sempre mais agudas, criadas pelo caráter centralizador e excludente do modelo de desenvolvimento capitalista do País, e assume um papel

---

(1) A mesma expressão foi utilizada, em um contexto histórico totalmente distinto, pelo historiador Eric Hobsbawm para definir aquele movimento de renovação sindical quem tem origem na década de 1880 e início de 1890, no movimento operário britânico, em contraposição ao "velho sindicalismo" já estabelecido e significativo" na Inglaterra daquela época, único país onde já estava "enraizado nas indústrias básicas do país". No período de 1890 a 1914 ocorrem evoluções sindicais análogas em vários países da Europa, como demonstram os estudos comparativos sobre '*novo sindicalismo*' (Cf. HOBSBAWM, 1987:221).



relevante no processo de abertura de "espaços democráticos" contra o regime autoritário de sustentação do modelo econômico, onde começa a se viabilizar, pela mudança de condições conjunturais e estruturais. Nas palavras de Maria Hermínia Tavares: "Em 1978/79, em todo o país, os mais diferentes setores da classe trabalhadora transformaram o movimento grevista num processo de ampla contestação que, ao se 'opor à política de fixação pelo governo dos reajustes anuais de salário; (2) rapidamente se opõe e contesta a pouca representatividade do sindicalismo burocrático, (...) 'propondo um sindicalismo mobilizador, participacionista e democrático num amplo movimento.'" (cit. por GIULIANI, 1987:11). Neste sentido, "quando mudam as condições nas quais o movimento sindical atua, mudam também suas características organizativas e seus objetivos". (CISL, 1977:3).

No Brasil, com a repressão violenta de todas as formas de organização e de luta dos trabalhadores efetuada pelo regime militar a partir de 1964, o Movimento Sindical encontra-se completamente esvaziado. Ao mesmo tempo em que militantes e lideranças mais representativas desaparecem (eliminadas, encarceradas ou na clandestinidade), sendo substituídas pelos sindicalistas preparados para submeter completamente o sindicato à lei e ao regime - os "interventores" -, o sindicato é tolhido de seu papel de defesa dos interesses da classe trabalhadora, de reivindicação e negociação salarial. As funções fundamentais passam a ser as prestações assistenciais aos trabalhadores e suas famílias, e a administração dos conflitos capital-trabalho segundo as determinações do Ministério do Trabalho, tanto que a 'mesa

---

(2) Lembramos a denúncia pelo DIEESE das fraudes nos índices econômicos de 1973-74, que, em 1977 desencadeia a campanha dos metalúrgicos pela recuperação salarial de 34,1%, que, no dizer das lideranças sindicais de São Bernardo, dá início ao "processo de democratização do sindicato".

de negociação' passa a se chamar 'mesa de conciliação'.

No campo, onde ainda não tinha chegado a previdência social e assistência, o PRÓ-RURAL com a instituição do FUN-RURAL (1971) tornam-se boa oportunidade para 'desobrigar' os proprietários de terra de suas tradicionais 'obrigações' para com seus moradores; ao mesmo tempo, responde à busca de consenso popular por parte do Estado autoritário, e à necessidade de aumentar o número de associados por parte da estrutura sindical.

A rejeição do sindicalismo - enquanto instrumento do Estado e dos 'pelegos'(3), - representou (conforme os depoimentos colhidos) a postura predominante até meados de 70 entre setores 'conscientes' da classe trabalhadora urbana e rural - notadamente os que se formaram à participação social após a 'ruptura histórica' de 64 -, bem como entre intelectuais politizados e elementos da 'Igreja progressista.'

Era comum pensar que "com o sindicalismo 'atrelado' (4) não tinha mais jeito", num sentimento de impotência frente a estrutura, como manifesta o desabafo de um intelectual engajado antes de 64:

"fomos enganados: a gente fundou os sindicatos, mas o governo foi mais rápido, tomou conta de tudo".

Entretanto, em situações do campo onde não havia sindica

(3) PELEGOS: "Dirigentes Sindicais que retiram sua força da dupla condição de participantes da máquina estatal e manipuladores de clientelas políticas". (PALMEIRA, 1985 : 45).

"Figura clássica... que tradicionalmente viveu de mãos dadas com o Estado ou de vantagens a serem concedidas pelas empresas". (RHAC, 1987: 23/24).

"Aqueles dirigentes sindicais que a ditadura colocou dentro do sindicato" (um dirigente da CUT-SP).

(4) ATRELADO: preso, dependente; é o sindicalismo chamado também "oficial", estruturalmente vinculado e dependente do Estado via Ministério do Trabalho.

tos, encontramos militantes das esquerdas pré-64 e 'pessoal de Igreja' que julgam oportuno trabalhar a questão da organização rural a partir do sindicalismo, entendido como um dos raros espaços 'legais' para o qual se dirige a atenção dos trabalhadores rurais, levados pela necessidade dos serviços assistenciais, e pelos problemas diretamente relacionados às condições de trabalho. A partir disso, enquanto encontramos vários sindicatos fundados no início da década de 70, pelos políticos-proprietários locais, temos conhecimento também de sindicatos fundados com o apoio da "Igreja progressista". (5)

Nos grandes pólos industriais, em condições econômicas muito distintas do campo, continuam experiências de luta sindical (6), notadamente entre os metalúrgicos, tendo a fábrica como centro de luta e organização, através das Comissões de Fábrica.

Em 68 o movimento explode com as ocupações da COBRASMA, promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (SP) (7) -

(5) Entre realidades de nosso conhecimento, podemos recordar, alguns Sindicatos do sertão Paraibano fundados pela ação de alguns padres progressistas e militantes de JAC na 2.<sup>a</sup> metade de 78; Sindicatos fundados na Diocese de Cratêus (Ceará) e de Bom Jesus da Lapa (Bahia), em S.M. da Vitória e Coribe, nos primeiros anos de 70.

(6) Após 64, o movimento operário vai apresentar profundas diferenças em relação ao período populista (...) se desenvolve principalmente nos centros mais dinâmicos da economia: são os operários das grandes empresas monopolistas, nos principais centros urbanos do país que se organizam e avançam na luta sindical, constituindo-se na vanguarda das lutas de todos os explorados. No período anterior (...) era mais forte nas empresas ligadas ao Estado e no setor mais atrasado da economia. "(RECONSTRUÇÃO, 1988:26).

(7) Era presidente do Sindicato José Ibrahim, eleito em 67, proveniente da experiência de Comissão de Fábrica. É cassado com a intervenção governativa no Sindicato, após a greve, como as demais lideranças sindicais envolvidas que - refugiam-se em sua maioria na Europa até a anistia de 79 - proporcionarão notoriedade internacional às lutas sindicais dos metalúrgicos no Brasil. e, sobretudo, ao movimento de oposição sindical.

que desde '62 desenvolveu a participação de base através das Comissões de Fábrica - e da Belgo-Mineira de Contagem (MG), onde a "greve...começa fora dos limites do sindicato". (RECONSTRUÇÃO, 1985:2).

Com a derrota do movimento pela repressão militar, restam formas clandestinas e isoladas de luta por fábrica e por categoria, "como foi o caso de algumas oposições sindicais surgidas na época, entre as quais se destacou, pelo significado de suas propostas e pela prática desenvolvida, a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.<sup>(8)</sup> (RECONSTRUÇÃO, 1988:24 e seg.)." A resistência dos trabalhadores começa a se tornar visível em fins de 73, com formas próprias de ação e organização no interior das empresas: operações tartaruga, operações gato selvagem, paradas de seções, etc.". (RECONSTRUÇÃO, 1985:3).

Na segunda metade da década de 70, com o surgimento das formas de organização das camadas populares, chamadas 'Movimento Popular',<sup>(9)</sup> que representam um espaço social de 'resistência'

---

(8) "A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (...) (que começou a se formar por volta de 1962) concentrou seu trabalho de organização e conscientização mais nas fábricas que no sindicato propriamente dito. No curso de seu trajeto, estabeleceu uma ponte entre as concepções marxistas e cristãs do papel da luta da classe trabalhadora no processo de transformação social, recolocando a questão de democracia operária e da organização por local de trabalho" (RECONSTRUÇÃO, 1985: 25).

(9) Entre os mais conhecidos, lembramos o "Movimento Contra a Carestia" articulado em nível nacional; os 'Clubes de Mães' com particular incidência na grande São Paulo e Rio de Janeiro; em âmbito de Igreja, atingindo o ambiente rural e as periferias urbanas, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), articulados em nível nacional e com forte presença no Nordeste.

e expressão - as lutas econômicas e políticas encontram novas condições de desenvolvimento (10). Assim, aos poucos, vai sendo preenchido o vazio de lideranças e de organização deixado com a '*ruptura histórica*' da '*revolução de 64*'.

Quando "*não tinha formas de discussão dentro da fábrica*", buscavam-se no bairro, na comunidade de base, na Igreja, até se criarem brechas para que os trabalhadores percebessem a possibilidade de voltar a ocupar novamente seu espaço na fábrica e no Sindicato. Na expressão de um dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, engajado na época na *oposição sindical*, é a "*ida ao sindicato*" do Movimento Popular.

Entre as forças que lutam para a mudança, compondo o amplo movimento das '*oposições*', encontram-se - a grandes linhas - duas posições. Uma pretende renovar o Movimento Sindical "*por dentro*" da estrutura sindical oficial, apesar dos seus estreitos limites, entendendo que só a

*"retomada do sindicato pelos trabalhadores"*

pode restituir-lhe seu caráter de classe e que a confrontação de forças que se dá na

*"luta pela conquista do sindicato"*

é, em si mesma, uma prática fundamental de participação democrática e de organização social. Com este entendimento, o mesmo sindi-

---

(10) A importância da articulação nas lutas entre Movimento Sindical e Movimento popular torna-se evidente, por exemplo, nas greves. Avaliando que "a falta de estrutura e recursos que não dependesse diretamente do Sindicato oficial (...) incidiu na suspensão da greve (de 79)", os metalúrgicos de São Bernardo se prepararam para a greve de 80 e possível intervenção no Sindicato, organizando junto ao Movimento Popular o Fundo de Greve: "Os bairros são envolvidos na campanha e o apoio de entidades e instituições, como a Igreja Católica, foi um fator importante no processo de mobilização" (OLIVA, 1987 (b): 163 e 180).

calista, afirmava que

*"é a partir da luta de massa que se impulsiona o trabalho de oposição".*

Esta corrente, numa postura de análise das diversas situações existentes, mais que de afirmação de princípios, que poderiam isolar o movimento de renovação, observa que, dentro da estrutura, tem sim: 'pelegos' e 'acomodados', mas também os que buscam

*"exercitar todo o espaço que a legislação sindical permite, para abrir mais espaço para a ação sindical."*  
(depoimento de um diretor do Sind. Metal. S. Bernardo, da antiga oposição sindical, hoje dirigente da CUT-maio 88).

Além destes - os chamados 'legalistas' (identificados na sua maioria na linha do PCB), que, na conjuntura da época, teriam permitido um certo avanço - há lideranças sindicais que, nas lutas, são levadas a se definir numa direção mais combativa (11) : são os sindicalistas adjetivados de 'combativos' e 'autênticos' (12)

Estes, buscando uma atuação de massa, percebem que, para a

(11) Estão entre os casos mais conhecidos: na área industrial, os 'autênticos' do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (SP); na área rural as lideranças 'combativas' dos STRs de São Lourenço da Mata e Pau d'Alho (PE), que, assessorados pela FETAPE e ONTAG, iniciaram o movimento das campanhas salariais dos canavieiros, mas que não chegaram a superar o 'legalismo'. Vale lembrar que Lula já fazia parte da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo antes de assumir a presidência em abril 78, às vésperas da campanha salarial.

(12) COMBATIVO: sindicalista que assume a luta em defesa da classe ou categoria (no censo comum dos trabalhadores).  
*"Que passa do discurso à prática". (de um dirigente sindical da CUT-PB).*

AUTÊNTICO: "Liderança nascida da base, dentro da categoria". (R. Maranhão, in Antunes, 1980: 42)  
*Liderança legitimada na luta junto à base da qual é expressão.*

Elucidativo é o depoimento de Lula (considerado entre os autênticos) após a "cassação" da presidência do Sindicato em 80: *"Dizem que o grande erro foi ter entregado nossas cabeças para o governo. Ora, eu não tinha alternativa. Ou entregava a cabeça para o governo ou para os trabalhadores. Ou eu era cassado pelo governo ou ficava desacreditado junto aos trabalhadores, como milhares de dirigentes sindicais que há pelo País. Hoje não estou no sindicato mas sou respeitado pela minha categoria. E isso é que é importante."* (ISTO É 31.12.80)

maioria dos trabalhadores, o sindicato

*"mesmo pelego e assistencialista, continua sendo referência". (idem)*

Outra posição reúne os que optam por atuar "por fora" da estrutura: uns entendendo o engajamento em Movimentos Populares, em movimentos de Igreja e pastorais ou associações de trabalhadores, como espaço privilegiado de organização e 'reflexão' dos trabalhadores e até mesmo como espaço alternativo; outros mantendo uma ação de *oposição sindical* permanente e radical, afirmam:

*"Nós temos que construir o sindicato 'fora' da estrutura sindical". (idem)*

Nesta perspectiva a estrutura sindical é rejeitada em bloco por ser "atrelada" e "assistencialista". Sua postura de conflito contínuo com a estrutura sindical era justificada pelo "princípio que para se chegar a um novo sindicalismo, era preciso quebrar a estrutura sindical existente e não só democratizá-la", escolhendo "a fábrica - lugar sagrado da dominação do capital - como novo espaço estratégico de luta". (RECONSTRUÇÃO, 1986: 30/33)

É a partir das diferentes concepções sindicais e do entendimento do papel das diversas organizações que compõem a sociedade civil (que representam o pano de fundo das duas posições acima esboçadas), e ainda a partir das avaliações dos trabalhadores e assessores sobre a conjuntura nacional, que se definem linhas de atuação em relação ao Movimento Sindical.

## 1. TEMPO DE NOVAS EXPERIÊNCIAS SINDICAIS

A década 78-88 "abre o caminho de uma nova proposta sindical para o Brasil" (OLIVA, 1987 (b):p.147), a partir da retomada das lutas da classe trabalhadora em toda parte do País. As greves dos metalúrgicos de São Bernardo de 78/79 fazem eco, nos meses de agos

to-setembro 79, mobilizações das mais diversas categorias - desde os "peões" da construção civil de Brasília, Minas e Rio Grande do Sul, até os professores do Rio de Janeiro e da Bahia e os motoristas de taxi de São Luis e Teresina. Apesar da repressão generalizada - com o assassinato do pedreiro Orocílio M. Gonçalves em Minas e do operário Santo Dias em São Paulo, em agosto e outubro 79 - as greves se espalham envolvendo quase 220 mil trabalhadores em agosto e mais de 300 mil em setembro. (Cfr. Quadro: Cronologia 1979-89) em anexo).

Analisando os acontecimentos deste período na mescla de ações impulsionadas nos setores industriais pelas "*oposições sindicais*" e pelos sindicalistas "*autênticos*" - todos os estudos evidenciam o 'novo' na capacidade de utilizar "formas inéditas de organização", combinando, inclusive, a "utilização dos canais legais com instrumentos que não encontram resguardo nas leis brasileiras", como as greves 'de dentro para fora da empresa' em 78; greves gerais da categoria 79-80, "*operações tartaruga*" com a redução da intensidade do trabalho, comissões de coordenação da greve, "*comando de greve*", ao lado da diretoria do sindicato (MOISÉS, 1982: 13/30).

Utilizam-se também formas totalmente ilegais, como as greves por tempo indeterminado ou determinado, sustentadas pelos '*fundos de greve*' operários. Esta capacidade de dirigir o movimento com flexibilidade no uso das formas de luta fez adquirir prestígio ao '*novo sindicalismo*' também perante a classe política (CUEVAS, 1985: 144 e seg.).

As formas de luta devem ser relacionadas aos diferentes momentos conjunturais (repressão, correlação de forças, ascenso do movimento etc.).

Até 78 o campo de luta é o local de trabalho: "*levar o sin*



*dicato pra porta das fabricas*" era o lema dos autênticos (13) Das ações setoriais e localizadas (paradas de seções, etc.) realizadas inicialmente, passa-se à criação de centenas de Comissões de fábrica nos momentos de luta para negociar diretamente com os patrões, que desaparecem após as greves de maio/agosto 78; dissídios e greve geral com os trabalhadores dentro da fábrica: "*braços cruzados e máquinas paradas*" é o lema da 'paralisação' dos operários impedidos de se declararem em greve.

Em 79/80 o movimento toma conta da cidade, com as greves de rua e grandes concentrações de trabalhadores, tendo cobertura da imprensa: a greve geral dos metalúrgicos de São Bernardo passa pelas decisões tomadas pelos dirigentes junto à base nas enormes assembleias de Vila Euclides (14); comandos de greve, comando de mobilização e piquetões, entre os metalúrgicos de São Paulo, são incentivados pela oposição sindical.

Em seguida a organização dentro da fábrica passa a ser utilizada inclusive pelos sindicatos pelegos (Metalúrgicos de São Paulo) "*comissões sindicais de fábrica*" que são expressão da direção e não da base.

(13) *Uma das primeiras iniciativas neste sentido é a "campanha de denuncia do dissídio" - lançada em 31.03.78 por Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema que leva os dirigentes para as portas das fabricas para denunciar que o Sindicato não tem papel na negociação salarial. (Cf. OLIVA, 1987 (b))*

(14) *Em 15 de março de 1979 - dia da posse do presidente Figueiredo - a TV mostrava Lula falando no estádio de Vila Euclides (São Bernardo) para 60 mil metalúrgicos. A "greve deflagrada em São Bernardo e Diadema em 13 de abril foi o primeiro grande movimento de massas da classe operária depois de 1964, na forma de uma greve fora da fábrica, com piquetes, por tempo indeterminado e com a realização de grandes assembleias. (...) A greve é considerada ilegal pela Justiça do Trabalho" resultando em "intervenção" e afastamento da diretoria, que pôde voltar somente após realização do "acordo". (OLIVA, 1987 (b): 162)*

*Em 1980, a partir de 1º de abril, com a greve dos 41 dias, "os metalúrgicos do ABC enfrentaram patrões, governo, polícia, helicópteros do Exército. Do lado dos operários, à frente o cardeal - arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, ficou a Igreja. As reivindicações não foram atendidas ..." Apesar da repressão, prisão e destituição dos dirigentes sindicais de São Bernardo, acontece "a maior manifestação de 1º de maio desde 1964, com 120 mil pessoas..." (ISTO É 31.12.80 p.29).*

*Assume a presidência do Sindicato de São Bernardo e Diadema Jair Menequelli.*

Em 81/82, após a cassação dos dirigentes de São Bernardo e Santo André e a intervenção nos sindicatos "volta-se para o interior dos locais de trabalho, redefinindo a fábrica como o espaço principal do conflito": greves internas, tomadas de fábricas (Ford e Brastemp), e métodos novos em relação a 78, como passeatas internas, alianças com os mensalistas, etc.

A partir de 82 voltam a se reconstituir comissões e grupos de fábrica de vários tipos. (Cf. RECONSTRUÇÃO, 1985 para a periodização acima).

No campo, onde tem que se fazer as contas com a dominação pessoal e violência patronal, favorecida pelo isolamento dos trabalhadores, busca-se o amparo da lei e o apoio da cidade: ações na Justiça, agora não são mais individuais; greves legais dos canavieiros de Pernambuco (desde 79) (15); campanhas salariais dos canavieiros que se estendem a Rio Grande do Norte (1983) e Paraíba (1984) com concentrações nos sindicatos e praças públicas; concentrações nas cidades em ocasião do 1º de maio (desde 81 no Brejo - PB) ou de lutas pela terra e contra a violência e assassinatos de lideranças sindicais.

No Sul, se dão greves 'ilegais' com manifestações em praça pública, que sofrem violências em Guariba e Leme (SP), (1º metade de 1984).

Campanhas salariais da categoria, que surgem de forma considerada "espontânea", (16) independente do sindicalismo oficial,

(15) A 1ª greve de Pernambuco, durou uma semana com a participação direta de 20.000 assalariados de 2 sindicatos (São Lourenço de Mata e Pau d'Alho) e indireta de 100.000 dos outros sindicatos que estavam mobilizados para entrar em greve logo em seguida (Cf. SIGAUD 1980: 11)

(16) Guariba em 84 não tinha sindicato reconhecido e tinha um contraste evidente entre as lideranças do movimento e os dirigentes sindicais da FETAG (Cf. CEDI nº 14 - 1985). Mas "a assimetria com a direção sindical não deve ser identificada à espontaneidade. (...) No processo (das lutas), o comando das ações esteve dividido entre a CPT e o movimento sindical rural que não demonstrou (...) na eclosão das greves, condições para se tornar seu carro-chefe". (FERRANTE, 1988:10).

são marcadas por táticas de resistência tais como paradas de turma e "operações tartaruga" e pela mobilização e greve, que se distingue por ser realizadas à revelia dos termos 'legais'. Outras categorias de assalariados rurais se mobilizam para a greve, como os colhedores de laranja - produto destinado à exportação - de Leme (SP).

Apossam-se das entidades sindicais através de eleições democráticas dos dirigentes, conseguindo desinstalar os 'pelegos' pela entrada de dirigentes 'autênticos'. Ao mesmo tempo, privilegia-se a nova prática sindical de 'inserção pela base' na organização de fábrica ou, no campo, com o trabalho na base territorial e por categorias de trabalhadores rurais; especialmente na fase inicial, desenvolvem-se práticas defensivas de 'resistência operária', organizadas capilarmente pelo sindicalismo 'autêntico', cujas reivindicações se dão 'por fora' dos canais oficiais institucionais. (Cf. CUEVAS, 1985 e RHAC, 1987:8). "Os conteúdos reivindicativos e de política organizativa (constituem) a novidade do caso brasileiro, que - como diz Cuevas em seu estudo sobre modelos de sindicalismo na América Latina - representa uma nova fase do sindicalismo na América Latina." (Cuevas, 1985: 137/147).

Cruzam-se formas de democracia direta (17) (que prevalece

---

(17) A questão da democracia direta, particularmente importante para a construção de novas práticas de participação - que rompam com o modelo de democracia delegada da qual se apropriou o sistema capitalista - com vistas à construção de um novo modelo de sociedade, é um dos temas de debate interno à CUT. A análise das experiências e teorização da problemática é desenvolvida sobretudo pela corrente "CUT pela Base", que propugna Comissões de Fábrica organicamente independentes dos sindicatos, não institucionalizadas e que podem, portanto, ser facilmente mudadas pela base quando não respondam às suas exigências.

Vale ressaltar que "o primeiro impulso grevista, de maio a agosto de 1978, encontrou nas comissões de fábrica o seu meio por excelência para se organizar, dirigir a luta, negociar com o patronato (...) As comissões reavivaram para a classe e para sua vanguarda os problemas da negociação direta, da representação ampla, democrática e direta dos trabalhadores, o espírito da solidariedade de classe". (RECONSTRUÇÃO, 1988:32)

especialmente na experiência de fábrica dos metalúrgicos) com formas de democracia delegada, na busca da construção de uma prática de democracia sindical que visa a derrubada da velha prática burocrática sindical oficial.

Trata-se de um movimento que irrompe de fora da instituição sindical e contra ela, na medida em que os trabalhadores não se sentem nela representados, e que desemboca na ação das oposições sindicais que se engajam na disputa do espaço institucional através do controle democrático do processo das eleições sindicais.

Mas a utilização dos espaços do sistema é a opção tática à qual chegam, mais cedo ou mais tarde, as diversas forças do 'novo sindicalismo' na retomada das lutas pela reconquista e transformação dos sindicatos (18), tanto é verdade que não se registra a constituição de nenhum sindicato 'paralelo' a outros já existentes: desaparecem, na prática, as diferenças de princípio.

Enquanto reivindica-se o direito de representatividade dos trabalhadores (19), formula-se projetos para uma nova estrutura sindical, radicalmente diferente da atual, vertical e corporativista. Em oposição ao esvaziamento reinvidicatório do sindicalismo "atrelado ao Estado", novas experiências sindicais, evidenciam "toda a limitação do controle estatal sobre o movimento dos trabalhadores", tornando-se um 'dissolvente sociológico' das velhas e anacrônicas instituições corporativistas que regulamentam as relações entre o capital e o trabalho no Brasil". (Cf. MOISÉS, 1982).

(18) Não queremos com isso esquecer a existência de concepções sindicais - de tipo anarco-sindicalista - de correntes de oposição sindical, como o MOMSP, que colocam como seu objetivo permanente o combate à estrutura sindical, embora também organizem chapas de oposição sindical.

(19) O próprio vocabulário da luta ("autênticos", "combativos") e slogans como: "o sindicato novo somos nós", "queremos um sindicato dos trabalhadores e para os trabalhadores", manifestam claramente a questão da representatividade.

A afirmação da *autonomia* do movimento sindical é a reivindicação chave e a verdadeira '*novidade*': autonomia do Estado<sup>(20)</sup> antes de mais nada, e dos partidos.

Encontramos no programa e na própria história da CUT a afirmação explícita deste aspecto<sup>(21)</sup>. Entretanto, nas condições político-institucionais do Brasil - a diferença de outros contextos latinoamericanos onde é mais central a afirmação da autonomia dos partidos políticos<sup>(22)</sup> - o elemento central da luta do '*novo sindicalismo*' é a autonomia frente ao estado. (CUEVAS, 1985:137-47).

A radicalidade resulta do entendimento de que a "reivindicação é a um tempo econômica e política, pretendendo inserir os trabalhadores *enquanto classe* na sociedade política". (MOISÉS, 1982).

O sindicalismo autêntico, ao mesmo tempo em que legitima o sindicato aos olhos dos trabalhadores, como instrumento de defesa econômica dos seus interesses de classe, supera a reivindicação meramente salarial em novos conteúdos reivindicativos: de um lado a proposta de critérios de tipo igualitário (como, nas greves de '79-80, salários maiores para os que ganhavam menos e menores para os que ganhavam mais); de outro lado, a luta para condições de trabalho e de igualdade social e por direitos sociais específicos (estabilidade, horário de transporte, seguran

(20) *Acabar com a tutela do Estado sobre os sindicatos e sua mediação do conflito capital x trabalho, é condição indispensável para o desenvolvimento da luta de classe, mas é, ao mesmo tempo, exigência para o desenvolvimento do 'livre capitalismo', na concepção da 'democracia burguesa'.*

(21) "O novo sindicalismo, originário das greves operárias do ABC no final dos anos 70, que desembocou na construção da Central Única dos Trabalhadores, traz como principal característica, um fato ímpar na história do movimento operário no Brasil: o de ter se originado a partir da experiência concreta de luta dos trabalhadores, sem a influência ideológica de nenhum partido organizado" (Doc. da SNF/CUT "Metodologia" - out/87).

(22) *Cuevas aproxima os casos do Brasil e do México, de um lado, do Chile e Equador, do outro.*

ça no trabalho, etc). Outros conteúdos novos - além da solidariedade como elemento central de qualquer atividade reivindicativa (aspecto já presente no anarco-sindicalismo) - são sobretudo a afirmação do direito da classe trabalhadora a intervir na vida política do país, seja em relação à distribuição da riqueza, como em relação às transformações nas relações de trabalho. (CUEVAS, 1985:146).

Propugna-se a integração da luta sindical num projeto mais amplo de transformação do Estado: o direito da classe trabalhadora participar da política geral *a partir de sua autonomia*, e apresentando um projeto seu para o conjunto da sociedade.

Junto à transformação de velhos sindicatos pela '*toma da do poder*' que vem se dando paulatinamente em diversos cantos do país - desde pequenos municípios rurais do interior, até sindicatos de importância nacional - na onda do '*novo sindicalismo*', observamos a organização de setores médios importantes na estrutura econômica brasileira (como os bancários), e a criação de entidades livres de categorias até pouco tempo legalmente proibidas de constituírem sindicatos.

## 2. AS CENTRAIS SINDICAIS E AS DIFERENTES PROPOSTAS DO "NOVO SINDICALISMO".

Na atual situação, onde evidencia-se sempre mais a identificação entre reivindicações do operariado e de outras camadas de assalariados urbanos e rurais, encontra-se um terreno favorável à difusão das propostas das centrais sindicais nacionais, superando as divisões do sindicalismo oficial: categorias, território municipal, campo-cidade. A própria existência das centrais sindicais - contraditoriamente, atuando fora da lei

(até a promulgação da Constituição de outubro/88) e sendo chamadas à mesa de debate dos órgãos do governo - criou uma nova mentalidade sindical na classe trabalhadora, "ampliando a participação política de setores sociais mobilizados na época do populismo, mas marginalizados pelo regime autoritário de '64". (MOISÉS, 1982:82)

Portanto o "novo sindicalismo" apresenta-se como um movimento de maior 'consenso' nas áreas industrializadas mais avançadas do ABC<sup>(23)</sup>, mas que organiza outros setores do campo e da cidade na conjugação da luta pela igualdade social com a luta pela liberdade política: *cidadania e democracia* - que representa a "imensa novidade da história política do país", levando à constituição de um "novo sujeito coletivo". (idem).

Posteriormente, com a realização de dois congressos distintos<sup>(24)</sup> no mesmo ano de 83, e a fundação de duas centrais sindicais - CUT e CGT - inicia um novo período de definição de campos e de aprofundamento<sup>(25)</sup> ideológico sobre as concepções, es

(23) "Se trata de protagonistas novos: não mais...ferroviários e portuários (empresas controladas pelo Estado, como no passado) ... são os trabalhadores do setor de ponta do capitalismo brasileiro ... e eles tem plena consciência de pertencerem a um setor estratégico da economia no país". (MOISÉS, 1982:28/29).

(24) Vale lembrar que a divisão nas duas grandes correntes foi precedida de diversas articulações nacionais e estaduais (de um lado, desde 79, ANAMPOS, ENOS, ENTOES; do outro, desde 80, Unidade Sindical), bem como por iniciativas unitárias, visando a formação de uma "intersindical" nacional: 1. CONCLAT - Conferência da Classe Trabalhadora, realizada de 21 a 23.08.81 com a participação de 5.036 delegados e 1.091 entidades sindicais, na qual cria-se a Comissão Pró-Cut que continua, apesar das divergências internas até 83; em muitos estados são realizados encontros (ENCLATS) com a mesma finalidade.

(25) CUT: Central Única dos Trabalhadores fundada em 28 de agosto de 83, à conclusão do 1º CONCLAT, o congresso que registra o "racha" do movimento pró-cut.

CGT: Central Geral dos Trabalhadores fundada em 86, mas existindo de fato desde 83 como CONCLAT que, após a constituição da CUT se define como "coordenação" das forças que atuaram no PRÓ-CUT mas não aderiram as posições da CENTRAL Única dos trabalhadores (basicamente PCB e PC do B) A terceira central - USI: União Sindical Independente, - fundada em 85, autointitulando-se "de centro" e a política, propondo-se como alternativa à CUT e CONCLAT, não representa uma força no debate sindical, não tendo propostas significativas.

tratégias e táticas do sindicalismo brasileiro.

Na questão da estrutura sindical, reúnem-se ao redor da CUT todos aqueles que afirmam querer uma mudança radical na estrutura sindical, para uma total independência e autonomia do Estado<sup>(26)</sup>. A CGT reúne aqueles setores que propõem uma readequação ou adaptação da estrutura sindical, sem cortar os laços com o Estado.<sup>(27)</sup> Cada central mantém, porém, ao seu interior um leque amplo de grupos e tendências que se configuram em práticas e concepções sindicais distintas, mesmo encontrando-se no projeto maior que caracteriza cada central.

No embate entre diferentes forças políticas sindicais, que se expressam essencialmente nas duas Centrais Sindicais, a CUT se vê como '*locus*' de realização do "chamado '*novo sindicalismo*', que emergiu das grandes greves operárias de 1978 e que caminha para se definir como '*sindicalismo classista, autônomo e de massas*' (e que) rapidamente ganhou espaços nas bases sindicais mais inquietas, e se transformou no polo mais complexo da luta sindical, (numa linha) claramente anticapitalista". (RHAC, 1987:6-8).<sup>(28)</sup>

A CUT reivindica para o '*novo sindicalismo*' um papel político e não só econômico. Neste sentido, afirma-se que

(26) A relação do novo sindicalismo com o Estado foi sempre tensa. Lembramos as ameaças de intervenção e cassação dos dirigentes neo-eleitos da CUT, por parte do Ministério do Trabalho, por '*ilegalidade*' da central sindical, fato que, porém, a conjuntura do '*processo de abertura*' inviabiliza. (Cf. Diário do ABC - 02.09.83 - CUT - "*Ilegal é a fome, diz Mengueli*").

(27) "A CONCLAT representa a difícil e ambígua aliança entre parte da esquerda tradicional e o sindicalismo '*pelego*'". (CUEVAS, 1985:146)

(28) Vale observar que tais considerações vem de uma agência de consultoria à qual os empresários brasileiros encomendaram uma primeira análise a respeito das forças sindicais correntes e tendências hoje presentes nas organizações sindicais do país.



"o novo sindicalismo, classista, autônomo e de massas foi um elemento decisivo na luta pelo fim do regime militar. É neste momento, talvez seja, através da CUT, a principal força social na luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores na constituinte, na resistência à política econômica recessiva e subordinada aos interesses dos grandes credores internacionais e na campanha pelas eleições diretas". (OLIVA, 1987(a),5-6).

Recentemente, o "novo sindicalismo" da CUT se defronta com o "sindicalismo de resultados" propugnado por um setor da CGT, que tem "uma postura nitidamente pró-capitalista", representada de forma mais definida pelo atual presidente dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antonio Medeiros, e dos Eletricistas de São Paulo, Antonio Rogério Magri<sup>(29)</sup>.

Este setor polemiza com a CUT e definindo o sindicalismo cutista como

"sindicalismo de aparências, onde alguns dirigentes sindicais que ocupam importantes posições, jogam muito mais para a platéia do que para obter conquistas reais para os trabalhadores" (30).

e reivindica para si mesmo o caráter de "novo sindicalismo".

Com a entrada na Executiva Nacional da CGT (1987) de Medeiros e de Magri, sindicalistas formados à escola norte-americana pelo IADESIL (Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre), a CGT foi se projetando com uma nova proposta de sindicalismo 'moderno', que pretende superar a tradicional corrente moderada liderada por figuras históricas do sin

(29) Cfr. entrevista de Martins e Guaracy a Antonio Rogério Magri: "o inimigo é o Estado, in: revista Veja, 05.08.87/fr. RHAC: 1987, 9 e seg.

(30) Folheto "Por uma CGT atuante" - sem data (grifo nosso)

dicalismo vertical, como 'Joaquinzão'. (31)

É portanto o setor moderno, que convive na CGT com outros, ligados aos partidos PCB e PC do B (32), portador do "sindicalismo de resultados, voltado para a base", que reivindica como seu caráter de "novo sindicalismo": visa "colocar em primeiro lugar as necessidades dos trabalhadores", contrapõe-se à proposta cutista, que considera "partidarizada e, portanto, portadora de divisões e incapaz de defender os interesses concretos dos trabalhadores".

Enquanto o sindicalismo assumido pela CUT tem como estratégia a luta de classe anticapitalista, o "sindicalismo de resultados" ou "de negócio" apresenta a novidade, na realidade brasileira, de um sindicalismo pragmático e agressivo, autônomo do Estado, que pretende atuar no campo puramente econômico e "que receita abertamente o sistema capitalista (33) como o melhor para os trabalhadores e especialmente para a movimentação dos sindicatos". (RHAC, 1987:24).

(31) Medeiros assumiu a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 1987. Estudou em Moscou antes de ir para os Estados Unidos. Magri é desde 1979 presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo.

Joaquim dos Santos Andrade, foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo por 22 anos. É conhecido como típico representante do "peleguismo histórico".

(32) Estes setores, até então apontados no âmbito cutista como o bloco dos "reformistas" e do "peleguismo histórico" (linha do Joaquinzão) - enquanto o 'moderno' é chamado de "neo-peleguismo" (linha de Magri/Medeiros) - desenvolvem posições distintas com a formação da Corrente Sindical e Classista pelo PC do B (Cf. pag. 8)

(33) "É preciso entender que este é um país capitalista, muito capitalista, e que o sindicalismo livre só dá certo em país capitalista. Não conheço sindicatos de verdade sob outro regime que não seja o capitalista. O sindicalismo nasceu sob o capitalismo e sob ele conseguiu prosperar. Naturalmente, quanto mais forte for o capitalismo, mais forte é a pressão dos trabalhadores e melhor a situação para se negociar. Agora, onde o Estado coloca a mão, ele complica essa relação entre capital e trabalho" (MARTINS e GUARACY - Entrevista a Magri in: Veja, 1987, p.5) "Capital e trabalho têm de se unir. (...) Com certa inteligência, po

Busca a "modernização da estrutura sindical" na intermediação da relação capital-trabalho por um sindicato representativo dos trabalhadores da categoria, e livre da interferência do Estado. Segundo a análise da RHAC, a novidade em relação ao "pelego tradicional (que) mantêm uma postura conservadora a partir de manobras na máquina sindical, apoiado espertamente pelas generosas cifras da contribuição dada compulsoriamente pelos assalariados" consistiria no fato de que "agora, sindicalistas apoiados nos votos diretos recebidos em eleições disputadíssimas, assumem posições mais conservadoras".<sup>(34)</sup> (RHAC, 1987:70).

Este 'novo sindicalismo' ganhou rapidamente espaço apresentando-se como alternativa ao chamado "bloco moderno", até então majoritário na CGT, que foi perdendo representatividade também pela debilidade de suas propostas reivindicativas e a adesão ao "pacto social" proposto pelo governo Sarney. A postura reivindicativa, mas sem contestação ao sistema capitalista, faz do "sindicalismo de resultados" uma alternativa ao "novo sindicalismo"<sup>(35)</sup> da CUT. Este, pelo contrário, foi sempre mais se definindo "em oposição aos interesses patronais e ao governo e suas políticas", afirmando que a "a CUT rompe com todas as formas de conciliação de classes que estiverem presentes nos momen

Cont. demos fazer boas negociações". (idem, p.6).

(33) Medeiros, considerado representante do "sindicalismo americano" ou "de negócio", critica o sindicalismo americano que "está em descenso por ter um projeto reacionário e uma forma de atuar que é desmobilizadora". Ao mesmo tempo, considera "indiscutível" a "eficiência" do sindicalismo americano, a "competência para negociar" e o "pragmatismo". (PRESENÇA, 1988:78).

(34) "Sua pregação tem como base um discurso direto e conservador, que critica a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas semanais, em quanto propostas a serem incluídas no texto constitucional (...) Buscam formas de evitar as demissões em massa, com a recessão em marcha, e não em combater as causas deste desemprego". (RHAC, 1987:70).

(35) "Com a ascensão do bloco conservador, a CGT tende, a médio prazo, a definir-se como uma opção para os sindicatos que querem ficar bem distantes do jogo político, comandado pelas organizações representativas da sociedade civil. (...) tende também a conquistar mais espaços junto à "maioria silenciosa" - um conjunto expressivo de sindicatos que não

tos mais importantes da história deste século". Denuncia também que "no Brasil, a corrente que defende a conciliação de classes, se encontra basicamente na CGT". (Cf. "Teses" da CUT, 1988).

Aliás aparece uma certa convergência de posições nas bandeiras de luta dos dois "novos sindicalismos", embora suas posturas com relação ao capitalismo sejam opostas. Esta convergência quanto às bandeiras, viabilizou, em certos momentos, a unidade de ação, na prática, entre as duas centrais.

À primeira vista, - conforme o senso comum - se fizéssemos uma matriz, encontraríamos muitas diferenciações entre o sindicalismo da CUT e de Joazeiro e pontos em comum com o do Medeiros, apesar de situado no outro extremo: o radicalismo, a autonomia frente ao Estado, o direito de greve, reivindicação do papel de negociação salarial do sindicato, conquistas econômicas para os trabalhadores, democracia e liberdade sindical.

Numa análise mais atenta, porém, transparecem estratégias distintas relacionadas com as diferentes concepções sindicais do 'sindicalismo classista' da CUT e do 'sindicalismo de resultados' da CGT. Autonomia frente ao Estado para que o sindicato possa exercer sua representação da classe trabalhadora em oposição ao capital (sindicato como instrumento de luta), de um lado ou para mediar a relação capital/trabalho garantindo o livre funcionamento do capitalismo, do outro. Livre negociação sustentada pela participação democrática na luta por todas as instâncias organizativas dos trabalhadores, desde o local de trabalho (democracia de base), ou diálogo direto das lideranças sindicais (às quais os trabalhadores delegam todo poder de representatividade) com os empresá

(35-) aceita a linha sindical da CUT, mas que, por outro lado, não deseja perder o controle da máquina devido a uma gestão marcada pelo ostracismo". As lideranças do sindicalismo de resultados" apostam no dinamismo das entidades e tem certeza de que sem isso o seu projeto político pode ter os dias contados. Afinal, o dirigente distanciado da categoria dificilmente vai conseguir ter uma eficiente máquina para arrecadar voluntariamente os recursos de que necessita". (RHAC, 1987:70-72).

rios (36).

Uma análise das contradições deveria ser feita ainda a respeito das posturas relativas ao pluralismo sindical, sindicalismo pragmático e sindicalismo político, estrutura sindical (reforma ou superação), imposto sindical, etc.

Trata-se de questões muito complexas, para as quais as diversas correntes sindicais nem sempre apresentam propostas acabadas, podendo-se apontar ambigüidades entre as afirmações de princípio e sua viabilização prática.

Enquanto a CGT de Magri e Medeiros (37) propõe um '*sindicalismo livre*' dentro do sistema capitalista, a partir de sua experiência nos grandes sindicatos paulistas, como os eletricitários e os metalúrgicos, numa realidade onde há mercado de trabalho constituído e possibilidade de se realizar a negociação capital X trabalho sem intermediação do Estado (porque o próprio mercado de trabalho regula, em princípio tais relações) podemos observar que a própria realidade industrial de São Paulo não é homogênea e, extendendo-nos ao resto do país, aparecem diferenças macroscópicas nas relações de produção. Podemos nos perguntar até que ponto a proposta do '*sindicalismo de resultados*' se adequa à própria complexidade das relações sociais do Brasil - país "moderno" e "atrasado" ao mesmo tempo, com um desenvolvimento desigual mas onde o capitalismo mais avançado integra - utilizando-a - qualquer outra forma das relações de produção. A distância en

(36) Também a questão da democracia e da representatividade é muito controvertida, respondendo a lógicas distintas, a partir das concepções às quais se referem. Hoje, também o '*sindicalismo de resultados*' trata da '*democracia sindical*' e ... da '*organização de comissões de empresa e de outros mecanismos que aperfeiçoem a prática da representação*'. (Cf. PRESENÇA, 1988:76).

(37) Em 1988, no entanto, Medeiros se projeta a nível nacional não mais como a ponta avançada da CGT, mas como presidente da recém fundada Confederação Nacional dos Metalúrgicos. Posição esta que monopoliza na imprensa o rótulo de '*representante dos trabalhadores*' durante os meses de negociação do abortado Pacto Social 88.

tre a realidade complexa do país e as propostas de organização sindical, parece colocar em xeque tanto a viabilidade da "livre negociação" do 'sindicalismo de resultados', que propõe um capitalismo que o Brasil não tem, (38) quanto a sustentação financeira das organizações de classe autônoma, possível num país democrático e de participação sócio-econômica dos trabalhadores, que também não corresponde à situação brasileira. De fato, não parece haver muitas alternativas a curto ou médio prazo para a sustentação das organizações sindicais por uma classe trabalhadora depauperada e explorada e, ao mesmo tempo, acostumada a um sindicalismo assistencialista e que sempre atuou independentemente de sua participação. A CGT, que também propugna a autonomia do Estado - com vistas à realização do liberalismo econômico onde espera encontrar soluções práticas na relação com setores do empresariado nacional, interessados ao diálogo com o 'sindicalismo de resultados', - por outro lado não coloca como problema a ligação internacional com a Central norte-americana AFL-CIO e, tampouco, a questão do imposto recolhido pelo Estado (39). Por sua vez a CUT afirma se manter independente e resiste à filiação a qualquer Central internacional, mas não deixa de

(38) O fracasso estrondoso da última tentativa de "Pacto social" em novembro/dezembro de 88, esta de iniciativa de sindicalistas "de resultados" e empresários (inteiramente à margem do estado), talvez tenha vindo esvaziar a proposta geral dessa linha sindical, ao fazer ver que não é tão simples "resolver os problemas" pelo "entendimento" entre patrões e trabalhadores.

(39) Cf. Jorge Abduch 'sindicalismo de resultados divide CGT' in: Relatório Reservado 1096 - RJ jan.88-p.8-"..." a ligação de A.R.Magri com o sindicalismo americano lhe garante a invejável soma de US\$200 mil anuais (cifra que ele próprio confirma, reservadamente, mas que alguns supõem ser muito maior). A iniciativa conta com o apoio de setores do empresariado, segundo o representante da FIESP, para quem essa é a única corrente do movimento sindical com a qual se pode dialogar.(...) O cientista político Aluizio Azevedo confirma a ligação do grupo (do 'sindicalismo de resultados') com a AFL-CIO e o apoio financeiro dos americanos, mas garante que ele é dado à CGT e não ao Sindicato dos Eletricitários".

ser acusada de receber ajudas financeiras externas; acusação esta que os dirigentes cutistas rebatem afirmando que aceitam ajudas externas desde que não impliquem em qualquer forma de articulação orgânica.

A questão da autonomia do Estado, com o fim do imposto sindical - proposto pela CUT durante a Constituinte e afirmado apesar da sua não incorporação na nova Constituição - apresenta-se ao mesmo tempo como um paradoxo e um dilema: a própria existência da Central - que se sustenta pela contribuição das entidades sindicais a ela filiadas - seria colocada em risco, na medida em que estas não encontrassem formas viáveis de autofinanciamento, questão particularmente crucial no campo. (40)

### 3. O SINDICALISMO NO CAMPO: NOVAS ALTERNATIVAS

Como já vimos, a quase totalidade do pouco material existente sobre '*novo sindicalismo*' analisa a questão a partir da experiência industrial de São Paulo, que se tornou referência em nível nacional, bem como latino-americano.

Neste sentido, iniciaremos com os antecedentes mais gerais que marcaram as recentes lutas sociais no campo.

O ano de '79 representa também para o campo um marco importante no processo de renovação do sindicalismo (mesmo não sendo um momento de ruptura com o passado sindical) tendo como principais acontecimentos:

1º - O IIIº Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais ,

(40) Conforme as resoluções do 3º Congresso (set. 88) "todas as entidades filiadas contribuirão com 5% de sua receita bruta anual para a sustentação financeira da CUT.

realizado pela CONTAG em maio 79<sup>(41)</sup>, identificando como o 'forum' onde se redefine o projeto sindical, resgatando a tradição de lutas dos trabalhadores rurais - seja específicas das diversas categorias, seja gerais, visando a mudanças estruturais, para as quais se abre brecha na conjuntura de declínio do regime militar. O Congresso afirma também a importância da organização de base e da mobilização de massas, como condições para a solução coletiva dos problemas.

29 - A retomada das lutas dos canavieiros no Nordeste - cuja mobilização encontra agora respaldo da CONTAG - com o fato histórico da primeira greve mais significativa no campo brasileiro<sup>(42)</sup> após 64: "greve legal", realizada pelos canavieiros de Pernambuco utilizando o "dissídios quente"<sup>(43)</sup> para melhorias salariais e de condições de trabalho da categoria<sup>(44)</sup>.

A partir de 84, a campanha salarial com o dissídio coletivo da categoria, se estenderá aos estados vizinhos do Rio Grande do Norte e Paraíba<sup>(45)</sup>. Uma experiência de organização massiva com o

(41) É curioso o fato que a CONTAG convidada para participar do Congresso Del fim Netto, que, em agosto 79 substituirá Simonsen no Ministério de Planejamento.

(42) A última grande greve dos canavieiros foi em Pernambuco (1963) atingindo 200.000 trabalhadores e concluiu-se com o histórico "Acordo de Campo" do Governo Arraes que marcou a tradição de luta em Pernambuco. Entretanto, segundo Mauro Koury, houveram diversas greves rurais no período 64-68 na agroindústria açucareira, no município de Cabo em Pernambuco. (Cf. KOURY, 1986:79-48).

(43) Cf. CEDI, 1985. "Dissídio coletivo, lei de greve e luta pelo cumprimento: aspectos jurídicos", p.32-39.

Dissídio "quente": terminologia forjada nas campanhas salariais dos canavieiros de Pernambuco para indicar convenção coletiva da categoria assinada na Justiça do Trabalho e participada pelos trabalhadores com mobilizações sindicais.

(44) Sobre o assunto ver SIGAUD, 1980.

(45) A greve de '84 atingiu aproximadamente 80% dos assalariados da cana dos 4 estados (PE, PB, AL, RN) que somam, segundo estimativas da CONTAG, 1 milhão de trabalhadores no pique da safra.



uso da "greve legal" como prova de força da organização sindical que faz prevalecer a "lei do governo" sobre a "lei do patrão" que até então vigorava.

Poucos são os fatos relativos ao campo noticiados pela grande imprensa no período da formação do "novo sindicalismo". Além dos dois acontecimentos citados, que tem referência direta a atuação do Movimento Sindical, têm ressonância outros relativos à "questão agrária", a respeito dos quais, porém, o acento da imprensa não é posto sobre as lutas dos trabalhadores, mas sobre o posicionamento da Igreja em oposição ao Estado (46).

Reafirmando a bandeira da reforma agrária, e rejeitando o papel puramente assistencialista (ao qual o Estado autoritário tinha relegado o sindicato, a partir de '71, com o PRÓ-RURAL), a CONTAG se evidencia no papel de representação (47) e defesa dos interesses dos trabalhadores rurais, com suas lutas específicas e coletivas.

Dirigindo as campanhas salariais (48), incentiva a mobili-

21

(46) As relações Igreja/Estado tornam-se particularmente tensas em 80- em torno da "questão agrária" também da "lei dos estrangeiros". Em fevereiro 80 a Conferência dos Bispos (CNBB) em sua assembléia anual reclama Reforma Agrária; em outubro se dá a expulsão do Pe. Vito Miracapillo apoiada pelos usineiros de Pernambuco e em 81 se dá a prisão de dois padres envolvidos, como muitos outros, no apoio às lutas de posseiros; numerosas são também as denúncias provenientes da área governamental contra bispos, padres, agentes pastorais e comunidades de base relacionadas com a luta pela terra, que vêm aumentar o número de mortos entre os trabalhadores rurais e, em distintas proporções, também entre jagunços e pistoleiros. (Cf. ISTO É, 30.12.81)

(47) Em 1968 a nova direção - que continua praticamente até hoje - consegue tomar o poder das mãos do 'interventor' posto pelo regime militar. Hoje representa, pelo menos formalmente, 2.821 sindicatos de trabalhadores rurais e 22 federações, por um total de mais de 8 milhões de sindicalizados.

(48) É a própria CONTAG que, a partir de 84, desloca seus quadros na Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte para impulsionar e conduzir concretamente as campanhas salarias.

zação e participação efetiva da base dos canavieiros para exigir o cumprimento da legislação trabalhista existente, melhorias salariais e das condições de trabalho. Tudo isto representa, na época, uma mudança radical no modelo anterior de atuação das Federações, que, quando encaminhavam a negociação, o faziam sem nenhuma mobilização dos trabalhadores.

Quanto às Centrais Sindicais, a CONTAG sempre investiu na perspectiva de construção de uma só central sindical, capaz de unificar as lutas da classe trabalhadora. O impasse inicia-se com o adiamento do CONCLAT, o congresso que devia decidir a respeito da fundação da central sindical, que se dá a partir do *'manifesto da CONTAG'*<sup>(49)</sup> e do posicionamento de outras forças vinculadas à estrutura, que privilegiam a questão das eleições políticas nacionais (nov. 82) em relação às questões sindicais.

Após a divisão das Centrais, essa Confederação procurou adiar o maior tempo possível a discussão sobre a filiação às Centrais Sindicais. No entanto, continua agindo em maior consonância com a CGT. Mas, a CGT, apesar do "apoio quase formal dado atualmente pela poderosa Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), (...) pela sua composição de forças, é uma central eminentemente urbana". (RHAÇ, 1987:24)

Em particular, o "novo sindicalismo" que representa a ponta moderna da CGT, tem como seu espaço próprio de desenvolvimento o meio industrial do capitalismo avançado.

(49) Para adiar o CONCLAT, a CONTAG alega que "É prematura a fundação da Central Única dos Trabalhadores porque lhe faltará representatividade. Não se avançou nas discussões de que tipo de central única deve ser criada. (...) continua existindo dificuldades para concretizar ações intersindicais (...) às portas das eleições de 15 de nov., em boa parte de companheiros que compõem intersindicais e a Comissão Nac. Pró-CUT candidatos ... nos partidos de oposição, provoca grande risco na participação desse Congresso". Folha de São Paulo 08-07-82.

Como compreender esta situação desde que o vice-presidente da CGT é também o presidente da CONTAG?

Talvez seja, justamente, uma forma de 'divisão de território', em que, no campo, a própria CONTAG funcionaria como Central Sindical, por um acordo interno ou tácito.

Após o IVº Congresso dos Trabalhadores Rurais (maio/85), com o fracasso do PNRA(50), a persistência da "posição moderada da CONTAG em relação à ocupação das terras improdutivas e suas alianças com as forças políticas da chamada 'transição democrática', o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais apresenta 'sinais de esgotamento' ". A própria CONTAG - continua a análise da agência RHAC - apontada como mais moderada em relação ao Movimento dos Sem-Terra, ligado à CUT, fez uma severa autocrítica em um recente relatório sobre suas atividades no ano passado (1986): "Em algumas situações, o avanço dos inimigos da Reforma Agrária se deveu ao Movimento Sindical ter deixado abertos os espaços, em oportunidade, inclusive, em que os trabalhadores estavam dispostos a enfrentar a luta, bastando, apenas, um lance de incentivos e uma coordenação adequada". (RHAC, 1987:76).

A CUT por sua vez, mesmo tendo aumentado o número de entidades rurais filiadas (51) e tendo incorporado paulatinamente análises e reivindicações do campo brasileiro, ainda não apresenta uma análise satisfatória da problemática rural e, conseqüentemente, uma política suficientemente definida.

(50) PNRA: Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985.

(51) Na fundação da CUT (1983) as entidades rurais representavam 34%; no 1º Congresso (1984) representavam 33%; no 2º Congresso (1986) passaram a 36%; já no 3º Congresso (setembro 1988) a representação dos rurais foi de 29%. Entretanto o crescimento urbano acelera-se em 1988, quando registra-se uma explosão de adesões. (fonte: INFORMACUT nº 43 - set. 88). Este fenômeno registra-se também na Paraíba em fins de 88 - início 89.

A história do seu surgimento no bojo do movimento operário no sul industrial, marca ainda sua atuação e ideologia.

A presença no campo, notadamente no sul, do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) e, mais em geral, de grupos ligados à Igreja (através da atuação da CPT<sup>(52)</sup> e das Pastorais Rurais Diocesanas ou da ACR) - operando no mesmo campo cutista - por um lado contribuem ao fortalecimento da CUT, mas por outro abrem espaço a problemas de relacionamento e, por vezes, de hegemonia. (Cf. GRZYBOWSKY: 1987).

A partir de 86, a CUT começa a coordenar em nível nacional as inúmeras lutas pela terra - que, há tempo, vem se desenvolvendo sob a direção do Movimento dos Sem Terra ou com a orientação de diversas forças (entre elas a CPT). Juntos pretendem desenvolver, a partir disso, um projeto popular de Reforma Agrária. Enfim, lutas coletivas dos pequenos produtores começam a ser articuladas e encontrar expressão nas bandeiras de luta da CUT, notadamente a partir de 87, contrapondo-se às manobras de cooptação dos grandes proprietários fortemente organizados na UDR (União Democrática Ruralista).

---

(52) Comissão Pastoral da Terra, setor pastoral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) instituído em 1985 e presente em quase todos os estados, que impulsiona uma linha de atuação popular e progressista da Igreja Católica no Campo.

### Concluindo

Torna-se necessário, enfim comparar o processo de gestação do "*novo sindicalismo*" na cidade e no campo.

Um primeiro ponto a ser ressaltado é que esta expressão é levada da cidade para o campo e chega ao campo via uma das alternativas existentes na cidade: a CUT. Esta afirmação porém, não deve ser entendida como uma indicação de uma "*natural*" diferença entre o campo e a cidade, onde à cidade caberia as grandes rupturas e inovações e ao campo o tradicionalismo ou apenas o transplante de experiências nem sempre adequadas à sua especificidade.

A primeira contestação à valoração de senso comum acima exposta, diz respeito à própria maneira de se compreender o "*no*vo *sindicalismo*" na cidade. Para alguns ele representou total novidade e descontinuidade com o passado. Mas José Sergio L. Lopes (1987:6/7), em artigo intitulado "A formação de uma cultura operária", relativiza a surpresa com que os "especialistas" receberam as greves "*espontâneas*" de 78 e 79 no ABC paulista e propõe relacioná-las com uma cultura de classe que "não irrompe pura e simplesmente em determinadas conjunturas, mas tem por lastro uma certa continuidade nos movimentos sociais e práticas de resistência anteriores". (53)

Neste sentido, o mesmo ocorre no campo. Em que pese as relações violentas de poder, a diversidade e dispersão características do campo que o colocam em desvantagem em relação à cidade, entre os trabalhadores rurais também a expressão "*novo sindicalismo*"

(53) O autor lembra que o "*novo sindicalismo*" na cidade tem ainda que ser relacionado com a extensa rede de associações de bairro e de auxílio mútuo.

vem recobrir outras tantas designações que foram se forjando em um processo de organização que se deu a conhecer nas ligas Camponesas, continuando através dos Sindicatos Rurais e das lutas populares por terra e salário.

A conjuntura foi fundamental para a divulgação da expressão "*novo sindicalismo*" a nível nacional, mas, sem dúvida, só encontrou eco no campo porque recobriu certas experiências já existentes de resistência e organização forjadas pelas mudanças sociais que intensificavam os níveis de exploração e expropriação.

Finalizando, lembramos a complexidade do fenômeno '*novo sindicalismo*', como historicamente vem se dando alguns elementos que se apresentam como característicos do "*novo sindicalismo cutista*" - participação, combatividade, democratização das decisões, organização horizontal, superação do corporativismo, autonomia frente ao estado - encontram-se também, em maior ou menor medida, nas propostas do "*sindicalismo de resultados*", que por isso, poderia também ser classificado como "*novo sindicalismo*".

Há, no entanto, uma diferença fundamental relativa à questão do antagonismo de classes. Conforme o peso que se dá a essa diferença, abriga-se ou não o sindicalismo de resultados junto com o sindicalismo cutista sob o mesmo título de "*novo*". A partir desta consideração, para efeito deste trabalho, optei por considerar somente o sindicalismo cutista como "*novo sindicalismo*", inclusive porque só este é que se mostra presente no campo. É para o "*novo sindicalismo no campo*" que agora se dirigirá nossa atenção, buscando compreender suas relações com o contexto no qual se desenvolve.

## CAPÍTULO II

### O CENÁRIO EM QUE SE FORMA O NOVO SINDICALISMO NO CAMPO

A compreensão das condições de desenvolvimento do "novo sindicalismo" tem que levar em conta a complexidade das relações sociais no campo, que de maneira acelerada, embora desigual e diferenciada no tempo e no espaço, vão sendo modificadas pelo processo de expansão do capitalismo que apresenta sempre a dúplice face da "expropriação" e da "exploração"<sup>(1)</sup>. Tais mudanças atingem pois de modo diferente a diferentes frações dos trabalhadores do campo.

Enquanto isto obriga o movimento dos trabalhadores à difícil tarefa de condução unitária de lutas (as quais os próprios sujeitos percebem como distintas e, por vezes, opostas - por exemplo, a luta pela terra e a luta pelo salário) os patrões utilizam ao mesmo tempo, as mais variadas formas de dominação e exploração (através de relações tradicionais ou das mais modernas/capitalistas), em suas diversas faces de empresários/usineiros/fazendeiros/latifundiários que se opõem aos empregados / assalariados/arrendatários/posseiros.

O uso da violência direta e indireta por parte patronal, bem como da força policial, é presente em todas as realidades

---

(1) Cf. MARTINS, 1987:54/56 - GRZYBOWSKY, 1987:52/53.

rurais<sup>(2)</sup>. As lutas dos canavieiros de Alagoa Grande na Paraíba de 83-84 e Guariba em São Paulo (maio 84) podem testemunhar isso.

Entretanto, constata-se um peso muito maior da força da dominação patronal em situações como a do campo paraibano, onde para a simples aplicação dos direitos trabalhistas - que representam "uma ameaça ao acúmulo do capital" - a organização dos trabalhadores tem que saber "lutar contra patrões que ainda guardam intactos os procedimentos e atitudes do 'coronelismo! (...)" É importante verificarmos que a luta dos canavieiros na Paraíba não se dá nos mesmos moldes que na zona canavieira do sul do país. Aqui, ainda é muito presente o uso de capangas e jagunços, pagos para fazer toda sorte de ameaças aos trabalhadores, inclusive matar". (MIELE, 1985:578).

Enquanto a violência nas lutas pela terra apresenta-se como um fato tristemente generalizado no país, a violência patronal e o nível de enfrentamento constatado na Paraíba em resposta às lutas trabalhistas implementadas pelo Movimento Sindical a partir de 1983, é um fato menos generalizado, pelo menos na conjuntura dos anos 80.

Tal situação, que se evidencia em realidades como a Paraíba

---

(2) Segundo dados de arquivo da CPT Nacional, no período 80-88 registram-se no Brasil 1.036 assassinatos no campo: trata-se de casos documentados (pela imprensa, organizações sindicais, MIRAD, CPT) e comprovados de mortes de trabalhadores, sindicalistas, advogados, agentes de pastoral, padres, por ocasião de conflito pela posse/propriedade da terra e trabalhistas, ocorridas no campo. Nos 5 anos 80-84 registram-se 499 casos e nos últimos 4 anos (85-88) os casos são 537, com evidente expansão do fenômeno. Especificamente em 88, registram-se 104 ocorrências. Vale lembrar que são raríssimos os casos judicialmente resolvidos.



ba, onde o processo de penetração do capitalismo inicia-se so mente na década de 70 (enquanto em Pernambuco se desenvolveu já na década de 60), intensificando-se no início de 80 com a expan são das modernas "*empresas rurais*" de criação de gado e, sobre tudo, da "*plantation*" canavieira - deve ser relacionada com a permanência de uma forte estrutura de poder da classe patronal sobre os trabalhadores rurais (interpretada como resquício do sistema de relações pré-capitalistas em via de extinção<sup>(3)</sup>).

Tais relações tradicionais de dominação, persistem na Pa raíba apesar do processo de ruptura das relações de dependência típicas do "*sistema de morada*", onde a relação pessoal e a domi nação sobre o trabalhador é favorecida pela débil distinção en tre o espaço da produção e da reprodução, redundando na limita ção da cidadania do trabalhador rural.

O movimento de mudança nas formas de organização dos tra balhadores rurais da Paraíba, se concentra na área mais próxima do Litoral, compreendida, grosso modo; entre as duas maiores ci dades do estado, João Pessoa e Campina Grande (num raio de 200 km), incluindo 64 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, dos quais

---

(3) "A presença de relações pré-capitalistas no campo paraibano entre proprietários e trabalhadores (moradores, meeiros, ren deiros e foreiros) se exprime através de relações de domi nação e de dependência pessoal que apresentam duas dimensões distintas. De um lado, uma dimensão econômica, uma vez que o proprietário da terra tem um poder econômico sobre o tra balhador a quem ele concede o acesso a um "bem limitado". Por outro lado, apresenta uma dimensão ideológica que se ex prime pela obrigação de lealdade para com o proprietário da terra ou de fidelidade com o chefe político local, apoia do pelo proprietário. O 'morador' era 'obrigado' a dar 2 ou 3 dias para o patrão (de graça e, posteriormente, recebendo diária) e o resto dos dias da semana trabalhava na sua "ro ça". Esta prática ainda tão arraigada levou a que os pa trões usassem como argumentação para não cumprir com as obrigações trabalhistas (pagamento de repouso remunerado, 13º salário, férias e carteira assinada). O fato de que o 'morador' não trabalhava 8 horas por dia, durante 6 dias da semana, não configurava portanto, uma relação tipicamente as salariada". (POTENGY/MIELE, 1987:2/3).

47 (73%) passam por um processo de luta pela renovação (com ou sem oposição sindical - Ver Cap. IV) no período entre 80 e 88.<sup>(4)</sup>

É justamente nessa região, não por acaso, que vem realizando-se de maneira mais marcante a penetração da modernização capitalista no campo.

Por outro lado, merece ser observado o vazio quase total de lutas, conflitos pela terra e mudanças nas entidades de representação que se pode observar no Sertão (somente 3 STRs passaram por um processo de renovação entre 80-88), onde se mantém a estrutura de latifúndio com penetração limitada das relações capitalistas, conservando-se as relações tradicionais de poder, tanto que não representam raridade os casos de ligação da hierarquia da Igreja bem como de lideranças sindicais com o poder local. São raras as notícias do aparecimento nessa região de formas de luta organizada, na década de 80, para além de manifestações emergenciais como casos de saques na época da seca. Não consta ter havido penetração das Ligas Camponesas nem do sindicalismo pré-64 (feita exceção para o caso de Catolé do Rocha), tendo sido a maioria dos STRs fundados após o início da década de 70 para o desempenho das funções assistenciais<sup>(5)</sup> e, em sua maioria, os dirigentes sindicais que assumiram naquela época, continuam até o momento sem questionamentos relevantes. Portanto, as principais frentes de luta do campo paraibano, que propiciam as condições para o aparecimento de um processo de renovação sindical, se localizam na área que estamos estudando.

---

(4) Cf. quadro 'Novo Sindicalismo na Paraíba' pag 130-131.

(5) Cf. quadro 'fundação STR' em anexo

O processo de transformação do sindicalismo rural paraibano - que vem desde o final de 70<sup>(6)</sup> - tem no período de 84 a 87 seu momento marcante de renovação dos quadros dirigentes, de expansão de lutas coletivas organizadas - quer pela terra quer por salário, condições de trabalho, direitos trabalhistas e agrários, de debate e articulação de forças em torno da necessidade de mudanças das práticas sindicais tradicionais bem como de reorganização em moldes distintos do sistema vertical da estrutura oficial.

Este período é precedido e acompanhado por uma fase de surgimento de numerosos conflitos pela posse e uso da terra e reivindicações de direitos previstos no Estatuto da Terra e no Estatuto do Trabalhador Rural, de velha data, através de ações na Justiça do Trabalho<sup>(7)</sup>, encaminhadas inclusive de forma coletiva. Trata-se de problemas que aparecem de forma localizada e isolada, tanto que o fenômeno não é, de imediato, percebido e registrado socialmente no seu conjunto se não em época mais recente. Mas é prova da difusão e relevância desses problemas a fundação de instituições de apoio e defesa dos trabalhadores rurais na região que estamos estudando, já na segunda metade de 70 em João Pessoa

---

(6) 1978 marcaria o início do processo de renovação sindical na Paraíba, com a primeira oposição sindical vitoriosa em Alhandra, no Litoral Paraibano (Cf. MIELE, 1986).

(7) Os casos mais frequentes são indenizações (ocorrências de destruição de lavoura pelo gado dos patrões ou de despejo de moradores ou arrendatários) reivindicação de posse da terra ou de direitos dos trabalhadores (especialmente por ocasião da despedida do trabalhador).

(Litoral) e, a partir de 80 em outras áreas<sup>(8)</sup>, inicialmente to-  
das por iniciativa da Igreja Católica. Bastante rara é a atuação  
do Movimento Sindical nesta ordem de problemas, tanto que é con-  
siderada excepcional a atuação da sindicalista Margerida Maria Al-  
ves, cujo assassinato - em agosto de 1983 - é explicado, na época,  
pelo próprio Movimento, por ter o sindicato do qual ela era pre-  
sidente, dado início a cerca de 35 processos jurídicos em defesa  
dos direitos elementares dos trabalhadores rurais de Alagoa Gran-  
de<sup>(9)</sup>.

São estas instituições que fornecem documentação sobre os  
problemas, que fundamenta a ação de respaldo oferecida às lu-  
tas<sup>(10)</sup> por setores de Igreja - muitas vezes pelos bispos pes-  
soalmente - e do próprio Movimento Sindical e pela Imprensa que  
começa a veicular de forma sempre mais ampla os acontecimentos do  
campo, dando-lhes a ressonância necessária para que se tornem  
"fato social".

(8) - CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba (21.04.1976), fundado a partir de conflito de terra.

- CODH - Centro de Orientação para os Direitos Humanos da Diocese de Guarabira (1979).

- Comissão Justiça e Paz da Diocese de Campina Grande, que foi substituída em 82 pelo CDDH da mesma diocese (existente em 87).

- CDDH-AEP - Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Assessoria e Educação Popular, fundado pelo advogado Wanderley Caixe, antes coordenador do Centro da Arquidiocese de J.P.

- SAMOPS - Serviço de Assessoria ao Movimento Popular Sindical (1986) formado por sócios, entre os quais Agentes Pastoraes.

- CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Santa Rita. Observamos que os Centros fundados na década de 80 se constituem como entidades autônomas da Igreja. No mesmo período foram fundados também Centros de Educação Popular (SEDUP e CENTRU).

(9) Cf. NOVAES, 1987:329 e NOVAES, J. Roberto, 1983 - POTENGY, 1985:42.

(10) Os centros de assessoria jurídica e educativa, além de recolher dados relativos aos casos e situações que acompanham diretamente, geralmente relatam os problemas aos agentes pastoraes no âmbito de assembleias diocesanas e reuniões específicas, oferecendo condições de divulgação pelos canais do tra-

A luta pela terra inicia-se na Paraíba em torno da metade da década de 70, com conflitos nas regiões do Agreste e Litoral (Alagamar no Município de Salgado de São Félix, no Agreste; Camocim de Pitimbú e Mucatú em Alhandra, ambos no Litoral), representando uma forma de resistência à expropriação das condições de produção dos foreiros e arrendatários, conseqüente à expansão da cana-de-açúcar para os "tabuleiros", anteriormente arrendados para a agricultura de subsistência<sup>(11)</sup>.

Mas será na década de 80 que tais conflitos se difundem na Paraíba, - num surto muitas vezes com manifestações violentas dos proprietários revidando a resistência de arrendatários e posseiros, tachados de "invasores"<sup>(12)</sup> - atingindo do Litoral

---

Cont. (10) trabalho pastoral, boletins e documentos diocesanos ; no caso do SEDUP, realiza documentação fotográfica , slíds, vídeo aos acontecimentos, utilizados no trabalho popular e até repassados para a imprensa; frequentemente as assessorias (de centros ou grupos de trabalho diversos) elaboram estudos e documentos para uso das lideranças sindicais, além de material divulgativo para os trabalhadores.

- (11) "O processo de expropriação do trabalhador começou a se desenvolver na região a partir dos anos sessenta, acentuando-se nos anos setenta. O morador perde o acesso ao lote do rogado (que assegurava a reprodução parcial de sua força de trabalho) e passa a condição de "alugado", "clandestino" , "temporário", ou "volante". (POTENGY, 1985-a).
- (12) No quadro dos conflitos de terra na Paraíba, constituem exceção os casos de ocupação de áreas ou seja, de entrada de trabalhadores em latifúndios não produtivos onde já não estivessem como "posseiros" (moradores, arrendatários, parceiros, etc) entendendo "todos aqueles que retêm posse da terra sob qualquer título". (BARBOSA, 1988:162).

até o Agreste de Campina Grande, passando pelo Brejo e a Várzea, com uma verdadeira explosão no período 83-84<sup>(13)</sup>, decrescendo a partir de 87, até que já no ano de 88 já não se registram novas ocorrências. 1986 representa o ponto alto das mobilizações pela terra, reunindo, por ocasião dos dois acampamentos efetuados na sede do INCRA na capital João Pessoa (fevereiro e junho), representação de todas as forças sociais e entidades envolvidas na luta pela terra (FETAG, CUT, Corrente, Pastorais, etc) em apoio aos trabalhadores das 130 áreas de conflito que se fizeram presentes<sup>(14)</sup> reivindicando a aplicação urgente do Plano de Reforma Agrária. Foi este o momento de maior demonstração de força e de unidade do movimento, para o qual, porém, inicia o descenso à medida em que não encontra respostas do governo e inicia o processo de fechamento dos espaços institucionais prepostos à realização da Reforma Agrária.

---

(13) *Conforme definição de BARBOSA, M. Edneusa (1988:168) consideramos "CONFLITOS DE TERRA" aqueles relativos à disputa da posse envolvendo partes antagônicas e socialmente reconhecidas, ou seja, aqueles que, de alguma forma, foram denunciados "por entidades (quais INCRA, FUNDAP, FETAG, CONTAG, Projeto NE, periódicos, Centros de Direitos Humanos e outras). Neste sentido, a mesma autora registra a ocorrência na Paraíba de 252 conflitos no período 1975-1987 - 95% dos quais localizados em 50 municípios da região objeto do nosso estudo atual - que apresentariam o seguinte desenvolvimento: 70 até o ano de 1982; 220 até o ano de 1985; 252 até 1987 (conforme pesquisa de CANTALICE, citada por BARBOSA, 1988:164/166). POTENGY, falando da luta pela terra na Paraíba e do objetivo das organizações de apoio de conseguir "seu enquadramento como uma desapropriação de interesse social em caso de tensão, caso previsto no "Estatuto da Terra", informa que "em 1980 a CONTAG arrolou 10 casos de tensão social na Paraíba e em 1983, KOURY arrolou, pelas notícias de jornal, 62 conflitos de terra atingindo diretamente cerca de 3.000 famílias. Em todos esses casos procurou-se a desapropriação pelo INCRA como forma de permanecer na terra" (POTENGY, 1985:37). O levantamento de TOSI (1988:68/99) a respeito de 28 áreas de terra de conflito do Brejo Paraibano - socialmente reconhecidas em 1988 - registra o surgimento da quase totalidade no período 83-87, tendo como momento culminante os anos de 1985-86.*

(14) *Nas manifestações sindicais e da luta organizada pela terra no ano de 1986, estiveram presentes representantes de 130 áreas de conflito de toda a Paraíba, sendo considerado este total das áreas em que os trabalhadores rurais estavam efetivamente em conflito naquele ano e lutando pelo direito à terra. (Arquivo SEDUP e informações CUT).*

Se a concentração dos conflitos em 85-86 pode certamente ser relacionada, de um lado com as esperanças levantadas pela proposta de Reforma Agrária da Nova República - calorosamente apresentadas aos trabalhadores reunidos no IVº Congresso CONTAG em maio 85, parecendo tornar realidade o objetivo perseguido em 25 anos de lutas - e, de outro lado, com a reação dos proprietários de terra (que há tempo procuravam vender às escondidas as terras "habitadas" como forma de se livrar dos laços tradicionais com seus trabalhadores), seria por demais ingênuo assumir a tese de que os conflitos foram provocados pela Proposta do Plano de Reforma Agrária da Nova República, e insuflados por "agentes externos".

#### 1. AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E OS CONFLITOS

Embora tendo como objetivo situar a formação do "novo sindicalismo" Paraibano no contexto econômico e sócio-político do período (e não analisar a origem dos conflitos) vale lembrar que as duas formas principais de penetração do capitalismo no campo paraibano, em presença das quais se manifestam seja os conflitos pela terra, como os conflitos trabalhistas, são sustentadas pela política econômica do estado através do PRÓ-ALCOOL e do POLONORDESTE<sup>(15)</sup>.

As principais mudanças econômicas e, conseqüentemente, mudanças nas relações sociais de produção, são marcadas - a partir da segunda metade de 70 - pela implantação do PRÓ-ALCOOL espe

---

(15) POLONORDESTE: Programa Governamental para o Desenvolvimento do Nordeste, implantado na década de 70, que antecedeu o projeto Nordeste e com metas próximas a este, não apresenta, porém, semelhança na metodologia participativa que o projeto Nordeste propõe.

cialmente no Litoral e Agreste, com reflexos na tradicional estrutura canavieira do Brejo, que permite a reorganização da economia canavieira, superando a crise dos engenhos de aguardente e rapadura e das usinas de açúcar, financiando a implantação das destilarias de álcool e a modernização da 'plantation' canavieira<sup>(16)</sup>. Desta forma, enquanto se dá a expansão predatória da 'plantation' - em detrimento das terras agricultáveis com produção de alimentos e dos recursos naturais da região<sup>(17)</sup> - registra-se ao mesmo tempo o deslocamento (apesar das formas de resistência expressas nos conflitos) dos moradores e foreiros em direção às áreas urbanas e o aumento do subemprego e da sazonalidade, com variações temporais nas várias regiões, vinculadas às fases do processo de modernização<sup>(18)</sup>.

O POLONORDESTE - apesar de ter o objetivo formal de "modernizar" uma camada de pequenos produtores (proprietários ou não) utilizando mão-de-obra de unidade familiar<sup>(19)</sup> - acaba sendo absorvido, juntamente a outros recursos públicos, no processo de constituição das empresas rurais com a expansão das fazendas de gado e plantação

(16) Em 1975 existiam apenas 7 usinas de açúcar na Paraíba (localizadas nas áreas tradicionais da produção canavieira, o vale do rio Paraíba, no Agreste Baixo, até o Litoral, e, o Brejo); hoje há 21 unidades de produção de açúcar e de álcool; entre elas há destilarias anexas e 6 autônomas, que se concentram na zona tradicional, mas com expansão em direção aos tabuleiros costeiros seja em direção norte - sul, onde entraram empresas pernambucanas. A 1ª destilaria autônoma (Artur Tavares) foi inaugurada em 1975. (Cf. POTENGY, 1985 e NOVAES, 1987).

(17) A produção de cana da Paraíba que em 1975 totalizava 1.329.000 toneladas, passa para 5.945.000 em 1985, a área cultivada que em 1975 totalizava 37.700 hectares, passa a 150.700 em 10 anos (Fonte: IAA).

(18) No Brejo o processo de modernização via PRÓ-ÁLCOOL começa a afetar a região na safra 1980/81, com um aumento significativo da área plantada (Cf. GARCIA, 1983:335); a primeira destilaria (anexa à Usina Santa Maria em Areia) começa a funcionar na safra 1978/79. (Cf. POTENGY, 1984:96).

(19) POTENGY, 1985:25.



de pastagens, que também eliminam das fazendas do Brejo, Curimatau e outras regiões moradores e arrendatários; ou, como acontece por exemplo na Várzea e parte do Brejo, favorece as culturas de valor comercial (abacaxi, fumo, inhame, banana, côco, etc) "acelerando a dinâmica de diferenciação interna do grupo (de pequenos produtores). (...) Os dois planos aceleram o processo histórico de dissolução das relações não tipicamente capitalistas já em curso". (POTENGY, 1985:25).

Tais processos revelam "uma identificação entre capitalistas e proprietários fundiários. Grupos econômicos ou famílias se distribuem em diferentes atividades produtivas, umas mais "modernas" outras mais "tradicionais", que fundamentam no monopólio da terra a base do poder político". (TOSI, 1988:101).

Isso desmente a aparente oposição entre as "elites rurais tradicionais" e "elites industriais modernas".

Na área que estudamos, no mesmo grupo econômico - o conhecido "*Grupo da Várzea*" - estão unidos os usineiros "modernos" e "atrasados" da Paraíba, controlando assim a maioria das 17 Usinas-Destilarias existentes no Estado. Desta forma "embora os patrões guardem diferenças entre si nas formas de se relacionar com os trabalhadores, conseguem, em outro nível, se articular politicamente e implementar ações de classe. Para estas ações parecem superar a concorrência que existe entre as maiores unidades de produção do açúcar e do álcool; parecem superar, também, os constantes conflitos de interesses imediatos que opõem usineiros e fornecedores de cana e superar, ainda, as ditas diferenças entre os chamados latifundiários e os empresários rurais. (NOVAES, 1987: 333).

Na realidade "moderno" e "tradicional", "avançado" e "atrasado", intersectam-se e complementam-se no mesmo processo de desenvolvimento capitalista, apresentando-se com evidência por vezes chocante no campo<sup>(20)</sup>.

Neste contexto, há conflitos diretamente ligados à expansão das áreas plantadas de cana, mas há outros mais claramente relacionados com a crise dos engenhos. Esse é o caso do Brejo<sup>(21)</sup>, onde a necessidade de reestruturação da indústria canavieira acelerada pelo PRÓ-ÁLCOOL, abre espaço - no momento de ruptura da relação de moradia - para a cobrança, inclusive coletiva, por engenho, dos direitos trabalhistas. Na situação específica (que porém acreditamos não ser única), trabalhadores e instâncias sindicais conseguem resistir ao processo de proletarização, con- traditoriamente, a partir da tomada de consciência dos direitos trabalhistas, através de ações jurídicas vitoriosas que levarão à aquisição de 724 ha, por 273 famílias de moradores que passam a trabalhar como pequenos produtores autônomos na área antes destinada à

(20) *Tal ambiguidade aparece também na realidade urbano-industrial. As con- tradições na cidade podem ser observadas no desenvolvimento das greves, negociações e conquistas dos trabalhadores urbanos, cujos resultados são muito diferenciados conforme a conjuntura nacional e o peso dos ramos de produção. Outro elemento indicativo de que as relações sociais nos setores mais avançados do capitalismo industrial não são tão "mo- dernos", é a pressão do setor empresarial na Constituinte em oposição a benefícios sociais para a classe trabalhadora, já consagrados na praxis de todos os países "modernos". É notório também o fato que, ho- je, as elites "modernas" dos grupos industriais são as mesmas dos principais setores produtivos agro-industriais, onde, porém utilizam relações "tradicionais".*

(21) *Conforme levantamento efetuado por TOSI, 41% dos principais conflitos registrados no Brejo Paraibano entre 1979 e 1988, (em total 39, sendo 28 de terra e 11 trabalhistas coletivos, que se resolvem com pagamento em terra), 16 seriam relativos a moradores de condição de engenhos ou fornecedores de cana que enfrentam dificuldades em acompanhar as mudan- ças impostas pela modernização (mercado, ritmo, obrigações sociais). Es- pecificamente no caso dos 11 conflitos trabalhistas coletivos, 2 apre- sentam explicitamente a reivindicação de terra juntamente com a ação na Justiça para efetivação dos direitos trabalhistas, tendo inclusive intervenção do INCRA num caso e da FUNDAP no outro. A grande maioria já teve solução na forma de pagamento da dívida trabalhista em terra*

cana (Cf. TOSI, 1988).

No conjunto dos conflitos da Paraíba, tem um peso relevante aqueles ligados à mudança da estrutura fundiária através da concentração da terra, e à modernização do tradicional latifúndio por exploração, referida especialmente à criação bovina e agroindústria não canavieira. O "processo de expropriação" iniciado nos anos 70<sup>(22)</sup>, parece alcançar seu ponto máximo de tensão entre as partes antagônicas envolvidas em torno da metade dos anos 80 (em que pese ter sido bem anterior sua fase máxima de expansão) como indica a curva dos conflitos<sup>(23)</sup>.

---

Cont.(21) *em vez de dinheiro, através de acordo celebrado na Justiça do Trabalho, sob orientação do CODH de Guarabira. Vale ressaltar ainda que em 36% dos casos na ameaça explícita de redução dos roçados por intervenção das usinas que são proprietárias ou arrendatários ou querem comprar o engenho. No outro 44% a motivação para a ação trabalhista se relacionaria diretamente com as campanhas trabalhistas e salariais, promovidas na região a partir de 82. (TOSI, 1988:68/99).*

(22) *"Na década de 70, abriu-se um novo ciclo de lutas para os camponeses a partir da retomada do desenvolvimento da plantação ou da pecuária sobre as terras por eles utilizadas para a produção autônoma. Esta expansão tem sido feita através da compra de propriedades que, até então, não estavam sendo utilizadas pelo capital, mas eram ocupadas por 'moradores', arrendatários e foreiros que desenvolviam uma agricultura de alimentos voltada para o mercado. Com a valorização das terras, os herdeiros, que até então se contentavam em receber a renda, vendem-nas. (...) Os novos proprietários iniciam uma estratégia de pressões junto aos ocupantes no sentido de fazê-los desocupar a terra. Estas pressões podem ir do aumento do aluguel de fôro, cercamento de terras, invasão de roçados, ameaças físicas até à prisão e expulsão violenta dos agricultores. Este processo (com relação à expansão canavieira) se dá sobretudo no Litoral, nos tabuleiros costeiros, mas também se realiza em áreas tradicionais da cana como no Brejo. E se passa igualmente com as terras que serão aproveitadas para a pecuária. Assim, é o 'boi' ou a 'cana' que serão o motivo de expulsão dos pequenos produtores, foreiros, arrendatários ou moradores. É um processo global do capital em todo o país, que avança sobre o campo através das grandes empresas agro-industriais e agro-pecuárias e que vai corresponder a um reacendimento das lutas pela terra, através de inúmeros conflitos em quase todos os estados". (POTENGY, 1985:35-36).*

(23) *Continuando, a título de exemplo, a análise dos conflitos do Brejo (sobre os quais tivemos acesso a dados detalhados), observa-se que seu surgimento - concentrado no período 83-87 -*

Entre as variáveis deste fenômeno, além de fatores objetivos como o esgotamento progressivo das terras disponíveis para arrendamento dos pequenos produtores (25), ao mesmo tempo em que "o caminho do sul" não se apresenta mais como viável nem para a reprodução da economia camponesa nem como saída rumo à proletarização dos mais jovens (26), tem provavelmente peso a intervenção consciente e organizada de pessoas e instituições interessadas no processo de mudança.

---

(23) Cont: *se dá exatamente nas condições indicadas por POTENGY, como reação coletiva dos agricultores, moradores ou arrendatários, às diversas formas de pressão para que abandonem a área, efetuadas pelos herdeiros ou novos compradores, ou mesmo quando os agricultores - sabendo da intenção de venda - reivindicam seu direito de prioridade e a intervenção dos órgãos públicos a seu favor. Vale ressaltar também que, em sua grande maioria, referem-se a expansão da pecuária.*

(24) *Conforme pesquisa em 2 STRs do Brejo realizada pelo SEDUP em 1985, (da qual participei), havia já na época um contingente significativo de pequenos produtores que não conseguiram mais arrendamento por mais de 2 anos - como de costume anteriormente - e, sobretudo, que não conseguiam tais contratos de arrendamento, sendo a terra cedida por 1 ou 2 anos - a troca da obrigação do agricultor de deixá-la plantada a capim ou outra cultura comercial. Apesar da clara consciência entre os sindicalistas de que isso significaria, a curto prazo, esgotamento das terras disponíveis para a pequena produção, não se constatou nenhuma ação organizativa a este respeito. (Arquivo SEDUP).*

(25) *A possibilidade de reprodução da pequena produção paraibana graças a uma reserva de recursos permitida pela emigração no Sul, frequente no final dos anos 70, início de 80, estudada por GARCIA, (1984) - é hoje dificilmente constatável entre as perspectivas dos pequenos produtores da região estudada. Há uma diminuição do interesse para a migração no sul e até retorno de jovens que tinham ido em busca de trabalho.*

Certamente, em diversos casos, a capacidade de algumas lideranças dos trabalhadores de "*trabalhar*" situações de conflito e ajudá-las a desenvolver-se como lutas organizadas e perseverantes, questionando a identificação das direções sindicais tradicionais com os interesses dos trabalhadores, é um fator determinante para o crescimento do "*novo sindicalismo*".

## 2. O DESENVOLVIMENTO DAS LUTAS

Para os objetivos deste trabalho é importante recordar que o IIIº Congresso de Trabalhadores Rurais, organizado pela CONTAG em 79, marca a retomada das lutas e impulsiona a renovação e mobilização do conjunto das forças sindicais do campo. Ao mesmo tempo em que repropõe com força a bandeira da Reforma Agrária, abre perspectivas de trabalho por categoria, dando ênfase aos assalariados, e conclama os dirigentes sindicais a se engajarem na mobilização ativa e massiva das bases, através das "*semanas sindicais*" de cunho educativo, concentrações para o 1º de maio e ações coletivas de cunho reivindicativo, incentivando o recurso à contratação coletiva e à greve.

Mas o engajamento efetivo do movimento sindical na execução das deliberações do IIIº Congresso dependia da situação econômica e política de cada estado. Onde o sindicato não era capaz de fazê-lo, as lutas no campo surgiram e se desenvolveram lideradas por trabalhadores não identificáveis como quadros sindicais, e apoiados por instituições não sindicais. (ver Cap. III).

"A luta pela terra, nesta retomada da plantation canavieira na Paraíba, precede outra luta, após a multiplicação das expulsões e a transformação em "alugados": a luta pelos "direitos trabalhistas", e corresponde a uma nova configuração das relações de trabalho e a novas contradições". (POTENGY, 1985:38).

Com efeito, lutas pela terra e lutas por melhores salários e condições de trabalho e de vida se desenvolvem juntas no campo paraibano<sup>(26)</sup>, apesar de não encontrar sempre posições unitárias entre as diversas componentes que as apoiam - mais precisamente com o desenvolvimento das campanhas salariais e das greves - e sendo percebidas às vezes como contraditórias pelas diversas frações das forças sociais presentes.

Mas é no processo da luta amadurecido a partir de uma nova concepção sindical, que vai aos poucos se evidenciando como "*expropriação e exploração são duas faces da mesma moeda*", superando a heterogeneidade pela formação de uma nova consciência de classe. (Cr. TOSI, 1988).

Até época recente, a luta pela terra como a luta pelos direitos trabalhistas se efetuavam de forma quase exclusiva no campo jurídico, tendo como marco fundamental o cumprimento da legislação existente há 20 anos.

Uma, procurando enquadrar os casos de conflito nos parâmetros do Estatuto da Terra para sustar, através de ações jurídicas contra os proprietários o despejo dos trabalhadores e, após in

---

(26) Desde 1982, "Terra e Salário justo" são o lema central das "Semanas Sindicais do Brejo" e das mobilizações de 1º de maio, que se realizaram até 1984, com concentrações de 4 a 8.000 trabalhadores rurais. (Cf. TOSI, 1988).

tervenções das organizações sociais - tendo entre elas um papel de primeiro plano a Igreja, atuando em diversos níveis e formas (27) - que dão ressonância ao conflito a fim de que se torne socialmente reconhecido, e conhecido no âmbito mais amplo possível, fundamentando a "*desapropriação de interesse social em caso de tensão*". (28).

A outra, utilizando ações trabalhistas exigindo o cumprimento de várias leis aprovadas entre 1962 e 64, referentes aos direitos previdenciários para o campo, 13º salário, indenizações de benfeitorias, do roçado e demais direitos contemplados no Estatuto do Trabalhador Rural, bem como a "*lei do sítio*" relativa ao roçado como direito complementar ao salário para os canavieiros (de 1965).

Ações centradas na mobilização ampla dos trabalhadores em vista do instrumento da negociação coletiva, pautada porém pela lei de greve, começam somente em 84 com a 1ª Campanha Salarial dos Canavieiros da Pb, sendo que a busca de formas de superação dos estreitos limites legalistas se dá, na luta pela terra, com as mobilizações de 86 e começa a ser discutida, relativamente à Campanha Salarial, em 88, sem, porém efetivar-se.

Entretanto, desde o 1º de maio de 84, registra-se uma retomada de mobilizações (após 18 anos de silêncio no campo paraibano): as chamadas concentrações de trabalhadores rurais, que envolvem diretamente toda região do Brejo, tendo ressonância até o litoral

---

(27) Cf. NOVAES, 1985 e 1987. *Sobre Igreja e luta pela terra.*

(28) Cf. POTENGY, 1985:36 a 40.

(\*) *Sobre o uso da "lei de greve" nos dissídios dos canavieiros* (Cf. SI GAUD., 1980; CEDI, 1985; NOVAES, 1987).

e Agreste. Consegue-se, desta forma, sacudir sindicatos sonolentos parados nas questões burocráticas-assistenciais, adquirindo espaço de representação na luta pelos direitos. Estas mobilizações são o ponto alto para os trabalhadores, na tomada de consciência dos direitos e pontos de partida do processo que se desenvolverá com as campanhas Trabalhista (1983) e Salarial (1984), fazendo-lhes sentir que, unidos e respaldados pelo Movimento Sindical e demais forças sociais, podem retomar as lutas.

Em que pese as dificuldades de todo processo organizativo, podemos dizer que as mobilizações, são espaços privilegiados para que "a consciência de agir coletivamente, apoiados coletivamente, encoraje os trabalhadores a enfrentar a "lei do patrão", quebrando o medo de ir à Justiça". (29)

Nesta linha, marcam o início do "movimento pelos direitos" especificamente com os assalariados o 1º Encontro Estadual dos Dirigentes Sindicais da Zona canavieira e o 1º Encontro Estadual dos Assalariados (respectivamente em junho e setembro 82), com os quais se dá andamento a uma proposta de contato 'in loco' com os 32 sindicatos da zona canavieira e, sucessivamente, de articulação da categoria, levantando as reivindicações com os 116 delegados participantes ao 1º encontro de categoria e formulando um plano de ação a ser levado às bases. Conforme depoimento de dirigentes sindicais que lideraram o movimento, esta primeira saída do sindicato para as bases teria proporcionado o contato com 5.000 trabalhadores. Outro aspecto marcante e raro do movimento foi o fato de agrupar todos os STRs da zona canavieira, a FETAG/Pb e CONTAG; a Igreja nas suas expressões de organizações pastorais (CPT), de apoio jurídico de Guarabira, João Pes

(29) Cf. POTENGY, 1985:36 a 40.



soa e Campina Grande, e de serviço educativo (SEDUP); o grupo de assessores da Universidade (UFPb).

Com a reorganização do movimento (pesquisas, reuniões e escolha de delegados), afluência em massa dos assalariados às assembléias sindicais que *"surpreende os dirigentes sindicais"*, (como observa POTENGY, 1988), campanha de esclarecimento dos *"direitos"*, vem à tona as ambigüidades do sindicalismo marcado já por anos de história e as contradições existentes entre as forças que compunham o movimento.

A partir deste período começa a ter significância o número de ações trabalhistas encaminhadas pelos sindicatos<sup>(30)</sup>, inicia a cobrança do pagamento do 13º e até o Ministério do Trabalho realiza assembléias - a pedido dos STRs - com a presença de proprietários e trabalhadores, discutindo a necessidade de aplicação dos direitos. Entretanto, a campanha não é de fato assumida em todos os sindicatos. Após a primeira fase de euforia, muitos sindicalistas, frente à reação dos patrões que consideram *"insuportável"* ter que responder na Justiça porque um trabalhador seu *"botou questão"*, e que resistem ao pagamento do 13º e demais direitos, voltam à rotina costumeira e privilegiam a prática dos *"acordos"*. Mantém uma adesão formal às propostas que vem via FETAG, mas a prática pouco corresponde<sup>(31)</sup>. Entretanto, alguns desenvolvem uma postura mais combativa.

(30) Até este período existiam questões agrárias apoiadas pelos Centros, cuja política era mais de orientar os trabalhadores, provocando a atuação das instâncias sindicais, especialmente a FETAG, com seu serviço jurídico.

(31) Há até casos de presidentes de STR que se recusam a participar da Campanha Salarial de 84, apesar de comandada diretamente pela CONTAG.

Queremos aqui ressaltar a importância das lutas na renovação do sindicalismo, enquanto elemento que questiona o funcionamento do sindicato e provoca a renovação das direções. É neste contexto que, no período 83-84, alguns dirigentes acabam retirando-se por ocasião do fim do mandato, abrindo espaço para novas figuras que não precisam, portanto, se engajar numa "oposição sindical".

Conforme relata - referindo-se ao ocorrido num STR vizinho - uma liderança eleita pela 'Oposição Sindical'.

"A gente começou a sacar que uns camaradas considerados combativos simplesmente 'aprendiam uma linguagem', mas a prática era diferenciada do discurso. Então se batia para fazer algumas oposições. Nossa linha era de trabalhar junto e dentro das organizações dos trabalhadores. Por esse encaminhamento de levar os problemas pra dentro do sindicato (no município já havia duas ou três questões de terra na época), o presidente começou a se sentir imprensado entre o lado dos trabalhadores e o lado dos patrões (dos quais - ele explica - tinha toda confiança). Aí cede o sindicato para A., que estava engajado na pastoral rural. Aí em 83 foi eleito mas não por disputa: chapa única".

(entrevista a um sindicalista do Brejo-Pb :1987)

Se as lutas surgem a partir das contradições econômicas e os conflitos são gerados pela dissolução das relações tradicionais, constata-se porém, que elas se desenvolvem em presença de outras condições, entre outras, a intervenção de mediadores (organizações, grupos ou pessoas distintas do grupo diretamente envolvido) que, além de uma ação finalizada ao reconhecimento social de acontecimentos antes isolados (32), facilitam a

(32) "parece ter ficado pra trás a época de lutas isoladas e que tomavam o caráter de conflitos circunscritos. A experiência das Ligas...serviu de lição histórica na medida em que conseguiu evitar o isolamento do movimento camponês e sua ação puramente local, unificando comunidades e dirigindo-as numa mesma direção (AZEVEDO, 1982:76 - in: POTENGY, 1985:38).

articulação entre diversas lutas e, às vezes, desenvolvem uma metodologia de trabalho que podemos definir educativo, de desenvolvimento da participação dos trabalhadores evidenciando as contradições (como aponta o depoimento anteriormente citado).

A abertura de espaços na sociedade para a manifestação e expressão social do conflito e para seu reconhecimento e apoio favorável aos trabalhadores é também condição fundamental, que pode depender de mudanças do contexto conjuntural sócio-econômico e político.

Por isso, o entendimento do processo de formação do "novo sindicalismo" no campo paraibano passa pelo entendimento das relações que se estabelecem nos dois níveis acima indicados.

### CAPÍTULO III

#### SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS: UM CAMPO DE FORÇAS

No final dos anos 70 o país passava por um período favorável ao reconhecimento e crescimento das lutas populares, pela conjunção de vários fatores que viabilizam a realização, pelas mais diversas forças sociais, de iniciativas para a mudança do regime político repressivo, tais como: a campanha pela anistia, o ressurgimento das mobilizações operárias no ABC e de uma atuação sindical de massa, a luta dos movimentos populares contra a carestia, a posição hegemônica da hierarquia da Igreja Católica claramente favorável à mudança, a organização das CEBs; movimentos que refletem todos um forte sentimento oposicionista, que encontra expressão política na vitória expressiva do então partido de oposição MDB.

Neste contexto as lutas sociais dos trabalhadores do campo paraibano se inserem em um campo de forças que pressupõe oposições/identidades, confrontos/apoios. Como sujeitos das lutas - a partir de sua própria experiência - os trabalhadores vivenciam e constroem referências para entender e avaliar o conjunto das forças sociais com as quais se relacionam.

O conceito de "campo de forças" remete à teoria dos campos elaborada por Pierre Bourdieu. A utilidade do conceito está principalmente na possibilidade de apreensão sincrônica de espaços estruturados de posições em relação nestes mesmos espaços.

Assim, perceber o campo de forças constituído pelo sindicalismo rural na Paraíba significa perceber o "estado" das relações

de força entre agentes ou instituições engajadas na luta e perceber também quais são os objetos de disputas e as forças prontas para disputar o reconhecimento e adesão dos trabalhadores rurais. Para entrar no campo de disputas os agentes, instituições e pessoas, necessitam conhecer e reconhecer as regras do jogo e formular "ofertas" inerentes à sua posição no campo. (Cf. BOURDIEU, 1983:89-94).

Percebida como "para" os trabalhadores e não "dos" trabalhadores, gerida por outros <sup>(1)</sup> que têm o poder e o administram a favor ou contra eles, a organização sindical tem como contraponto as experiências chamadas "de base" onde se vivencia o pertencimento, a democracia direta e, em formas diversas, a passagem do local ao nacional pelas informações, reflexões e em muitas ocasiões, contatos diretos. São as organizações de Comunidade Eclesial de Base, com a vivência de grupo, de trabalho comunitário (mutirões, roças comunitárias, etc), de celebrações, encontros amplos e de luta pela terra; os movimentos de trabalhadores cristãos (ACR, MER, <sup>CPT</sup> CPT<sup>(\*)</sup>, Pastorais Rurais Diocesanas) que, apesar de estruturados inclusive em nível nacional, mantêm uma identidade em quanto trabalhadores e formas de representação não delegada; outros movimentos que vem adquirindo fisionomia própria e identificação em quanto populares e de trabalhadores: em nível nacional, foi o caso do Movimento Contra a Carestia em

(1) Desde o "sindicato do padre" ao sindicato do presidente atrás do qual os trabalhadores percebem a existência de um alguém mais "forte", podendo ser as várias figuras do "poder local" ou o FUNRURAL (difícilmente percebido como "estado"), a FETAG (geralmente personalizada no seu presidente). Nos (poucos) contatos que tivemos com trabalhadores que pertenceram às Ligas Camponesas, apesar de falarem das figuras importantes que os respaldavam, evidencia-se uma atitude distinta, de pertencimento.

(\*) ACR: Antiga Ação Católica Rural, hoje movimento de Animação dos Cristãos no meio Rural; MER: Movimento Irmandade Rural.  
CPT: Comissão Pastoral da Terra.

70 e, em 80, do Movimento dos Sem Terra; na Paraíba, hoje, é o caso do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo.

É nestas realidades que se desenvolve a trajetória das novas lideranças que passam a exigir participação e representatividade no sindicato, através da mudança dos quadros dirigentes, pouco apercebendo-se, inicialmente, da questão estrutural e das relações de classe embutidas no sindicalismo através das lutas por terra e salário e, principalmente na relação com as estruturas do poder que os trabalhadores percebem estar por trás dos opostos interesses que os tocam diretamente.

#### I. O MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES NA PARAÍBA

A compreensão da situação atual do Movimento no campo paraibano passa pelo entendimento de suas origens. Neste sentido levantamos informações relativas ao surgimento dos 143 STRs hoje existentes e reconhecidos na Paraíba (Cf. quadro "*fundação dos STRs da Paraíba*", em anexo).

Dividimos as épocas de fundação em quatro grandes períodos: 1962-64, antes do "corte" de 64; 1965-70; época de trabalho da FETAG-Pb; 1971-82, período marcado pelo interesse aos benefícios assistências do FUNRURAL; 1983-88, extensão do sindicalismo até cobrir todos os municípios da Paraíba, fundando sindicato onde antes existiam delegacias. O quadro que elaboramos utilizando, na medida do possível, o ano de fundação dos STRs e não tanto a data de reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, que consta nos dados da FETAG e DRT, e organizado por micro-regiões), nos mostra que 23% dos 131 sindicatos fundados até 1982 (não consideramos importantes, para os fins

da nossa análise, os que foram fundados no período da atualidade) já iniciou sua existência antes de 64: são em total 30 sindicatos, dos quais, porém, somente 10 conseguiram reconhecimento naquele período. Trata-se, dos chamados "*Síndicaatos do Padre*" fundados pela ação da Igreja, quase todos localizados na região objeto deste estudo e, entre eles, todos os do Brejo. Há também alguns dos chamados "*Síndicatos da Liga*", fundados por iniciativa das próprias Ligas Camponesas (São Miguel Taipú), ou até em conjunto com gente da Igreja (como parece ter sido no caso de Campina Grande). A maioria deles conseguiu reconhecimento só no período 65-66, imediatamente após o golpe; observamos o caso do STR de Araruna, fundado pelo padre do lugar (e segundo o mesmo, já reconhecido pelo Ministério do Trabalho), que desaparece até dos arquivos da FETAG, sendo praticamente refundado em 1972.

No período 65-70 foram fundados 29 sindicatos (22% dos existentes até 1982) e reconhecidos 19 daqueles fundados até março de 64. Situação indicativa do pleno ritmo de trabalho da FETAG, que confirmaria, inclusive, a hipótese de alguns autores (2) de que o corte maior no campo não se daria em 64 mas "a partir de 72, período do refluxo político na área rural".

Chamamos, portanto, os sindicatos fundados durante estes 6 anos que precedem a época marcada pela lei de assistência rural, de "*síndicatos da FETAG*". Sabemos, porém que têm STRs com as mais diversas origens: intervenção dos "*poderes públicos*" onde antes existiam as Ligas (Rio Tinto e Sapê) ou ação de militantes católicos. Emblemático é o caso de Sapê, município sede da maior Liga da Paraíba desbaratada com o golpe (3) onde uma fração

(2) Cf. PALMEIRA, 1985: 46/47, sobre intervenções e serviços asistenciais .

(3) Onde teve sede o quartel geral da repressão, comandada pelo tenente Luis de Barros (em seguida deputado) do qual, todas as lideranças da época guardam triste lembrança de interrogatórios e pancadarias.

mais progressista do exército (do Batalhão de Engenharia) toma a iniciativa junto a alguns trabalhadores de fundar o Sindicato, quase a resguardar alguma forma de amparo legal para os trabalhadores do município. Entre os militantes católicos que se engajam na fundação de STRs, encontramos, de um lado, os técnicos da ANCAR,<sup>(\*)</sup> discretamente inseridos no Movimento Sindical através da colaboração com a FETAG-Pb (Cf. NOVAES, 1987:183/198), que intervêm na fundação dos STR de Santa Rita, Gurinhém, São José das Piranhas; de outro lado temos os casos de Boqueirão dos Cochos e Cachoeira dos Índios, no Sertão STRs fundados já no final da década, num processo de lutas principalmente dos arrendatários e nas frentes de emergências da seca, por jovens da JAC (Juventude Agrária Católica), animados por um padre da Igreja popular.

O período dos "*sindicatos do FUNRURAL*" registra a grande expansão na região interiorana da Paraíba: a metade dos sindicatos hoje existentes (55% se considerarmos os STRs fundados até 1982) tem seu início entre 1971 e 1982: é desta forma que o sindicalismo se expande em todas as áreas sertanejas.

Nos primeiros anos 70 ainda tem uma considerável atuação do pessoal da ANCAR para a fundação de 8 STRs.

Enfim, 8% dos STRs são fundados em 83/88.

Em 16 de julho de 1962 os sindicatos de Areia, Serraria, Marí, Solânea e Alagoa Grande, todos conhecidos como "*sindicatos do padre*", fundaram a Federação da Lavoura do Estado da Paraíba, mais tarde denominada Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba (FETAG-Pb).<sup>(4)</sup>

---

(4) Cf. NOVAES, 1987:187/88.

(\*) ANCAR: entidade governamental de extensão rural, da qual tem origem a atual EMATER.



Após o golpe militar de 1964, dirigentes da FETAG-Pb foram chamados para prestar depoimentos, mas, em seguida, permitia-se que a Federação continuasse funcionando, tendo sede no Círculo Católico Operário em João Pessoa (até 1969).

Nesta época, segundo relatório da FETAG (Cf. NOVAES, 1987: 124) colaboravam para a organização: o SORPE - Serviço de Orientação Rural da Igreja de Pernambuco, a Diocese de Campina Grande, a CNBB no Nordeste, a Confederação Brasileira de Sindicatos Cristãos e funcionários da ANCAR, a disposição da FETAG, para atividades de formação sindical de base, no âmbito da "extensão rural", cuja atuação continua até 74.

Quanto à atuação da FETAG-Pb nos 25 anos de sua existência até a última eleição de abril 87, podemos dizer, grosso modo, que teve uma linha de condução sempre buscando se reproduzir enquanto instância do Movimento Sindical. O que a obrigava, ao mesmo tempo, a ter o discurso de representação e reivindicação da categoria e se adequar às vicissitudes do regime militar. Como explica o ex-presidente da FETAG-Pb (1968-86), mas referindo-se ainda ao período em que atuava no STR de Alagoa Grande:

*"Em fins de 65 e entrada de 66, foi quando se recebeu ordem do governo que se podia fazer reuniões na sede, para tratar de interesse único exclusivo dos trabalhadores rurais e nada mais, política partidária coisa nenhuma, era uma vigília constante (...). e a dificuldade foi muito grande porque tínhamos que atender a dois senhores ao mesmo tempo. Nós éramos comandados pelo governo. Até pouco tempo tinha aqui na Federação um cidadão aqui que estava posto à disposição da Federação que era um major do Exército, em todas as repartições tinha (...). Tinha que servir a dois senhores: não deixar de reivindicar o direito do trabalhador, não deixar de lutar pelo direito que ele já tinha por lei e até por lei de regime militar, o Estatuto da Terra. Mas tinha que ter muita cautela, muito cuidado, para permanecer no Sindicato. E fomos fazendo reuniões para os trabalhadores voltarem ao sindicato, mostrando que o sindicato era instituição do governo, através dali explicando as leis". (Sr. Alvaro Diniz). (in: NOVAES, 1987:187/88).*

Embora nos anos 70 e primeira metade de 80 a FETAG no estado da Paraíba não fosse considerada normalmente entre as Federações mais atuantes, principalmente quando comparada com Pernambuco, ao nível do Conselho da CONTAG se posicionava entre as mais progressistas que permitiam que a Confederação tivesse um posicionamento mais avançado do que a média do conjunto dos sindicatos.

De fato, a CONTAG e as FETAGs vêm representar - segundo diversos autores que analisam o chamado 'complexo CONTAG',<sup>(5)</sup> - a posição de "não rompimento com o *establishment* sindical conservador"<sup>(6)</sup> e, por conseguinte, a aceitação de um ritmo mais lento de mudança das instituições sindicais e trabalhistas" ,

---

(5) Conforme estudo de José dos Reis SANTOS FILHO (1985:12) , *CONTAG, Federações Estaduais, Sindicatos, Delegacias Sindicais, formam um complexo de instâncias articuladas e coordenadas entre si, possibilitando a expressão do Movimento Sindical Rural do local ao Nacional e vice-versa, e também elaboração de políticas e comportamento comuns.* Cf. também MEDEIROS, 1988 - ALMEIDA, 1984 - SGRECIA, 1988.

(6) Sobre o sindicalismo urbano, na mesma época diz M. Hermínia T. de ALMEIDA, que a "reativação do movimento sindical brasileiro, com as greves do final dos anos 70, encontra na resposta repressiva governamental e na inclinação conservadora que marcou a conduta da imensa maioria das lideranças sindicais" o caminho para uma "reforma conservadora".  
Diz ainda a mesma autora que "Não se tratava tanto de uma ideologia política conservadora, mas de um modo de enfrentar a rotina sindical e de um compromisso com a defesa das instituições (sindicatos, federações, confederações), ...- que garantia a conservação de um establishment sindical..."  
"Essa prática conservadora não excluía, conforme as circunstâncias, o discurso radical contra a política trabalhista do governo e os males da falta de liberdade e autonomia sindicais. Afinal, ela era conservação de um establishment sindical, que desde os anos quarenta convivera com diferentes regimes, distintas orientações governamentais a diversos níveis de movimentação social. Neste contexto de conservadorismo prático, de resistência passiva a mudanças drásticas do ordenamento jurídico e do funcionamento concreto da estrutura sindical, moveram-se tendências, que foram adquirindo maior visibilidade no final dos anos setenta ." (ALMEIDA, 1984:210).

alinhando-se com a atuação da esquerda ortodoxa (comunistas), que, a nível nacional, desaguam na linha de "Unidade Sindical". (7)

Desta forma, a CONTAG e as Federações - que, na estrutura vertical, repassam para as orientações recebidas de cima - mantêm "um discurso crítico à política agrária e agrícola do Estado, à estrutura sindical, mas uma ação extremamente cuidadosa, quer a nível de intervenção sobre os conflitos, quer a nível do esforço para não romper alianças cristalizadas no interior dessa mesma estrutura sindical". (MEDEIROS, 1988).

Quanto à Paraíba, esta política de prudência não assegurou, porém, à CONTAG e às forças que apoiavam a FETAG-Pb, a direção da Federação na eleição de 1987. Nesta ocasião, uma ala sertaneja mais descomprometida do movimento sindical da Paraíba, compôs uma chapa com uma parte da Pastoral Rural que não aceitava as diretrizes da CUT no campo (8), para se opor a outra chapa composta pelo presidente e vice da FETAG/CONTAG, CUT, MER/Corrente Sindical Independente (9) e outras forças da esquerda.

Disputando espaços de representação dentro da Federação, as forças em presença realizaram um Congresso Estadual (resolução do IVº Congresso da CONTAG de maio 85) que, por poucos votos, deu vitória à composição FETAG-CONTAG/CUT/MER. No entanto a CONTAG,

(7) *Unidade Sindical* é autodenominação de uma corrente de forças atuante no Iº CONCLAT que reúne PCB/PC do B/CONTAG/MR 8 e outras forças que desembocam na formação da CGT.

(8) Vale lembrar que nesta chapa foi contemplado um segmento do setor classificado entre os progressistas da Igreja da Paraíba, o que nos faz perceber a necessidade de - ao falar de Igreja - considerar não apenas as diferenças entre conservadores e progressistas, mas também as diferenças de concepções e práticas entre a ala que se coloca a serviços dos trabalhadores. (NOVAES, 1984:72).

(9) Cf. NOVAES, 1987:260 seg. sobre o MER - Movimento de Evangelização Rural.  
A corrente Sindical independente é a expressão sindical do MER.

quese empenhou pela chapa inicialmente vencedora, enviando um assessor destacado para acompanhar o processo, não teve força política suficiente para assegurar o resultado do Congresso, e, no Conselho de Representantes, foi dada vitória à chapa de oposição a diretoria, que representa o bloco considerado mais conservador entre aqueles que estiverem à frente da FETAG-Pb por 20 anos. (\*)

Este resultado dificultou ainda mais a tênue atuação da CONTAG no Estado, refletindo sobremaneira na Campanha Salarial. Assim como trouxe para o Conselho da CONTAG um aliado para as forças mais conservadoras, em oposição à gestão de José Francisco da Silva.

(\*) No Congresso da FETAG-PB (18-19 de março 87) votaram três diretores efetivos de cada STR, mais um delegado por cada mil sindicalizado "quites", resultando num total de quase 450 votantes. Nesta eleição, a chapa 1 (encabeçada por Liberalino Ferreira de Lucena, na época vice-presidente da FETAG) perdeu por 13 votos. Conforme notícia o NORTE em 09.04.87:

"Derrotado, Liberalino Lucena resolveu recorrer ao Conselho da FETAG, que lhe garantiu a participação num pleito indireto onde apenas presidentes ou representantes de sindicatos tiveram direito a voto. Álvaro Diniz ficou, mais uma vez, surpreso quando o seu opositor conseguiu uma maioria de 25 votos."

De fato, o grupo mais conservador, apelando pela aplicação do Estatuto (que não tinha sido ainda mudado para se adequar às deliberações do IV Congresso CONTAG de 85) realiza, em abril, nova eleição restrita ao Conselho de Representantes da qual participaram 127 presidentes de STRs da Paraíba.

Como reclamava a CUT em "nota à imprensa" (abril 87) "a chapa encabeçada pelo senhor Liberalino (Caboclinho) posicionou-se contra a realização do Congresso e contra a discussão de um programa de ação, demonstrando que preferia restringir o colegio eleitoral e proceder às eleições dentro de uma "legalidade" viciada, que nada tem contribuído para o fortalecimento do sindicalismo combativo no campo."

Vale observar que esta chapa, que resultou na atual direção da FETAG, foi formada pela maioria dos sindicalistas que já estavam na direção, sendo todos presidentes de sindicatos desde a época de fundação no período do FUNRURAL. Mas, foi integrada também por 2 sindicalistas que tinham participado da renovação sindical em 82-83.

Nesta eleição, muito controversa pelas opostas posições que se manifestaram no campo de forças da "mudança", a CUT-PB justificou seu engajamento na chapa 2, encabeçada pelo então presidente Álvaro Diniz, da seguinte forma: "A CUT entende que a construção de um sindicalismo novo também passa pela atuação no interior da estrutura sindical existente. (Por isso), tem participado criticamente em todas as instâncias do movimento sindical. (...) A composição de forças no interior da chapa 2 (avaliou-se que) abriria um espaço para CUT desenvolver no interior da federação um trabalho que realmente desse condições para representar as lutas dos trabalhadores ..." (Documento: A CUT e as Eleições na FETAG-PB, abril 87)

## 2. A FETAG-PB: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

O atual vice presidente da FETAG-Pb avalia o emperramento advindo ao Movimento Sindical pela permanência nas direções sindicais de sindicalistas que se mantêm no poder desde a época marcada pelo assistencialismo:

"São presidentes de sindicatos de dez, doze, quinze e até vinte anos atrás, que ainda permanecem dentro do sindicato, e isso é muito difícil; é aquele paliativo desgraçado de médico, de construir casas para o trabalhador, através do que? enganar o trabalhador. Por que, eu acho, que como o presidente de sindicato se mete em trazer médico pra dentro do sindicato, construir casa, arrumar com os políticos chão de casa para dar ao trabalhador, eu tenho isso como o maior absurdo do movimento sindical.

E o pior é que a gente, como FETAG, não pode chegar lá e aplicar as coisas direito, porque, na verdade a situação é subordinada a eles: eles têm o direito de fazer e desfazer lá no município, e a gente não pode proibí-los disso. É muito difícil pra gente trabalhar (Vice presidente FETAG-Pb, 45 anos, dez 87)

Entretanto, parece haver uma distância evidente entre este discurso e a prática da própria FETAG por ocasião das eleições sindicais, quer no que se refere à manutenção do "status quo" tão criticado, quer por quanto concerne à intervenção direta da FETAG em situações sindicais específicas. (10) Como exemplo, o relato dos acontecimentos da eleição sindical de Campina Grande, registrados pelo advogado A. Barbosa e o assessor sindical J. R. Novaes, pode ser útil.

"A inexistência de quorum nos três primeiros escrutínios abria possibilidade da escolha de uma Junta Governativa eleita em assembleia geral da categoria, por um período de seis meses, para normalizar a situação do sindicato e organizar novas eleições [...].

(10) Este mesmo sindicalista esteve presente - com todo peso de sua posição de diretor da FETAG - em numerosas eleições sindicais, analisadas em nosso estudo, concorridas por Oposições Sindicais, como: STR de Campina Grande (abril e outubro 88); Araruna (dezembro 87); Solânea (Junho 88); Tacima (setembro 88), etc.

Antecipando a realização da assembléia sindical para a escolha da Junta Governativa, os dirigentes da FETAG-Pb encaminharam à DRT os nomes dos agricultores que compoñiam a Junta Governativa, ao mesmo tempo que articulavam com a diretoria do sindicato para a realização de uma assembléia geral (restrita), sem ampla divulgação, para referendar a Junta proposta pela Federação.

A DRT, antes mesmo da realização da assembléia geral, nomeou a Junta Governativa proposta pela FETAG, em 2/5/88 contrariando as resoluções da legislação em vigor.

Em entrevista concedida ao Correio da Paraíba, em 10/05/88, os representantes da chapa de oposição afirmavam "que havia enviado um documento ao Delegado do Trabalho protestando contra a nomeação da Junta sem a escolha pela assembléia e salientaram que não aceitavam a posição da presidência da FETAG, que eles consideravam arbitraria e antidemocrática. [...]"

Em dez de maio, realizou-se dentro das condições acima referidas, a assembléia geral do sindicato, referendando a Junta proposta, com prometida com os interesses dos dirigentes sindicais descomprometidos com as lutas dos trabalhadores." (BARBOSA e NOVAES, 1988: 16)

No acontecimento mais recente, em que se dá a circunstância do assassinato de um agricultor, líder de comunidade numa "área de conflito" do Litoral Paraibano, (11) a FETAG foi acusada de prestar informações tendenciosas à imprensa sobre os fatos ocorridos, resultando no encobrimento do conflito e de suas verdadeiras causas. Neste sentido, a imprensa noticia o protesto de 37 entidades (sindicais e de Igreja) e da sociedade em geral, que levam à público um documento relatando o desenrolar dos fatos e concluindo: "A CUT-Pb e entidades abaixo relacionadas

(11) A noite de 29.12.88 é assassinado em sua casa com um tiro de espingarda 12, o agricultor José Avelino dos Santos morador da Fazenda Gurugi II, município do Conde, onde residem 70 famílias de posseiros que, desde 1987 vêm lutando para permanecer na terra, desapropriada pelo MIRAD em 19.05.88, ato que porém, não foi seguido pela emissão de posse, tendo os proprietários - irmãos Nilson e Nelson Pimentel de João Pessoa - contestado o valor da terra e forma de pagamento proposta pelo MIRAD. Segundo o MIRAD, estão interessadas na desapropriação da Fazenda 160 famílias, sendo 70 de posseiros, com prioridade no assentamento, e 90 de rendeiros. Conforme manifesto das entidades, está incluída entre as famílias, também a do ex-administrador da Fazenda - contra a vontade dos posseiros mas apoiado pela FETAG e MIRAD - que sequer reside na Fazenda.

não aceitam que fatos de tamanho gravidade se jam reduzidos a 'brigas entre posseiros' num claro desvirtuamento da questão e estranham que a FETAG tome atitudes em comum acordo com a classe patronal, a UDR e o Governo, quando a firma' que não pode intervir no caso, pois o mesmo está sendo apurado pela polícia, além do mais fica difícil porque a briga é entre tra balhadores' - conforme noticiado no O Norte de 03.01.89."

(Jornal O Norte 04.01.89 p.6 geral)

No caso, a direção da FETAG apenas reinvidica ao governa- dor do Estado o envio à área de tropa da Polícia Militar " para assegurar a tranquilidade das famílias residentes na Fazenda Gu rugi II", ao invés de reconhecer seu papel de defesa dos interes ses dos trabalhadores lesados: de um lado, acelerando o processo de Reforma Agrária; do outro, sabendo identificar a contradição de classe presente na relação entre o antigo administrador da Fa zenda e os posseiros, por ele mandados até então, e que não po de ser dissimulada numa relação de igualdade enquanto trabalha - dor rural, apoiando, inclusive, sua chefia de uma das Associações de trabalhadores da Fazenda.

Com efeito, a postura de neutralidade, quando não de apoio aos proprietários, tem sido verificada como marca da administra ção - em seus respectivos municípios - dos sindicalistas que com poem a atual direção da FETAG.

Cont. (14) da Gurugi II e que organizou um grupo de pessoas de fora para in vadir a terra. O mesmo ex-administrador, com um grupo de capangas , destruiu no dia 26.12 plantações feitas em mutirão pelos posseiros e no dia 29 seus capangas destruíram a sede da Associação dos Traba lhadores Rurais de Gurugi. No mesmo dia (do assassinato) tinha havido outro trabalho em mutirão dos posseiros.

Enquanto o delegado do MIRAD, José Costa - admitindo a existência do conflito pela posse da terra - considera "que o MIRAD é responsável moral pela morte do agricultor" sendo a tensão resultante da morosida de no processo de emissão de posse das terras, a FETAG centraliza a questão nas divergências existentes entre as duas associações de mora dores da área - uma das quais presidida pelo ex-administrador da Fa zenda (principal acusado do assassinato do dia 29 e com mais 3 proces sos pendentes) que no dia 02.01.89 se dirige à FETAG "pedindo prote ção e acusando o frei Anástacio (representante da CPT de João Pessoa) de ser o pivô no conflito pela posse da terra e, ainda, seu presiden te afirma que o MIRAD já deveria ter deixado de negociar a compra das

É interessante observar que, em determinados casos, a busca de boa relação com o patronato local é vivida pelos sindicalistas formados à escola do Estatuto Sindical, como necessária tarefa de conciliação de interesses opostos, que lhe é justamente atribuída pela estrutura sindical vertical e burocratizada. (12) Não é de se estranhar, portanto, que as lideranças da FETAG-Pb tenham um discurso, em certa medida 'combativo' a respeito da Reforma Agrária e uma prática avaliada, no seu conjunto, ino

*Cont. (11) terras onde o agricultor assassinado trabalhava - já que "não acredita que o dono daquela propriedade aceite as propostas do MIRAD ..."* (Correio da Paraíba 03.01 e 04.01.89 - o Norte 03.01 e 04.01.89).

*Vale ressaltar que no dia 27.12 os acontecimentos tinham sido levados ao conhecimento do Governador, que teria assegurado o envio de reforço policial no prazo de 3 dias. (o Norte 04.01.89 "Entidades sindicalistas lançam manifesto").*

*A imprensa noticiou também acusações da UDR contra o representante da CPT, (da qual fazia parte inclusive o agricultor assassinado), bem como interrogações da opinião pública ao presidente da FETAG, a respeito de suas amizades com pessoas da UDR. (Correio da Paraíba de 08 e 03.01.89 respectivamente).*

- (12) Outro dirigente da FETAG-Pb, perguntado a respeito de sua relação, *en* quanto presidente do STR de Solânea, com os proprietários, responde: "Não é dos piores, pelo fato de que quando surge qualquer desentendimento, falta de conhecimento dos proprietários, meu primeiro papel é fazer um ofício contando as coisas que ele vem me procurar. Que se eu for atrás dele sem ele me procurar, ele diz que não foi ele, fui eu que procurei ele. Ele veio contar sua história, eu vou ouvi-lo, daí pra entender se ele tem direito ou não tem, se ele está com suas razões ou não tá. Daí, eu faço um ofício convocando uma propriedade e atendo à FETAG, explicando as leis a ele, que se ele é proprietário tem direito, por outro lado o trabalhador também tem. A propriedade é um patrimônio que existe dois donos: um de fato e de direito, e o dono da posse: o meeiro, o foreiro, arrendatário, assalariado, que de qualquer maneira eles têm até convencer o patrão. (...) Na hora do aperto eu mostro as leis, coloco pra eles, se eles não quer fazer acordo com o trabalhador perante a minha pessoa, só me resta um caminho, tentar na Justiça. Ele está querendo briga, eu não quero, mas como ele não chega a conclusão de entender o direito do trabalhador e só olha o direito dele, só reconhece o direito dele, não quer reconhecer a outra parte, aí ele me obriga a entrar. Aí tenho minhas inimizades poucas, mas tem patrão que me trata bem, e quando tem problema que ele vê que eu tenho razão, eles me dá razão ... O que tem mais conhecimento procura o outro que é mais ignorante e tem que ver que é mais fácil pelo entendimento ... se for na Justiça é pior. E com isso, eu tenho me saído muito bem." (Presidente de STR Solânea e dirigente FETAG-Pb, 54 anos, em 07.01.88)



perante. (13)

Enquanto é bastante claro e generalizado o reconhecimento, pelos sindicalistas tradicionais, do direito do agricultor a permanecer na terra nos casos configuráveis como posse ou morada de longa data - tendo esses sindicalistas incorporado a questão dos "direitos" e do Estatuto da Terra, cuja aplicação foi bandeira de luta por muitos anos no meio sindical - reaparece a conhecida postura da "prudência" e do recuo toda vez que se passa do caso individual ao coletivo, onde pode-se configurar "conflito de terra", ou em qualquer situação não bem enquadrada nos parâmetros do Estatuto da Terra.

Em particular, com relação à Reforma Agrária, a postura é de distanciamento crítico do Governo e das autoridades (notadamente as que estão mais longe, para não ter que entrar nunca na análise das situações próximas, onde seria necessário considerar situações e responsabilidades precisas ao nível municipal e estadual (14), onde teriam que ser colocadas a nú as relações entre as diversas partes envolvidas: movimento sindical, estado, políticos, patrões ...)

(13) "É que o discurso político, sempre polêmico, acarreta certo jogo de contradições lógicas, que se pode conceitualizar sob os termos de simulação, de mascaramento, de convicção: pela simulação, o locutor toma de empréstimo o vocabulário de um grupo que não é o seu para sustentar um discurso de seu grupo." (ROBIN, 1973: 45)

(14) *Presidente e vice presidente da FETAG-Pb, junto a um assessor contratado, integram a Comissão Paritária Estadual (ocupando 50% das vagas), que, no âmbito do Projeto Nordeste, avalia os problemas fundiários do Estado, dá parecer a respeito de desapropriações ou compras de terra para fins de Reforma Agrária, entre outras atribuições, junto ao MIRAD e Governo do Estado.*

Assim se expressa o presidente da FETAG:

"Dá pra dizer que o Ministro da Reforma Agrária tem interesse em fazer Reforma Agrária? quando é latifundiário e parte do poder econômico? Não dá pra acreditar muito. A gente tem que ir à luta porque é uma necessidade. É o Ministro da Reforma Agrária, foi colocado pra fazer Reforma Agrária, e se colocado pra isso, nós temos que cobrar e insistir. (...) O quadro é o seguinte: o homem não dá pra fazer nada, porque tem o sistema para entrar. O sistema é que trava tudo. Quando se pensa que vai fazer, vem o sistema e segura tudo. Mas o ministro que foi colocado é exatamente o ministro do sistema, Jader Barbalho ..."

(Presidente da FETAG-Pb, 44 anos, entrevista em 04.01.88)

O vice-presidente tem pronunciamentos mais incisivos:

"Eu tenho esse decreto (D.P. 2363 de 1987, que limita as possibilidades de desapropriação), como um desrespeito aos próprios constituintes. Foi uma paulada na cabeça do trabalhador, especialmente do trabalhador nordestino.

Então, o presidente da República deve ser mais claro, dizendo 'Não quero. Eu sou latifundiário e não aceito Reforma Agrária no País.' ... diga a verdade que eu até defendo ele. Agora fazendo a gente de tolo, não dá.

As autoridades dizem até muitas vezes que a Igreja, os Sindicatos, são comunistas, que fabricam conflitos. Não é verdade não. Quem veve criando conflitos e empurrando os trabalhadores para o conflito é o próprio presidente da República. Eu desafio, dentro do País, qual foi a propriedade até hoje, que foi desapropriada sem um conflito de terra. Só é desapropriada depois que o trabalhador briga, luta, derrama o sangue dele ... Quem está educando o trabalhador à luta é as autoridades federal."

(Vice presidente da FETAG-Pb, 45, entrev. dez 87)

Já outro diretor da FETAG-Pb, após colocar que o proble

ma "não é só a terra, é a terra nas condições do trabalhador trabalhar, não é só dar a terra" - manifesta toda sua descrença nas autoridades:

"A Reforma Agrária que se fala no Brasil, tão falada, não está existindo nem vai existir. Só se mudar o Governo, Ministério, Assembleia Constituinte. Enquanto o colarinho branco, o homem grande latifundiário tiver na Constituinte, não tenha medo da Reforma Agrária não. Eu tinha uma

grande esperança em Marcos Freire, porque na 1.ª entrevista que ele deu, ele disse que era ministro da Reforma Agrária e não ministro da invasão. Que ninguém podia invadir propriedade de ninguém. Se fazia Reforma Agrária sem invasão, respeitando o patrimônio alheio. Morreu!."

Com efeito, no município onde ele é presidente do STR, houve 4 conflitos de terra - solucionados um com desapropriação e dois com compra de terra - nos quais o presidente do STR não representou os interesses dos trabalhadores. Quanto às formas de luta, tudo se reduz a:

"Cobrar das autoridades, cobrar do Governador federal, estadual, cobrar destes constituintes, cobrar desses senadores, desses ministros. [15] A pressão deve ser feita, o ato público. Agora, tudo regularizado, tudo que não ultrapasse, tudo deve ter o limite. Mas de calar, de ficar parado, não! "

No momento da entrevista estava ainda sem solução um caso de conflito de terra, que teve momentos de forte tensão com fatos de violência noticiados pela imprensa, no período de fevereiro / março 87 (16), continuando - após a intervenção do INCRA e FUNDAP - a ameaça de despejo. No concreto, o que vigora é o legalismo:

"O que a polícia faz, eu faria se fosse polícia. Pode acontecer agora um despejo aqui da Fazenda Varelo de Cima. A polícia vai despejar. O que a polícia vai fazer é uma ordem judicial, é a ordem do juiz, se eu fosse soldado ia também obedecer a uma ordem judicial."

(15) Esta postura se enquadra na tradição do sindicalismo que se forjou na época da repressão, dos 'informes' (ofícios, relatórios, etc.) às autoridades centrais, com sucessiva cobrança, conforme explica NOVAES (1987).

(16) Fazenda Varelo de Cima, município de Araruna, 164 ha. com 43 famílias. Caso solucionado em 1988 através de compra da área pela FUNDAP. O conflito teve origem, como em muitos outros casos, quando o antigo proprietário vendeu a área, sem considerar o direito de prioridade dos posseiros ali residentes há 30-40 anos. O INCRA não pode intervir com desapropriação tendo anteriormente cadastrado de forma irregular uma vez que o conflito já tinha sido denunciado a área em nome dos 4 irmãos Macêdo que compraram a propriedade, assim, cada qual é proprietário apenas de 41 ha.

Este sindicalista vem reconhecer o direito dos posseiros

- no momento em que afirma que:

"Também o INCRA não é a favor do trabalhador rural: se fosse, não tinha cadastrado o Varejo em 4 propriedades para dificultar a desapropriação" - mas, ao mesmo tempo, ele o nega, quando es

te direito implica em assumir a luta, enfrentando proprietários e questões legais. O "legalismo" então, lhe serve de apoio:

"Mas o próprio INCRA foi quem cadastrou, dividiu em 4 partes. Quer dizer, pelo direito da lei, pelo plano de Reforma Agrária, pelo Estatuto da Terra, esta propriedade não pode ser desapropriada, porque só tocou quarenta hectares para cada um ... Agora, já tem a ordem do Juiz para despejo."

Nesta lógica - que parece ser "deixa como está para não ter problemas" - a existência objetiva do conflito entre a propriedade legal e a posse, contra o direito à sobrevivência dos trabalhadores que o STR deveria representar, não é admitida:

"Se não fosse a intervenção de terceiros, certos conflitos não existiam. Não existiam porque o acordo é muito bom..."

Entretanto, o exemplo do "acordo" que o presidente aponta, não parece ser a vantagem dos trabalhadores, e sim para manter os posseiros divididos, facilitando as negociações individuais dos donos e quebrando a força da ação coletiva:

"Não fosse a interferência de alguém, não teria se chegado a esses limites, porque os proprietários tentaram fazer acordo, onde lá tem um trabalhador que tem uma área de 3 ha. que ele cercou e tinha muitos anos de posse. Não buliram com ele, está lá e vão documentar para ele (passar escritura).

Disseram-lhe: 'Se não entrar na jogada, com você ninguém bole.' Aí faltou parar para conversar em mesa redonda e fazer um acordo."

(Presidente STR de Araruna e Diretor FETAG-Pb, 66 anos, entrevista em 06.12.87)

Mas o discurso do mesmo sindicalista volta a ter um tom radical quando fala da Reforma Agrária, responsabilizando as autoridades mais distantes:

"Ora, eu sou um batalhador pela Reforma Agrária, mas, vou dizer que eu vou fazer? Faz, mete o pau, vai fazer Reforma Agrária na propriedade alheia, faz e vê quantas balas de 12 tu leva! E mais com esse decreto do dia 21 (é o 2363).

O decreto está no papel e a propriedade no Nordeste com menos de 500 ha. não pode ser desapropriada. E para terminar a história, o governo ainda eliminou o INCRA ... Reforma Agrária ela pode vir, mas se cai do céu, que da terra não vem não ..."

(Idem)

O descompasso entre discurso e prática assume contorno a partir, por exemplo, de considerações dos técnicos da SUDENE que, avaliando o desempenho - entre outros - do PAPP/Ação Fundiária (17) (no qual a FETAG-Pb tem a responsabilidade direta de tornar efetiva a assistência jurídica, para a qual recebe recursos para pessoal, transporte, etc., bem como a responsabilidade institucional da organização da fração de classe interessada na questão fundiária). Estes analisam as possibilidades concretas de ação, em que pese o decreto Presidencial nº 2363, avaliam que "caso tivesse ocorrido (...) intensificação das vistorias e agilização dos processos desapropriatórios a nível da Delegacia Regional e do MIRAD em Brasília, com a participação constante e ativa dos trabalhadores (18), medidas indispensáveis para a ampliação das metas de desapropriação - certamente teriam sido realizadas as metas de Redistribuição de Terras para o período 87/88 (... correspondente) a 19.400 ha" (19)

(17) PAPP: Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, segmento do Projeto Nordeste do qual tratar-se-á mais adiante neste mesmo capítulo.

(18) Representados pela FETAG.

(19) "... Dos imóveis vistoriados nos anos 1986 a 1987, correspondentes a 19.420,40 ha. e 9.965,95 ha., cerca de 13.147,90 ha. e 7.675,80 ha. situavam-se acima das limitações impostas pelo Decreto (...) A demora entre as vistorias ... a desapropriação ... permite que os latifundiários transformem suas propriedades em empresas rurais ou desmembrem seus latifúndios por exploração em imóveis cujas áreas estejam abaixo de 500 ha..." (Parecer da SUDENE/PAPP/Grupo de Apoio e R.A. - Análise do POA/88 Est. da Paraíba, componente Ação Fundiária)

Chamam atenção, desta forma, para as oportunidades de ação seja no âmbito da Comissão Estadual de Ação Fundiária da qual a FETAG é parte de peso, seja em outras circunstâncias específicas em que a intervenção do movimento sindical foi omissa, em lugar de assumir o papel real de pressão e controle que lhe cabe em quanto instância representativa dos trabalhadores.

A mesma atitude de não reconhecimento efetivo dos conflitos e de querer apontar sempre a ação de elementos externos como 'insufladores' - típica da direita que busca esvaziar a luta dos trabalhadores, tirando-lhe peso social frente a opinião pública - encontra-se no depoimento do vice-presidente da FETAG em que pese seu discurso às vezes combativo e "progressista".

*" O trabalho da Igreja eu dou valor. Agora ,  
que existe pessoas infiltradas dentro da  
Igreja é outra coisa...  
Muitas vezes, até divergência que existe en  
tre trabalhadores e sindicatos, entre Igre  
ja e sindicato, não é de pessoas da Igreja,  
são pessoas de fora, infiltradas dentro da  
Igreja."*

(Vice-presidente da FETAG-Pb - 1987)

Também no caso recente de Gurugí, anteriormente citado, o presidente da FETAG-Pb, segundo a imprensa, atenta para o fato de que a

*"questão do envolvimento político e a in  
filtração ideológica nas associações sindi  
cais da Paraíba, vem de certo modo atrapā  
lhar ao processo de encaminhamento de luta  
pela posse da terra através do trabalha  
dor rural conturbado assim o trabalho de de  
seenvolvimento da Reforma Agrária."*

(Jornal O Norte 04.01.89)

Por sua vez a problemática da diferenciação interna ao sindicalismo - representada pelas Centrais Sindicais - vem a ter no discurso dos sindicalistas da FETAG uma interpretação de tipo re<sup>re</sup>du<sup>re</sup>tivo (como "briga", "interesses pessoais") enquanto prejudicial, de modo geral, aos interesses dos trabalhadores, ignorando desta forma a existência de diferentes concepções e práticas sindicais.

No discurso do vice-presidente da FETAG

"cada um segue a sua linha política. Eu acho que o maior atraso que existe é isso aí. É, vamos dizer, a CUT condena a CGT, a CGT condena a CUT, a CUT condena a FETAG, a FETAG já é contra a CUT. Fica aquele puxa-encolhe e só quem perde com isso na verdade é o trabalhador. Eu acho que na hora da luta devia todo mundo dar a mão e esquecer que existe um partido, uma política lá e se juntarem, depois cada um seguia o seu caminho (...). Infelizmente é que nem um gato mais o rato, sem pre participando, mas um procurando aproveitar mais do que o outro. Eu já tenho dito várias vezes que a culpa sempre vem por interesse por uma classe tava todo mundo de mãos dadas, todos juntos".

Quanto à filiação de seu sindicato a uma Central ele responde

"...enquanto não se aquietarem, não dá, não é a Central Única, não é defender o interesse do trabalhador. Porque divisão nessa hora da luta? ou se ajeita, ou o sindicato de Bananeiras, enquanto eu tiver lá dentro, ele não é filiado nem a um nem a outro". (Vice-Presidente da FETAG-Pb, 45 anos, 6/12/87).

Um posicionamento mais simpático em direção à CGT, apesar de afirmar distanciamento das Centrais, está presente também do discurso de outro dirigente:

"As Centrais Sindicais é de suma importância. Agora, eu acredito que a CUT avança muito, onde a CGT é mais moderada, pelo menos, o presidente da CGT no Brasil, o Joaquinão, o Joaquim dos Santos Andrade, é um homem que tem um certo conhecimento, é um homem muito punido pelo movimento sindical, já sofreu muito, é um homem que muitos dizem conservador, mas não é, ele é muito pensador. Aonde o presidente da CUT eu acredito que avance demais, avance demais. Já a USI acredito que vai se controlando muito bem. Agora, da CUT, acredito que há muito exagero, muito exagero, querem avançar demais, para isso ela quer ser superior às outras Centrais (...). O movimento sindical não podia ser dividido, e as Centrais Sindicais ajudam muito, mas por outra parte dividem. Porque as centrais sindicais é o seguinte: são ligadas em três partidos, a CGT é ligada ao PMDB, a CUT ligada ao PT, a USI não sei a quem é ligada, não sei o partido, mas deve ter um partido para se segurar. É sempre essas coisas é por interesse político. Agora, se não houvesse interesse político, a importância era muito maior, o movimento sindical no Brasil ele não está muito seguro, que hoje é um movimento político!"  
(2º Secretário: FETAG-PB - 65 anos - entrev. 6.12.87)

A despeito do fato da CONTAG não haver apoiado esta chapa para direção da FETAG, estes sindicalistas partilharam a história do desenvolvimento do chamado "complexo CONTAG", em que a unidade e o apartidarismo foram o pivô do discurso sindical. Como afirma Leonilde MEDEIROS (1988:7): "no Sindicalismo que assim se constitui, a unidade (na maior parte dos casos por adesão) foi construída como valor supremo e tornava patente, a cada momento, a dificuldade de lidar com concepções distintas, imediatamente traduzidas como divisionistas. Buscando representar o conjunto dos trabalhadores do campo, esse sindicalismo elaborou também a imagem de organizações unidas, articuladas, externas às disputas político-partidárias, em contraposição ao urbano, dividido, politicamente fragmentado e atrelado a partidos."



Tal expediente, entretanto, não resulta em neutralidade frente as forças sociais e políticas em disputa. Seja pela postura dos dirigentes da Paraíba, como pelo posicionamento a nível nacional, nem as Federações nem a CONTAG estão neutras no campo de forças, como já se indicou anteriormente: "A própria trajetória da CONTAG, o sindicalismo centralizado, hierarquizado, verticalizado, que ela construiu durante os anos dos governos militares, sem determinado padrão de relação com o estado, levou essa entidade a se aproximar do segmento que se aglutinou na CONCLAT/CGT. Por outro lado, as concepções críticas desse sindicalismo acabaram por se alinhar na CUT, o que significou a possibilidade de sua articulação e crescimento". (MEDEIROS Leonilde Sêrvolo, 1988:8)

Na Paraíba, enquanto se constata uma oposição aberta da atual direção da FETAG à CUT, não se dá sequer alinhamento com a CGT. Ficando, muitas vezes, os dirigentes da FETAG aquém da própria CGT, evidenciam-se situações em que há alianças pontuais entre sindicalistas da CUT e sindicalistas ligados a CGT para fazer frente à atual direção. Em realidade, a atual gestão da FETAG-Pb está menos interessada em entrar no debate sobre as Centrais do que em assegurar sua relação com o Governo do Estado. Relação diretamente vinculada (como veremos a seguir) aos recursos do Projeto Nordeste que este passa a gerir. Aliás, é geral em nível nacional, o fenômeno de estreitamento das relações entre FETAGs e Governo.

Quanto à Federação da Paraíba, esta linha não declarada, resulta clara no discurso de seus dirigentes já desde o princípio de sua atual gestão. Em entrevista do início de 88, por exemplo, fazendo um balanço de seus primeiros 7-8 meses de atuação, o presidente da FETAG coloca como ponto de referência e legitimação para

sua ação aspectos quais:

"trabalho de coordenação do movimento sindical" e "reestabelecimento das relações com o governo estadual",

tendo alcançado os seguintes resultados:

"sanar as barreiras, a questão das articulações com instituições da área governamental ... conseguimos reestabelecer os setores jurídicos da FETAG: nós temos 10 advogados espalhados pelo Estado, nós temos os técnicos que estavam defasados, conseguimos reabilitar as contratações ... Hoje eu tenho um bom relacionamento com o governo do Estado e outras instituições".  
(Liberalino F. Lucena - 44 anos - 04.01.88)

O mesmo objetivo é expresso pelo secretário geral da FETAG-Pb que assim valoriza o bom relacionamento estabelecido com o governo do Estado (administração PMDB):

"Graças a Deus no mês de maio houve eleição, tivemos a maioria e estamos aí na luta. Graças a Deus esta diretoria vem se entendendo bem junto aos órgãos do Governo, secretariado todo. E é o dia a dia da minha luta desde que me entendo de gente até hoje".  
(52 anos entrevista em 7/01/88)

### 3. IDENTIDADE E DIFERENÇAS NA ARENA DO NOVO SINDICALISMO

Na identificação de quem está "do lado deles" os trabalhadores situam os setores da Igreja envolvidos no trabalho popular (identificados em determinados agentes de pastoral e alguns bispos) e entidades de apoio, expressão de Igreja, percebidas ao mesmo tempo como algo distinto das ações diretamente empreendidas pelos agentes pastorais <sup>(20)</sup> - enquanto prestadoras de serviços específicos (técnicos ou educativos) - e algo que faz parte do conjunto da realidade Igreja.

A percepção do "outro lado" é complexa, inicialmente  muito nebulosa e vem se clareando ao longo do processo.

As lideranças do movimento  dos trabalhadores logo e facilmente identificam "quem é quem" a nível local - a começar pelas direções sindicais e suas relações com as  figuras do poder local (prefeito, políticos, patrões/latifundiários, aos quais se aliam em determinados casos, gerente do FUNRURAL, vigário e bispo, delegado de polícia). A identificação das forças que agem mais de longe e que situam-se ao nível institucional, por sua vez, se dá muito lentamente, à medida em que a sequência dos eventos leva à tona posturas e ações concretas, além das afirmações em discursos ou documentos.

Neste sentido, a passagem da necessidade de mudança da estrutura local para a estrutura sindical global, que passa pela

(20) O reconhecimento pelo 'povo' de quem é 'agente pastoral' - quando não se se trate das figuras próprias da Igreja (sacerdotes, religiosos/as) - se dá pela identificação não só da relação pessoal com estas figuras ou orgânica com o trabalho que a Igreja desempenha, como pela identificação de objetivos gerais coerentes.

compreensão não só da relação de classe, como da relação com o Estado e das formas como se materializa tal relação (do imposto sindical aos projetos de desenvolvimento, da legislação sindical/trabalhista ao funcionamento da Justiça do Trabalho e efetivação dos contratos coletivos), se dá paulatinamente e à medida em que se abre o debate no ambiente sindical e a nível de opinião pública em geral sobre estas temáticas. Aliás, enquanto a questão sindical não se torna uma questão nacional - com o desenvolvimento das greves<sup>(21)</sup>, das lutas por terra e condições de trabalho em todo o país - o debate, por quanto mas restrito - aos congressos sindicais, não leva à difusão das problemáticas, ao nível da massa dos trabalhadores e ao questionamento profundo sobre a questão estrutural e conseqüentemente à elaboração de análises, propostas, perspectivas de longo prazo, explicitando o debate ideológico.

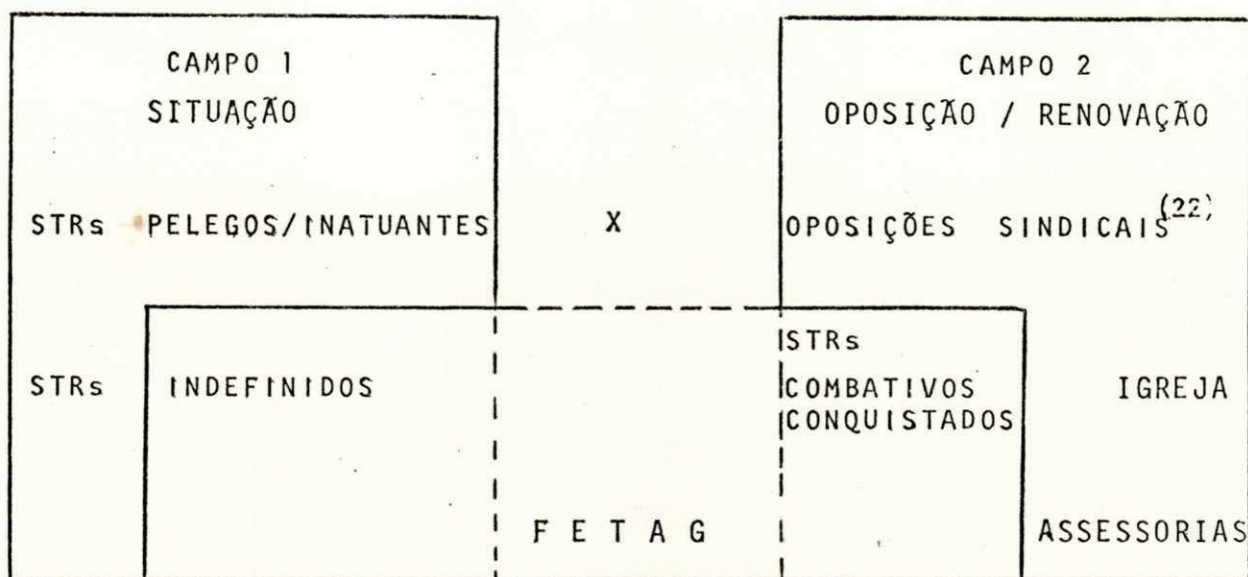
Podemos identificar, portanto, na Paraíba, da metade de 70 até os primeiros anos 80, uma separação dos campos de forças localizada e fragmentada conforme a emergência de situações conjunturais. Esquematizamos, a seguir, campos de confronto e áreas de colaboração que se formaram naquele período.

(21) *Evolução das Greves:*

ANO	GREVES	GREVISTAS
1982	147	695.930
1983	330	3.187.130
1984	443	1.616.790
1985	676	6.071.214
1986	1.267	8.254.140
1987	1.051	12.047.000

FONTE: DESEP/CUT.

("Resoluções do 3º CONCUR 1988" - Boletim Nacional CUT nº 21 - p. 15)



Os raros dirigentes sindicais que se encontram no campo 2, assumindo iniciativas junto às novas lideranças, ao mesmo tempo em que, atuam diretamente em alguma oposição sindical (e, frequentemente, também nas organizações da área de Igreja), trabalham conjuntamente com a direção da FETAG e as entidades de assessoria/apoio, para levar à frente iniciativas sindicais amplas e unitárias, que possam envolver a maioria dos sindicatos, apostando na possibilidade de mudança de seus dirigentes.

Entre as forças externas à área sindical, a Igreja (Pastorais Rurais), e as entidades de apoio/assessoria agindo ao lado das lideranças "novas"<sup>(23)</sup> para a "derrubada dos pelegos", tem um papel de peso no campo 2.

(22) No linguajar comum ao meio das forças de oposição sindical, inclui-se nos termos OS o conjunto das lideranças envolvidas no processo de mudança da situação sindical, seja que concretamente desemboque numa competição eleitoral com chapa de oposição ou que se realize em outras formas.

(23) Estão aí incluídas seja as que tem vínculos com a Igreja como as que são independentes, que apresentam afinidades metodológicas, mas distintas posições ideológico-políticas. Concretamente: CENTRU (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural) de João Pessoa e Grupo de Estudo e Assessoria Sindical da UFPb de Campina Grande.

A determinado nível, se percebe, na Paraíba, uma atuação conjunta de setores ligados à Igreja Católica, instituições de apoio (ONGs), novos dirigentes oriundos de chapas de oposição sindical e sindicalistas já experimentados (que vão se diferenciando dos dirigentes tradicionais) formando uma área que se define como de "*renovação sindical*", confluindo na formação da CUT.

Tal articulação, porém, não significaria uma homogeneização de forças que agem sempre articuladamente, em oposição seja aos sindicalistas ligados à CONTAG ou a atual direção da FETAG.

O dia-a-dia das lutas marca diferenciações na própria arena que se propõe a construir o "*novo sindicalismo*". Conflitos e tensões internas tem lugar nesta arena, principalmente, quando estão em jogo o risco da reprodução dos dirigentes ou disputas pela direção das lutas.

A disputa pela condução das lutas é mais atenuada nas Campanhas Salariais, já que o processo de negociação e organização, é conduzido pela CONTAG, segundo o "*modelo Pernambuco*", mas é acirrado na luta pela terra onde as forças que se opõem à linha CONTAG têm hegemonia. Neste contexto aparecem divergências, por exemplo, entre sindicalistas ligados a CUT e setores da Pastoral e/ou do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Enquanto os primeiros consideram as instâncias da CUT o âmbito onde efetuar encaminhamentos e articulações, estes encontram dificuldades em compatibilizar propostas de trabalho definidas em suas instâncias de movimentos, com linhas e iniciativas decididas no mais amplo âmbito cutista do qual também querem fazer parte.

A partir disso, resultam, por vezes, encaminhamentos distintos quanto aos objetivos específicos das lutas: a CUT, por

exemplo, reivindicando desapropriação das áreas para fins de Reforma Agrária e outros setores considerando indiferente "compra ou desapropriação", contanto que consiga-se o objetivo geral "terra para quem nela trabalha" ..; ou ainda, partir para mobilização ampla de todas as forças e por tempo indeterminado em apoio a qualquer conflito de terra ou organizar as mobilizações num plano estratégico que contemple avaliação das forças e do peso dos conflitos?

Divergências, estas, que tem repercussões diretas na condução do trabalho com "as bases" e incidência política nas lutas.

Outras diferenças e embates que se dão no âmbito do movimento de renovação se concentram principalmente em torno de 2 pontos: (a) questões definidas como de metodologia de trabalho ; (b) relação com instâncias sindicais oficiais, inclusive no interior das próprias forças de Igreja envolvidas.

Do ponto de vista dos que chegavam ao movimento através da Igreja, as perguntas que se colocavam eram em torno das condições e ritmos para se articular ação sindical e formação político-par-tidária dos trabalhadores rurais, levando em conta o nível de consciência política das massas do campo e sua participação limitada nas lutas; e, ainda, em torno da oportunidade de envolver "as bases" no debate sobre as Centrais Sindicais, julgando necessãria sua adesão à luta sindical para "questionar de dentro" a estrutura sindical.

Outros setores tinham como preocupação central a articulação nacional, participando de eventos quais: fundação do PT, ENTOES, movimento Pró-CUT, etc, considerando que tais posturas e a colaboração com a "estrutura sindical" emperravam o crescimento do setor "combativo".

Nesse debate há lugar para qualificações mútuas entre as

diferentes correntes que concorrem para a constituição da CUT no campo paraibano; entre as lideranças torna-se comum o uso de adjetivos quais "igrejeiros" ou "social-democratas" e "vanguardistas" ou "teóricos".

Sem nos deter na análise dos múltiplos elementos que formam o quadro complexo das forças em jogo - entre eles, a FETAG e sua busca de alianças - podemos constatar como, entre as forças que hoje constituem o campo da CUT, se dão ritmos de adesão bastante diferenciados: trata-se de um campo de forças em movimento, aglutinando-se em formas diversas no desenvolvimento das lutas e das novas propostas sindicais.

Hoje as questões não se reproduzem da mesma forma, tendo-se criado unidade no movimento. Sem entrar em maiores detalhes a respeito dos fatores, vale a pena dizer que situam-se entre o fortalecimento generalizado das diretrizes da CUT (frente ao evidente fracasso das propostas e planos da Nova República) e chegam até contingências de ordem pessoal (que levam a uma considerável diminuição do peso político e do embate entre concepções distintas das assessorias).

Por outro lado, a evidência da unidade no âmbito da CUT não significa homogeneidade ou ausência de tensões internas no sindicalismo cutista. O movimento de renovação no campo paraibano acompanha e participa do debate e da confrontação de correntes de pensamento presentes na construção da CUT a nível nacional. Superam-se as ambiguidades e disputas locais consubstanciando-se novos recortes internos relativos a concepções e práticas sindicais em debate entre as diversas correntes que compõem a CUT.



#### 4. O ESTADO E OS SINDICATOS

Convênios, planos e projetos específicos para o campo influenciaram e todavia influenciam as disputas e a performance das diferentes correntes do sindicalismo no campo, fazendo do Estado um protagonista sempre presente.

A relação do Estado com o Movimento Sindical que, após 64 é caracterizada pela atitude repressiva, assume, na década de 70, a configuração assistencial, através da qual "as entidades de trabalhadores rurais foram transformadas em estruturas de sustentação do Estado e de apoio ao governo, e utilizadas com os mecanismos de dominação pela burguesia da época, sendo que a sua feição principal era 'posto médico' onde se realizava consulta, distribuam-se medicamentos etc". (Oliveira, 1988).

Em outras palavras, nos termos colocados por NOVAES (1987: 199); "(...) Os Convênios com o FUNRURAL potencializam, e até pre dispõem, a consolidação de uma outra (do pelego) figura sociológica. O presidente do sindicato vai se diferenciando da categoria que representa, não apenas pela linguagem, pelo vestuário e pelos gestos corporais mas, sobretudo, pelo papel que assume de administrador de recursos públicos chamado cotidianamente a incluir em sua prática sindical expedientes de favoritismo. Assume inclusive, o papel de 'empregador' de secretários, médicos e dentistas que ele chegam através dos apadrinhamentos políticos tão comuns no Estado da Paraíba".

Entretanto, sabemos que mesmo esta relação de 'utilização' não foi unívoca, abrindo-se brechas não só para o cresci-

mento numérico<sup>(1)</sup> dos sindicatos, como para o fortalecimento da própria '*lei do sindicato*' contra o monopólio da dominação patronal. "Ao preservar o Sindicalismo Rural, mesmo redirecionando-o para o assistencialismo, o governo, querendo ou não, preserva também a possibilidade de uma '*reordenação das relações de poder*' (PALMEIRA, 1985:49) a nível dos municípios. Quando, nos anos 80, várias oposições sindicais chegam à direção dos sindicatos, reapropriam-se da '*máquina*' já montada e passam a disputar, diretamente com os patrões, a adesão e o reconhecimento dos trabalhadores".

"Na realidade a eficácia (dos sindicatos) apenas em termos de assistencialismo, produziu efeitos diversos entre os associados. A '*lei do sindicato*', na maioria das vezes usada como sinônimo das '*leis do governo*', tinha seu lado positivo na assistência médica, na aposentadoria, no encaminhamento das questões referentes à indenização, pois aumentava o poder de barganha dos trabalhadores, instituindo um outro referente externo que questionava a lógica de reciprocidade própria da dominação tradicional. Mas, tinha também seu lado negativo, porque não era "*forte*" o suficiente para evitar que os sindicatos fossem recuperados pelos patrões ou para evitar que os patrões, justamente por causa das '*leis do governo*', passassem a não querer mais moradores em suas propriedades, expulsando-os". (NOVAES, 1987:212-214).

---

(1) "*Tudo parece indicar que a sindicalização rural sofreu grande estímulo a partir do momento em que os benefícios da Previdência Social foram estendidos aos trabalhadores do campo, através do FUNRURAL, em 1971, uma vez que a gestão da Previdência Rural foi entregue aos sindicatos*". Segundo a mesma autora, "*em termos absolutos houve um enorme acréscimo do contingente de trabalhadores sindicalizados*", representado, em seu conjunto nacional, em 1978, uma massa de quase 10 milhões, dos quais pouco mais da metade na zona rural". (ALMEIDA, 1984:196).

Um outro momento em que o Estado influencia diretamente no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (M.S.T.R.) pode ser localizado no início da Nova República quando, em maio de 1985, a 1ª Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária (I PPNRA) foi levada ao IV Congresso de Trabalhadores Rurais. O PNRA da Nova República, (fruto de uma aliança entre setores do governo e do PMDB) parecia ser o coroamento de toda uma luta institucional levada à frente com determinação pela CONTAG durante muitos anos, atendendo às reivindicações dos trabalhadores, apoiados pela Igreja e demais forças sociais, unidas na Campanha Nacional pela Reforma Agrária desde 1982. Entretanto, frente à proposta do Plano, aparecem distintas posturas.

Enquanto a CONTAG se constituiu como principal interlocutor a nível governamental e avalista junto ao Movimento Sindical, (2) a Igreja se posiciona pelo "*apoio crítico*" (conforme declarações da hierarquia), e no campo da CUT, onde se situava também o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, assume-se, já durante o IVº Congresso, uma postura de distanciamento, propondo uma estratégia de luta e pressão popular para avançar para além dos limites do Plano, considerado insuficiente. Estão neste campo também os "*grupos de Igreja*" mais diretamente envolvidos em situações concretas de luta, que mantêm uma postura mais próxima da "*desconfiança*" do que do "*apoio crítico*" declarado a nível

---

(2) "O Movimento Sindical, através da CONTAG, definiu sua posição de colaboração e apoio às forças progressistas que compõem a Nova República: ainda que procure estabelecer a diferença e não deixar que se confundam resoluções do IVº Congresso sobre questões agrárias e a proposta do PNRA, guardando assim alguma margem para exercer sua autonomia". (NOVAES, 1985:75).

oficial. Mesmo assim "tem o período de trêgua nas mobilizações em que se estabelece um prazo para que o governo efetive medidas concretas, a partir do qual poderão se reiniciar as invasões (na região sul do país)". (3) (CAMARA. 1988)

Não só "a CPT (que) tem apoiado trabalhadores acampados em frente a Sedes Regionais do INCRA com víveres e assistência", também as lideranças do movimento que compõe o 'novo sindicalismo', geralmente com a direção da CUT, estão à frente das concentrações e iniciativas diversas de cobrança do Plano, marcando muitas vezes posturas distintas das orientações da CONTAG e das FETAGs.

Com o recuo representado pelo PNRA (efetivamente assinado em outubro 85), que o próprio presidente do INCRA demissionário (J. Gomes da Silva) julga aquém do Estatuto da Terra, "delineou-se uma nova configuração no debate e nas posturas frente ao Plano de Reforma Agrária da Nova República. A posição crítica deixou de ser exclusividade de setores ligados à Igreja, ao Partido dos Trabalhadores e à Central Única dos Trabalhadores. Expressou-se também nas declarações do Presidente do INCRA, do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (José Francisco da CONTAG) e da ala considerada mais 'a esquerda' do PMDB". (NOVAES J.R. 1985:77-78). Mas para além das declarações, a prática con

(3) Na Paraíba também, temos, na primeira metade de agosto 85, a entrega das reivindicações junto à análise da situação de tensão no campo, aos representantes do INCRA durante uma grande mobilização em Guarabira em que se marca prazo para o cumprimento da ação de R.A. (Cf. documentos do Arquivo SEDUP). É a partir da falta de respostas que todas as forças sindicais e de apoio juntam-se aos trabalhadores das áreas de conflito organizando o 1º acampamento da PB na sede do INCRA em fevereiro 1986 (ver documentário em vídeo "Terra ou Terra" realizado pelo SEDUP).

tinua diferenciada. (4) Os desdobramentos sucessivos e o desfêcho mais recente com a extinção até do MIRAD, mostraram que a estratégia da CONTAG (ocupação de espaços na estrutura do Estado, contenção da pressão popular, não apoio às ocupações de terra) não deu os resultados esperados, tendo o Governo incorporado no Plano as reivindicações dos grandes proprietários e da UDR, marginalizando até a CONTAG como interlocutor. "No PNRA definitivo há pouco espaço para a tão falada '*participação*' e neste sentido apenas restará aos trabalhadores de áreas de conflito o mesmo expediente já utilizado: a pressão popular de costas e talvez agora também '*de frente*' para o Estado". (idem)

A CONTAG está saindo deste processo desgastada no seu prestígio e na capacidade de sua representatividade e, portanto, na sua perspectiva hegemônica para o campo, ameaçada à direita pela penetração da UDR entre os pequenos produtores, e à esquerda pelo crescimento do MST e da CUT.

Contudo, a presença do Governo Sarney no âmbito do Sindicalismo Rural não cessou com o fim das esperanças no PNRA: outros projetos que utilizam a retórica da '*participação*' e exigem posicionamento das lideranças sindicais influem na continuidade e descontinuidade das práticas sindicais no campo.

---

(4) Segundo CAMARA (1988:214) a CONTAG "continua a ser órgão de colaboração de classes, participando de vários organismos governamentais (...) após o fim da ditadura militar, participando juntamente com o MIRAD e o Ministério da Agricultura na elaboração e execução do Plano da Reforma Agrária e auxiliando o Ministério da Justiça na regularização dos conflitos rurais. Mais recentemente, após as sucessivas mudanças de ministros e extinção do INCRA, a CONTAG afastou-se do Governo e vem denunciando a não aplicação do Plano de Reforma Agrária proposto pela própria Nova República. Entretanto, a linha de colaboração continua em outros níveis, como na gestão e execução direta de segmentos do PROJ. NORDESTE/PAPP via Federações." Entre 68 e 76 a CONTAG participou de órgãos estatais como: GERA (Gr. Executivo de RA), Conselho Diretor do FUNRURAL, CIP (Comissão Interministerial de Preços), Cons. Nac., de Política Salarial, (GUEDES Pinto, cit. por CAMARA).

De fato, nos últimos anos, um novo termo se faz presente no vocabulário do Movimento Sindical Rural do Nordeste: pode se dizer que não há reunião em que não se fale de 'projetos' (5). A designação projetos hoje, no Nordeste, remete antes de mais nada à questão da política governamental com relação à região nordeste e às suas modificações mais recentes, passando das anteriores propostas assistenciais ou de desenvolvimento industrial através de incentivos fiscais, para programas de desenvolvimento rural, onde o 'trabalhador rural' é colocado como o centro.

"Ainda no final da década de 70, depois de criterioso estudo patrocinado pelo Banco Mundial, inicia-se a execução dos Programas de Desenvolvimento Regionais Integrados (PDRIs) com ações nos setores da produção, armazenamento, comercialização, cooperativismo, educação, saúde, etc, junto aos camponeses pobres, através das estruturas do Estado (secretarias de governo e prefeituras), com recursos do próprio Banco Mundial.

Estava claro, para a burguesia, que, mantida inalterada a situação no Nordeste, as tensões sociais tenderiam a crescer e poderiam vir a ameaçar a própria estrutura social e política vigente.

A ineficiência governamental e a forma como os programas eram elaborados e executados levaram os PDRIs ao completo fracasso. Sua duração até 1984, no entanto, foi suficiente, com

---

(5) A aquisição de recursos quer governamentais, quer de entidades particulares de fontes estrangeiras - para a sustentação do Movimento Sindical, bem como para a realização de iniciativas, prevalentemente de apoio aos pequenos produtores, organizados de forma autônoma, em associações, ou através dos sindicatos, vem se dando cada vez mais via negociação de projetos.

os subsídios que geraram, para o aperfeiçoamento das estratégias e mecanismos de ação. Em 1985, inicia-se a implantação do Projeto Nordeste - o "Nordestão" - idealizado para desenvolver um conjunto de programas nos setores da produção, da saúde, da educação, do associativismo etc, que não foram ainda implementados. O único programa que começou a ser executado foi o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), que tem o objetivo expresso de erradicar a pobreza no meio rural nordestino no período de quinze anos. O PAPP abrange vários segmentos: ação fundiária; recursos hídricos; geração e difusão de tecnologias; comercialização (infraestrutura, informações de mercado); crédito especial; apoio a pequenas comunidades rurais, incluindo ações de organização de comunidades, atividades produtivas, distribuição de sementes, medidas contra a seca, habitação, centros de serviços e capacitação (área técnica, associativa, sindical etc).

Se antes os PDRIs eram operacionalizados via estrutura do Estado, agora o PAPP atua preferencialmente através das entidades dos próprios trabalhadores rurais: sindicatos, associações civis, cooperativas etc.

Vários outros programas foram criados, nos últimos anos, para "*impulsionar o desenvolvimento ...*" (OLIVEIRA, 1988).

Neste contexto, a designação "*projeto*" é percebida no âmbito do Movimento Sindical como a forma em que se dá a nova relação do Estado com o Campo.

Se hoje, na década de 80, a relação MS-Estado se apresenta com a roupagem nova dos projetos, não é de se afirmar que tenha havido uma mudança substancial; talvez, porém, na etapa atual não seria só o Estado a se utilizar do sindicalismo rural, mas a própria estrutura sindical teria aprendido, de forma mais de

terminada, a tirar proveito dos recursos advindos dos projetos para fortalecer sua própria estrutura.

Para entendermos esta questão é preciso considerar que existem vários tipos de projetos, sendo que aqui nos referimos àqueles cujos recursos não são destinados diretamente a iniciativas ligadas à produção, e sim à aquisição de bens permanentes de infraestrutura, destinados ao fortalecimento da estrutura sindical. Refêrimo-nos ainda aos recursos que são geridos de forma precípua pelas entidades sindicais permitindo, inclusive, a cobertura de gastos relativos a pessoal e atividades de caráter organizativo.

A questão dos projetos é muito controvertida e faz parte do debate das entidades de assessoria ao Movimento Sindical e já entrou também no debate acadêmico. O enfoque da problemática varia também conforme os estudos e avaliações feitos pelas diferentes partes envolvidas: Movimento Sindical, Estado, técnicos dos projetos, entidades que participam do co-financiamento, estrutura central ou periférica do sindicalismo, assessorias, igrejas.

A maioria dos levantamentos da problemática que encontramos se refere ao PROJETO SÃO VICENTE<sup>(6)</sup> (Cf. NOVAES, 1988:338),

---

(6) PROJETO SÃO VICENTE - Programa de Apoio a Organizações de Pequenos Produtores Rurais do Nordeste. Elaborado no final de 1985 e implementado a partir de 1986. Programa que institucionalizou uma relação mais direta com a SUDENE de STRs, associações cooperativas, comunidades de Igreja, diretamente responsáveis pela administração de projetos de Apoio à produção, comercialização, beneficiamento, etc, da produção. Utilizou recursos a fundo perdido, repassados através do Banco do Brasil e do Nordeste. A maioria dos projetos fora assessorados pela EMATER, com problemas relativos a gestão e metodologia participativa junto aos grupos, e, em alguns casos, com interferência direta com a gestão dos Bancos. Atende a produtores geralmente muito pequenos.



que, apesar de ter bem menos importância quanto ao alcance e quantidade de recursos do que projetos de maior vulto, como o PROJETO NORDESTE (7), ficou mais conhecido por ter chegado de forma mais direta e imediata até aos sindicatos mais isolados de todo Nordeste.

Neste sentido são apontados os problemas seguintes:

(1) aumento da dependência dos STRs junto ao Estado, que, tendo os recursos dos projetos, deixaram em segundo plano suas bases de sustentação;

(2) surgimento das associações de trabalhadores que criam um trabalho paralelo à organização sindical, inclusive, sem que os trabalhadores se dêem conta da diferença entre a associação e STRs;

(7) PROJETO NORDESTE - Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste, que se realiza por convênio entre MINTER/SUDENE - MIRAD - Governos dos Estados/SEPLAN. Aplica recursos provenientes na medida de 50% de financiamentos internacionais via Banco Mundial (BIRD), em 50% de recursos públicos nacionais, sendo 25% PROTERRA e 25% do FINSOCIAL. Entre os vários segmentos previstos, foi implementado o PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor) cuja atividade de APOIO JURÍDICO é gerida diretamente pelo Movimento Sindical (no caso as FETAGs) para atividades de apoio a Reforma Agrária (cadastramento e levantamento fundiário com defesa dos interesses dos pequenos produtores nas questões de conflitos de terra e trabalhistas). Entre seus objetivos o PAPP apresenta: (a) assegurar aos pequenos produtores rurais o acesso à terra e a água, e aos serviços sociais básicos, de acordo com a necessidade de cada área; (b) Criar mecanismos para auxiliá-los no âmbito do financiamento da produção como o que se refere à comercialização dos seus excedentes; (c) apoiar as atividades produtivas não-agrícolas, e promover, ao mesmo tempo, a diversificação e integração das atividades produtivas, ao nível das unidades de produção familiares ou associativas.

Dos 8 segmentos previstos só 2 foram implantados na Paraíba: Ação Fundiária e APCR (Apoio às Pequenas Comunidades Rurais).

(3) absorção dos trabalhadores rurais - pequenos produtores em uma ou várias associações na busca de algum benefício, não dispondo mais de tempo, e até de motivo, para participar das atividades sindicais;

(4) lideranças sindicais absorvidas na elaboração, execução, administração de projetos - inclusive aquelas mais autênticas e combativas -, não dispondo mais de tempo para o trabalho sindical propriamente dito;

(5) setores da classe dominante recuperam, através das associações, o controle dos trabalhadores, que tinham parcialmente perdido com o avanço do Movimento Sindical;

(6) isolamento cada vez mais visível dos STRs, cujos sindicalistas quase não se encontram mais para reflexão e busca de formas conjuntas de luta por causa dos compromissos estabelecidos com os organismos governamentais, que não lhes permitem manter o nível anterior de articulação.

Não se pode dizer que o projeto São Vicente tenha representado em si um fortalecimento da estrutura sindical, enquanto, de um lado resulta ter sido frequentemente manipulado, reforçando a tradição clientelar do nordeste; (Cf. Souza 1988; Duque, 1987) por outro lado, os recursos aplicados em benefício de grupos de pequenos produtores (quando tramitados pelos STRs) fortaleceram por vezes, a participação sindical; inclusive, as parcelas aplicadas na compra de materiais (máquinas de escrever, bureau) para as sedes dos STRs, parecem ter sido realmente minoritárias.

Entretanto, podemos encontrar claras evidências da nova relação de reciprocidade na "utilização" entre Estado e Movi

mento Sindical (anteriormente apontadas) no desenvolvimento do PROJETO NORDESTE/PAPP, na Paraíba, para além dos problemas que esta relação acarreta.

O primeiro convênio para implantação do PAPP na Paraíba foi assinado em 16.01.85, no Governo Wilson Braga (PDS) - entre INCRA-SUDENE e o Governo do Estado, visando promover a Ação Fundiária<sup>(8)</sup> (redistribuição de terras e assistência jurídica ao pequeno produtor rural), coordenado pela unidade técnica do Projeto Nordeste, "através de convênios com sindicatos", tendo duração prevista de 5 anos<sup>(9)</sup>.

Os recursos relativos ao segmento Apoio Jurídico são repassados a FUNDAP<sup>(10)</sup> e a FETAG, cabendo à primeira as atividades de cadastramento e redistribuição de terras e à segunda as atividades de assistência jurídica.

Segundo informações da Coordenação do segmento jurídico do projeto "os primeiros advogados foram contratados pela FETAG, com recursos do PAPP, em 1986, totalizando em 1987 o número de onze<sup>(11)</sup>, para prestar assistência jurídica em caso de discriminação: se algum grande proprietário se sentisse ameaçado, teria condição de recorrer, de constituir advogado, enquanto os pequenos não teriam. Daí a criação do setor de Assistência Jurídica. Mas (como o mesmo relator informa), até então a grande

(8) Tendo como metas previstas até o final do 8º ano (1992) a demarcação de mais de 100 mil imóveis rurais e até 15º ano a aquisição e distribuição de 62.800ha. para 72.600 famílias de assalariados, parceiros, ocupantes, arrendatários e minifundiários; melhorias das condições de assalariamento, através de assistência jurídica para questões de uso e posse de terra e trabalhistas.

(9) Após a assinatura do 1º Convênio, foram assinados 13 "Termos aditivos" (sendo o último em 05/10/88, válido até 31/03/89) para complementação de recursos, conforme parâmetros especificados em cada Termo.

(10) FUNDAP - Órgão do Governo Estadual preposto a compra de terras para fins de Reforma Agrária.

(11) Assim distribuídos: 4 para o Litoral, 2 para o Brejo, 1 para o Agreste, 2 para o Noroeste, 1 para o Sudoeste, 1 para o Curiri de Princesa.

maioria dos trabalhadores não sabe da existência desse serviço e as discriminatórias estão acontecendo nos municípios e os advogados não estão atuando". (entrevista em dez. 88)

Como efeito, como consta também em Relatórios do Setor de Ação Fundiária<sup>(2)</sup>, avaliando o desempenho efetuado até dezembro de 1987 do "Subcomponente de Assistência Jurídica", registra-se a não participação dos advogados ao acompanhamento de ações de cadastro e discriminatórias realizadas pela FUNDAP, bem como sua ausência nas áreas onde se realizam tais ações fundiárias - permanecendo a maioria deles em João Pessoa e não nos polos de destinação - acarretando ausência de contatos sistemáticos com as sedes dos STRs, bem como com o Projeto Nordeste.

Vale salientar que também as Federações do Nordeste - reunidas junto à CONTAG em dezembro/87, para avaliar o desempenho do Projeto Nordeste, constatam na atuação dessa "assistência jurídica" que se realiza sob seu direto controle, problemas relativos à escolha dos advogados contratados (preenchendo em muitos casos critérios políticos e não de competência e compromisso com a classe trabalhadora), bem como ao controle de suas atividades pelas FETAGs. As mesmas questões são apontadas no parecer técnico da SUDENE a respeito do programa de trabalho 88 (PDA), onde sublinha-se a necessidade de "maior articulação dos advogados das subcomponentes de Assistência Jurídica com as Comunidades e Sindicatos Rurais."

(12) "Relatório Setorial de Supervisão - Componente Ação Fundiária - Missão realizada entre 30/01/87 e 11/12/87 - na região '6' do litoral paraibano.

No mesmo "parecer" avalia-se também, quanto ao desempenho da 'Ação Fundiária', que "a meta de aquisição de terras para 88 encontra-se muito aquém do estabelecido na programação do PDSFM (março 87), representando 2.410 ha (sendo 1.398 objeto de compra e 1.012 desapropriação) enquanto a meta devia ser 46.800 ha. Ressalta-se ainda que "a prática de utilização do instrumento de compra de terras" é largamente utilizada, enquanto o "Convênio ... estabelece que prioritariamente a forma recomendada é a desapropriação (...) sendo a compra de terra restrita a casos excepcionais como áreas de implantação de projetos de irrigação para pequenos produtores". Concluindo o parecer afirma que "o desempenho foi abaixo do aceitável (...) tendo o Estado atingido apenas 16% das metas estabelecidas (...) depois de quase 3 anos de execução". (13)

(13) "Parecer" da SUDENE - PAPP - Grupo de Apoio a R.A. - Análise do POA/88, Estado da Paraíba - Componente Ação Fundiária - p.10 e 11.

5. *PODER LOCAL, POLÍTICA PARTIDÁRIA E SINDICALISMO*

Analisando as lutas dos assalariados da cana da Paraíba por salário, condições de trabalho e cumprimento da legislação trabalhista e seu desenvolvimento na forma de "contratação coletiva intermediada pelo Estado (Justiça do Trabalho)" POTENCYE e MIELE (1987:6) reconhecem na "emergência da classe trabalhadora dos canavieiros" um "fato social novo em todo o estado (...) Esta luta, eminentemente sindical, permite pensar o Sindicato como 'um novo mediador nas relações entre trabalhadores rurais e o resto da sociedade, aparecendo como um 'corpo estranho' na relação que subordina o trabalhador à 'lei do fazendeiro' (PALMEIRA, 1983). Por isto mesmo, este novo mediador será disputado pelas forças sociais dominantes", e, por estas, frequentemente 'capturado' (1987:6). (1)

Seu controle interessa, portanto, ao conjunto das forças que compõem o "poder local"<sup>(2)</sup> e não somente proprietários rurais e usineiros, para os quais tal controle faz parte de sua "estratégia na luta pela manutenção das taxas de exploração do trabalho vi

(1) A visão da luta sindical como condição para o Sindicato ser o 'novo mediador', relativiza a afirmação de PALMEIRA, de que seria 'difícilmente 'capturável' pela sua própria vinculação a um sistema sindical mais amplo que se introduz nas relações entre o campesinato e o Estado." E ainda, de que "A relativa ausência do Estado (no desenvolvimento do sindicalismo rural) fez com que não houvesse espaço nesse sindicalismo para figuras sociológicas como a dos mediadores que se tornaram conhecidos por 'pelegos' (dirigentes sindicais que retiraram sua força da dupla condição de participantes da máquina estatal e manipuladores de clientelas políticas)". (PALMEIRA, 1985: 45/48)

(2) "Entendemos por poder local - em contraposição ao poder do Estado Nacional - as várias formas pelas quais as oligarquias exercem o poder a nível local e regional...utilizando-se das instituições, inclusive a do próprio Estado, para seus próprios interesses.(...) Baseia-se num sistema de relações pessoais de solidariedade vertical entre os membros da classe dominante, que subordinam as classes dominadas, principalmente através de formas de dominação pessoal(...). Objetivo principal do sistema de poder é impedir o surgimento de uma solidariedade horizontal ou de classe. (BERTOLAZZI e TOSI, 1985).

gente. O Sindicato, pela importância que assumiu perante os trabalhadores, como órgão representativo, transforma-se, também, num canal de legitimação para os políticos locais. Assim, embora o sindicato seja 'a negação da relação personalizada dos latifundiários (PALMEIRA, 1983) pode ser capturado pelas classes dominantes locais, apresentando-se como um elemento a mais na estrutura de poder local ou pode vir a se construir neste novo mediador. O Sindicato pode: 1) ser visto pelos políticos como uma máquina de prestação de serviços com objetivos eleitoreiros; 2) ser utilizado como instrumento importante para evitar o conflito de classe e a elevação do nível de consciência dos trabalhadores; 3) ser visto simplesmente como um curral eleitoral; 4) ou como um trampolim político para as lideranças sindicais aliadas ao poder local (BERTOLAZZI e TOSI, 1985).

"Dessa forma, repetem-se, a nível sindical, os mecanismos de manipulação que a classe dominante utiliza nas épocas eleitorais, as práticas clientelistas através da farta utilização dos recursos públicos, municipais, estaduais e federais, bem como o uso de bens particulares, da intimidação e da ameaça." (POTENGY e MIELE, 1987:7).

O fato para o qual queremos chamar atenção - característico do 'novo sindicalismo' - é a ruptura que este busca efetuar na dinâmica do 'poder local', entre políticos e presidentes de STRs "instalados". Uma nova política é incorporada por STRs ganhos pela OS, contrapondo-se ao "uso do sindicato para a política eleitoreira" (\*), após uma campanha de OS que trabalhou para

(\*) "Chega no sindicato o candidato a vereador ou o cabo eleitoral junto ao trabalhador, para o presidente dar o visto na folha para a aposentadoria, para mostrar que é ele que está arranjando a aposentadoria. Ai está comprometido o voto do beneficiado para a próxima eleição. Depois de assumir, a gente começou a dizer que não precisava vir com acompanhante, que bastava o trabalhador, que AQUI ERA DO TRABALHADOR...."  
(Presidente STR Pirpirituba - 36 anos - Abril 85)

despertar novas concepções sindicais:

"a bandeira de 'um sindicato independente de patrões e políticos' foi um dos argumentos mais fortes a favor da 'chapa 2'.

"Prefeitura é prefeitura - sindicato é sindicato - igreja é igreja - política é política!... Os trabalhadores não sentiam o sindicato como uma coisa própria, deles, por causa da interferência dos 'grandes' dentro do sindicato. A gente perguntava: Então, vamos garantir o sindicato nas mãos dos trabalhadores ou não? - O povo respondia 'Vamos!', que o trabalhador também quer ter alguma coisa sua. 'Ali quem manda somos nós!' O povo sempre diz: 'Vamos nos encostar num pau grande, que dá sombra.' Mas aí tem a contrapartida: 'Quem se encosta num pau grande que dá sombra sempre fica amarelo, deste tamanho, e não presta... toda semente que se coloca de baixo de uma árvore grande nunca tem o prazer de crescer'. E o pessoal dizia: 'É isso mesmo!' (Presidente STR Pirpirituba - eleito pela OS - 1983)

"O que antes era percebido como um bloco único de poder, onde quem manda são 'os poderosos', 'as autoridades', agora começa a ser visto como uma pluralidade de poderes em que se abre espaço também o poder dos trabalhadores". (BERTOLAZZI e TOSI, 1985:23).

Por outro lado, outro fato importante de ruptura pode ser identificado na candidatura inédita - para as eleições políticas de 1988, a nível municipal - de um grande número de sindicalistas na legenda de um partido não tradicional e de representação popular.

Desde a década de 70 - com a consolidação de bipartidarismo - os sindicatos rurais (onde passaram a confluir praticamente todos os trabalhadores rurais de um município, graças aos serviços do FUNRURAL<sup>(3)</sup>) foram utilizados pelo 'poder local' como

(3) "Se é verdade que aumentar o número de associados através



'curral eleitoral', sustentando, por sua vez, a reprodução na direção sindical de lideranças comprometidas e complacentes com a política partidária tradicional. Política localmente desenvolvida pela ligação direta entre prefeitura e classe patronal, servindo o sindicato como mediador junto aos trabalhadores e como espaço de atuação da política clientelista.

Ao mesmo tempo, não é desprezível o número de diretores sindicais que se engajam diretamente na disputa eleitoral <sup>(4)</sup>. Entre eles há diretores sindicais cuja influência supera o âmbito de poder local municipal, proporcionando condições até para a vitória de deputados estaduais e federais.

A política clássica 'do fisiologismo' - traduzida popularmente como "toma lá-dá-cá" - se materializa na relação diretores sindicais x políticos, através do retorno do apoio recebido: o sindicalista que apoiou a determinado candidato pode contar com o apoio deste na hora da eleição sindical. É o que confirma esta nota - que justamente registra o senso comum desta relação - do Caderno de Política do Jornal "O Norte" (09.04.87, p.2) a respeito da eleição da FETAG-Pb:

*"Carlos Candeia - que apoiou o candidato eleito (a presidente da FETAG) Liberalino Ferreira Lucena por este ter trabalhado em seu comitê de campanha"*

---

Cont. (3) de Convênios previdenciários não chega a se constituir no "pecado original" do sindicalismo rural, como parece indicar alguns estudiosos, também não podemos deixar de considerar o fato desta dimensão assistencialista favorecer o estabelecimento de disputas pelo controle do sindicato por parte de facções políticas locais, assim como favorecer um certo tipo de troca de favores e cumplicidade entre as direções sindicais, autoridades municipais, entidades patronais e grandes proprietários. (NOVAES, 1987:198).

(4) Nas eleições de 1982 mais de trinta diretores de sindicatos paraibanos foram candidatos a vereadores pelo PDS. (Cf. POTENGY e MIELE, 1987).

panha no ano passado - fez questão de frisar que, enquanto instituição o PMDB não interfe-riu oficialmente e nem extraoficialmente, no processo eleitoral da FETAG...Ao lembrar que o eleito contou com o seu apoio e do deputado federal Edvaldo Motta..." (4)

Apesar desta relação fisiológica entre sindicalistas e políticos partidários ser publicamente reconhecida, as lideranças sindicais, tradicionalmente se posicionam contra o envolvimento partidário (5). Parecem ter assumido o sindicalismo proposto pela CONTAG (é pelo estado), que "elaborou a imagem de organizações unidas, articuladas, externas às disputas político-partidárias". (MEDEIROS, 1988:7).

É interessante neste sentido, conferir entre outros o depoimento do presidente do STR de Araruna (66 anos), eleito em 1987 para a direção da FETAG;

(4) *Latifundiário da região setaneja de Patos, onde o Sr. Liberalino é presidente do STR desde a sua fundação, em 1971, quando assumiu como provisório. Após reconhecimento do STR pelo Ministério do Trabalho, em 1973, foi eleito presidente, permanecendo até hoje sem nunca ter enfrentado uma oposição sindical.*

(5) *Entrevista com o vice-presidente da FETAG-Pb (45 anos) em dezembro 87: "Eu não tenho nenhum vínculo político, eu não gosto muito de política partidária...porque é uma política desonesta....). Nem um partido político, aqui no município de Bananeiras, nem PFL nem PDS nem PMDB tem interesse pela classe trabalhadora. Inclusive tem um boato por aí que eles vem dizendo...estão tentando...para eu me candidatar junto como vice-prefeito. Só que a minha resposta é uma só: eu não sou caçamba de prefeitura para tapar rombo de ninguém não, quem tivesse rombo que tampe. A verdade é essa...porque sabem que o trabalhador tem uma certa confiança em cima de mim."*  
 VOCE PENSA EM SE CANDIDATAR A PREFEITO POR UM OUTRO PARTIDO? "Não".  
 Em novembro 87, candidatou-se a vereador, (PMDB) - não sendo eleito.

"Nunca pretendi entrar em política ... desde as eleições de 45, todos esses anos, eu en<sup>te</sup>ijeitei oportunidades de me candidatar a ve<sup>re</sup>eador, ou até prefeito ou vice-prefeito. Eu nunca fui filiado a partido nenhum, eu não sou partidário. Eu voto no homem, porque pa<sup>ra</sup> mim a personalidade é o homem e não o pa<sup>r</sup>tido." (entrevista dez. 87).

Entretanto em 88 o mesmo dirigente sindical apresentou-se candidato a vereador pelo PMDB.

Já o presidente da FETAG mudou sua posição com relação à questão partidária, criticando a postura "apolítica" proposta pela CONTAG:

"Eu sô fui filiado ao PMDB... Me filiei quando pregava as Diretas Já, a abertura, a democracia, a Nova República pela qual eu fui orador da campanha passada... e hoje não sei se valeu a pena ter-me filiado a partido político, porque aquilo que a gente defendeu, foram frustradas... as reivindicações, o pensamento de cada um. Em 64, até 73, 74, 75 nós defendíamos que nós íamos ser apolíticos, os movimentos populares e os movimentos sindicais de um modo geral. ... Até a gente passou dez anos alimentando isso: não deve participar de política partidária. Quando foi na política passada (1986), a CONTAG, a CUT, a CGT, todos os movimentos, Igreja, foram às ruas pedir para eleger o presidente da República, pra eleger os candidatos. Como é que eu disse até ontem que não devia participar da luta partidária e hoje passo a dizer que devo? Eu acho que foi um passo errado que nós demos ... Eu acho que nós devemos entrar ... que a nossa luta deve ser por aí, ... Até 4 anos atrás eu achava que política partidária não devia estar presente nestes movimentos, e hoje eu vejo o contrário". (Liberzino Ferreira Lucena, 43 anos - entrevista em Jan. 78)

Parece-nos poder afirmar que se dá uma descontinuidade nesta relação poder local x sindicalismo rural, na medida em que constatamos que nas últimas eleições municipais de

novembro 88, triplicar o número de dirigentes sindicais em relação a 82, que se apresentaram como candidatos<sup>(6)</sup>.

Com efeito, pelos dados colhidos nos registros da FETAG-Pb e da DRT-Pb, aproximadamente 25 a 28% dos 143 STRs hoje reconhecidos na Paraíba, tiveram um, ou mais, entre seus diretores que se apresentaram como candidato ao cargo de vereador ou mais raramente de prefeito - vice-prefeito, por um total de quase 100.

Entre as novidades, temos, por um lado, a ruptura do papel subalterno de mediador ou "*cabo eleitoral*" desempenhado pelos sindicalistas rurais, passando então a disputar como protagonistas um cargo eletivo no âmbito municipal; por outro lado, é a quantidade de pessoas que neste ano (1988) "*ousou*" enfrentar a arena partidária<sup>(7)</sup>, notadamente pelos casos em que tais candidatos se apresentaram como alternativa a políticos apoiados pelos "*donos*" do poder local.

Entretanto, os resultados do último pleito municipal de 88, mostram que não há uma relação direta entre "*consenso*" (expresso pelo voto) na área sindical e na área político-partidária.

---

(6) *Em sua grande maioria, os dirigentes sindicais se candidataram pela legenda do PMDB; consta, porém, uma porcentagem significativa (22 a 25%) de dirigentes rurais, ligados à CUT, candidatos pela legenda do PT, dos quais só um foi eleito (curiosamente, sem o apoio do STR cujo presidente fez campanha para o voto nulo, aderindo ao posicionamento da Corrente Sindical).*

(7) *Podemos aproximar (a partir de projeções de dados obtidos nos sindicatos da região do Brejo, e, da constatação que foi registrado oficialmente na DRT somente o afastamento dos diretores com os cargos de presidentes, secretários e tesoureiros, e não dos outros) que somam provavelmente a mais de uma centena os sindicalistas trabalhadores rurais que entraram na disputa eleitoral.*

*Cf. pesquisa realizada pelo SEDUP de Guarabira a respeito dos candidatos da região do Brejo nas eleições partidárias 1988.*

Com efeito, foi insignificante o número de sindicalistas que conseguiram se eleger, quer entre os "tradicionais" quer entre os que são considerados expressão do "novo sindicalismo"<sup>(9)</sup>, desmentindo o automatismo com o qual o "senso comum" tende a considerar que a "liderança" seja uma questão pessoal e portanto transferível de um campo para outro, onde quer que aquela pessoa atue.

Se, na realidade, o peso político de uma liderança sindical foi amplamente utilizado nas situações clássicas de "poder local", sendo assim comprovada sua eficácia na arregimentação de votos, viabilizando também a própria candidatura do líder sindical quando funcional a tal sistema<sup>(10)</sup>, este peso desaparece em presença de mudanças nas relações sociais.

(9) Enquanto temos dados (aproximados) relativos ao número de sindicalistas eleitos entre "tradicionais" e "novos", nos faltam dados para comparar as porcentagens de sindicalistas "tradicionais" eleitos em 82 e 88.

(10) "No município que tem sindicato atuante, os políticos são muito preocupados com o sindicato, porque eles acham que do lado que o sindicato estiver, está do lado que tem a maioria. Eles se preocupam na época das eleições, tanto que qualquer partido quer tomar o sindicato, nem que depois recue um pouco até as próximas eleições, mas nas eleições eles procuram por políticos, ficam tudo doido. Os partidos procuram o sindicato: "O que é que tá precisando? Conte comigo, qualquer coisa!". Porque, pelo menos o sindicato na campanha passada, acontecia de ser aproximada a eleição do sindicato com a partidária, eles começaram a dizer: "Se nós conseguirmos apanhar o presidente do sindicato, nós futuramente apanhamos o município. Se nós não ganharmos o presidente do sindicato, estamos mortos, derrotados politicamente na nossa campanha". E assim tem acontecido. Toda política partidária, nosso lado tá ganhando". (entrevista em 07.01.88 com Dirigente da FETAG-Pb - presidente STR de Solânea - 52 anos).

L.M. -

J. - eu quero cortar os cabelos

A.J. - gaimé está

A recente quebra das relações tradicionais nas regiões estudadas do campo paraibano - abordada no capítulo II - que tem a ver com os resultados deste pleito relativos aos sindicalistas "tradicionais", funcionais ao sistema (algum mais outros menos), explica a decepção destes frente ao inesperado. Entretanto, a explicação para a decepção dos "novos" sindicalistas, eleitos pelas oposições sindicais, com relação ao voto político "de oposição" deve ser procurada numa análise mais profunda da representação do "voto", em particular na realidade do campo nordestino.<sup>(11)</sup>

Certamente, em ambos os casos deve ser avaliado o fator "conjuntura" econômica e política nacional, e estrutura de classes no Nordeste.

O paradoxo da proposta formal da CONTAG - que orienta no sentido da não ligação partidária - resulta evidente, especialmente quando consideramos que a maioria dos sindicalistas que se candidataram são justamente os que se identificam formalmente com linha da CONTAG.

Em compensação, a proposta do sindicalismo cutista assume publicamente a importância da opção político-partidária (mesmo reafirmando a independência da CUT de qualquer partido)<sup>(12)</sup> e apoia de fato a candidatura de sindicalistas que se identificam na linha cutista e que se apresentaram na legenda do PT.

A questão é complexa e tem a ver com as mudanças que vem se processando desde o final dos anos 70 na relação entre sindicalismo e Estado.

(11) No Nordeste em geral e em particular no caso da Paraíba, os resultados eleitorais foram bastante distintos do Centro - Sul, tendo incidência mínima o voto chamado "de oposição" ou "de protesto" à situação vigente - identificado no PT/PDT - que representou o "boom" das eleições de novembro 88.

(12) Como afirma-se nos documentos do 3º CONCUR de setembro de 1988.

Como analisa (ainda em 1982), Maria Hermínia Tavares de Almeida: "No passado, o sindicalismo brasileiro fez política utilizando espaços de representação corporativistas no aparelho do Estado e sua proximidade com Ministros do Trabalho, vice-presidentes e presidentes da República. Este não parece ser o caminho mais curto hoje em dia. Um certo distanciamento com relação ao Executivo talvez conduza a privilegiamento da atuação política através dos partidos. Uma coisa é certa: pelo menos por algum tempo, os rumos do movimento sindical não se definirão com independência dos partidos políticos". (ALMEIDA, 1984:214).

Esta tendência - que, segundo a autora, se dá também a partir das diferentes concepções sindicais e opções político-partidárias, se evidencia já na primeira CONCLAT de agosto de 1981<sup>(13)</sup>, nos dois blocos em que se dividem as lideranças sindicais urbanas e rurais: a "*Unidade Sindical*" e o "*Novo Sindicalismo*".

"As lideranças do novo sindicalismo lançaram-se de corpo e alma à organização do Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto que os dirigentes da Unidade Sindical procuraram levar seus seguidores para a agremiação que recolheu as tradições e a maioria dos membros do antigo partido Único oposicionista, agora chamado PMDB". (ALMEIDA, 1984:212).

Naturalmente estas novas tendências devem ser consideradas no contexto da conjuntura econômica da época dos primeiros anos 80: retração da atividade grevista e política econômica recessiva com consequências de aumento no desemprego. Um conjunto de fatores que levam a fazer sentir aos trabalhadores urbanos, (e mais recentemente no campo) a importância de ganhar espaço no poder político.

(13) "A crescente polarização do sindicalismo não expressou apenas diferenças de estratégias sindicais. Progressivamente elas passaram a refletir distintas opções político-partidárias, em uma conjuntura de reorganização dos sistemas de partidos no Brasil..." (ALMEIDA, 1984:212).

E, finalmente, para concluir este capítulo onde procurou-se dar conta da configuração do campo de forças que constitui o sindicalismo rural na Paraíba é importante ressaltar seu caráter dinâmico. Isto é - por exemplo - uma nova oferta do Estado (como os projetos Nordeste e São Vicente) ou uma mudança da correlação de forças a nível nacional (reconhecimento da CUT como representante dos trabalhadores com a ida da Ministra Dorotêa Werneck) ou mesmo, uma nova estratégia dos órgãos representativos dos patrões (Sindicatos dos Usineiros, UDR, Confederação da Agricultura) (14), modifica as relações internas no campo, provocando novas reaglutinações e por conseguinte outras representações que favorecem ou dificultam a implantação do 'Novo Sindicalismo'.

- 
- (14) *Entre os fatores que pesaram na modificação das relações de força no campo, não são - como é notório - com relação à questão da Reforma Agrária, bem como das Campanhas Salariais e lutas trabalhistas, e ainda, em toda a questão partidária nacional, teve uma presença marcante a UDR. Na Paraíba, foi fundada no dia em que se comemorava o 3º aniversário de morte de Margarida Maria Alves. "Coincidentemente" seu presidente de honra é o Dr. Agnaldo Veloso Borges, da Usina Tanques, no município de Alagoa Grande, onde se deu o assassinato da líder sindical, justamente a mando dos usineiros. Como explica NOVAES (1987):334/35: Um exemplo de articulação política dos patrões foi a organização da UDR (União Democrática Ruralista) no Estado da Paraíba. A UDR, aqui, pretende coordenar as ações de todas as entidades patronais pré-existentes e fazer mais eficaz suas ações. A ela ficaram, então, vinculadas: a Federação da Agricultura, a Associação de Plantadores de Cana (ASPLAN) e o Sindicato do Açúcar e do Alcool.(...) Se é verdade, então, que as classes constroem a partir de relações entre as classes, não é possível separar, hoje, na zona canavieira da Paraíba, dois campos distintos de conflitos: camponês x latifundiários (como parecem indicar as lutas pela resistência na terra) e operários x empresários rurais (como indicam as lutas pela contratação coletiva e as greves). Por outro lado (...) os patrões conseguem construir uma instância de mediação e representação (a UDR) que procura minimizar as segmentações entre eles existentes".(...) NOVAES, 1987:334-35).*
- Uma recente análise da CUT-Pb sobre "os donos do capital e do poder" na Paraíba afirma que: "O grupo da Várzea é o agrupamento político mais poderoso independentemente da sigla partidária que venha a usar, re*



Cont. 14 - apresentando a união político-eleitoral do grupo sertanejo dos Peireira de Pombal, com os Ribeiro Coutinho, Veloso Borges e Bezerra. O grupo é conhecido pela sua influência sobre a política estadual desde décadas e pela truculência com que age em relação a qualquer tipo de reação dos trabalhadores à sua dominação e exploração. É notória a responsabilidade do grupo pelos assassinatos (para citar apenas dois exemplos) do líder camponês João Pedro Teixeira, em 1962, e da líder sindical Margarida Maria Alves, em 1983 (...)

A família Maia constitui também um grupo político de muita importância, dominando o município de Catolé do Rocha e adjacências desde a "República Velha" (nunca perdeu uma eleição no município, tendo uma forte influência na política estadual ...)

A UDR se confunde na Paraíba, em boa medida, com os interesses da agro-indústria canavieira e tem como tronco principal o Grupo da Várzea.

Os candidatos nas eleições de 86 apresentados por eles como confiáveis foram: Joacil de Brito Pereira, Luís Bronzeado (secretário de Segurança Pública no período do assassinato de Margarida Maria Alves), João da Mata (ex-funcionário da SUDENE e atualmente promissor empresário, dono do grupo NUTRIBRÁS ...)

(III CECUT - Caderno de Teses - João Pessoa 12/Fevereiro/89)

## CAPÍTULO IV

### OPOSIÇÕES SINDICAIS NO CAMPO PARAIBANO: UMA CARACTERIZAÇÃO

Como já se afirmou, para a construção do "*novo sindicalismo*" convergem vários acontecimentos entre o final dos anos 70 e início, de 80: o fracasso evidente do modelo econômico implementado pelo regime militar; as lutas de vários setores da sociedade pelas liberdades civis e políticas e pela participação social e econômica (1) - entre as quais a organização do Movimento Popular tem uma relação mais imediata com o movimento dos trabalhadores; a demanda social de representatividade das lideranças, em particular aquelas sindicais.

Por outro lado, se procurarmos um denominador comum para as áreas onde se desenvolve o "*novo sindicalismo*" no campo, podemos constatar que as intervenções para o surgimento de "*oposições sindicais*" têm condição de provocar transformação na organização sindical somente quando o processo de mudança social e o conflito criam as condições propícias para tanto.

Contudo, nem a conjuntura favorável e nem os processos de mudanças sociais em curso asseguram automaticamente vitórias para novas propostas sindicais ou mesmo homogeneidade na implantação das concepções e práticas que constituem o arcabouço do "*novo sindicalismo*".

(1) Entre elas ressaltamos a denúncia pelo DIEESE das fraudes nos índices econômicos de 1973-74, que, em 77 desencadeia a campanha dos Metalúrgicos de São Paulo pela recuperação salarial de 34,1% que, no dizer das lideranças sindicais de São Bernardo, dá início ao "processo de democratização do sindicato".

Outros aspectos devem ainda ser levados em conta.

Este capítulo terá como eixo central de análise as descontinuidades e continuidades que podem ser identificadas na: realização do "novo sindicalismo" no campo. A nossa análise em torno do "novo sindicalismo" na Paraíba coincide com estudos feitos em outras regiões do Brasil e entendemos que "o novo se constroe dentro do velho", abrindo caminhos que vão se traçando de forma mais definida com o tempo.

Como afirma Vera Lúcia B. FERRANTE (1988:9/11) referindo-se ao sindicalismo rural Paulista: "*O novo e o velho a nível das práticas sindicais combinam-se ou entram como ingredientes de um quadro extremamente diversificado. Os sindicatos novos, organizados no processo de lutas, não têm necessariamente uma prática instituinte. A substituição das direções gerou, em alguns casos, uma reapropriação do assistencialismo, a superação do sindicalismo de presidente, e em outros casos, nada significativamente mudou. Cai por terra, progressivamente, qualquer afirmação com pretensão generalizante. Não há uma prática instituinte perpassando todo sindicalismo o que, por outro lado, não pode, em bloco, ser tomado como comitê burocrático gratuito do assistencialismo.*

Como para a implantação do "novo sindicalismo" a primeira questão chave é "tirar o pelego", ou seja, a renovação dos quadros contrapondo às lideranças da situação de tipo fisiologicas - chamadas pelegas, atrasadas, acomodadas - novas lideranças consideradas autênticas e combativas, capazes de levantar uma nova imagem de 'sindicato de luta', tratar-se-á basicamente neste capítulo das 'oposições sindicais' no campo Paraibano. Procura-se-á, então, qualificar tais oposições no tempo

e no espaço, analisando os programas que deram a conhecer nas campanhas eleitorais, o papel dos "apoios externos" nestes processos e, finalmente, procura-se-ã traçar o perfil de seus dirigentes.

1. AS OPOSIÇÕES SINDICAIS NÃO TRADICIONAIS NO CAMPO PARAIBANO: PERIODIZAÇÃO, VITÓRIAS, DERROTAS E PROGRAMAS.

Entendemos por "OPOSIÇÕES SINDICAIS NÃO TRADICIONAIS" aquelas oposições cujas lideranças apresentam-se aos trabalhadores com uma proposta de mudança de concepção e prática sindical. É um leque variado no tempo e que reúne características objetivas diversificadas quanto ao tipo de lideranças que as representam; quanto ao contexto e situações de conflito vividas pelos trabalhadores, que criam as condições para seu aparecimento; quanto à história de lutas, etc, mas que apresenta como mínimo denominador comum a busca de um espaço de participação direta dos trabalhadores na estrutura sindical e de representatividade de seus interesses econômicos, na condução de seu órgão de classe.

Neste sentido, as "oposições sindicais" que classificamos nesta análise como de "novo sindicalismo", representam algo novo em relação às oposições sindicais de tipo tradicional, chamadas "fisiológicas", que reproduzem a estrutura ou que representam a situação clássica de "ALTERNÂNCIA" no poder entre governo e oposição.

Estas, tomando exemplo da prática dos partidos políticos tradicionais, se apresentam geralmente como "alternativa pessoal" à condução de uma estrutura que não é minimamente colocada em questão: é a mudança de liderança (e de seu grupo - mas o que vale é o "cabeça de chapa") e não um plano de trabalho político e

administrativo, a solução para qualquer problema de má condução da estrutura, fonte de insatisfação dos que dela fazem parte.

Para identificarmos tais "oposições sindicais" utilizamos as análises de lideranças sindicais da CUT-Pb (que acompanharam pessoalmente o desenvolvimento do movimento de renovação sindical no estado, desde o final dos anos 70) bem como de assessorias inseridas em entidades de Educação Popular que acompanharam o processo sindical no campo paraibano desde o início dos anos 80.

O quadro do novo sindicalismo não é unívoco em termos da concepção sindical e se vale de apoios e assessorias diversas.

Quanto à CUT, é muito recente o "reconhecimento" de uma OS como sendo "da Cut". A necessidade do reconhecimento data precisamente da 2ª metade de 1988, com vistas à definição dos participantes ao 3º Congresso desta Central e, especialmente, à reorganização de sua estrutura e estatutos. A partir disso, definiu-se que as instâncias de direção da Central devem identificá-las e prestar acompanhamento às OS que se desenvolvem nas áreas de sua competência, tendo como parâmetro a concepção e prática sindical cutista.

Segundo o presidente da CUT-Pb

*"Para um bom trabalho de oposição sindical é necessário que se tenha um trabalho de base, identificação com a categoria e representatividade".*

Ele afirma que hoje a CUT é muito mais crítica do que nos anos passados na avaliação das características de uma OS

*"porque hoje, principalmente quando a CUT se tornou referência, qualquer oposição procura a CUT". Com "oposições que não tem programa de trabalho que apresente uma seriedade, uma transformação, uma perspectiva nova para o sindicalismo, a CUT não entra".*

Entre os critérios para que uma oposição de fato possa ser considerada cutista e também participar em congressos e nas instâncias de deliberação da CUT, aponta:

*"aceitar o acompanhamento efetivo da CUT, dentro da sua perspectiva e da sua linha de trabalho ; acatar as orientações da CUT, identifica-se com a proposta sindical da Central...aquele espírito de luta, estar atentos às reivindicações e à problemática da categoria; a questão de levar a política de formação que é o novo que a CUT re apresenta no movimento sindical..."*

(entrevista ao presidente da CUT-Pb, jan./89).

Segundo levantamento (Cf. quadro 1 ) feito com as lideranças sindicais rurais da Paraíba, relativo ao período 1980/88, (2) constata-se que em 40 eleições sindicais de STRs houve disputa com OS não tradicionais. Com efeito, em 33 sindicatos, onde o movimento que visa a mudança vem atuando há mais tempo, encontramos 7 OS que já disputaram por 2 vezes consecutivas a direção do STR. (As eleições para renovação do STR se realizam a cada três anos).

O desenvolvimento das OS no campo paraibano vem se dando de forma contínua e crescente - especialmente em 84-87 (73%) - em que pese a quantidade de derrotas (em média 57%) nas disputas eleitorais. Das 40 eleições em que as OS participaram, 15 (37%) se realizaram entre os anos de 1980 e 1984 e 25 (62,5%) ocorreram nos quatro anos seguintes (1985 a 1988). Fato indicativo de que, apesar das perdas eleitorais, os trabalhadores não desistem de se organizar para a mudança.

(2) Antes deste período houve somente uma OS considerada "de mudança", em A land ra que ganhou o STR em 1978. Entretanto, já em seu primeiro mandato, o novo presidente - ex-participante das Ligas e Liderança na luta pela terra do "conflito de Mucatu" - "se apelegou", no dizer dos trabalhadores, tanto que organiza-se nova oposição sindical em 1981 para "tirar o novo pelego", mas sem resultado até hoje. Não há registro escrito em nenhuma das fontes consultadas (FETAG, CUT, DRT) a respeito dos processos de OS. Portanto, foi necessário recolher os dados através de entrevistas com lideranças que participaram como candidatos ou com o apoio (CUT). Tivemos acesso ao arquivo do SEDUP de Guarabira a respeito de seu trabalho de apoio as OS do Brejo Paraibano.

Na nossa análise consideramos como marco divisório, entre os dois períodos estudados, a fundação da CUT-Pb (28 de Julho de 1984), quando começa a se estruturar mais solidamente a nova concepção e prática sindical. Mas será especialmente após seu primeiro congresso (em novembro 1985), que a CUT-Pb organizará um trabalho de articulação no campo, passando sua base a ser constituída principalmente de trabalhadores rurais.

Posteriormente, a CUT-Pb passa a orientar lutas conjuntas do campo e da cidade. (B).

As oposições sindicais conseguiram ganhar, no período 80-88, 17 das 33 direções sindicais disputadas (51,5%). Vale ressaltar que as últimas eleições de 1988 (2.<sup>a</sup> convocação eleitoral no STR de Campina Grande e 1.<sup>a</sup> no STR de Tacima - Cf. cap.5<sup>o</sup>) apresentaram características inéditas em decorrência das mudanças advindas com a nova Constituição, que eliminou a intervenção do Ministério do Trabalho (Art. 8.<sup>o</sup> Constituição Brasil - 1988) sem tocar porém a estrutura sindical vertical, criando, portanto, situações de impasse por falta de definição de quem e como substi-

---

(3) A CUT-Pb foi fundada por duas entidades sindicais "urbanas": Sindicato dos Textéis de João Pessoa e AMPEP (Associação dos professores da rede estadual). Logo em seguida (dez./84) filiou-se o STR de Caaporã. No II<sup>o</sup> Congresso Estadual (maio 87) estavam filiados 9 STRs (sendo 1 do Litoral, 1 do Cariri /Sertão e 7 do Brejo) e 7 entidades urbanas, sendo a maioria delas pequenas. Participaram do Congresso também 4 STRs não filiados e 8 OS rurais, além de 13 entidades urbanas não filiadas. Em fevereiro 89 a CUT-Pb conta, no campo, com 16 STRs filiados e 11 OS, e, na cidade, com 17 entidades filiadas sendo o "setor sindical de ponta" nas mobilizações representadas pelo setor de serviços (bancários, rodoviários, professores municipais, estaduais e docentes universitários, servidores públicos federais, telefônicos). A maior categoria da indústria, filiada à CUT, é a Construção Civil. Vale ressaltar que na Paraíba, o conjunto das atividades industriais ocupam somente 11% da população economicamente ativa; a construção civil 6%; A maioria é ocupada nos serviços (33%) e na agropecuária (50%). (Dados de duzidos do Censo IBGE 1980)

tuiria o poder de intervenção legal, até então mantido pela DRT (Delegacia Regional do Trabalho, Órgão regional do Ministério) , como veremos a seguir.

Se considerarmos também os STRs renovados sem passar por um processo de disputa eleitoral (Cf. quadro 2) - através de outras formas quais: "*composição com a situação*", evolução dos próprios dirigentes, etc. - os sindicatos que conseguiram mudança total ou parcial dos quadros que ocupam os cargos principais de representação somam a 34, representando, portanto, 53% dos STRs da região pesquisada neste trabalho (ou seja, 24% do universo total do sindicalismo rural paraibano).

Retornando à questão das opções sindicais, vale considerar que o "*movimento de oposição*" é mais amplo do quadro traçado com o levantamento das disputas eleitorais; pelos contatos mantidos na região temos informações a respeito de várias tentativas de organização de OS, que, por vezes, esbarraram em dificuldades (como falta de informação) o, mesmo, entraves nos trâmites legais necessários para se registrar como chapa concorrente às eleições sindicais. Nestes casos, as atitudes tomadas pelo grupo que se identifica como OS à situação vigente, variam de acordo com sua consistência enquanto OS, e sua capacidade de relacionamento com a base. De modo que, alguns conseguem promover uma mobilização no sentido de organizarem protestos dos trabalhadores insatisfeitos e dar continuidade ao movimento de oposição; outros tentam organizar campanha para o "*voto em branco*" e ainda outros desistem do movimento.

Certamente, o movimento de OS se configura como uma realidade expressiva que, ganhando ou mesmo perdendo as disputas eleitorais, têm demonstrado um peso significativo para o processo de mudança, sacudindo os trabalhadores e as direções instaladas na estrutura sindical de um determinado município.

Uma eleição sindical, num município do campo paraibano, quan



do disputada por mais de uma chapa, torna-se um acontecimento social de peso; não só porque é assunto de conversa entre trabalhadores, nos meses que antecedem ao pleito<sup>(4)</sup>, mas sobretudo porque envolve diretamente os interesses dos políticos<sup>(5)</sup> e administradores municipais<sup>(6)</sup> e do patronato da região.

A direção de um sindicato representa um centro de poder no sentido que pode controlar os conflitos de classe, os conflitos de terra, as reivindicações de direitos trabalhistas e agrários, ou contrariamente, transformar protestos individuais em lutas coletivas pela aplicação dos direitos legais ou em direção à amentos salariais ou, ainda, na luta pela terra.

Como já se afirmou anteriormente, por menos força que possa ter um sindicato, ele representa sempre um perigo ou pelo me

---

(4) Até 1987 as chapas concorrentes ao pleito sindical deviam se registrar num prazo entre 90 e 120 dias antes da eleição; em seguida o prazo para registro de chapa foi reduzido para 30 a 60 dias antes da data em que vence o mandato da direção atuante. A redução dos prazos efetuada pelo ministério do Trabalho, beneficia a "situação", reduzindo as chances das "oposições" que, geralmente desconhecem a data exata da eleição, não tendo acesso aos arquivos do STR.

(5) Cf. cap. III a respeito da problemática da relação entre poder político e poder econômico a nível local, que foi constatada em quase todas as realidades onde se deu o movimento de Oposição Sindical, pela ligação entre grandes proprietários, e representantes de partidos políticos nos processos eleitorais sindicais, que atuam concretamente a favor da situação.

(6) "Sempre tem chegado trabalhador que, ao invés de procurar diretamente o sindicato, vai na casa do prefeito e ele mandá pedir a guia: em vez do trabalhador vir pedir com sua carteira, dizendo 'quero uma guia', ele diz 'O prefeito mandá dizer que me desse uma guia". (Presidente STR Belém eleito pela 'oposição sindical' em 84 - entrevista em abril 85).

nos transtorno para o patronato local; por isso, é sempre vantajoso para este manter no cargo uma direção inatuante - ou eficiente na pulverização das lutas dos trabalhadores bem como na condução de "acordos" individuais.

Uma possível mudança na direção sindical de um município representa para todas as forças envolvidas um risco para alguns de seus interesses consolidados graças à relação, até então vigente, com a "situação".

Também para a Federação, a permanência de uma direção sindical "leal", mesmo quando incapaz, representa a segurança da continuidade na estrutura sindical. Certamente uma oposição sindical que exige mudanças a nível local exigirá mudanças também a nível estadual. Por isso sempre se posicionou com a situação".

Conforme lembra Leonilde MEDEIROS (1988), a prática da "prudência" e de "não romper as alianças internas", instituída no "complexo CONTAG" a partir do período da repressão, "implicava e implica na reprodução de mecanismos de fidelidade internamente, garantindo, em muitos casos, alianças com setores considerados "acomodados" para permitir que a direção da CONTAG e seu discurso "combativo" permanecessem no poder." (MEDEIROS, 1988:6) (grifo nosso) (7)

(7) Cf. cap. III

A respeito do "estabiliscent" sindical brasileiro em geral e do complexo CONTAG cf.: ALMEIDA 1984; NOVAES 1987; MEDEIROS 1988; SANTOS FILHO 1985).

OPOSIÇÕES SINDICAIS DO 'NOVO SINDICALISMO' NO CAMPO PARAIBANO-80/88  
ELEIÇÕES DE STRs DISPUTADAS POR OPOSIÇÕES SINDICAIS DE RENOVAÇÃO

SINDICATO	ANO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
L I T O R A L	1 ALHANDRA (*)		-					-		
	2 CAAPORÃ					+				
	3 MAMANGUAPE								-	
	4 PEDRA DE FOGO					+				
V A R Z E A	5 CRUZ ESP. SANTO								+	
	6 MARI (*)					-			-	
	7 SAPE (*)					-			-	
	8 S.MIGUEL TAIPÚ						+			
B R E J O	9 ARARA (*)		-							
	10 ARARUNA									
	11 ARAÇAGI						+			
	12 BELÉM					+				
	13 CACIMBA DE DENTRO				-					
	14 CAIÇARA							+		
	15 MULUNGU								+	
	16 PIRPIRITUBA (*)	-			+					
	17 SERRA DA RAIZ									-
18 SOLÂNEA									+	
19 TACIMA (*)							-		+	
A G	a)									
	20 ITABAIANA							+		
R E S T E	b)									
	22 BARRA St. <sup>a</sup> ROSA								-	
	23 CAMPINA GRANDE								-	
	24 CUITÉ					+				
	25 ESPERANÇA								-	
	26 JUAZEIRINHO									-
	27 ITATUBA									
	28 LAGOA SECA								-	
	29 MAÇARANDUBA									+
	30 NATUBA								-	
	31 SERRA REDONDA								+	
32 S. SEBAST. LAGOA DE ROÇA								+		
S E R T Ã O	33 MONTEIRO					+				
TOTAL	2	2	0	3	8	3	9	9	4	40
"Oposições Sindicais"	até 84: 15 (37,5%)					até 88: 25 (62,5%)				100%
+ = vitórias	até 84: 06 (40%)					até 88: 11 (44%)				42,5%

NOVO SINDICALISMO NA PARAÍBA

SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS RENOVADOS SEM DISPUTA ELEITORAL

SINDICATO	ANO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	
L I T O R A L	1 PITIMBU		C								
V A R Z E A	2 SANTA RITA 3 PILAR								C C		
B R E J O	4 ALAGOA GRANDE 5 ALAGOA NOVA 6 BANANEIRAS 7 BORBOREMA 8 DUAS ESTRADAS 9 PILÕES 10 PILÕESINHOS 11 SERRARIA	A			B	C B C					
E S T E	a) 12 INGÁ 13 MOGEIRO 14 SALGADO DE SÃO FÉLIX (*)					C	C		C		
	b) 15 MONTADAS									D	
S E R T Ã O	16 SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO 17 TEIXEIRA	A						B			
TOTAL STRs		2	2	1	1	4	1	1	2	2	17
		até 84: 10 (58,8%)					até 88: 7 (41,2%)				100%

LEGENDA:

- A = Evolução (sem mudança de presidente STR) = 2
- B = Transição (o presidente entrega o cargo à nova liderança) = 5
- C = Composição (chapa de composição entre velhos e novos) = 8
- D = Nova chapa de direção ganha por ocasião de eleição após reconhecimento pelo Ministério de STRs preexistentes) = 2

LEGENDA DA ÁREA ESTUDADA: 64 STRs

DIVISÃO DOS MUNICÍPIOS POR ÁREAS GEOGRÁFICAS UTILIZANDO O CRITÉRIO DAS ARTICULAÇÕES EM FUNÇÃO DO TRABALHO SINDICAL CUTISTA.

- 1) LITORAL (11 STRs) - (Norte e Sul - Corresponde parcialmente à micro-região do Litoral Paraibano, conforme a divisão do IBGE):

Alhandra - Bayeux - Caaporã - Itapororoca - Jacaraú - João Pessoa/Conde - Lucena - Mamanguape - Pedra de Fogo - Pitimbú - Rio Tinto.

- 2) BAIXO PARAÍBA ou VÁRZEA (6 STRs) - (Corresponde a parte da micro-região do Agropastoriledo Baixo Paraíba):

Cruz do Espírito Santo - Mari - Pilar - Santa Rita - Sapé - São Miguel de Taipú.

- 3) BREJO (25 STRs) - (inclue parte das micro-regiões do Brejo Paraibano, Piemonte da Borborema e Curimataú):

Arara - Araruna - Alagoa Grande - Araçagi - Alagoa Nova - Alagoinha - Areia - Bananeiras - Borborema - Belém - Cacimba de Dentro - Caiçara - Cuitegí - Duas Estradas - Dona Inês - Guarabira - Mulungú - Lagoa de Dentro - Pilões - Pilõesinhos - Pirpirituba - Solânea - Serraria - Serra da Raiz - Tacima.

- 4) AGRESTE DE ITABAIANA (8 STRs) - (inclue parte da micro-região do Agreste da Borborema):

Caldas Brandão - Gurinhem - Ingá - Itabaiana - Juri-piranga - Juarez Távora - Mogeiro - Salgado de São Félix.

- 5) AGRESTE DE CAMPINA GRANDE (14 STRs) - (inclue parte das micro-regiões do Agreste da Borborema e do Curimataú):

Aroeiras - Barra de Santa Rosa - Cuité - Campina Grande - Esperança - Fagundes - Itatuba - Lagoa de Rocha - Lagoa Seca - Massaranduba - Montadas - Natuba - Remígio - Serra Redonda.

---

SERTÃO:

São Sebastião Umbuzeiro - Teixeira - Monteiro.

(STRs do Cariri/Sertão que entraram no processo do 'novo sindicalismo')

---

Utilizamos também para a nossa análise os programas <sup>(8)</sup> apresentados por escrito a seus eleitores por 9 oposições sindicais do Brejo Paraibano, e também depoimentos recolhidos em entrevistas com lideranças de oposições sindicais.

Entre os elementos que caracterizam "o novo" nas oposições sindicais, ressaltamos a existência de um *Programa de Chapa*, seus conteúdos, e a forma como foi realizada a campanha eleitoral. Como elementos de continuidade, analisamos o tratamento dado pelas "Oposições Sindicais" aos serviços assistenciais, típicos do sindicalismo.

A existência de um Programa Político de trabalho, proposto aos eleitores, representa por si mesma uma novidade em relação à tradição eleitoral Nordeste - tanto partidária quanto sindical - por que rompe com a maneira tradicional de conduzir as campanhas eleitorais sustentadas e centradas no ataque aos adversários: tradicionalmente a legitimidade de um candidato de oposição trata de assentar-se nas fragilidades e erros pessoais bem como político-administrativos, de quem está no poder ou de qualquer outro adversário.

Em contrapartida, as "Oposições Sindicais" do tipo "novo", em suas campanhas, buscam discutir com uma expressiva parcela dos sócios trabalhadores os problemas vividos por eles no sindicato, transformando o descontentamento sobre as disfunções do sindicato em propostas de mudanças sintetizadas em bandeiras de luta no programa na chapa de oposição.

---

(8) Vale como observação esclarecer que o único material existente das 'oposições sindicais' no campo, são os "Programas"; tivemos oportunidades de consultar nos arquivos do SEDUP os programas de 9 oposições sindicais que concorreram às eleições sindicais no período entre setembro 83 e setembro 88.

Ainda como elemento diferenciador do tradicional, as "Oposições Sindicais" se apresentam sempre como um grupo que quer renovar o sindicato, e não somente como um candidato, que se propõe em alternativa ao presidente em exercício: como expressa, por exemplo, a chapa 2 do STR de Solânea:

"Um sindicato onde toda a diretoria assume juntos o trabalho".

A questão é assim explicada aos trabalhadores por uma liderança de Oposição Sindical:

"Nós não prometemos nada, e ao mesmo tempo prometemos alguma coisa, né? Porque a gente prometia o seguinte: que a gente ia fazer o possível pra mudar, pra fazer alguma coisa que tivesse ao nosso alcance, pra beneficiar os trabalhadores. Principalmente, uma das coisas que a gente colocava pra eles, que nós éramos 13 pessoas, somos, e essas 13 pessoas cada um ia ter sua função, ia ser diferente do sindicato atual que o pessoal só visa somente o presidente, né? E que essa diretoria ia trabalhar para melhorar, para fazer o possível para se conseguir alguma coisa em benefício dos trabalhadores".

(Mulher, candidata a presidente pela "Oposição Sindical" de Tacima - entrevista em out.88).

Todas as propostas de programas das chapas de oposição analisadas apresentam, de um lado "bandeiras de luta", e, de outro, "propostas organizativas", sob o nome de "melhorias que queremos fazer", e sempre concluem com o "slogan" que sintetiza, de certa forma, a concepção sindical do grupo:

"Queremos um sindicato independente dos patrões e dos políticos, onde todos os sócios participem das decisões e onde a diretoria trabalhe junto. Um sindicato que defenda os interesses dos trabalhadores". (Chapa 2 - 'Oposição Sindical Caiçara').



A questão de "tirar o sindicato das mãos dos políticos pra ficar nas mãos do trabalhador", presente de forma mais marcada especialmente até 85-86, é um dos pontos-chave de mudança. A este propósito, vale observar que na experiência dos trabalhadores rurais que sentem mais diretamente o peso do 'poder local' como um único bloco de poder, a administração municipal sintetiza o poder político, vinculado ao patronato e às instituições públicas.

"Quando eu falo 'controle da prefeitura no sindicato' é porque eles queriam que o sindicato funcionasse como uma mini-sede da prefeitura para facilitar tudo pra eles, através de guias de saúde até para trabalhador que não é associado, outras pessoas mesmo que não é da classe trabalhadora mas que precisasse de um atendimento médico, para ir pro hospital; então aí a prefeitura teria um saldo muito positivo, que não ia gastar muito com a saúde do trabalhador porque entrava com o sindicato - que fosse sindicalizado ou não fosse tava beneficiado - e a prefeitura estava ganhando politicamente com isso, porque compraria o voto do trabalhador com aquela migalha".  
(Presidente STR de Belém eleito pela 'Oposição Sindical' em 84 - 24 anos - abr/85)

Por serem todas as oposições analisadas de uma mesma região e ainda, orientadas pelo mesmo grupo de educadores<sup>(9)</sup>, os programas apresentaram linhas semelhantes. Ademais, havia, intencionalmente, o aproveitamento das experiências anteriores por cada nova oposição.

As bandeiras de luta esboçadas, (quadro anexo) são relativas, sobretudo, a interesses econômicos dos trabalhadores rurais: terra, salário, direitos trabalhistas. Varia, porém, a ênfase dada

(9) A prática de elaboração de um programa, escrito e discutido entre todos os participantes da chapa, foi introduzida na região pelo SEDUP de Guarabira, como instrumento educativo. Constatamos que as "Oposições Sindicais" orientadas diretamente pela Igreja e pelo CENTRU, não adotaram esta metodologia.

ora à luta pela terra<sup>(10)</sup>, ora à luta por salário ou à luta por melhores condições de crédito e preços para os pequenos produtores.

Neste sentido, os programas representam um instrumento educativo enquanto permitem abrir a discussão a respeito dos problemas e interesses das diversas categorias, num processo de unificação solidária das lutas dos trabalhadores rurais.

Entretanto, as diferenciações entre as bandeiras das categorias, minimizadas na elaboração dos programas, onde está presente o conjunto da chapa, com mediação dos educadores e da reflexão de grupo, reaparecem com força no discurso dos candidatos "cabeça de chapa".<sup>(11)</sup>

Foi o caso da primeira oposição sindical de Tacima, na qual o tipo de discurso utilizado pelo candidato à presidência do STR pela chapa de oposição não tinha referência com o programa apresentado por escrito e elaborado em conjunto com os demais membros da chapa. Os trabalhadores, que no momento pareciam apoiar o discurso todo centrado na Reforma Agrária, manifestam, em seguida, sua não identificação com a proposta do "cabeça de chapa".

*"Na outra campanha o povo vivia muito, assim, com raiva do outro candidato porque falava em terra, que ele mesmo ia fazer Reforma Agrária ... se ganhasse o sindicato de Tacima, no correr de 3 ou 4 meses, ele queria ajeitar Tacima toda. Então, o povo (do outro lado) foi em cima disso e até queria matar ele. Os trabalhadores também não querem isso não... como eu ouvi dizer: pra tomar terra dos outros eu não quero nem saber e ele só fala em tomar terra*

<sup>(10)</sup> Há casos de programas em que a linguagem usada é "Reforma Agrária" (após 85); outros em que se fala em "permanência na terra", ou ainda em *terra para plantar e foro justo*".

<sup>(11)</sup> Linguagem popular para indicar o candidato que preenche o cargo de presidente.

e em Reforma Agrária e não sei o que... Ele não tem terra pra dá a ninguém... se ele não tinha nem pra ele! ... Aí o povo, por isso que não gostava dele.

(Trabalhador que integrava a chapa de OS em 85 - 33 anos - entrevista out. 88, após a segunda campanha de Oposição.)

Entre as bandeiras de luta, merecem destaque a "defesa do direito da mulher trabalhadora e sua participação no sindicato", que começa a despontar recentemente, especialmente em grupos de "Oposição Sindical" onde ocorre uma expressiva participação de mulheres.

Certamente, a atuação do 'Movimento de Mulheres Trabalhadoras' do Brejo Paraibano (MMT), teve um papel fundamental na consolidação da participação da mulher rural, com muitas dificuldades para superar os entraves colocados pelos presidentes de STR tradicionais apoiados pela estrutura vertical. O depoimento da candidata pela 'Oposição Sindical' de Tacima - membro da Coordenação do MMT, é exemplificativo.

"Nós associamos as primeiras mulheres este ano (1988), a partir de Janeiro.

A gente lutou desde o mês de agosto de 87 a gente estava lutando pra ver se melhorava o sindicato... um grupinho... a gente queria se associar e ele (o presidente do STR) dizia que não, que a gente não tinha direito de se associar, nós eramos dependentes do esposo, que não tinha essa lei, ele desconhecia. A gente falava na Resolução do Congresso (IV Congresso CONTAG 1985), ele dizia que isso era desconhecido e só aceitava se viesse uma declaração da Federação mostrando esse direito.

E foi da vez que a gente foi lá na Federação e que eles não quiseram dar essa declaração. E a gente foi até na DRT onde conseguimos, através de um ofício que foi encaminhado pra ele, que esse direito fosse respeitado.

Então, a partir daí, ele se negou, ele se negou a associar as mulheres, dizendo que não tinha material - e tendo! Era preciso a gente colher material em outro sindicato: como as fichas, as carteirinhas... é tudo nós que conseguimos em outro sindicato.

(Mulher da Coordenação do MMT tem 33 anos - out. 88)

Desde 1985 o MMT vem desenvolvendo com as mulheres do Brejo Paraibano reivindicações relativas ao direito de sindicalização das mulheres casadas tradicionalmente alijado pelos presidentes de STRs situacionistas - e outras lutas seja com as pequenas produtoras como com as assalariadas da cana e do abacaxi.

O significado da reivindicação de participação sindical de mulher rural certamente tem um alcance mais amplo do que o movimento de OS, envolvendo o Movimento Sindical no seu conjunto a se confrontar com a questão feminina, como explica Paola CapPELLIN Giuliani (1987) em seu estudo particularmente referido à realidade de Pernambuco e Paraíba:

"A resistência do Movimento Sindical em aceitar a presença feminina traduz-se, inclusive, no fato de impedir que as mulheres se associem aos sindicatos, especialmente aos rurais. Isto impulsionou as mulheres a denunciarem este fato no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (1985) e a proporem uma moção de apoio à sindicalização feminina.

Cabe perguntar: o que significa a disputa entre trabalhadoras que exigem ser sócias nas entidades de classe e os dirigentes sindicais que se recusam a atendê-las?

Pode-se perceber que a discriminação perpassa não só as relações de exploração por parte da classe capitalista frente à mulher, mas esta se amplia até atingir o reconhecimento pleno de um dos direitos fundamentais dos trabalhadores, confrontando, neste caso, as mulheres com as organizações sindicais. Assim, as contradições mais gerais que envolvem as classes antagônicas soma-se outras divergências quando se trata da liberdade de expressão política das mulheres.

O que está em jogo são os múltiplos significados que a par

participação política da mulher pode representar nas organizações sindicais. Primeiro, a demanda de sindicalização por parte das trabalhadoras pode questionar a representação política exercida até agora pelos homens no interior da família trabalhadora. Segundo, aceitar as mulheres no quadro dos associados, às vezes significa ampliar o processo de contestação da visão assistencialista que é mantida pelas organizações sindicais. Por último, aceitar as trabalhadoras como participantes das tomadas de decisões políticas nas organizações sindicais, pode desarticular a visão hierarquizada das lutas relativas aos conflitos nas relações de trabalho e aquelas ligadas às condições da reprodução familiar." (GIULIANI, 1987:2-3)

Quanto às propostas de organização sindical, presentes em todos os programas, podemos observar: a "*participação na vida sindical*" em todos os níveis desde a constituição de delegacias sindicais (que apesar de ser parte da própria estrutura sindical, são consideradas importantes enquanto espaço que pode favorecer a agregação dos trabalhadores rurais que moram longe da sede do STR), até o reconhecimento do cargo de "*delegado de base*" nos sítios ou fazendas. Insiste-se, ainda, em tornar instrumentos de efetiva participação práticas tradicionais da estrutura sindical, até então negadas pelos próprios presidentes situacionistas: assembleias mensais dos sócios "*para dar vez a todos os associados na participação às decisões*", prestação de contas, etc. Assim explica uma mulher, líder de oposição sindical:

"O que a gente quer de novo? Não ficar só na pessoa do presidente e que se decidisse as coisas junto, que fizesse assembleias, prestação de contas mensal pra o pessoal saber em

que está sendo aplicado o dinheiro, que é uma das coisas que o pessoal questiona muito ... que diz que faz 17 anos que paga o sindicato e não sabe pra que é que está pagando, o dinheiro que sai não sabe pra que é, não sabe em que é aplicado.

Mudar, porque se a gente pensa num novo sindicalismo pra fazer o que está sendo feito, não adianta.

Então é isso que a gente tinha pensado junto com a diretoria: a diretoria é como se fosse só a direção que se reunia, discutia as coisas e levava a proposta para os trabalhadores decidirem juntos.

Bom, isso é que a gente sonha, né?, no novo sindicalismo... fazendo com que os trabalhadores não visem só a pessoa do presidente que visem também a sua contribuição, a sua participação como trabalhador e como sindicato, que são os trabalhadores."

(OS de Tacima - entrevista em out.88)

Os programas acentuam a proposta de superação do "presidencialismo", típico de estrutura sindical, hipotizando um novo funcionamento coletivo: "ser uma diretoria em que os doze membros sejam igualmente responsáveis pelo sindicato".

Não é sem razão que as chapas de oposição resgatam para seus programas algumas determinações da estrutura sindical - não cumpridas anteriormente - visando, com isso, restituir a legitimidade mínima indispensável. "Um sindicato onde os trabalhadores participem das reuniões e administração."

Junto às bandeiras de luta de cunho econômico, aparecem em todos os programas propostas relativas à função assistencial dos STRs, como: "lutar para conseguir convênios hospitalares", para "melhorar a assistência médica e dentária".

Em programas de eleições mais recentes (1988) já aparecem reivindicações de "luta por melhor assistência médica e saúde preventiva", "direito ao INPS para o trabalhador rural", isso faz supor possíveis mudanças na luta pelos direitos à saúde uma vez que não se insiste mais como outrora, no "melhora-

mento dos serviços de assistência realizados pelo STR"<sup>(12)</sup>.

A aposentadoria é outro aspecto das prestações assistenciais que se tornaram típicas dos STRs após 1971, que permanece em alguns dos programas das chapas de oposição. Vale, com tudo, fazer-se a ressalva de que recentemente, aparece referência a novos direitos, como: "luta pela aposentadoria dos trabalhadores aos 50 anos e das trabalhadoras aos 45" e "luta para que o valor da aposentadoria seja de um salário mínimos integral" (13)

Trata-se portanto da continuidade de elementos pertencentes à estrutura sindical tradicional, mas incorporando uma nova concepção dos direitos, desenvolvida a nível mais geral nas lutas pela cidadania do trabalhador rural, fortalecida no movimento pela Constituinte.

Faz parte das estratégias de renovação também a incorporação entre os membros da chapa de oposição de um ou outro elemento da 'situação', no qual a 'oposição' identifica certa disponibilidade a transformar o descontentamento em propostas. Trata-se, geralmente, do tesoureiro ou secretário da 'situação', sendo considerado elemento-chave para facilitar à oposição alguma forma de

(12) A problemática dos convênios entre STRs e FUNRURAL está na ordem do dia atualmente, neste momento com cerca de 6 meses de atraso no pagamento das verbas correspondentes ao convênios que financiavam o pessoal sanitário e odontológico que prestava serviço nos STRs, também os funcionários que muitos sindicatos utilizavam para manter aberto o expediente de atendimento burocrático.

(13) Retirado do programa da chapa 2 de Caiçara, 1986.

## PROGRAMA DAS OPOSIÇÕES SINDICAIS

Temas das propostas de trabalho e bandeiras de luta contidas nos programas eleitorais "chapa 2" relativos a 9 Oposições Sindicais que disputaram eleições entre 1983-1988 no Brejo Paraíbaiano.

T E M A	Nº de OS
- LUTA PELA TERRA <ul style="list-style-type: none"> <li>. Permanência na terra</li> <li>. Reforma Agrária</li> <li>. Terra prã plantar e foro justo</li> </ul>	9
- LUTA POR SALÁRIO/DIREITOS TRABALHISTAS	7
- LUTA POR DIREITOS DOS PEQUENOS PRODUTORES (foreiros, meeiros, parceiros, pequenos proprietários) <ul style="list-style-type: none"> <li>. Indenização nas destruições e expulsão</li> <li>. Crédito</li> </ul>	7
- PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO SINDICATO	3
- ASSISTÊNCIA MÉDICO DENTÍSTICA <ul style="list-style-type: none"> <li>. No STR</li> <li>. Saúde preventiva</li> </ul>	9
- LUTA PELA APOSENTADORIA <ul style="list-style-type: none"> <li>. Aumento do valor</li> <li>. Diminuição da idade</li> </ul>	3
- PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS Formas: <ul style="list-style-type: none"> <li>. Delegacias sindicais</li> <li>. Assembléias/reuniões nos sítios</li> <li>. Delegados eleitos pela base</li> <li>. Prestação de Contas em Assembléias</li> <li>. Dar vez a todos os associados</li> <li>. Participação nas decisões.</li> </ul>	9
- CO-RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA COMO COLETIVO (não só o presidente)	5
- FORMAÇÃO SINDICAL/POLÍTICA DE BASE	7
- ASSISTÊNCIA JURÍDICA	9
- OUTROS (carro próprio, advogado no STR, atividades cooperativas e assistência técnica, lutas por escolas, estradas, autonomia sindical, STR independente de patrões e políticos, articulação com outros STRs da região, aumentar os sócios).	



controle da máquina sindical, permitindo o acesso às informações que seriam de direito dos sócios, mas que lhes são negadas (como: relação de votantes, atualização de carteiras, etc.).

Certamente, essa tática nem sempre teve sucesso levando em conta a concentração de poder nas mãos do presidente, garantida de um lado pela estrutura (FETAG) e por outro lado pela dependência, medo, ineficiência dos outros componentes das direções sindicais.

Pelo contrário, houve casos de vitória de OS em que estas pessoas desistiram rapidamente de continuar na nova gestão, que talvez trazia mudanças incompatíveis com a rotina tradicional.

Tais estratégias são vivamente contestadas, seja por membr os das oposições, seja por assessores, que preferem linhas mais "puras". Contudo transparece uma postura muito consciente da natureza instrumental de tais estratégias.

## 2. AS CAMPANHAS ELEITORAIS DAS OPOSIÇÕES SINDICAIS

O principal elemento de diferenciação de uma campanha de OS de tipo "novo", seja com relação as campanhas de oposição "fisiológicas", sejam de campanhas situacionistas, é a ênfase dada à participação ampla dos trabalhadores, pautadas em propostas de organização em vez da adesão pessoal a um determinado candidato, por simpatia ou pela obrigação de retribuir favores recebidos. (14)

(14) O depoimento de um jovem líder que participou da OS derrotada na eleição do STR de Mari (1984), explica:  
 "O povo apANHOU, aprendeu com esta votação... Pessoas que votaram por causa do feijão, do cimento, do dinheiro, de carteira que botaram em dia necessidade, né? - eles disseram: "se fosse agora, eu teria comido o feijão, gastado o cimento, botado a carteira em dia... eu teria recebido e depois votado em vocês, porque, agora que tudo acabou, o sindicato continua pior do que estava". (entrevista maio 85)

No que tange, por exemplo, as formas de comunicação do grupo de oposição com a "base" dos trabalhadores, são apontadas, nas entrevistas, várias maneiras de contatos: desde o comício, onde o número de participantes serve como instrumento de medição de forças, até a visita pessoal de casa em casa. São consideradas também formas importantes e complementares seja o uso de meios de comunicação de massa (propaganda com carro de som, mesmo sendo simplesmente um fusquinha com alto-falante; programas de rádio) como a distribuição de material escrito (fôlhetos mimeografados) nas casas.

No contexto da campanha de oposição, o espaço geralmente mais valorizado para o diálogo com os associados é a reunião de "base", realizada na casa de algum membro do grupo, onde se tenta levantar os problemas e transformar o descontentamento com a gestão sindical vigente, em encaminhamentos de mudança.

É interessante dizer-se que estas reuniões, mesmo quando a chapa de oposição perde a eleição, podem ser repetidas como momento de avaliação e redefinição de estratégias para uma nova campanha.

Depois da 1.<sup>a</sup> OS de Tacima, como explica uma liderança atual,

*"ficou se reunindo os grupinhos de oposição, sempre, de 2 em 2 meses o assessor do SEDUP vinha e assessorava a gente".*

A continuidade do trabalho de base, é considerado indispensável para a continuidade do movimento, do qual se desenvolve uma nova OS, apesar da reação de alguns trabalhadores que, perdendo a eleição, rasgam sua carteirinha de sócios do sindicato

*"Naquela mesma noite que estava perdendo, porque já saíram desenganados da última esperança de botar o sindicato nas mãos dos trabalhadores..."*

Existem várias evidências porém, de que uma campanha de oposição não cria condições - como muitas vezes os assessores e educadores esperam - para um trabalho de base que leve à mudança. Um sindicalista da CUT, que já colaborou em mais de dez campanhas de OS no campo paraibano, questionado por um assessor sindical sobre a possibilidade de uma campanha de OS ser uma *'campanha de formação dos trabalhadores'* no sentido de *'mudar a mentalidade do pessoal'* a partir do momento de interesse, responde com segurança, a partir da sua experiência, que não é de se esperar este tipo de objetivo:

*"É, porque é espaço pequeno, não dá pra mudar. Agora, essas coisas virão depois das eleições, né? Se a pessoa quer mudar alguma coisa, é através dos cursos de formação sindical que vai conscientizar, vai transformar alguma coisa. Mas no momento da campanha, durante o espaço de 2 a 5 meses, não dá mesmo pra conscientizar e mudar várias categorias pra ficar tudo num pensamento. É difícil, é difícil."*  
(trab. Rural vice-presidente da CUT Regional Brejo - 44 anos - out. 88)

Segundo ele, o que dá mesmo pra trabalhar é a idéia de sindicato como espaço de participação dos trabalhadores e a discussão dos interesses das diversas categorias de trabalhadores rurais, despertando o sentido de representatividade do sindicato.

Restaria a discutir com educadores e sindicalistas, se estes elementos já fazem parte de um processo de mudança - enquanto novidade em relação à experiência daqueles trabalhadores - em que pese a falta de condições para um trabalho de formação mais sistemática proposto pelas entidades de assessoria.

Onde já existem experiências de agregação comunitária (comunidade religiosa, grupo de trabalho comunitário, mutirões, delegacias sindical, etc) as reuniões da oposição encontram terreno fértil para o debate e até para a escolha de lideranças, que pos

sam a integrar a chapa de representação "popular". Mas em áreas mais desagregadas, o convite para a reunião a respeito de eleição sindical não encontra eco. Nestes casos, é só a ida dos candidatos à casa dos trabalhadores que permite "puxar conversas" sobre o sindicato e a próxima eleição.

É nessa relação da 'oposição' com a "base" dos trabalhadores, que se mede a capacidade de aglutinação das forças em torno de uma proposta de renovação.

### 3. O PAPEL E O SIGNIFICADO DOS "APOIOS EXTERNOS"

A importância do trabalho de assessoria evidencia-se no desdobramento da programação elaborada pelos grupos de oposição juntamente com os educadores. Com efeito, cabe às oposições desenvolver a reflexão, elaborada acerca das novas propostas de organização sindical com o conjunto dos trabalhadores, encontrando as formas mais adequadas em cada situação, para conseguir o envolvimento e mobilização (campanhas de associação, de quitação da mensalidade, etc.) Como afirma uma liderança:

"Eu acho que é um problema muito delicado, porque precisa das duas coisas. A luta nasce da necessidade, né? Mas, você está sofrendo com aquela necessidade, você sabe que se você se organizar, você se unir, você é capaz de melhorar aquela situação.

Mas se você não tiver os apoios, não tiver umas boas orientações, como é que você vai ter forças, ter ânimos de batalhar pra en gajar?

O problema é saber o que fazer. né?

Porque muitas vezes você tem boas idéias, tem boa vontade, está disponível, mas deixa que você não tem muita visão ainda. Nós so povo ainda não tem consciência crítica de, assim... eu vou começar e vamos fazer, por aqui dá pra ir.

Não, nós somos trabalhadores, não é? É que os trabalhadores ainda precisam muito desses apoios... eu acho que os apoios sempre vai precisar, porque tu do que a gente vai fazer de organização, de encaminhamento, precisa de apoio, né? Eu acho que os apoios são indispensáveis nas lutas.

A gente precisa muito de orientação na hora dos encaminhamentos das coisas, sabe? Porque tem coisa aí. - será que vai dar certo? Não vai? Não temos bem segu ança.

No caso, assim: teve a lista de votantes pra gente votar. Então tinha que ir lá no juiz, este já orientou a ir na Federação, pegar uma declaração por escrito, a Federação tinha que dar. Se chegasse com essa declaração no sindicato e ele (o presidente) não entregasse a lista de votantes, então passaria para o Juiz, né? E tudo isso a gente dormiu no ponto e tem muitas coisas que a gente deixou de agir por que não tinha orientação de como fazer... e a gente perde muito com isso. Eu só falei chorar depois, no outro dia (na manhã seguinte à eleição) quando eu pensava nisso, que os nomes estavam tudo lá na parede: aí que a gente poderia ter pego, né? e se resolvesse muita coisa com isso... (refere-se ao fato da OS, após não ter conseguido a lista, não pensou de copiar a relação de votantes - afixada na parede do STR só no dia da eleição e rasgada logo na noite seguinte, para impedir o controle por parte da oposição).

Fora o encaminhamento legal, precisa muito das orientações na forma de como se organizar... somos muito frágeis ainda nas organizações..."

(Candidata à presidência STR pela OS de Tacima - 33 anos: out.88)

O depoimento evidencia a necessidade de integração entre a contribuição que pode ser dada por quem tem competências específicas e a necessidade do trabalhador rural de aprender códigos distintos dos que pertencem ao seu mundo, para poder penetrar nas

diversas estruturas da sociedade. A "orientação" da qual fala a entrevistada seria justamente o processo de transmissão destes conhecimentos.

A contribuição apontada consiste em ajudar a identificar "o que fazer" e a "forma de se organizar", bem como realizar formação, análise de situações, projetos e sua tramitação, enfim, conseguir recursos financeiros.

Quanto às condições determinantes para uma boa organização da campanha de OS, resulta do depoimento de uma liderança sindical que já colaborou em diversas campanhas em toda a Paraíba: o "tempo de trabalho" antes das eleições, a capacidade do grupo de OS e suas assessorias de identificar com precisão os fatores de descontentamento popular, elaborando propostas coerentes como os interesses dos trabalhadores e que resultem, também, "aceitáveis" dentro de seus modelos culturais.

Aponta ainda para a importância de saber "trabalhar os problemas" de forma que se tornem evidentes aos olhos dos trabalhadores as contradições e incoerências da prática sindical levada pela direção do STR que está no poder, em relação aos problemas relativos às condições de trabalho e de vida que estes estão enfrentando. São assim os trabalhadores serão motivados a se engajarem na luta para a mudança do STR. (15)

---

(15) "Em 83, eu lembro muito que a gente arrumava tudo quanto era luta, que a gente sabia na zona rural, e empurrava pra dentro do sindicato. E se o cara (o presidente ficava doído dentro do sindicato (porque era desses frouxo, moleirão, que não queria desenvolver o papel) e não resolvia, a gente ficava questionando em cima e brigando junto pra ver se desenvolvia alguma coisa. Isso foi nossa luta bem mais de um ano. Quando partimos pra uma chapa o pessoal já estava dizendo: "nós queremos vocês de qualquer jeito!". Quando a gente partiu pras urnas, a gente estava com a certeza...(...)

A oposição sindical tem mais facilidade de ganhar o sindicato aproveitando aqueles espaços no que o presidente do STR deixou de fazer com os

Também o depoimento do presidente da CUT-Pb a respeito da contribuição que espera das assessorias para o Movimento Sindical aponta na mesma direção, indicando algumas prioridades:

*"Primeiro investir cem por cento na área da formação; segundo, ajudar (e isso está um pouco ligado à formação) os companheiros sindicalistas na elaboração de estratégias e de orientação para a luta, as lutas concretas que acontecem no interior das categorias ou que acontecem de forma articulada, a nível de conjunto de classe trabalhadora; terceiro, é, também, ajudar ao movimento sindical, aos sindicalistas, para criarmos, termos condições financeiras de implementar isso ou seja uma política de arrecadação, de cooperação, de contribuição das entidades sindicais, seja também numa política mais ampla de arregimentação de finanças para implementar essa questão. Nós sabemos, por exemplo, a elaboração de um projeto: nós podemos fazer, mas nós não temos habilidade... E, inclusive, socializar também esse conhecimento com outros companheiros.*

(entrevista em out.87)

Espera-se portanto, das assessorias uma colaboração tal que permita às lideranças sindicais dar conta do planejamento geral das atividades, bem como da organização do conjunto de recursos necessários à realização de quanto foi planejado e, ainda mais de participar na elaboração de estratégias, visando a busca destes recursos.

Cont.(15): *trabalhadores, pra quando partir para formar chapa, os trabalhadores já ter criado confiança e ter uma coisa concreta daquilo que aquela chapa tem pra fazer junto aos trabalhadores. ...Vamos supor, acompanhando algum caso de despejo de patrão dos moradores, trabalhando em cima de algum caso de destruição de la voura...até chegar o ponto de resolver aquelas questões. Se a gente está querendo construir um espaço, está querendo criar uma firmeza, a gente tem que enfrentar, não tem essa história de dizer só ele (o presidente) lá. Se ele não faz, a gente vai fazer pra poder ter uma coisa certa já na prática, não é? Muita gente às vezes fica dizendo: "Fulano fala, mas nunca fez nada, nunca se interessou por nada, será que quando ele agora assumir vai fazer a mesma coisa do outro? Fica a dúvida". (Trab. rural-vice-presidente da CUT regional Brejo - 44 anos - out.88).*

É ainda na relação das lideranças da OS com os educadores, que se configuram propostas de formação sindical e política, tanto para a "base", quanto para a direção. Constatarse por exemplo, que 7 dos 9 programas de chapas analisadas, colocam entre suas propostas de trabalho "*fazer um plano de formação política e sindical para conhecer melhores os direitos e avançar na luta*"; ou, mais simplesmente "*a fim de esclarecer melhor para que serve o sindicato*".

Certamente, a presença dos educadores na elaboração dos programas de chapa estimula as lideranças para a definição de propostas desta natureza. Em geral, constatamos que as assessorias se propoem a utilizar o espaço oferecido pela campanha e o interesse de trabalho conjunto manifestado pelas lideranças, para realizar atividades de formação, para "*conscientizar*" o grupo que pretende assumir o processo de renovação sindical.

Entretanto, sindicalistas da região que acompanham e que acompanharam a vários processos de oposição e que já participaram de momentos de formação reconhecem que uma campanha não oferece as condições objetivas para um trabalho de formação (o tempo e a atenção são completamente tomados pelas questões organizativas e pela necessidade de acompanhar o desenrolar de acontecimentos na sua maioria imprevistos), já que a OS precisa "trabalhar a massa". De fato o momento da campanha exige essencialmente investimento na mobilização e na organização eleitoral.

Portanto, as condições subjetivas que as lideranças apresentam no momento em que assumem o engajamento numa oposição sindical (interesse, vontade de aprofundar as questões sindicais, etc) - consideradas fundamentais, em geral, pelos educadores - não são suficientes para viabilizar, pelo menos nesta fase um trabalho de



formação sistemática.

Consideramos ser prova disso (e não de má vontade) o fato que os cursos de formação iniciados em vista de uma campanha eleitoral sindical tenham-se interrompido após os primeiros momentos, por decisão do mesmo grupo que havia solicitado a formação.

Por outro lado, a avaliação dos educadores acerca da inviabilidade do trabalho de formação antes das eleições sindicais, não é unívoca: alguns manifestam sua decepção a respeito da "*vontade de mudar*" das lideranças, que acabariam entrando nos mesmos esquemas do sindicalismo tradicional; outros porém, reconhecem as limitações impostas pela campanha, momento que não é adequado, propondo-se voltar a discutir propostas formativas após a conquista da estrutura sindical local.

Certamente trata-se de uma questão problemática e de difícil encaminhamento - considerando, também, que existem entre os educadores diferentes concepções da formação - uns enfatizando o momento da formação teórica e outros a importância de uma metodologia educativa a ser desenvolvida na própria ação e mobilização.

Na história da luta das oposições sindicais, tem um papel específico os "*mediadores*", que impulsionam e apoiam de várias formas o movimento de renovação sindical.

Entendemos por "*mediadores*" ou "*agentes externos*" pessoas e/ou grupos (geralmente constituídos hoje em entidades conhecidas como Centros de Educação Popular, de Direitos Humanos, de Estudos e Informação), que não pertencem à fração da classe trabalhadora com a qual atuam ou para a qual prestam seus serviços profissionais como educadores, sociólogos, economistas, advogados, jornalistas, etc. Sua intervenção diferencia-se porém de outras prestações de serviços profissionais, enquanto pretendem servir à organização de classe dos próprios trabalhadores.

Neste sentido, sua intervenção - que se dá na forma de "*assessoria*" (conforme a linguagem dos sujeitos que prestam tais serviços) econômica, jurídica, de informação, organizativa, de mobilização, de formação, de análise social e política, etc - não é puramente técnica, interferindo, de alguma forma, com os próprios objetivos das organizações sociais (sindicatos, associações, etc) ou do Movimento Popular assessorado<sup>(16)</sup>.

---

(16) "O assessor popular é um intelectual que procura se ligar ao movimento popular. Trabalha com conhecimento, informações e idéias, frente aos fatos. Não procura especificamente liderar, mais influe com suas idéias. Mesmo a idéia de "*deixar*" que o povo decida, é uma maneira de influir. Em geral, ele é aceito ou não, por mediação de uma outra instituição, ou um outro poder, que em geral não é bem o povo; mesmo quando este último tem um certo poder de respaldar ou não as posições que lhe são apresentadas. O assessor popular tem um poder que não está diretamente submetido a um mecanismo de representatividade. (CEAS, nº 84, 1985:26).

Não entramos aqui no mérito das diferentes concepções (Cf. NOVAES, 1987:312 nota 40 de assessoria aos movimentos populares e sindical, suas implicações na questão da direção política, da relação assessoria-liderança-massa, das concepções pedagógicas (aspectos estes que variam conforme a origem de Igreja ou de Partidos Políticos dos próprios mediadores), bem como, com relação à eficácia destes serviços.

Vale ressaltar que para além das diferenças apontadas, os mediadores tem um papel fundamental na articulação dos setores com que trabalham, com a sociedade como um todo: eles tem "acesso ao código dominante da sociedade", (NOVAES, 1987: 300) e conhecimento quanto ao funcionamento de suas estruturas que não é patrimônio do homem do campo.

Entre os campos de forças onde situam-se os mediadores, na análise das 'oposições sindicais' paraibanas, encontramos uma ampla presença de Igreja (desde os primórdios das 'oposições sindicais') e de Centros de Educação Popular (desde início dos anos 80), da Central Única dos Trabalhadores (desde 1985) e da Corrente Sindical de trabalhadores independentes (17) desde 86-87).

É interessante notar que os "mediadores" ligados à Igreja desempenham papéis de assessoria ou mesmo simplesmente de apoio (18) em quase todas as 'oposições sindicais' do 'novo sindicalismo

(17) CORRENTE SINDICAL INDEPENDENTE (Usou inicialmente a sigla COSTRI e atualmente CTI). Se autodefine uma articulação sindical independente, de trabalhadores urbanos e rurais, crítica em relação à CUT e a CGT. É um grupo político proveniente do MER, com distanciamento de todos os partidos.

(18) Entendemos por apoio as mais diversas iniciativas de ou entidades que não são de representação dos trabalhadores - notadamente que não representem a fração de classe em questão - voltadas para o fortalecimento das organizações (ou simplesmente de iniciativas) que são ex

paraibano (19).

Entre as formas de apoio podemos salientar, antes de tudo a ação de agentes de pastoral, religiosos e leigos, que - ao emitirem opiniões favoráveis acerca do movimento de 'oposição sindical' junto às comunidades de base, grupos de trabalho comunitário, grupos de catequese, de pais dos batizados, das capelas rurais - conferem a necessária legitimidade ao movimento.

Esta forma de apoio que se dá através da Igreja local, reveste-se de grande importância porque se vale dos canais de comunicação que formam uma rede capilar no campo e que permitem expandir a base social de consenso, levando ao engajamento de parcela significativa dos trabalhadores no movimento sindical.

Enquanto em outras ocasiões, como no caso dos "conflitos de terra", frequentemente são as instâncias máximas da Igreja que tomam as iniciativas necessárias para conferir-lhes a mais ampla legitimidade, com relação ao sindicalismo não constatamos o empenho da hierarquia; portanto, os apoios de que falamos, se restringem sempre à ação de lideranças da Igreja local (desde o vigário

---

(18) Cont.: *pressão da classe trabalhadora ou de frações de classe, que se mobilizam em torno de alguma luta concreta. Vale ainda como observação, que o apoio se dá em função de demandas explícitas (por vezes, só parcialmente) dos movimentos e organizações.*

*Entre as formas de apoio, as mais comuns são: divulgação, produção de materiais de mobilização, transporte para a organização, enfim, tudo o que se refere ao aspecto de recursos materiais e financeiros.*

(19) *Pelas informações colhidas, teria havido somente dois casos em que o movimento deu-se sem nenhuma colaboração de Igreja ('oposição sindical' de Monteiro e Cruz do Espírito Santo).*

até o animador de comunidade). Mesmo assim, a credibilidade da qual são portadores padres, freiras, catequistas, animadores de grupo, tem uma importância considerável.

No conjunto das entidades ligadas à Igreja Católica que se destacam no apoio à transformação sindical na Paraíba, a Pastoral Rural<sup>(20)</sup> tem dado uma contribuição específica. Enquanto setor mais especializado na questão da organização dos trabalhadores do que a Paróquia, entra no mérito da proposta da 'oposição sindical', seja em relação à escolha das lideranças que poderão compor a chapa, seja na definição de estratégias e táticas. Cabe ainda dizer que, entre os casos analisados, houve situações identificáveis como apoio apenas, e outras onde transparece um papel de di-

---

(20) Pastoral Rural é uma das linhas especializadas de ação da Igreja Católica do Regional Nordeste II (Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte) que se preocupam com a evangelização do homem do campo, criando relação entre fé e vida e, portanto, entre evangelho e problemas concretos dos trabalhadores rurais, na perspectiva da teologia da libertação. Esta opção leva os responsáveis pela Pastoral Rural (padres, freiras e leigos, entre eles trabalhadores rurais) a assumir iniciativas de organização das lutas locais - pela terra, pelos direitos, contra a violência, e pela mudança das condições sindicais - colocando-se, às vezes, como direção de certa forma alternativa, ao movimento sindical. A atuação da Pastoral Rural entretanto, pode apresentar posturas bastante diferenciadas entre si, dependendo da composição de cada equipe diocesana, que tem sua autonomia de ação, apesar de se articular com as demais, em âmbito regional. Nos casos analisados, teve apoio da Pastoral Rural de Campina Grande, de Guarabira e de João Pessoa. Após a mudança de linha imposta pelo novo bispo de Recife, em 1988, a Pastoral do Recife foi dissolvida em nível regional, constituindo-se em seu lugar (como alternativa e de certa forma oposição) um setor regional da CPT, articulada com esta estrutura a nível nacional. A Comissão Justiça e Paz de Campina Grande assessorou as "oposições sindicais" da região até 1982. Em seguida a assessoria foi prestada pelo CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos, fundado pela Diocese de Campina Grande em substituição da Comissão Justiça e Paz), com a presença de uma advogada e estagiários de direito. A partir de 1987, o CDDH é extinto, enquanto entidade da Igreja; o grupo de profissionais regis-

direção<sup>(21)</sup> da Pastoral Rural.

Em todos os casos de '*oposição sindical*' que tomamos em consideração, a Pastoral Rural desempenhou dois importantes papéis; o primeiro de apoio material, tendo acesso a recursos financeiros (através de fundo de financiamento para as suas atividades, remuneração dos "*agentes liberados*", bem como através de projetos específicos, tramitados em função de cada '*oposição sindical*'); o segundo diz respeito à articulação entre os diversos grupos de trabalhadores engajados nas "*lutas*", ou, mais precisamente, entre as lideranças de diferentes áreas de uma Diocese, como também do conjunto de Dioceses do Nordeste, rompendo assim, o clássico isolamento camponês. "...a construção da organização do povo ... vai se expressando a partir do momento em que as pessoas, aumentando sua consciência crítica, rompem o isolamento em que vivem e passam a estabelecer relações de companheirismo e solidariedade mais conscientes, passam a agir de maneira coletiva nas questões que dizem respeito aos seus interesses". (CEAS 1985:29).

Ainda em relação às mediações de Igreja, merecem destaque os movimentos que têm uma atuação específica na articulação, in formação e formação dos trabalhadores rurais: o MER (Movimento de Evangelização Rural) e a ACR (Animação dos Cristãos no Meio Rural)<sup>(22)</sup>.

(20) Cont: *trá uma nova entidade independente com o nome de Centro João Pedro Teixeira, e não presta mais serviço ao campo.*

(21) Cf. TOSI:160 - nota de rodapé nº 12.

(22) Cf. NOVAES, 1987:248/262.

Militantes dos dois movimentos encontram-se a atuar juntos nas Pastorais Rurais Diocesanas, mantendo ao mesmo tempo, iniciativas específicas nas áreas confiadas à responsabilidade de cada militante, conforme orientações e estratégias definidas nas instâncias de cada movimento.

No que se refere ao Movimento de Evangelização Rural (MER), em particular, faz parte de sua linha de trabalho deslocar militantes a outras áreas onde precisa apoiar determinada 'oposição sindical' considerada de particular interesse para o movimento - ou mesmo, para assumir a liderança de uma 'oposição sindical', integrando a chapa. Em todos os casos, estratégias e táticas são elaboradas nas instâncias do movimento.

No conjunto, quase a metade das iniciativas de 'oposição sindical' partiu de lideranças que participavam desses dois movimentos.

Entretanto, a presença de militantes da ACR não parece ter representado uma contribuição significativa para o sucesso das oposições, uma vez que, em todos os casos em que seus militantes atuaram, os pleitos foram perdidos <sup>(23)</sup>.

Distinto parece ser o resultado do trabalho de militantes do Movimento de Evangelização Rural (MER) em sua maioria bem sucedidos, indicando maior capacidade de intervenção no âmbito sindical sobretudo nas disputas eleitorais <sup>(24)</sup>. Aliás, a partir de 86 cria um organismo propriamente sindical, a Corrente de Trabalhadores Independentes (CTI), reunindo oposições e sindicatos sob sua influência.

(23) Cf. NOVAES, 1987:168 e seg. sobre ACR e MER.

(24) Como resulta dos dados que levantamos, o MER até 86 participa de 12 'oposições sindicais', das quais 7 saem vitoriosas (Pirpirituba, Belém, Pedra de Fogo, Caçaporá, São Miguel de Taipú, Itabaiana, Juarez Távora). Pode-se perceber que, após 86, o MER não atua mais através de 'oposição sindical', preferindo estratégias de composição e ocupação de espaços, julgada ambígua pela área cutista.

Certamente, isso tem relação com a trajetória desse movimento e com seus objetivos de natureza mais política<sup>(25)</sup>, e seu cuidado com a questão do método de trabalho de base.

Observamos também que vários STRs que passaram a ser liderados por sindicalistas provenientes do Movimento de Evangelização Rural (MER)<sup>(26)</sup> se filiaram, em seguida à CUT, não acompanhando mais a proposta deste movimento, que vem se expressar na Corrente Sindical Independente; há também outros entre estes sindicalistas, se posicionando em campos opostos à CUT<sup>(27)</sup>. De qualquer forma, não aderem mais à proposta sindical do Movimento de Evangelização Rural (MER)<sup>(28)</sup>.

Na Paraíba, localizadas basicamente no Litoral e Brejo, outras forças contribuem para o desenvolvimento das 'oposições sindicais'. São os Centros de Educação Popular: o CENTRU - que se caracteriza por ser uma entidade civil, portanto não da área de Igreja - e o SEDUP, este sim ligado à Diocese de Guarabira.

O CENTRU (Centro de Educação do Trabalhador Rural) da Paraíba, que tem sede em João Pessoa, realizou em municípios de diversas regiões do estado, assessorias em momentos específicos, como as eleições sindicais, ou atividades formativas de caráter episódico, sem, contudo, manter uma assessoria contínua. No período

---

(25) Cf. NOVAES, 1987:262.

(26) É o caso dos STRs de Pirpirituba, Belém e Caaporã.

(27) É o caso dos presidentes dos STRs de Bananeiras, S. Miguel de Taipú, Pedras de Fogo.

(28) Não há condição de verificar qual tenha sido a linha de trabalho adotada pelo MER no período analisado, e qual sua trajetória de vitórias e derrotas, no Sertão Paraibano. Seria muito importante percebermos isso, desde que, como sabemos, sua trajetória começa no Sertão.



entre 1981 e 1984, assessorou três '*oposições sindicais*', uma das quais resultou vitoriosa, ganhando a direção do STR de Monteiro (Região Interiorana do Cariri). Em 1987, apoiou a '*oposição sindical*' de Cruz de Espírito Santo (área canavieira próxima a João Pessoa) que, com a colaboração também de outras forças e orientação da CUT, conseguiu mudar o presidente do STR que estava no cargo há 16 anos.

A atuação do CENTRU, enquanto assessoria das campanhas eleitorais, é centrada no momento de organização da chapa de '*oposição sindical*', realizando também visitas e reuniões com o pessoal que a compõe. Quanto ao papel desempenhado pelo CENTRU, provavelmente, a própria peculiaridade de sua direção - formada por dirigentes sindicais e assessores - lhes tenha possibilitado expressar claramente o objetivo de fornecer um certo tipo de direção política às '*oposições sindicais*' que acompanhou.

Por sua vez, o SEDUP (Serviço de Educação Popular) com sede em Guarabira - centro do Brejo, onde vem atuando desde 1981, tem uma atuação constante de assessoria ao movimento de renovação sindical daquela região.

No período entre 1983-1988 assessorou 10 '*oposições sindicais*', das quais 6 tiveram êxito na disputa eleitoral (29).

O trabalho de assessoria consiste em ajudar o grupo de '*oposição sindical*' na elaboração de suas propostas político-administrativas quanto ao futuro trabalho sindical. O SEDUP impri

---

(29) As '*oposições sindicais*' que ganharam, em ordem cronológica, foram: Pirpirituba (83), Belém (84), Araçagi (85), Catçara (86), Solânea (88), Tacima (88).

me o material gráfico necessário ao movimento: Programa da chapa que servirá para a discussão junto às bases da proposta do grupo; material de divulgação, como: folhetos com o nome dos componentes, cartazes e camisetas em serigrafia; roteiros de debate com as bases, etc.

Fornece também material áudio-visual (produzido pelo mesmo SEDUP ou adquirido de outras entidades de EP) sobre sindicalismo, para subsidiar as lideranças nas reuniões de bases: orienta o grupo na realização das atividades de capacitação necessárias (treinamento de fiscais eleitorais, estudo do Estatuto Sindical, etc), realizadas em conjunto com lideranças sindicais da região e advogados. Busca ainda realizar uma formação básica sobre sindicalismo com o novo grupo que se propõe dirigir o STR e a assessora na elaboração de projetos, a fim de conseguir recursos financeiros necessários à realização da campanha e, em seguida, para a gestão do STR.

A assessoria do SEDUP, não se coloca como direção política, tratando-se de entidade que reúne apenas assessores e que, portanto, se define como prestadora de serviços.

Um papel relevante é desempenhado pelas assessorias jurídicas (CODH de Guarabira, CODH de João Pessoa e Campina Grande e, esporadicamente SAMOPS de João Pessoa - Cf. TOSI, 1988:164) - não são no momento eleitoral, como na orientação às '*oposições sindicais*' acerca de seus direitos. Não existindo relação de confiança entre '*oposição sindical*' e FETAG - colocados frequente em polos opostos, notadamente após a atual gestão da FETAG (1987) - a única alternativa aos serviços jurídicos da FETAG era representada pelos Centros. É recente a presença na CUT de uma assessoria jurídica própria.

Entre as forças que impulsionam a renovação sindical na Pa

raíba, assume destaque a CUT (constituída no estado em 84, mas com atuação mais propositiva no campo após seu 1º Congresso no final de 85), que institue uma 'regional' no Brejo em agosto 87.

A partir de então, as iniciativas lideradas por sindicalistas ou militantes das 'oposições sindicais' - que se articulavam entre si fazendo referência às Pastorais Rural das quais faziam parte, ou às assessorias dos Centros de Educação Popular, para a elaboração de suas propostas organizativas<sup>(30)</sup>, passam a ser decididas no âmbito das instâncias da CUT, ou da CTI (MER) independentemente. Permanecem, contudo, iniciativas de 'oposição sindical' que continuam tendo como referência principal as instâncias das Pastorais Rural, mesmo articulando-se com a CUT.

#### 4. PERFIL DAS LIDERANÇAS DO 'NOVO SINDICALISMO'

Os elementos que observamos analisando os dados colhidos nas histórias de vida de 34 lideranças do movimento de trabalhadores rurais da Paraíba<sup>(31)</sup> apontam aspectos referentes à representação das categorias que compõem o diversificado quadro dos "trabalhadores rurais", bem como ao perfil das novas lideranças. Tais dados são expostos a seguir, enquanto chamam atenção para

(30) Vale lembrar que as demais iniciativas de interesse do Movimento Sindical, propostas pela CUT ou CTI, são levadas a discussão mais ampla com os STRs, no âmbito da FETAG.

(31) Organizei em fichas os dados colhidos através das entrevistas, referentes a situação familiar, cultural, econômica (relação com a terra, categoria profissional) conforme a origem familiar e atual, bem como a trajetória pessoal, de formação, lutas e âmbitos de engajamento sócio-político e - especificamente no Movimento Sindical - das 34 lideranças de trabalhadores rurais, algumas (6) da direção da FETAG e de STR "tradicionais", sendo a grande maioria (28) da área do 'novo sindicalismo' cutista: membros da direção de STRs "renovados" ou "ganhos" no movimento de 'oposição sindical' (11), direção da Central Única dos Trabalhadores da estadual e regional da Paraíba (7), ou pessoas que disputaram eleições co

possíveis especificidades do 'novo sindicalismo', sem pretender, entretanto representar o conjunto da nova realidade sindical paraibana.

Como é natural, considerando o contexto paraibano anteriormente apresentado, quase todas as lideranças tem raízes na cultura do pequeno produtor<sup>(32)</sup> que produz alimentos para sua família. Entretanto, só um terço são originários de famílias de minifundiários, pertencendo o restante a famílias de meeiros, parceiros, arrendatários, ou moradores de engenho com acesso à terra, nestes últimos casos, associando o trabalho autônomo com o trabalho assalariado (a 'obrigação') na cana-de-açúcar. Na atualidade, ou no passado recente, 68% identificam-se como "pequenos produtores autônomos"; 14% como "pequenos produtores e assalariados"; 18% como "assalariados".

É significativo o número dos que não têm terra (39%) e vale observar que - entre os que têm acesso à terra, só um terço trabalha em terra própria ou da família (neste caso jovens); a maioria conseguiu terra recentemente, "na luta", tendo só o direito de posse como "assentados" em áreas de conflito / Reforma Agrária; há também o caso de quem conseguiu comprar terra a partir da indenização dos direitos trabalhistas conseguidos na Justiça, após o engajamento sindical. Pode-se pensar, portanto que,

---

Cont.(31) como representantes de oposição ou que desempenharam papéis de colaboração como Movimento de Mulheres e Movimento dos Sem Terra (10).

(32) É frequentemente abordada a questão da predominância da categoria dos pequenos produtores entre os sindicalistas rurais, de forma que as categorias mais pobres e exploradas de assalariados - continuariam distantes da representação de classes, por um conjunto de fatores que não cabe aqui analisar. (Cf. TOSI, 1987).

para alguns, o engajamento sindical é ao mesmo tempo consequência da trajetória de luta pela terra e sustentação desta mesma luta econômica. Entretanto, há casos, entre os que não têm terra, para os quais o engajamento na luta (sindical ou pela terra) é motivo da impossibilidade de conseguir terra para plantar ou trabalho assalariado, sendo conhecidos pelos patrões como lideranças do movimento.

Observa-se uma relação direta entre responsabilidades em funções de direção da Central (que exige deslocamentos frequentes fora do município) e abandono da produção agrícola; há também presidentes de STRs e lideranças de '*oposição sindical*' geralmente engajados também na Pastoral Rural ou outros movimentos que não estão na produção. Entretanto, tivemos oportunidade de notar que, quando têm acesso à terra, dirigentes e lideranças (casos excepcionais) mantêm uma vinculação - nem que seja eventual com a produção agrícola. Há portanto uma relação entre o fato de não possuir terra e desligar-se da atividade de produção.

Exatamente a metade entre os "*novos*" entrevistados, não auferem algum rendimento da atividade agrícola, que variam entre atividades saltuárias e coberturas financeiras provisórias através de "*projetos*" de vários tipos.

Os dirigentes da FETAG, também todos desvinculados da produção, apresentam algumas diferenças: todos têm terra própria e declaram ter alguma renda da agricultura (apesar de não trabalhar) e ainda mantêm regular relação do trabalho remunerado, vinculado à estrutura sindical.

Também os sindicalistas "*tradicionais*" entrevistados têm terra própria, e estão ativos na produção (agropecuária e granjeira) com dedicação de tempo reduzida para as atividades do mo

vimento sindical.

Parece então, que os pequenos produtores que assumem a liderança do processo de "renovação sindical" no campo paraibano não seriam os mais estáveis na terra, podendo ser classificados, conforme a linguagem dos trabalhadores rurais da região, como pequenos produtores "fracos", cuja fragilidade frente ao desenvolvimento do capitalismo moderno no campo, condiciona - de uma forma ou de outra - sua expulsão do campo.

Pela história pessoal, deduz-se que todos eles viveram a experiência da ruptura de relações tradicionais de produção: diretamente (no caso dos que situam-se na faixa etária entre os 40 e 60), ou mediada pela família<sup>(33)</sup>. Para uns foi a quebra da relação de moradia (geralmente com choque), para outros a luta pela posse da terra nas chamadas "áreas de conflito", ou, ainda, a ruptura da relação de arrendamento em terras de grande proprietários, outrora amigável e garantida por longos períodos. Os que não passaram por isso, já que trabalhavam em terra da família, se envolveram nas lutas através de movimentos de organização dos trabalhadores, grupos e comunidades de Igreja<sup>(34)</sup> ou até organizados pela ANCAR<sup>(35)</sup>.

---

(33) É interessante notar o caso de três jovens, cujo engajamento na luta teve origem da história familiar, sendo estimulados para o sindicalismo pelo pai que foi liderança das Ligas Camponesas ou do sindicalismo pré 64.

(34) Várias lideranças de conflito de terras de 'oposição sindical' tiveram nas CEBs o seu aprendizado para a militância, e alguns continuam sendo animadores de comunidade". TOSI, 1988:158).

(35) Na área rural de Alagoa Grande, conforme depoimentos. (Quanto à atuação do ANCAR na Paraíba Cf. NOVAES, 1987).

A experiência de luta aparece em todos os casos como um fator determinante na trajetória pessoal de engajamento, tendo influência na continuidade desta trajetória mesmo após a consecução da posse da terra ou outras formas de resolução das questões de interesse mais pessoal.

A observação deste elemento nos remeteria à consideração de que o envolvimento em lutas que extrapolam o âmbito do interesse mais imediato de cada um, conduziria à superação também dos interesses restritos de categoria, estimulando a abertura para o conjunto dos trabalhadores, percebido como classe.

Na configuração do perfil das lideranças do "*novo sindicalismo*" rural na Paraíba é necessário dar conta de alguns elementos que definem o contorno deste perfil, como: idade, escolaridade, nível cultural, formação específica recebida, contatos com realidades mais amplas que extrapolam o âmbito do micro-cosmo municipal/rural.

Observando a idade, salta aos olhos a maior presença de jovens entre as lideranças do '*novo sindicalismo*' (71% entre 21 e 40 anos) em relação aos quadros da estrutura sindical (todos dos acima de 40 anos chegando até os 67), fato bastante óbvio se consideramos que estes últimos são pessoas que encontram-se há muitos anos na direção sindical. É natural de certa forma, a presença de pessoas mais novas entre os que estão tentando renovar a estrutura sindical.

Apesar de ser generalizado o baixo nível escolar no campo, chama a atenção, entre as lideranças jovens, a presença de pessoas com 2º grau completo, tentando vestibular ou já ingressando na universidade, mas sempre na perspectiva de engajamento a serviço do movimento. Há um certo número de pessoas que, não tendo frequentado a escola, se alfabetizaram através do Movimento Popu

lar de Alfabetização do Brejo. A predominância, porém é dos que não tem completado o curso primário.

Pelas entrevistas percebe-se, porém, que o nível cultural é geralmente superior ao nível escolar. Além de um bom desenvolvimento do discurso - fruto da própria prática sindical que se baseia largamente nesta forma de comunicação ("*o dirigente sindical é sempre convidado pra falar*") - observa-se, em muitos casos, uma riqueza de conteúdo que não é mera capacidade de usar a palavra. Não resta dúvida de que as inúmeras oportunidades de debate, encontros, contatos com outras realidades (através de congressos, viagens, etc), representam outros tantos estímulos culturais.

Especificando as experiências externas ao ambiente de origem, entre as lideranças do '*novo sindicalismo*' são apontados encontros de intercâmbio de problemas e práticas de luta em âmbito regional e, por vezes estadual, promovidos pelas entidades que se propõem apoiar os trabalhadores em sua organização e conscientização (no caso, Pastoral Rural, Movimento de Mulheres, SEDUP, CENTRU, Pastoral de Juventude do Meio Popular, Movimento dos Sem Terra). Alguns participaram também de eventos internacionais. São experiências não especificamente sindicais, mas que tem incidência na concepção de organização de classe e de direção das lutas dos trabalhadores, introduzindo novas exigências em relação a prática sindical, colocada em discussão.

Entre as atividades congressuais, aparece seja a participação aos eventos próprios do sindicalismo rural - como o 4º Congresso CONTAG - e seja os eventos específicos da área de referência, notadamente os congressos da CUT estadual (realizados anualmente de 85 até hoje) e os congressos nacionais da CUT aos quais vários dos entrevistados participaram.

Merecem destaque também as experiências de formação político -



econômico - sindical que constam das entrevistas de todas (ou quase) as lideranças do '*novo sindicalismo*'. Referimo-nos às atividades de formação sistemática (cursos e seminários desenvolvendo um determinado programa): as experiências evidenciadas foram promovidas por entidades de Educação Popular que atuam na assessoria ao Movimento Sindical Paraibano<sup>(36)</sup>.

Apenas duas pessoas apontam uma oportunidade formativa oferecida pela FETAG-Pb: um treinamento de lideranças na década de 70 e um cursinho para delegados sindicais, promovido em 1982.

Ao contrário, pelas lideranças mais antigas do Movimento Sindical, não é feita referência às experiências de formação. Sabemos, porém, que a CONTAG, em anos anteriores, a partir do 2º Congresso de 1973, colocou entre suas prioridades a formação sindical, promovendo atividades de formação, diretamente ou através das FETAGs<sup>(37)</sup>. Pode-se supor, portanto, que eles também tenham passado por algum nível de formação, no caso promovido pela estrutura sindical, mas certamente não em épocas mais recentes.

---

(36) CENTRU, SEDUP e, recentemente, EQUIP (escola de formação de lideranças que atua a nível de Nordeste).

(37) "... em 1973...no IIº Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais...se reafirmaram as demandas centrais de Reforma Agrária, direitos trabalhista, etc, mas também se fez um programa de formação de quadros, numa valorização do trabalho de educação sindical e numa tentativa de gerar um mínimo de homogeneidade de propostas no interior do sindicalismo".(grifo nosso). MEDEIROS, 1988:5).

Até 1979, a CONTAG organizou inúmeros cursos para as lideranças(...) marcados pela preocupação de passar aos cursistas princípios que deveriam orientar a ação (...). Por outro, os sindicatos apresentaram queixas relativas ao não repasse dos conteúdos dos cursos aos demais, (grifos nos). PAIVA, 1985:21".

Entre as experiências progressas de militância são geralmente apontadas, entre os entrevistados da área do 'novo sindicalismo' (75%), as que nascem na esfera da Igreja: muitos se iniciaram ao engajamento na comunidade (CEBs), participando em seguida da Pastoral Rural Diocesana; há também um caso de engajamento a partir da Igreja Evangélica. Alguns participaram também de movimentos mais caracterizados pela presença de trabalhadores (MER, ACR, MMT, MST) ou, ainda, no Movimento de Alfabetização Popular do Brejo Paraibano. É interessante observar que as lideranças despontam em espaços de organização que não são do movimento sindical e geralmente mais fluídos.

O engajamento político-partidário é colocado explicitamente e com muito interesse pelas lideranças do 'novo sindicalismo': muitos participaram da fundação do PT em seus municípios (alguns já em ocasião das eleições de 82) e ocupam cargos no Diretório Municipal; outros se engajaram em 88, no quente do processo eleitoral, dois entre eles como candidatos a vereador.

Para a grande maioria a experiência política é nova, enquanto entre os mais velhos há quem tenha sido candidato<sup>(38)</sup> em pleitos anteriores ou quem tenha trabalhado como "cabo eleitoral" para o candidato do patrão (PDS), mas - específica - antes de entrar no movimento de 'Oposição Sindical'.

"...inclusive eu, antes de entrar no sindicato (fala da nova direção da qual faz parte desde 83 - é sócio do STR desde 77), esqueci de dizer, eu era do PDS. (Hoje é militante do PT).

(38) O presidente do STR de Cruz do Espírito Santo, em 1979 foi candidato a vice-prefeito na legenda do PMDB, em seguida fundador do PT Municipal (82), em 88 foi candidato a vereador pelo PT.

Meu patrão trabalhava pelo PDS, e ele me dizia que tinha de votar em quem administrava, que era o governo. né? E eu, nisso, votava e achava que aquilo tava direito. (...) Justamente, a gente vivia assim, os olhos fechados, só escutava o que o patrão dizia. Ele (o patrão) me convidava pra ir pro PDS e dizia que meu direito era acompanhar meu patrão e eu achava que era aquilo mesmo. Ele ainda me amedrontava com a história da Liga Camponesa. (falando do seu engajamento na 'oposição sindical'). E se o cara entrasse do lado do candidato do padre, ia surgir a mesma coisa". (Ex-morador - membro da direção do STR Pirpirituba - entrevista jun/85 - 50 anos).

Quanto à experiência no campo sindical, há situações muito variadas: desde quem é sócio do STR a partir da fundação - até quem só se associou por ocasião do movimento de oposição sindical (caso de mulheres anteriormente impedidas de se sindicalizar). É comum, porém, a participação sindical pelo menos algum tempo antes do engajamento na '*Oposição Sindical*'.

O conjunto desses elementos que definem o perfil destas lideranças, resgata a importância dos múltiplos fatores que constroem a trajetória de vida de cada pessoa. Parece-nos poder afirmar que é determinante a integração entre experiência de luta organizada, de militância social, sindical e política, de momentos formativos de reflexão e teorização, de certa forma vinculadas à situação econômica específica dos trabalhadores rurais, na definição das características das lideranças do '*novo sindicalismo*' que tivemos oportunidade de conhecer.

Para finalizar o capítulo é importante ressaltar alguns pontos.

Encontramos vários sindicalistas do campo (não parece acontecer o mesmo na cidade) que, vindo de uma trajetória "tradicional", na conjuntura das lutas dos trabalhadores chegam a uma postura nítida de enfrentamento com a classe patronal, até tornar-se símbolo do '*novo sindicalismo*', como foi Margarida Maria Alves,

presidente do STR de Alagoa Grande na Paraíba<sup>(39)</sup>. Outros iniciam-se já no 'novo sindicalismo' e depois fazem outras "opções". Na região estudada são apontados pelo menos 5 casos de sindicalistas que estiveram à frente da 'Oposição Sindical' ou que entraram entre as "novas" direções sindicais e que após o primeiro mandato, se instalam nos moldes tradicionais. Emblemática é a figura do presidente do STR de Guariba/SP, que desponta em 84 como símbolo do 'novo sindicalismo' rural paulista nas lutas canavieiras: José de Fátima, jovem assalariado que assume pela primeira vez a direção de um sindicato não reconhecido (e portanto desvinculado, pelo menos aparentemente, das amarras da estrutura sindical), e que depois "passa a ocupar uma posição de retaguarda no movimento sindical rural"<sup>(40)</sup>. - Como constata Vera L. B. Ferrante para região de Ribeirão Preto -

*"o 'novo' e o 'velho' a nível das práticas sindicais combinam-se ou entram como ingredientes de um quadro extremamente diversificado". (FERRANTE, 1988:11).*

Portanto, quando a oposição vence, a nova direção enfrenta o desafio de continuar "próxima da base", - com participação di

(39) É interessante observar também o posicionamento político partidário: Margarida sempre foi do PDS, combatendo os patrões filiados ao mesmo partido; José de Fátima jovem liderança aos assalariados canavieiros(SP) passa da militância no PT ao PDS.

(40) "Guariba, epicentro dos movimentos, continua a ter José de Fátima, estigmatizado como herói e bandido, na direção do sindicato sem sintomas visíveis de 'oposição sindical'. Sob o comando de uma direção inteiramente personalista, sem trabalho de base, sob o peso da repressão sofrida e as marcas do significado de 'ser grevista' na região, Guariba passa a ocupar uma posição de retaguarda no movimento sindical rural, embora continue, na representação dos trabalhadores da região, como a expressão mítica da luta, da força, da resistência". FERRANTE, 1988:11).

reta dos trabalhadores em grupos de discussão, formação e organização - mantendo o estilo de organização iniciado com o movimento de '*oposição sindical*' como experiência democrática alternativa à estrutura. Ao mesmo tempo, tem que gerir a "*máquina sindical*" da qual ganhou a direção, com seus serviços assistenciais, suas exigências burocráticas, administrando os funcionários do sindicato, entendendo e utilizando as tramóias legislativas.

O peso da velha estrutura sindical é tão grande que dificulta até a capacidade dos novos dirigentes de projetar a imagem de uma organização sindical alternativa à existente. Os condicionamentos estruturais e as contradições da situação atual, onde tem que se construir um "*novo sindicalismo*" convivendo com a camisa de força da velha estrutura, não podem ser subestimados. Diferentes desfechos da atuação de "*novas*" direções sindicais, apontam para a complexidade dos fatores que envolvem o processo de construção do "*novo sindicalismo*".

Concluindo este capítulo, poderíamos sintetizar dizendo que parece claro que os elementos - pessoas, grupos e comportamentos - que irão constituir, em seu conjunto, um "*novo sindicalismo*" no campo paraibano não surgiram inicialmente da influência do "*novo sindicalismo*" desenvolvido no meio sindical urbano das regiões mais industrializadas do país. Esses elementos têm uma origem própria, surgindo da percepção por parte de grupos de trabalhadores rurais "*de base*" dos problemas e contradições de sua realidade imediata, da ineficácia ou mesmo da nocividade da atuação do "*velho*" sindicalismo na região, e da possibilidade de reorientar o sindicato para seu papel de organização de defesa e luta de sua classe frente aos patrões e ao Estado. Fica claro, também, que essa percepção não se dá espontaneamente e nem somente

no âmbito puramente sindical, mas é resposta a estímulos vindos "de fora" através da intervenção de pessoas, instituições e movimentos não sindicais que tratam de provocar a reflexão dos trabalhadores sobre sua realidade e estimulá-los à organização e à ação. Constatamos também que as experiências extra-sindicais de lutas, de reflexão, organização e ação vividas por esses trabalhadores, anterior ou paralelamente à experiência propriamente sindical, forneceram elementos que serão incorporados à sua prática sindical, contribuindo para caracterizar aí o "novo". É num segundo momento que justamente essa prática já em processo de renovação vai se reconhecer como semelhante e portanto identificável com o "novo sindicalismo" que vem da cidade e que se expressa para eles concretamente e majoritariamente na CUT.

Vê-se também que os traços mais marcantes desse "novo sindicalismo" no campo são: a importância dada à "base" do movimento e à sua participação efetiva e permanente na condução da luta e da organização, a atitude de permanente confronto com a classe patronal e com o poder econômico e político local sempre que os interesses dos trabalhadores estão em jogo, a combatividade, portanto, e a busca da autonomia não só face aos patrões e ao poder local, e ao Estado, mas também face às instituições e outros movimentos dos quais recebe apoio e até às instâncias superiores do próprio movimento sindical (FETAG, CONTAG) na medida em que se apresentam como mediadores do atrelamento ao Estado e autoritárias, não participativas.

Em suma, são os traços que caracterizam o "novo sindicalismo" no Brasil, de modo geral.

## CAPÍTULO V

SINDICALISMO: ASPECTOS ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS,  
O EXEMPLO DE TACIMA

Com o objetivo de trazer elementos para o entendimento do conjunto de problemas que perpassam um processo de *oposição sindical* e, ainda mais, as mudanças que estão aparecendo no *sindicalismo rural* a partir das recentes inovações constitucionais; nos deteremos no estudo do caso mais recente de oposição sindical do campo paraibano, que se deu no Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Tacima.

Com efeito, trata-se do primeiro caso, por nós conhecido na Paraíba, onde o processo de eleição sindical, acirradamente disputado entre *situação e oposição*, dá-se no contexto de dois acontecimentos relevantes no cenário político e sindical nacional: as eleições municipais - com grande peso a nível local - e a promulgação da Constituição Brasileira (1) que vem retirar do sindicato a intervenção do Estado, própria da estrutura *sindical vertical* vigente no Brasil desde 1931 (Decreto Lei 19.770).

Esta eleição sindical, que em outra conjuntura poderia ter sido um fato corriqueiro entre os acontecimentos municipais, adquire significação desde que, no pleito de 25 de setembro 1988,

## (1) ART. 8 DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

"É livre a associação profissional ou sindical, observando o seguinte:

- I - A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de *sindicato* (...) vedadas ao Poder Público a *interferência* e a *intervenção* na *organização sindical*; (...)
- III - Ao *sindicato* cabe a *defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais* da categoria, inclusive em *questões judiciais ou administrativas*;

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à *organização de sindicatos rurais*...

Constituição Brasileira - Ed. Centro Gráfico do Senado Federal, p.15)

nenhuma das duas chapas concorrentes conseguiu ser eleita.

Entrando em vigor a nova Constituição, a partir de 5 de Outubro, coube exclusivamente aos trabalhadores assumir o processo que levou a empossar (após 17 anos) uma nova diretoria (mesmo que provisória) do STR, enfrentando uma verdadeira luta para tornar efetiva a autonomia sindical outorgada pela Constituição e, contraditoriamente, ainda negada na prática implementada pela estrutura sindical.

Vale ressaltar que o estudo deste caso apresenta, também, elementos que consubstanciam nossas análises anteriores acerca das oposições sindicais que classificamos no âmbito do "novo sindicalismo", caracterizando-se: pela busca de mudança de uma direção inatuaante que se mantém no poder desde a fundação do STR, graças à sua vinculação com os políticos e patronato local; pela metodologia de trabalho da oposição sindical nos moldes anteriormente apontados como característicos do "novo sindicalismo"; pela luta contra a estrutura sindical vertical.

## 1. O CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO

Tacima é um município de 12.348 habitantes - três quartos dos quais vivem na área rural<sup>(2)</sup> - situado na divisa com o Estado de Rio Grande do Norte, na região semi-árida do Curimataú. É um dos maiores municípios da região estudada<sup>(3)</sup> com seus 323 Km<sup>2</sup>.

Caracteriza-se pela elevada concentração fundiária: 9% das propriedades ocupam 71% das terras, encontrando-se até propriedades com 3.848 ha., o que significa que uma só propriedade concentra mais terra que do que as 412 pequenas propriedades cadastradas

(2) Conforme o censo de 1980 resultavam: 3.013 habitantes na área urbana, 1.787 nos povoados rurais, 7.548 espalhados na área rural do município.

(3) Ver capítulo II.



(correspondentes a 73% dos estabelecimentos) inferiores a 25ha .  
(módulo da região).(4) -

Conforme dados do INCRA de 1985, 26% das propriedades cadastradas eram classificadas como "latifúndio por exploração": fazendas incultas, em sua maioria inferiores a 500 ha.

A atividade econômica da região é a criação de gado de tipo extensivo, utilizando pastagens naturais ou cultivadas.

A imagem da cidade de Tacima no começo de 80, é assim descrita pelas freiras que lá foram morar para iniciar o movimento de CEBs:

"Tacima é uma cidade de muito pequeno porte, sua população não ultrapassa 4.000 habitantes. Formada de agricultores sem terra, cuja grande maioria veio das fazendas. Trabalham "de meia" e arcam com todas as despesas do plantio. A água, com a falta de terra, forma um grande problema. Existia um poço de água boa e doce, mas houve um inverno forte e foi aterrado. O proprietário da terra, então, nunca mais deixou abrir esse poço ... O poder constituinte não é do lado do povo. A própria oposição é também muito forte e diz que é do povo, só porque dá remédios, leva o povo para o hospital, dá assistência ... mas não mexe na 'ferida' principal: a falta de terra e de água."

(Relatório de Pastoral - Julho 82 Guarabira)

(4) Como normalmente acontece, em Tacima também, há coincidência entre poder econômico e poder político: entre os grandes latifundiários da região, um dos mais conhecidos é o Deputado Federal (PMDB) José Maranhão, que possui até campo de pouso numa de suas Fazendas em Tacima, e que se posicionou em apoio à situação sindical, apesar de não ter postura conservadora na Constituinte com relação, por exemplo, a Reforma Agrária. Entre os nomes dos latifundiários mais conhecidos pelos trabalhadores e com engajamento político-partidário, há o deputado estadual (PDS) Afrânio Bezerra que, (no dizer do povo) respalda a oposição à família Cruz, também PDS, que dirigiu a Prefeitura da cidade do final de 50 até 88. Em Nov. 88 teria apoiado a coligação PDS/PDT/PC do B que elegeu o atual prefeito de oposição. Fato curioso a respeito da família Cruz, falada pelos trabalhadores como de grandes fazendeiros ("todos trabalhavam na terra deles") no cadastro do INCRA resulta proprietária somente de 410 ha.

O quadro de tensão com relação à questão fundiária existente no município, explica-se neste contexto. Segundo fontes do INCRA e Projeto Nordeste, há registro de três conflitos pelo uso e posse da terra em Tacima. (5)

Apesar do reconhecimento social destes conflitos e das inúmeras reivindicações feitas pelos trabalhadores (via de regra com a mediação da Igreja ou através da CUT, visto que o STR nunca assumiu a defesa dos trabalhadores em conflito), o impasse continua. Mesmo o conflito da Fazenda Vazante, "resolvido legalmente" por desapropriação em 27 de abril de 1987 continua "em questão" pela presença de capangas armados na área (6) e por ter o novo comprador encaminhado ação de recurso na Justiça. (7) Há ainda um número relevante de famílias de agricultores "sem terra" (8) arrendatários que - a cada três anos antigamente e hoje a cada

- (5) *Fazenda Olho D'Água (650 ha. com 16 famílias de arrendatários), em conflito desde 1986; Fazenda Vazante (533 ha. com 43 famílias de arrendatários e moradores, em conflito desde 1985; Sítio Velho Inácio (conflito extinto). (Cf. BARBOSA, 1988: 165/212).*
- (6) *A imprensa (Correio da Paraíba, Diário da Borborema, O Norte de 08. 12. 88) deu ampla cobertura aos acontecimentos violentos ocorridos na Fazenda Vazante em 06.12.88 - tiroteio dos capangas contra os posseiros, inclusive crianças, que estavam trabalhando na área - que evidenciam a atualidade do "conflito".*
- (7) *O maior proprietário do município, Sr. Humberto S. de Oliveira (3.848,6ha) que comprou a Faz. Vazante (Empresa Rural Vacun) da família Cruz em 84 perdeu a causa: em Julho 88 a Justiça parecer favorável às famílias de moradores.*
- (8) *Conforme levantamento do SEDUP, realizado com o grupo de oposição sindical de Tacima em 1985, 267 famílias do município se declararam "sem terra" e interessadas a participar de iniciativas para a realização da Reforma Agrária (sendo 150 agricultores morando em "pontas de rua" de Tacima e 117 famílias de agricultores de 6 sítios ou povoados, nos quais foi realizado o levantamento), perfazendo um total de mais de 1600 pessoas. (dados arquivo SEDUP - Guarabira).*

ano - dependem da "boa vontade" dos donos de terra para plantar.

Outra variável da realidade social e política de Tacima, com peso na vida sindical, é a concentração do poder político nas mãos de uma família, cujos membros e parentes alternam-se no poder municipal e na política partidária - às vezes em competição, por 29 anos (9).

Entretanto, nas últimas eleições municipais de novembro 88, registram-se algumas mudanças no cenário político, sendo eleito como prefeito (PDT) uma figura representante, de certa forma, da oposição ao poder dominante (10), que, mesmo pertencendo a uma família de fazendeiros, não resultaria ligado às famílias tradicionais e sendo esta a sua primeira experiência de política partidária.

É de conhecimento público a ligação do presidente do STR com as famílias "donas do poder" na região, desde a fundação do STR (11), bem como sua atuação na campanha política de 88, apresentando-se publicamente como apoio à prefeita (PMDB) - com a qual já colaborava quando esta atuava no FUNRURAL - que também perdeu o pleito.

(9) O Sr. Tercílio Cruz é o mais notado desta família de políticos e proprietários, que desde fins de 50 está na prefeitura - passando da ARENA ao PDS ao PMDB. Em 86 candidatou-se deputado estadual (PMDB) sem sucesso.

(10) O pai do novo prefeito eleito tinha se candidatado em época anterior como oposição à família dominante, perdendo a eleição. Os prefeitos sempre se elegeram pela ARENA, passando em seguida ao PDS e, a partir de 82, com a prefeita Denise Cruz, pelo PMDB.

(11) O presidente do STR de Tacima assim relata a respeito da fundação do STR em 1971: "Então, lá vem a aposentadoria do homem do campo. Mas Tacima não tinha presidente de sindicato para dar o visto nas folhas dos aposentados (...). E os velhos parados só escutando que existia (aposentadoria), mas para eles não tinha chegado, porque não tinha uma pessoa para carimbar e assinar.

Até que eu fui convocado pelo prefeito dessa época para saber se eu queria fundar o sindicato, porque estava havendo prejuízo (...). Ele veio a mim duas vezes, e disse: "Bom, agora está com trabalhadores". Até que me chamaram para a reunião e fundamos o sindicato." (entrevista em 06.12.87)

Neste contexto de dúplice momento eleitoral, o candidato a prefeito que representava a oposição, posicionou-se a favor da oposição sindical, vista como o grupo que também queria mudanças na prefeitura e no poder local no seu conjunto.

O grupo da oposição sindical, pelo contrário, não se sentia tão seguro dessa "aliança" e nem representado pelo candidato a prefeito que eles consideravam expressão de outra classe social. Mesmo assim, ponderaram que sua vitória seria vantajosa, enquanto ajudaria a quebrar o tradicional poder local e a vinculação do STR com o mesmo.

## 2. CARACTERÍSTICAS DA PRÁTICA SINDICAL LOCAL

Segundo dados da FETAG e da DRT, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tacima foi fundado em 13 de abril de 1975, recebendo reconhecimento do Ministério do Trabalho um ano depois (29.05.76).

Porém, pelo relato do presidente, e pela noção dos trabalhadores (que afirmam estar o presidente no cargo há 17 anos) já existia sindicato em 1971-72.

Este STR enquadra-se, portanto, no grande grupo de sindicatos rurais fundados na Paraíba entre 1971 e 78 (12), por nós classificados como "sindicatos do FUNRURAL".

O relato do presidente a respeito de como foi chamado pelo Prefeito para fundar o STR (Cf. depoimento citado anteriormente, nota 11) apresenta claramente a iniciativa das autoridades locais a fim de criar as condições burocráticas necessárias pa

(12) Como anteriormente exposto (Cf. Quadro Fundação STRs - anexo) quase a metade dos STRs da Paraíba, especialmente das regiões interiores do Curimataú ao Sertão, foram fundados neste período. A ligação com o FUNRURAL, Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural, instituído pelo Governo Federal em 1971, criou uma situação muito ambígua para o sindicalismo rural brasileiro. (Cf. MEDEIROS, 1988 e NOVAES 1987)

ra viabilizar a assistência do FUNRURAL aos trabalhadores rurais, comum naquele período. Como afirma Leonildo Medeiros : "Em muitos municípios, autoridades como prefeitos, Juizes , etc, passaram a buscar criar sindicatos e se aproveitar dos dividendos políticos que a atividade assistencial lhes conferia." (MEDEIROS, 1988: 5)

A matriz geradora deste tipo de sindicalismo assistencial-burocrático (13) encontra-se fielmente representada na prática do STR de Tacima, onde a relação de compadrio entre presidente e associados (14) predomina sobre a relação de representação dos interesses da fração de classe.

Da mesma forma, dizem os trabalhadores que o presidente apresenta como resultado principal de seu trabalho ter "*conseguido fazer mais de mil aposentados rurais no municí - pio*".

Enquanto isso, ele recusa-se a acatar reivindicações que têm a ver com a ampliação das condições de participação, encaminhadas por exemplo pelo Movimento de Mulheres, pelo direito à associação sindical das mulheres casadas e pela fundação de delegacias sindicais, todas reivindicações emprendidas desde a primeira oposição sindical de 1985. Também a luta pela terra e pelos direitos trabalhistas não são in

(13) "...Em um sindicalismo de base territorial, isto é, organizado por municípios que - via de regra - possuem núcleos urbanos de pequeno porte, onde existem poucos (ou até nenhum) recursos internos de assistência pública, os convênios com o FUN-RURAL potencializam e até predispoem, a consolidação de uma outra (Obs: refere-se ao "pelego" urbano) figura sociológica. O presidente do sindicato , vai se diferenciando da categoria que representa (...) pelo papel que assume de administrador de recursos públicos chamado cotidianamente a incluir em sua prática sindical expedientes de favoritismo. (...) Permanecem na frente do sindicato por várias gestões consecutivas, transformando muitas vezes, o órgão de representação em um tipo de "empresa familiar" pois ali trabalham quase todos os membros de sua família." (NOVAES, 1987: 199)

(14) É recorrente entre os trabalhadores a afirmação de que o presidente, nos 17 anos em que está a frente do STR, estabeleceu um número

corporadas nesta prática sindical de conciliação de interesses opostos, através de acordos (15) realizados no STR (quando não na própria fazenda) e não na Justiça - administrando os conflitos a favor dos proprietários.

Sua visão, mais próxima às preocupações patronais do que aos interesses dos trabalhadores, transparece quando se pronuncia a respeito da Reforma Agrária:

*"Realmente acho que trazia uma melhoria para os trabalhadores [...], o caminho melhor, eu gostaria, que o Governo Federal (fizesse) compra de terra, financiada pelo Governo, a ser paga pelos trabalhadores..."*

E, sobretudo, quando se refere à luta pela terra:

*"O que o sindicato pode fazer primeiro, é aconselhar os trabalhadores para não entrar num abismo..."*

Esta prática sindical assenta-se na concepção - explícita - pelo Estatuto Sindical (16) - e tão bem incorporada pelo presidente do STR de Tacima, de que o sindicato seria prestador de serviços para os trabalhadores enquanto braço do Estado e órgão de conciliação. Neste sentido é percebido pelos trabalhadores mais como uma entidade de serviços públicos do que de representação de classe. (Cf. NOVAES, 1987: 199)

(Cont. 14) *muito grande de relações de compadrio, conforme é tradicional no campo. O presidente do vizinho STR de Araruna, por exemplo, afirma: "Antes de ser líder sindical eu já era líder... mais de 300 compadres eu tenho. Amizade... eu criei mais de 300 filhos alheio com leite de vaca minha..." (entrevista 6.12.87).*

(15) *O presidente justificava não encaminhar as questões trabalhistas ou de destruição de lavouras para a Justiça, alegando que "o trabalhador não fica satisfeito em ser resolvido seu problema fora do sindicato".*

(16) *DO ESTATUTO SOCIAL "PADRÃO" para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais: Art. 1º - O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS (...) É constituído (...) com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações (...)*

É neste contexto que podemos explicar a representação de seu papel, expressa pelo ex-presidente do STR de Tacima:

*"Eu considero como um pastor por onde há tranquilidade para o trabalhador".*

Entretanto, esse mesmo papel assistencial ao qual se restringe a atuação deste STR (como, ainda, da maioria na Paraíba) não é desenvolvido de forma eficiente - ao contrário de outros casos conhecidos na região (17), limitando-se ao serviço odontológico.

O sindivato dos trabalhadores rurais de Tacima, exemplifica também outra das características apontadas por NOVAES (1987 : 199) relativa à "gestão familiar": de fato, os trabalhadores reconhecem a intervenção da mulher do presidente na gestão cotidiana, funcionando como mentora da vida do STR, papel facilmente desempenhado graças às condições físicas-geográficas que fazem da sede do STR e da sua residência uma única casa (dividida só por "parede-meia", quintal e banheiro em comum); consta ainda o emprego de pessoas da família como funcionários do STR (18).

(Cont. 16) Art. 2º - São prerrogativas do Sindicato: (...)

*c- Colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos problemas (...) da categoria ...*

Art. 3º - São deveres do Sindicato:

*a- Colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social;*

*b- Manter serviços de assistência para os seus associados;*

*c- Promover a conciliação nos dissídios coletivos ou individuais de trabalho.*

(17) Um dos casos mais notórios de utilização ampla e eficiente de todos os recursos assistenciais e de projetos governamentais para a conservação do poder no STR é representado pelo presidente do STR de Mari (Cf. BERTOIAZZI e TOSI, 1985)

(18) A título de curiosidade é interessante saber que um destes funcionários do STR de Tacima, com carteira profissional assinada, está ausente há um ano e meio, mantendo os direitos trabalhistas e sendo substituído por outra pessoa da família (de menor).

Poderíamos enfim, comparar a trajetória pessoal da figura do ex-presidente (19) com outras, traçadas na análise do "novo sindicalismo". Neste caso, parece configura-se uma história de vida distanciada de experiências de luta.

### 3. HISTÓRICO DA OPOSIÇÃO SINDICAL DE TACIMA

São dois os momentos em que a oposição sindical de Tacima (OS), enfrenta a disputa eleitoral (20), tentando mudar a figura que está a frente do sindicato local, e que não deixa espaço de participação aos trabalhadores na condução da entidade, mantendo ligação estreita com patronato e prefeitura. Todos aspectos pelos quais os trabalhadores que compõem a OS não se identificam com o sindicato local.

A vontade de mudar é assim expressa no programa das OS de 1985 e 1988:

*"O Sindicato é a ferramenta do agricultor.  
Mas atualmente esta ferramenta está enferrujada.  
Vamos afiar a nossa ferramenta.  
Vamos mudar a diretoria atual.  
Vamos renovar nosso sindicato."*

A insatisfação fundamenta-se no entendimento de que o sindicato deveria ser diferente do que é. Daí as propostas de

(19) Agricultor autônomo 55 anos, 13 filhos, proprietário de um sítio de 41 ha. possuindo (segundo os trabalhadores) várias cabeças de gado. Trabalhou vários anos como vaqueiro de fazenda. Falando de sua experiência de trabalho como vaqueiro "antes de sua vida de sindicalto iniciada em 71", conta que "um dia o proprietário mandou juntar 50 vacas e botar dentro de um roçado de um morador: árvores de algo dão, cheio de milho, cheio de fava. Mas era um empregado e tinha que fazer o que o dono mandasse... A coisa que mais pena eu tive na minha vida." Um trabalho necessariamente caracterizado pela fidelidade e subserviência ao patrão. Não aponta experiência de formação e de luta; ao contrário faz questão de ressaltar que foi chamada para a fundação do STR porque "não tinha feito parte do outro sindicato das Ligas Camponesas naquela época". Escolaridade: 1º ano primário.

(20) A primeira em 15.09.85 e a segunda em 25.09.88.



princípio contidas no programa (de 85 e 88):

"Um sindicato dos trabalhadores, independente de políticos e proprietários.  
Um sindicato onde os 12 membros da diretoria assumam junto o trabalho e não só o presidente (21).  
Um sindicato com a participação dos trabalhadores nas reuniões e na administração.  
Um sindicato com delegacias sindicais na base, para favorecer a participação dos trabalhadores."

Podemos ver, portanto, que as reivindicações se concentram em fazer funcionar o sindicato, levando em conta a participação, seja da diretoria como conjunto, seja dos sócios, sem apresentar mudanças estruturais.

Contudo, existem diferenças nas duas OS, conforme o momento conjuntural, - nacional e local - e relativas também à experiência acumulada pelo grupo na prática organizativa e metodológica. Tais diferenças são identificadas tanto nas lideranças das OS, quanto nas assessorias e ainda no setor do movimento dos trabalhadores da Paraíba engajado no processo de mudança. Dão-se novas articulações e formas de encaminhamento, conforme a evolução nas práticas e concepções educativas e sindicais das entidades sindicais e de assessorias que orientam o movimento de OS.

---

(21) O reconhecimento quase que exclusivo da figura do Presidente ou do "cabeça" em qualquer entidade é comum no Nordeste, mas neste caso acentua-se uma vez que os outros componentes da diretoria são desconhecidos (todos os trabalhadores só conhecem o presidente do STR), a diretoria não é reconhecida como conjunto perante sócios na condução da entidade, não funcionam assembleias e outras formas de participação institucional.

*A Conjuntura da 1.<sup>a</sup> Oposição Sindical (1985)*

A partir de 27 de maio de 1985 - quando o então Ministro da Reforma Agrária Nelson Ribeiro, apresentou aos trabalhadores reunidos em Brasília no IV<sup>o</sup> Congresso Nacional da CONTAG, a "Proposta para a Elaboração do 1<sup>o</sup> Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA", elaborado pelo recém-criado MIRAD<sup>(22)</sup> e INCRA - o tema que polariza o debate social e político no cenário nacional passa a ser a Reforma Agrária.

As manifestações da sociedade civil (atos públicos, debates, divulgação dos "mass-media") se sucedem às apresentações de propostas da Reforma Agrária elaboradas pelos setores interessados (CUT, CONCLAT, ABRA, Movimento Sem Terra, CPT, PT etc).

A Reforma Agrária encontra-se entre as bandeiras de luta do I<sup>o</sup> Congresso Nacional da CUT<sup>(23)</sup>, reivindicando uma "Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores".

A repercussão do clima nacional é muito forte na região do Brejo Paraibano - para a qual confluem os trabalhadores rurais de Tacima. Em 11 de agosto de 1985 - data em que foi comemorado o 2<sup>o</sup> aniversário da morte da sindicalista Margarida Maria Alves - foi realizada em Guarabira uma grande mobilização

---

(22) O MIRAD foi instituído em março de 1985, em substituição do MEAF.

(23) I<sup>o</sup> CONCVT, realizado em São Bernardo do Campo/SP de 24 a 26.08.85, com a presença de 5.500 delegados.  
As outras bandeiras de luta foram: "Contra o arrocho salarial, pela liberdade e autonomia sindical."

sindical "contra a violência no campo e pela Reforma Agrária" , com a presença de 10 mil pessoas, durante a qual foi entregue um documento ao representante regional do INCRA, constando o levantamento dos conflitos pela terra na região e reivindicações (apresentadas por cerca de 20 STRs, oposições sindicais e comunidades), exigindo que a região do Brejo fosse considerada "área prioritária de Reforma Agrária", tendo um total comprovado de 1.158 famílias envolvidas em conflitos ou com ações na Justiça referentes a questões de terra. (24)

Outros acontecimentos se sucedem naquele ano. Contemporaneamente à eleição sindical de Tacima (na qual as mulheres quase não conseguem participar como votantes), as mulheres de Araruna - município vizinho, conseguem após 6 meses de luta orientada pelo MMT - o direito à sindicalização.

Em seguida, há um crescendo da movimentação pela Reforma Agrária, aglutinando forças do campo e da cidade de toda a Paraíba, da qual assinalamos como momentos importantes: o primeiro Congresso Estadual da CUT-Pb (25); o Iº e IIº Encontro Estadual das áreas de Conflito (26), onde surge a proposta de acampamento na sede do INCRA; Semana Sindical e Acampamento com trabalho em mutirão numa área de conflito próxima a Tacima, a

(24) Cf. TOSI, 1988: 213 ( tabela nº 7 e cronologia 1980/87).

Arquivo SEDUP: documento de 11.08.85 ao Ministro do MIRAD, presidente do INCRA, etc. Em anexo ao documento constam os seguintes dados relativos a 26 municípios da região: 4.000 Km<sup>2</sup> com 372.000 mil habitantes  
 - 15 conflitos agrários coletivos em 9 municípios, interessando 806 famílias (entre elas a Fazenda Vazante de Tacima);  
 - 23 ações possessórias individuais na Justiça;  
 - 11 conflitos trabalhistas com expulsão de moradores; (total 277 fam.)  
 - 52 ações trabalhistas individuais  
 Em total são 1.158 famílias ameaçadas de expulsão da terra.

(25) Realizado em Campina Grande, novembro 1985. O Tema da R.A. é debatido por cerca de 250 delegados.

(26) Primeiro Encontro em Guarabira 20.12.85; Segundo em João Pessoa, 11.01.86.

conclusão da qual ocorre uma missa campal, oficiada pelo Bispo, durante a qual proprietários vizinhos disparam alguns tiros (27); acampamento de 350 trabalhadores na sede do INCRA em João Pessoa, com o qual, após 5 dias, chega-se a assinatura de um termo de compromisso incluindo cronograma de desapropriação das áreas de conflito do estado. (28)

Os conflitos pela terra, debatidos a nível nacional no contexto da questão da Reforma Agrária, adquirem a nível local no município de Tacima, contorno concreto nas relações tensas entre os agricultores e o proprietário que põe à venda a Fazenda Vazante, desconsiderando o direito de prioridade dos moradores e arrendatários.

O problema toma dimensões mais amplas pela identificação, por parte do poder local, de algumas lideranças da área de conflito com o movimento de oposição sindical; tanto é verdade que - conforme resulta de relatório das reuniões de época (29) - já no final de 1984, era comum a ameaça dos proprietários de não conceder mais terra para roçado "para o pessoal da comunidade".

Consta que, em dezembro 84, época da renovação dos contratos de arrendamento, a tensão já era generalizada, como docu

(27) Cf. notícias da imprensa a respeito:

*O Norte, O Momento, Correio da Paraíba de 16 a 18.02.86.*

*A Semana Sindical foi realizada de 09 a 16.02.86 na área de conflito do Varelo de Cima, município de Araruna com ampla participação de sindicatos, oposições sindicais, pastorais e comunidades do Brejo e Litoral; foi promovida pela CUT e teve apoio da FETAG-Pb.*

(28) Cf. TOSI, 1988: 213/14

(29) Cf. arquivo SEDUP Guarabira.

menta um relatório de reunião de comunidade:

"Durante a novena de Natal se falou sobre a chapa 2.  
O problema maior em todos os cantos é que os patrões estão dizendo que, se votar em C. (o candidato a presidente pela oposição), o pessoal vai ficar sem roçado."

Isto porque, como se diz na mesma reunião,

"A conversa é que o pessoal da chapa 2 vai tomar a terra."

É no bojo da dinâmica da questão fundiária que se desenvolve a primeira OS de Tacima, incorporando de forma mais contundente as polarizações de forças opostas, agudizadas pelas condições objetivas do município.

#### *Origens da Oposição Sindical*

O movimento de OS de Tacima tem origem desde 1983 na proposta amadurecida na Pastoral Rural e nas Comunidades de Base da Diocese de Guarabira (30)

#### (30) Comunidades Eclesias de Base:

"As CEBs são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960 (...)

São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem a mesma Igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comunhão em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras.

São eclesiais porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé.

São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares).

(...) as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros... no caso da zona rural, cem, duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos... (...) segundo estimativas não oficiais, existem no país, atualmente (1981), 80 mil comunidades eclesias de base, congregando cerca de dez milhões de pessoas crentes e oprimidas."

(Frei Betto - O que é Comunidade Eclesial de Base - Brasiliense-1981: 16-17)

Na perspectiva da Teologia da Libertação, a comunidade é o espaço de engajamento, onde busca-se vivenciar a relação fé-vida cotidiana, e que encontra profunda adesão nas classes populares. É exatamente nesse espaço religioso de reflexão acerca dos problemas vividos pelo "homem do campo" que se evidencia a contradição entre as "injustiças" e os "sofrimentos" vividos pelos trabalhadores e a falta de comprometimento das estruturas que deveriam representar e defender os interesses dos trabalhadores rurais.

A partir disso, a comunidade torna-se o lugar social onde se luta para a mudança social. Os trabalhadores mais engajados são convocados a assumir posição ativa e se definir na liderança do movimento.

Neste contexto, surgem as lideranças da OS de Tacima.

Um agricultor (na época com 30 anos, casado e hoje com 7 filhos) que havia passado pela experiência de expulsão da morada na Vazante - membro da Pastoral Rural de Guarabira desde 1980 - se propõe a transferir sua filiação sindical, passando a morar com a família no município de Tacima (31) para assumir a liderança do movimento de OS, cuja necessidade já tinha sido discutida no âmbito da Pastoral.

É interessante notar como esta OS representa um dos poucos casos onde o movimento inicia-se mais de dois anos antes da disputa eleitoral, o que pode representar, de um lado, melhores condições de organização e prática participativa entre os trabalhadores: por outro lado, oferece brechas para o contra-ataque dos patrões, que teriam assim, condições de identificar as lideranças, suas fragilidades e propostas.

(31) Morava num sítio, na divisa com outro município.

Este processo fez com que se cristalizasse, na composição da chapa eleitoral a candidatura daquele líder para presidente, já um ano antes das eleições, restringindo, desta forma, as possibilidades de uma escolha mais participada pela base dos trabalhadores.

Apesar do grupo de OS ter elaborado, em dezembro 84, um programa com suas propostas para a renovação do sindicato - que incluía reivindicações relativas aos diferentes interesses das categorias de trabalhadores rurais do município (32) - de fato, a ênfase do discurso foi toda centrada na questão agrária, sendo este o problema mais pungente do momento.

O ponto nevrálgico da campanha é justamente esta ênfase dada ao tema da Reforma Agrária. O "cabeça de chapa" se inflama em discursos (que em posterior avaliação foram julgados pelo próprio grupo da oposição como "forte demais"), quase como "demonstração de força" para com os patrões, que há muito tempo vinham ameaçando os trabalhadores.

Em consequência, de um lado, os patrões aumentam as ameaças, canalizando sua intervenção contra a chapa 2 (33); por outro la

(32) O programa da chapa 2 dizia: "queremos um sindicato que lute por:

- 1 - Terra para trabalhador;
- 2 - Normalizar o preço do foro;
- 3 - Se interessar pela aposentadoria dos velhos;
- 4 - Mais empréstimos no banco para os trabalhadores;
- 5 - Fazer respeitar a lei trabalhista;
- 6 - Fiscalizar a destruição de lavouras".

(33) Os trabalhadores relatam que: "os latifundiários diziam que se votar na chapa 2 dava uma surra". - "nesta eleição eu só vi rico intimidando". - "os fazendeiros disseram que estavam prontos os pistoleiros para matar... e fizeram uma reunião entre eles". - "foi a dominação dos proprietários e políticos que ameaçaram os moradores e rendeiros, que não teriam roçado nem lenha se votassem na chapa 2". - "fala de Reforma Agrária aguçou os ânimos: é melhor fazer campanha ao pé do ouvido e não no grupo". - (relatório de reunião de avaliação da campanha de 1985).

do, o discurso da classe dominante é introjetado pelos mini-fundiários, sensíveis ao fantasma do comunismo (logo propagado) e vulneráveis ao medo proveniente da duríssima repressão do tempo das Ligas Camponesas, ainda decorrente na cultura camponesa da Paraíba (34).

A Campanha da "*oposição sindical*" de Tacima, é conduzida por um grupo de quase cinquenta trabalhadores, incluindo os doze componentes da chapa e demais pessoas de apoio. Contava também com a atuação constante das três freiras, residentes num povoado do município onde a formação de comunidades de base havia se iniciado há quase oito anos, bem como de outras residentes na cidade, que atuavam junto aos moradores das "*ponta de rua*" e sítios vizinhos há quatro anos. Tendo também seu roçado, parte das freiras eram associadas ao sindicato. Vale ressaltar que todo o grupo da "*oposição*" considerou de fundamental importância o apoio das irmãs por se tratar de uma intervenção ativa na condução de reuniões de base e nas visitas até nos sítios mais longínquo, utilizando um diálogo muito acessível para o entendimento.

Entre os apoios externos à realidade local, nos documentos relativos àqueles período, identificamos a ação de vários setores da Diocese de Guarabira: Pastoral Rural (em particular na sua componente feminina), SEDUP e CODH; outras contribuições especialmente do ponto de vista organizativo e no período final da campanha, foram dadas por alguns sindicalistas da CUT Paraíba, da Regional Brejo.

A forma de condução da campanha, deu-se principalmente através de reuniões de base, nas quais se utilizava um audiovi

---

(34) Cf. NOVAES, 1987 - POTENGY, 1985 - TOSI, 1988.



sual fornecido pelo SEDUP, como modo de abrir o debate com os participantes, sobre o que deveria ser um sindicato de trabalhadores rurais. Foram utilizadas também assembléias na frente do sindicato. Num momento mais próximo à eleição se intensificou o movimento de visitas nas casas, — sobretudo com o objetivo de apresentar os "cabeças de chapa", — nas quais se distribuíam panfletos com fotografia para permitir o reconhecimento dos integrantes das chapa, bem como modelos de chapa de votação para treinar com trabalhadores que nunca haviam votado antes.

Quanto aos momentos de mobilização, foram utilizados seja comícios em praça pública (dando espaço à palavra dos principais componentes da chapa e pessoas de apoio, mas somente trabalhadores, excluindo pessoas ligadas ao poder político).

A divulgação foi feita utilizando também o rádio; seja no programa sindical "Alerta Trabalhador", seja no programa diocesano das comunidades de base; bem como espaço de anúncios pagos em outros programas,

Foi bastante utilizada também a divulgação com um carro de som, no qual um sindicalista da CUT, com experiência em outras oposições sindicais, falava à população durante a feira do domingo e em outras oportunidades, apresentando as propostas da chapa 2.

Como já de costume com outras oposições sindicais no Brejo Paraibano, o SEDUP colaborou produzindo, em serigrafia, cartazes e algumas camisetas para uso dos integrantes da chapa 2, e panfletos mimeografados com o programa da chapa.

---

(\*) É o programa rádio sindical para o Brejo que a CUT-Pb realiza desde 1986 alugando 30 minutos de espaço rádio aos domingos (Rádio Cultura de Guarabira). O programa, "Alerta Trabalhador" existe desde 81, sendo então realizado por sindicalistas da região, sob a responsabilidade da FETAG-Pb.

A assessoria educativo - metodológica, se deu através do aconselhamento às lideranças na organização da campanha, bem como participação dos assessores nas reuniões de planejamento e avaliação junto ao grupo de oposição, realizadas periodicamente na cidade de Tacima (geralmente utilizando a "casa comunitária") e em outras localidades do município.

Uma contribuição específica, de fundamental importância para o desempenho eleitoral foi o "treinamento de fiscais", realizado às vésperas da eleição com a presença de advogados e sindicalistas, para orientar as pessoas que deveriam assumir o controle do processo eleitoral (35) e demais componentes da oposição, para que fossem capazes de reconhecer e proceder a denúncia de irregularidade e fraudes, tão comuns nas eleições sindicais.

No dia 15 de setembro de 1985, participaram da eleição 1.115 trabalhadores (90,14% dos que constavam na lista de votantes) resultando na vitória da chapa 1 e portanto, na continuidade da situação.

Pelos depoimentos registrados em reuniões de avaliação da chapa 2 (que não esperavam a derrota, crente nas declarações de voto dos trabalhadores visitados no decorrer da campanha), resulta que vários fatores teriam determinado este resultado inesperado.

(35) Na época, a Delegacia Regional do Trabalho (representação Estadual do Ministério do Trabalho) não reconheceu os fiscais da oposição, (fato que não se repetiu em eleições posteriores), admitindo como legal somente o controle por parte da situação. Vale ressaltar, porém que foram aceitos pela primeira vez mesários que apoiavam a oposição.

rado: de um lado, as falcatruas e as fraudes (36) empreendidas pela chapa 1, de outro lado as ameaças espalhadas pelos patrões e apoios institucionais de que dispunha a situação. (37).

Recolhendo os vários elementos que aparecem nas reuniões de avaliação pós-eleitoral da chapa 2, podemos observar, antes

(36) Os casos relatados pelos trabalhadores vão desde a caneta sem tinta, fornecida a votantes conhecidos como da oposição na hora de votar, ao mesário que mandava o trabalhador votar na chapa 1, até quitação de carteiras feita imediatamente antes de votar (o prazo mínimo é de dez dias antes da votação) no quintal da casa do presidente; houve casos também de registro errado da data de quitação de carteiras dos sócios da oposição, impedindo-lhes assim o direito de voto. Foram observadas também numerosas pessoas desconhecidas no município, votando, bem como a presença de trabalhadores conhecidos, que há muito haviam se transferido para outras localidades. O elemento chave para permitir margem de manobra à situação foi a não entrega da cópia da lista de votantes para o grupo de oposição, impedindo-lhe a possibilidade de controlar as irregularidades na votação. Finalmente, conforme depoimento do próprio tesoureiro do STR, houve desfalque da tesouraria do STR no valor correspondente a quitação de 277 carteiras (equivalente a cr\$ 3.550.000,00 cruzeiros), já que o próprio tesoureiro assinou, o recebimento de tal importância, sob promessa do presidente que depositaria o dinheiro em caixa. Logo na semana seguinte.

(37) Conforme relatos dos trabalhadores, o apoio institucional recebido pela chapa 1, deu-se de um lado, através da intervenção de uma funcionária do FUNRURAL, que pressionava os aposentados, dizendo que votassem na chapa 1 senão cortaria sua aposentadoria; de outro lado o STR recebeu verbas da Prefeitura (oficialmente na forma de empréstimo no valor de cr\$ 1.500.000,00 cruzeiros), que entre outras coisas favoreceu a compra de votos: "depois das eleições se escutava o povo dizendo um com um outro quanto tinha recebido para votar na chapa 1: cinquenta mil, dez mil, cinco mil ...". Interessante ainda saber que também pessoas mais ligadas a Igreja venderam seu voto. Em reunião foi citado o caso de que "um fulano que era do evangelho e apoiava a chapa 2", mas que foi comprado por cem mil pelo presidente.

de tudo, a grande decepção do grupo, que não esperava a derrota, (38) pois sentiam-se seguros do voto dos trabalhadores.

Mais de um mês após a eleição, na abertura de reunião de avaliação com a participação de todos os ativistas da oposição juntamente com representação de todas as assessorias e apoios, o candidato derrotado abre a reunião perguntando-se:

*"Por que chegou ao ponto em que chegou?"*

Contudo, não faltou ânimo para uma avaliação até distanciada, tentando entender os diversos fatores, externos e internos à própria oposição, que pesaram nos resultados.

Entre as variáveis, que podemos considerar independentes da capacidade organizativa do grupo OS, consideramos o quadro das forças presentes no município: de um lado os proprietários a prefeita, o padre, e, naturalmente o presidente do STR; do outro lado, os trabalhadores, as freiras e a incipiente organização de comunidades de base.

A ação direta da prefeita Denize Cruz foi registrada através de depoimentos como este:

*"No dia das eleições deu licença para distribuir merenda escolar na casa do presidente do sindicato.*

*Ela não fazia política aberta, porque temia desgostar as freiras, pois na política passada para prefeito nós (as comunidades) apoiamos a sua candidatura pelo PMDB. E ela sabe que as CEBs têm força política muito grande embora não chegue a ser uma força de decisão".*

*(relatório de reunião de comunidade - 1985)*

(38) A chapa 2 perdeu por 237 votos; 419 votos ganhos pela chapa 2, contra 656 da chapa 1.

O nível de organização popular consta entre os fatores de fragilidade da OS: as próprias irmãs apontam justamente o fato de não ter-se consolidado ainda (no espaço de 4 anos de sua presença na cidade) a agregação do povo nas comunidades de base. Seria esta uma condição importante na organização de base, capaz de romper o isolamento e o medo, preparando os trabalhadores para o enfrentamento com a estrutura de poder (39)

Quanto ao pároco, os trabalhadores fazem notar que:

"O padre Joaquim (40) saiu de casa em casa... para dizer de votar na chapa 1".

E ainda,

"o padre Joaquim... falou brabo na Igreja proibindo as irmãs falarem em política (entendendo o sindicato) na Igreja".

Enquanto isso.

"no dia treze de setembro faltando dois dias para a eleição, ele em uma santa missa no Calabouço, onde tem muitos eleitores sindicais, disse ao povo que votasse na chapa 1, que a 2ª era a chapa da violência."

(39) Na Igreja de Tacima vem a tona claramente a diferenciação - interna à Igreja Católica, tratada por NOVAES (1988:266 a 326) - entre a "Igreja-hierarquia" e "Igreja-povo de Deus", cuja contradição se desenvolve após o Concílio Vaticano II e especialmente com a formação das CEBs. A Igreja-povo de Deus apoiada em Tacima pelas irmãs (que chegam no povoado de Cachoeirinha em 1977, com as primeiras "visitas missionárias", estabelecendo-se lá a partir de 1981) representa, de certa forma, a divisão de classe entre "os poderosos" - dentre os quais está incluindo, conforme análise das próprias irmãs, o vigário em quanto representa a estrutura vertical da Igreja, sem participação de base, desde o início dos anos 60 responsável pela paróquia de Araruna, que inclui também Tacima.

Conforme análise da realidade feita pelas freiras em 77 "a Igreja se encontra no poder do padre e de uma velha.

"A Igreja 'oficial' é forte demais. Os pobres são humilhados. São relegados e não merecem crédito dos 'poderosos eclesásticos'. Dizem que os pobres não sabem de nada e que o seu trabalho não vai pra frente". Na perspectiva da teologia da libertação, as freiras "animadoras da caminhada do povo", colocam-se do lado dos mais "fracos", com os quais

(40) O padre Joaquim em sua juventude foi o fundador do vizinho STR de Araruna em 1962, sucessivamente extinto pela repressão e fundado novamente na época do FUNRURAL.

A "violência" de que fala o padre Joaquim refere-se à ação de resistência (que os interesses patronais tratam como "invasão") dos arrendatários da Fazenda Vazante, contra a expulsão da terra, após ser vendida pelo antigo proprietário (cunhado da prefeita do município).

Como já tivemos oportunidade de trazer à tona anteriormente, a presença na chapa 2 de moradores da Vazante fez que a chapa ganhasse o apelido "chapa da invasão da Vazante".

Por seu lado, o presidente do STR, aproveitou eficazmente do apoio da prefeita, tanto que

*"o pessoal entrava em casa do presidente e pensava que estava entrando na sede, tinha mais gente na casa do presidente do que na sede". "... Receberam um café e a orientação de votar na chapa 1 e passavam para o sindicato diretamente através do quintal da casa".*

Aproveitou ainda, para sua campanha, argumentos que podiam ter peso na mentalidade tradicional dos trabalhadores, como o medo do novo e desconhecido e a cultura da retribuição dos favores. Conforme depoimentos dos trabalhadores, utilizava-se o seguinte discurso para desmoralizar o candidato da chapa 2 :

*"Ele é de fora, é comunista e vai levar Tacima para o abismo, e não é bom deixar o que já se conhece, e está no sindicato há muitos anos para um desconhecido."*

Ele argumenta também com os aposentados, "que foi ele a arranjar a aposentadoria deles e que a chapa 2 vai tirá-la."

Não há como negar que as repercussões dessas afirmações junto aos trabalhadores, numa relação personalizada (41) tenham al

(Cont. 40) não é fácil, porém quebrar a desconfiança: "Tudo fizemos para provar a eles - os pobres - que estamos com eles. Nada de concessão. Nada de acordo. Nada de comércio."

(Relatório ao Conselho Pastoral da Diocese de Guarabira, 1982).

(41) Como o pessoal da chapa 2 reconheceu, o presidente trabalhou inteligentemente na campanha, com visitas de casa em casa.

cançado o objetivo desejado.

Certamente os aspectos da cultura camponêsa de "*respeito às autoridades*" (entre as quais é considerado um presidente de STR), acatando sua "*palavra*", podem explicar a atitude do tesoureiro de STR, que - mesmo fazendo parte da chapa de oposição - aceita assinar recibos como tendo recebido da mão do presidente o valor em dinheiro correspondente a mensalidade atrasadas de 277 sócios que de fato nunca recebeu, o que significou garantir sem ônus esta quantia de votos para a situação. Comportamento que, numa avaliação benévola da oposição, é assim interpretado:

*"O compadre não sabia seu valor e se considerava como funcionário e não falava".*

Sem retomarmos aqui a análise sobre as alianças entre as forças externas à classe trabalhadora, queremos lembrar que a existência dessas alianças é conhecida pelos trabalhadores, no momento em que afirmam por exemplo:

*"Todos os patrões estão a favor da chapa 1, sem discriminação de partido (...) os comerciantes não perdem oportunidades para ridicularizar a chapa 2 e apoiar o presidente".*

Passando à avaliação do aspecto da organização, o grupo de oposição toma em consideração, entre os fatores, a forma de propor aos trabalhadores condições legais para exercer o direito de voto e o processo de condução da campanha junto aos trabalhadores.

Utilizando uma prática clientelista típica da política brasileira, onde o direito de cidadania depende de mediadores políticos, é tradição que os eleitores esperem a atualização de documentação necessária (pagamento das mensalidades atrasadas) para exercer o direito de voto como dádiva, fazendo parte das obrigações de quem procura seu voto.

Desse modo parece óbvio que também uma oposição sindical interessada na mudança tenha que lançar mão deste expediente,

precisando portanto arranjar recursos financeiros para "*colocar em dia*" as carteiras dos associados. Neste sentido, a oposição avalia, de um lado o trunfo do presidente do STR em ter conseguido "por em dia" tantas carteiras sem gastos; por outro lado, apesar da OS ter enfrentado os custos de atualização de 407 carteiras, reconheceu seu erro em não ter trabalhado para ampliar o número de novos sócios, fato que teria sido bem menos oneroso. Além de favorecer a mudança, criando nova base eleitoral entre pessoas abertas a propostas não tradicionais (notadamente jovens e mulheres). Reconhecem também terem menosprezado o contato com os velhos aposentados, que, assim, votaram fielmente em quem "*eles arranjou*" a aposentadoria.

Outro aspecto que contribuiu na oscilação da adesão popular em direção a uma ou outra parte em disputa, foi o medo do imprevisível, propagado entre os trabalhadores pelos detentores do poder.

De acordo com o que afirma NOVAES (1988,248) "O poder persuasório (...) menos no que é dito e mais em quem diz."

Neste sentido, parece ter sido muito maior o poder do medo da possível reação do poder local ao discurso inflamado com que a oposição procura responder às intimidações dos poderosos - numa situação de enfrentamento e medição de forças - do que o poder persuasório das ponderações que devem ter sido apresentadas aos trabalhadores por ocasião das visitas domiciliares realizadas pelas freiras e componentes da oposição.

Com efeito, na avaliação reconheceram ter falado "*muito forte*" nos discursos de praça, favorecendo desta forma o jogo do medo. Se há quem ache que foi correto dar uma demonstração de força aos ricos que os estavam intimidando, há quem considere que :



"Precisa ser mais maneiras para atingir os fracos e os fortes"

Já que

"os poderosos botaram na cabeça (dos fracos) o medo".

Ao mesmo tempo se dão conta de que a postura de enfrentamento não fortaleceu a oposição:

"A agitação de nossa parte atropelou um pouco; aquelas assembleias na frente do sindicato não foram muito boas, acordavam os fazendeiros",

Chegando até a afirmar:

"de nossa parte foi uma agitação total, em vez de conscientizar".

Nesta altura se dão conta de que o presidente junto com sua mulher sabem fazer campanha:

"Ele passou de casa em casa para recolher a informação de quantos moravam fora".

e assim, convidá-los para virem a votar e visitar suas famílias (naturalmente às custas do sindicato) (42).

Entretanto, apesar de ter começado a se organizar com bastante antecedência, o grupo de OS começou um trabalho mais capilar de visitas somente 2 meses antes da eleição. Também não foi aproveitada suficientemente a divulgação do programa que poderia ter ajudado a esclarecer melhor aos sócios as disfunções do sindicato e as propostas de mudança da chapa 2.

Apesar de tudo, vários membros da chapa fazem um balanço positivo da sacudida que a oposição provocou entre os trabalhadores:

"A campanha não foi perdida: dentro de Tacima as pessoas não sabiam nem por que pagavam o sindicato...".

Também o contato com

(42) Perguntando "A TROCO DE QUE O PESSOAL VIRIA DE FORA PRA VOTAR NO SINDICATO?" integrantes da chapa 2 explicam:

"A troca de amizade, né? Ele (o presidente) tem muito compadre, são amigos e conhecem, e vem somente para ajudar (falando dos municípios vizinhos no R.G. do Norte). Como outros que estão distantes há 8, 10 anos, morando em João Pessoa, Marí, Araruna; mas quando chega no dia da eleição seu A. paga a passagem deles e conversa com eles pessoalmente e eles vêm somente para votar na chapa 1, pra ajudar ele permanecer lá dentro do sindicato."

os trabalhadores foi considerado uma experiência construtiva:

*"A gente aprendeu bastante coisa, porque a gente andava nas casas e conversava com o povo. A campanha nos deixou mais consciente".*

Por outro lado, há quem continua profundamente decepcionado com a situação sindical:

*"Nunca mais vou pagar sindicato: a causa da derrota foi o rico enganando o trabalhador com dinheiro".*

Apesar do "cabeça de chapa" concluir a avaliação dizendo:

*"Vamos voltar nas comunidades e avaliar com os trabalhadores o que devemos fazer: Se rasgamos as carteiras ou não" ,*

o movimento de oposição passou a procurar possibilidades alternativas ao sindicato. Com o funcionamento de um moinho elétrico de beneficiamento de milho (43), começa a aflorar entre os trabalhadores a idéia de conseguir algum proveito para iniciativas comunitárias, formando uma associação de agricultores que poderia dar cursos de alfabetização e de formação e até fazer um projeto para montar um laboratório de análises clínicas.

Enfim, todas essas idéias em gestação, que - motivadas pela dureza de se levar à frente o trabalho de mudança dentro da estrutura sindical, em condições tão adversas - encontravam certo respaldo também nas assessorias, abrem espaço para o esmorecimento do movimento de oposição.

Será somente dois anos mais tarde que, a partir de novo impulso dado pela CUT e pelo MMT, toma vida um movimento de oposição sindical renovado.

(43) O SEDUP apoiou um projeto para beneficiamento da produção de milho dos pequenos agricultores do município (a mesma iniciativa foi realizada em outros lugares no Brejo, junto aos STRs), como forma de diminuir a exploração comercial e a dependência do mercado e, ao mesmo tempo, fortalecer a organização dos pequenos produtores nos sindicatos renovados ou movimentos de oposição sindical.

Não é nosso objetivo avaliar se os fatores externos e internos, apontados como responsáveis pela derrota na avaliação da oposição, tenham sido de fato os elementos determinantes. O que é importante não é tanto verificar a justeza de suas análises quanto indagarmos acerca do significado da conjugação de fatores que intervêm num processo de oposição sindical.

## 2. CHAPA 2 1988: UMA MULHER NO SINDICATO

Embora a participação das mulheres no Movimento Sindical Rural da Paraíba apresente elementos de destaque com relação à outras realidades brasileiras, seja na cidade como no campo (1), e tenha também figuras marcantes na direção de STRs - como foi Margarida Maria Alves (2) - a exigência do direito à sindicalização das mulheres é um fato muito recente.

(1) Conforme pesquisa realizada por Paola C. GIULIANI (1987) na Paraíba, analisando 35 STRs no período 84-88 em 57% destas entidades havia a presença de mulheres nos cargos de direção: 2 como presidentes, 4 secretárias, 6 tesoureiras, 14 conselheiras fiscais. A mesma autora explica ainda que: "Nas diretorias que se renovam no período 85-86, temos 70% das entidades que incorporam dirigentes mulheres". Contudo, a mesma observa que são poucas as mulheres em cargos efetivos de direção aos quais elas têm acesso, na maioria dos casos, como substitutas, embora sejam sucessivamente eleitas para continuar na direção: "As mulheres inserem-se basicamente no CONSELHO FISCAL, sucessivamente são TESOUREIRAS e SECRETÁRIAS. As presidentes suplentes são mais numerosas do que as titulares." (GIULIANI, 1987: 39/40).

(2) Margarida Maria Alves: foi presidente do sindicato de Alagoa Grande, no Brejo Paraibano de 1973 até 83, quando foi assassinada em sua casa com um tiro de espigarda 12 no rosto, em 12.08.83, a mando dos usineiros e senhores de engenho do Brejo Paraibano, conhecidos, como "Grupo da Varzea". A violência teria sido motivada pela atuação combativa da líder sindical, uma das primeiras a utilizar ações legais do STR contra o patronato local (Usina Tanques e outros senhores de engenho do município). Na época do assassinato o STR de Alagoa Grande teria já 70 ações na Justiça, em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, especialmente os salarizados canavieiros. Margarida entrou na direção do STR como substituta sendo eleita em seguida por repetidas vezes. Era também membro da diretoria do CENTRU. Era agricultora, 44 anos. (Cf. NOVAES, 1987: 159, NOVAES J.R. 1984, TOSI 1988)

A questão se insere entre os elementos de novidade do "novo sindicalismo". A mudança na "relação FEMINISMO-SINDICALISMO" é viabilizada na década de 80 pela nova conjuntura nacional que leva a "ampliar as funções e o papel de defesa econômica (das entidades sindicais) para a defesa dos direitos sociais e políticos, (de forma que) a "questão feminina" e a participação política das mulheres trabalhadoras na estrutura sindical" entram a fazer parte do debate.

"A ampliação dos direitos e a proposta para uma participação da base (nos sindicatos) fez com que as mulheres se sentissem cada vez mais encorajadas a continuar a luta por seus direitos específicos." (GIULIANI, 1987: 11 seg.)

A partir de 79, vários encontros e congressos de mulheres trabalhadoras de diversas categorias realizam-se em todo o país e aumenta a participação das mulheres, bem como a ocupação de cargos nas direções sindicais.

A luta pela sindicalização das mulheres rurais começa, já desde 1984, articulada, na região do Brejo, (3) pelo MMT - Movimento de Mulheres Trabalhadoras - encontrando inúmeras dificuldades por parte da estrutura sindical mais tradicional e até por falta de antecedentes jurídicos no encaminhamento desta questão, tanto que a experiência acumulada pelo MMT, ainda hoje, é de grande utilidade para apontar soluções, inclusive para outros estados. (4)

(3) Utilizamos a denominação "Brejo" - que, geograficamente, corresponde a uma micro-região da Paraíba - no sentido comum ao movimento sindical da região e ao MMT, referido a área de abrangência de suas atividades, que inclui também parte das micro-regiões do Curimataú, Piemonte, Agreste, etc.

(4) Cf. "Passos para a Sindicalização da Mulher" - MMT/CUT - Secretaria da Mulher da Paraíba, 1986.

Em nível nacional, o IV Congresso dos Trabalhadores Rurais de maio 1985, vem reforçar a luta das mulheres com uma resolução que diz respeito à participação sindical da mulher - cuja elaboração contou inclusive com a participação de mulheres do MMT - e que, finalmente, reconhece a mulher "*pequena produtora independente*", como "*TRABALHADORA*" igual ao marido e, portanto, com direito a se associar no sindicato, mesmo que o esposo já o seja. (5)

Por outro lado, os numerosos casos de inserção das mulheres nos STRs Paraíbaos podem ser interpretados sob o ângulo do sindicalismo de tipo "*tradicional*", enquanto ocupam "cargos que exigem o desempenho de atividades burocráticas para manter o funcionamento da máquina administrativa." (GIULIANI, 1987: 43).

Entretanto, não resta dúvida de que, em determinadas situações de modificação do sindicalismo tradicional, "a renovação de muitas diretorias resgata um novo significado, mais propriamente político, da participação das mulheres na diretoria." (idem)

Há várias indicações de que a candidatura de uma mulher para a presidência do STR de Tacima reveste vários significados no contexto da problemática acima apresentada. (6)

(5) Cf. em anexo: - "*Participação das Mulheres no STR*" - Congresso MMT/CUT-Pb Secretaria da Mulher.  
- Resolução do IV Congresso dos Trabalhadores Rurais a respeito da participação sindical da mulher.

(6) Mesmo no discurso mais popular percebe-se o sentido político da representação que os trabalhadores - e especificamente as mulheres - esperam com a mudança de direção sindical:

"O povo diz: 'Agora aquela mulher tira aquele danado' - chama logo de 'danado' com o outro (o presidente). A mulher é muito decente, agrada a todo o mundo criança como adulto ... que ela é trabalhadora e vai 'apunir' (= amoiar) a classe dela. Que, a gente não 'apunir' a nossa classe, o que é que agente vai 'apunir'? A classe dos outros? Eles 'apune' a classe deles, que é os rico, né? mais o sindicato é do povo..."  
(mulher do MMT, integrante da chapa de OS de Tacima-set.88)

"Hoje, tendo à frente ela como mulher, têm mulheres no sindicato, dando mais vez às mulheres, dando mais força às mulheres... que, antigamente, o

Se o consenso, bastante amplo, à candidatura de uma mulher (7), oferece vários elementos interpretativos de tipo tradicional (capacidade de agradar, fidelidade, capacidade de trabalho, etc) e, portanto, até certo ponto, funcional à estrutura e à imagem da mulher como ser social menos agressivo - "o povo está dizendo que ela vai ganhar porque é boa criatura" - é verdade também, que este caso representa, ao mesmo tempo, uma novidade na participação política da mulher.

Trata-se de uma mulher que conseguiu sindicalizar-se só recentemente (janeiro 88) a partir da luta do MMT, e que não tem portanto, algum tipo de experiência de participação no sindicalismo "tradicional", e sim de participação social. Seu primeiro espaço fora da família foi nas CEBs, passando em seguida ao grupo de mulheres da Pastoral Rural, a partir do qual se desenvolve a experiência autônoma do Movimento de Mulheres Trabalhadoras .

*"Neste primeiro encontro que eu participei (1982) sobre os direitos da mulher, eu comecei a amar minha vida e este foi um pri*

(Cont. 6) *sindicato era só mais dos homens ... as mulheres ficava pra trás (e a gente vê as mulheres um passo mais atrás dos homens). Hoje, aqui, é homens e mulheres reunidos através do sindicato".*

*(Mulher da OS - reunião de avaliação do desempenho da campanha - 10.09.88)*

(7) *"Andamos de casa em casa... conversando com os trabalhadores. Sempre eu pergunto e eles dizem que estão muito animado com a mulher, que na outra (eleição) não votou, mais que agora vai votar com a mulher. Eles diz que acha uma pessoa legal, uma pessoa calma e que gostou do jeito dela ..."*  
*(Mulher do MMT recém associada ao STR - reunião de avaliação da campanha de OS - 10.09.88)*

*E ainda:*

*"Ela sendo mulher, a gente tem mais condição de falar com ela, não se acanha ..."* *(outra mulher recém associada ao STR, na mesma reunião)*

*"A diferença que eu achei (em relação à campanha anterior de OS) foi muito grande. Eu passei em muitos campos, na outra eleição, sabe? Eu saía com a cabeça quente, porque o povo dizia tanta coisa ... No mesmo pessoal, nas mesmas casas, eu passei agora com B. (candidata a presidenta). Já passei duas vezes. Quando chegamos na casa, a coisa era muito diferente: o povo abraçaro ela..."*

*(Um trabalhador socio do STR de Tacima, reunião de avaliação da campanha de OS, 10.09.88)*

meiro passo. Depois eu comecei a dar importância a mim mesma, a me valorizar, a me sentir gente, a achar que a vida é um dom de Deus, que a vida era importante e que eu deveria ter coragem de enfrentar os problemas que surgissem pela frente. E daí eu já comecei a perder o medo de enfrentar os problemas, porque antes não tinha nem coragem de falar o que eu sentia."

"A gente viu no primeiro encontro que a mulher tinha uma grande contribuição, que não só o marido participasse, mais que ela também começasse a participar, porque na hora de repartir o pão, o salário, a comida, era a mulher que mais fazia economia e fazia milagre dentro da própria casa. Então foi visto que a mulher não deveria ser deixada de lado."

"Então aí a gente começou a se reunir nas bases, lá no sítio mesmo, visitando outros sítios vizinhos e começava a colocar o problema da mulher..."

(Mulher do MMT, candidata a presidência do STR de Tacima pela chapa de OS - Julho 87)

A partir da abertura de horizontes, na relação entre comunidade local e realidade mais ampla, se dá o engajamento desta (\*) mulher no Movimento de Alfabetização Popular (8) - participando de momentos formativos e prestando serviço como monitora no povoado vizinho - e também na luta pela terra, já que pertence a uma das 43 famílias que procuram sobreviver na "área de conflito" da Vazante, participando, ainda, do conjunto de iniciativas regionais em defesa do direito à terra.

(8) Iniciativa promovida pelo SEDUP Guarabira e articulada em nível regional, baseada na prestação do serviço gratuito para a alfabetização dos adultos "engajados na luta".

(\*) É uma agricultora de 32 anos, mãe de 7 filhos. Conseguiu concluir o 1º grau já adulta (curso supletivo noturno), prestando, em seguida, serviço voluntário na comunidade como alfabetizadora de adultos (alfabetizando, inclusive o marido). Por um certo período trabalhou como professora municipal, sendo despedida pela Prefeita quando assumiu a liderança da greve das professoras municipais em 1987. Viveu, junto à família paterna, a experiência da expropriação da terra: (o pai, pequeno produtor com 80 has. acabou ficando com apenas 1), e hoje luta com sua própria família para permanecer na terra em conflito na Fazenda Vazante.

"Comecei a participar do dia internacional da mulher, depois eu comecei a me deslocar... Participei de encontros em João Pessoa, fui em Brasília e em Recife... Depois do encontro estadual... várias reivindicações foram feitas e aprovadas no ato público e daí a gente ficou já com o compromisso de levar em frente mesmo as reivindicações, para ser entregue ao Ministro da Justiça, ao Ministro da Educação, ao Ministro da Reforma Agrária, que era Dante de Oliveira naquela época... visitamos o Conselho dos Direitos da Mulher em Brasília..."

"... O treinamento do Movimento de Alfabetização Popular muito me ajudou para despertar para a realidade... A gente discutia também dos problemas, porque era preciso que os nossos companheiros aprendessem a ler para não ser mais enrolados"

"... Não era que a gente fosse resolver os problemas dos analfabetos, mas que a nossa luta organizada nos sindicatos e movimentos de mulheres deveria se preocupar com as pessoas que não sabem ler e que tem tanto a contribuir com a luta."

"Me considero mais agricultora de que professora. Como agricultora, a luta que a gente tem participado junto com as companheiras é os conflitos de terra, porque a gente chegou à conclusão de que a mulher quando ela quer, vai mesmo em frente, não fica parada não, quando ela vê o problema e sabe que dá pra enfrentar, enfrenta. Lá mesmo na Vazante, no primeiro mutirão que a gente fez, a gente viu que as mulheres eram maioria..."

Com as eleições políticas de 86, se dá a oportunidade do engajamento partidário para a mudança.

"Estou engajada porque na nossa comunidade já estavam revoltados porque se não fosse fundado o PT eu acho que a gente não teria nem votado com tanta revolta do PMDB, da prefeita de Tacima... (em 86) tivemos uma grande vitória, mais de 400 votos aqui em Tacima para o PT."

Mas é no âmbito do movimento de Mulheres que - ao mesmo tempo em que se encontra como pessoa e mulher - são postas as



condições para a militância sindical e as mais diversas formas de expressão como sujeito de direitos sociais e políticos.

*"A mulher precisa de igualdade e ela precisa ainda mais contribuir na luta pelos direitos, na luta por tudo quanto é de melhoria para a sua situação financeira. Porque a gente chegou a conclusão que não é só o homem que vai resolver os problemas. Mas se não for no conjunto, mulher e homem, jamais haverá liberdade de conseguir o que a gente quer na luta".*

É exatamente na luta para o reconhecimento dos direitos da mulher e especificamente na participação da mulher na transformação da sociedade, que se dá seu engajamento no Movimento Sindical, para a mudança das relações de classe atualmente vigentes. Uma trajetória marcada pela busca de novas relações sociais, de formas de representação direta, mas sobretudo pela necessidade de uma luta autêntica, aspectos, esses, que se identificam com a prática do "novo sindicalismo".

Por isso se engaja na primeira OS de 1985, junto ao marido que integra a chapa como suplente.

*"...A gente viu que [o presidente] é daquele que faz acordo com os patrões, não está visando nada pro trabalhador, não está representando a nossa classe, e a gente resolveu, discutimos o problema e chegou a uma conclusão de fazer uma oposição sindical."*

Dois anos após a derrota da chapa 2, avalia a importância daquele processo especialmente para as mulheres.

*"Ficou naquela de ameaça, com medo e não conseguimos a vitória. Mas a gente não se considerou derrotado, considerou uma vitória porque a gente aprendeu muito, não tinha quase experiência. Esta luta nos ensinou bastante, especialmente as mulheres que contribuíram muito, enfrentamos, só saímos de lá mesmo já depois da apuração. A gente estava lá, presente."*

É a partir desta experiência que em janeiro de 1988 esta mulher assume em primeira pessoa a militância sindical e

promove um trabalho específico de engajamento sindical com as mulheres daquela região; mais de 50 se sindicalizam a partir de um trabalho de base como Movimento de Mulheres

"Em 85 a gente não conseguiu sindicalizar as mulheres: fomos falar com ele (o presidente) no sindicato umas três vezes; mas aí eles não tomaram nenhuma iniciativa. E nós não tinha nem uma experiência da gente entrar na DRT com mandato de segurança ... a gente não sabia que existia isso. A partir das outras lutas, de Araruama, de Caiçara, onde as mulheres se movimentaram e conseguiram se associar aos sindicatos, onde os presidentes eram pelegos e não aceitavam, né? A partir dessas experiências foi que a gente conseguiu esse ano [1988] sindicalizar mais de 50 mulheres; ainda ficou mulheres pra se associar, mas aí teve esses problemas...venceu o prazo e a gente não tinha material (9) e tinha ocasião que faltava nos outros sindicatos...ficou muito jovem, também..."

A escolha de entrar na chapa de "Oposição Sindical" foi em janeiro 88:

"Seu Manoel<sup>(10)</sup> colocava pra mim que desde a campanha passada já se pensava no meu nome pra sair como candidata agora...Eu estava até na reunião das mulheres, cheguei aqui no povoado e tinha essa novidade "levantaram seu nome pra sair como candidata na cabeça de chapa..." Eu disse: "mas eu acho que você tem que pensar outro nome, porque eu não sou nem associada ... ainda tem esse problema, estou tentando ..." "Não, mas está decidido e não tem outra pessoa não, e a gente já avisou seu nome..." E chegava em Cachoeira, a mesma coisa, em Tacima, a mesma conversa.  
Daí eu levei o assunto pro Movimento das Mulheres (...) "Você vai enfrentar, é importante, a

(9) O último recurso da situação para impedir a associação é alegar a falta de fichas e carteirinhas (fornecidas pela FETAG), material que a 'Oposição Sindical' arranhou, em parte, com outros STRs.

(10) Um dos 3 da 'Oposição Sindical' anterior que continuaram.

gente defende a participação da mulher no sindicato... nós damos força, nós ajudamos..." Foi uma rodada assim e todas se pronunciaram a favor. Ainda ficou pra mim decidir, mas eu pensei assim: a gente que está no movimento, que está nas lutas ... já que os trabalhadores estão querendo, a gente tem que aceitar mesmo, não é muito fácil a decisão, mas a gente tem que ficar disponível mesmo e tentar tudo, né? Foi muito difícil a decisão de ficar mesmo como candidato..." Discutimos a questão também em casa ... que eu já tinha muitas tarefas... No final, qual é nosso objetivo mesmo nessa luta? Não é defender os trabalhadores? Na hora que os trabalhadores lhe escolhem, você pode dizer não? Como é que eles iam confiar mais na pessoa da gente?...

O grupo que forma a oposição de 88 é em sua grande maioria "novato": só 3 da campanha de 85 integram a chapa (2 homens e 1 mulher engajados nas CEBs ou na luta pela terra) e, desta vez também, incorpora-se um elemento da situação (o secretário: homem já de idade, membro da mesma comunidade da candidata a presidente, interessado na mudança, mas figura inexpressiva na "luta"). A candidatura de mulheres passa de 2 a 5, sendo 3 delas em cargos efetivos: presidente, tesoureira e conselheira fiscal. O maior problema, quando se trata de compor os cargos na chapa, é encontrar gente que saiba ler e escrever (11).

Além de renovada em sua composição (12), a chapa adota uma linha de condução da campanha desvinculada dos esquemas tradicionais, como comícios, assembléias e toda forma de confrontação direta, procurando ganhar o consenso dos trabalhadores não pela medição de forças e sim pelo diálogo informal que cria relação pes

(11) Vale ressaltar que, sondagens feitas no campo paraibano indicariam um nível de escolaridade maior entre as mulheres do que os homens.

(12) Este fato, não é sem problemas para a condução da campanha: sendo indicativo de certa perda de liderança das figuras centrais

soal, quebrando a desconfiança e no qual fazer entender a necessidade de mudança. Boa parte da campanha é realizada pelas mulheres, uma vez que as que se associam, são estimuladas nas reuniões do MMT a assumir sua militância e, neste âmbito, se organiza a distribuição de tarefas, avaliações, etc.

"Nosso assunto na reunião passada foi sobre a participação da mulher no sindicato, onde a gente, no final, vimos que nossas companheiras que estavam presentes, tinham tirado seu sindicato, estava associada, e saímos daqui com um compromisso, de se deslocar nos nossos sítios e até fora dos nossos sítios, para trabalharmos no sentido da mudança desse sindicato do nosso município ... Agora, é pra fazer um balanço ..."

"Nós encontramos gentes na estrada, vindo do roçado, paramos e conversamos com eles."

"A gente entrou na casa de farinha lá na Barra, e conversou com os trabalhadores, né? e as mulheres de uma em uma e organizemos as mulheres."

"No açude que tem lá em Tacima, onde essas mulheres todas lavam roupas ... a gente lava roupa e chega lá e vamos organizar as mulheres para a chapa 2 ..."

"A caminhada de casa em casa: a gente faz muito isso, um trabalho muito miúdo, a gente fica de casa em casa conversando com o pessoal. Com isso a gente aprendeu muito: aprendeu que andando de casa em casa o pessoal fica à vontade, confia na gente, chega a dizer pra gente que as pessoas da família do atual presidente é muito unida, mais não está dando conta, porque o pessoal está vendo que não estão fazendo nada pelo trabalhador, e dizem que vão ficar com a chapa 2. 'Agora, a senhora faça segredo, viu? não converse para o povo, né?' Com isso, a gente aprendeu muito. Antigamente a gente fazia reunião, mais acontecia que só vai uma parte de gente, vai mais gente que não é sócio, do que sócio. E nas casas, a gente conversa com todo o mundo: é os jovens, os velhinhos, as mães de família, né?"

(12) Cont.: da campanha anterior, reflete uma divisão interna aos trabalhadores que tem a ver também com a concepção sindical das assessorias que acompanham uma ou outra parte, mesmo no âmbito da Diocese local.

E a gente vê que, quando passa o recado pa  
ra ela, ela fica para transmitir para o espô  
so ... Então, o papel da mulher é muito im  
portante desde que seja uma pessoa conscien  
te ..."

"A gente tem que conversar, tem que mos  
trar por que nós estamos na chapa 2, qual a  
nossa finalidade ... A gente não falava de  
seu A. (o presidente), nem falava contra ele,  
mas contra a má administração que ele fez  
no sindicato, e o pessoal entendia ..." (São  
citados casos em que no final da conversa,  
as pessoas chegam a admitir casos pessoais em  
que não houve defesa dos seus direitos).

"Todo mundo diz: 'que campanha bonita que  
ela faz!'. Por que, ela não fica falando...  
Por que a gente tem que defender o trabalha  
dor e, por isso, não precisa fazer campanha  
difamando ... conta a verdade na precisão.  
Mas a gente vê que a campanha dela é muito  
limpa e o pessoal gosta de ver..."

"Fizemos uma equipe de pessoas para reto  
mar essas carteirinhas que não estavam em  
dia (atualizar as mensalidades de sócios),  
e a gente ficou com uma rua, outro ficou com  
outra rua, e a gente deu uma contribuição...  
A gente precisa de um sindicato que seja na  
mão dos trabalhador..."

(Reunião das mulheres do MMT para avalia  
ção da campanha da chapa de oposição num  
povoado do município de Tacima 10.09.88)

Dos depoimentos pode-se inferir que 'o povo' não gosta de atitu  
des agressivas, especialmente quando referidas às pessoas com que  
mantém relações de "amizade".

Vale aqui ressaltar - entre os aspectos metodológicos da ação  
das mulheres da 'oposição sindical' - a capacidade de reconhecer e  
respeitar a cultura popular e, ainda, de preservar as relações  
pessoais de conflitos políticos.

Pode-se observar ainda importância para estas mulheres de participar pela  
1.<sup>a</sup> vez na campanha de 'oposição sindical'. Tinham estado, até então,  
geralmente afastadas da participação social e política: agora cres

cem em relacionamento social, assumem atitude propositiva com relação ao marido, tornam-se sujeitos de mudanças, saindo de seu isolamento.

O movimento de oposição sindical é fortalecido na prática participativa pela própria metodologia do MMT e se vale também da experiência anterior para efetivar uma prática mais coerente com a realidade local e a cultura dos trabalhadores da região.

Quanto aos meios de comunicação de massa (rádio e serviço de som), são utilizados apenas para avisos de esclarecimento aos trabalhadores na fase final da campanha e, após a eleição, para manter vivo o interesse dos eleitores, passando as informações necessárias, a fim de evitar a confusão e o medo.

Estabeleceu-se como prioridade procurar novos sócios, sobretudo entre as mulheres e os jovens, categorias pouco presentes no movimento sindical rural, conseguindo "*tirar 150 carteiras*".

Conseguir novos sócios "*conscientes*" em pouco tempo, às vésperas das eleições<sup>(1)</sup> e ainda mais "*driblar*" as suspeitas do presidente que deveria assinar as carteirinhas - foi uma tarefa complicada; da mesma forma, não foi fácil persuadir os sócios a pagar a mensalidade de um sindicato no qual não se reconheciam mais. Foi preciso arranjar recursos para cobrir os custos de fotografias e documentos e organizar uma tática de encaminhamento ao STR para não "*levantar suspeita*" em relação à chapa 2. Prevendo que o presidente recusasse a associação, como já havia ocorri-

---

(1) O prazo legal para que um novo sócio possa votar é de 6 meses antes do dia da eleição. A campanha para conseguir novos sócios, portanto, foi necessário com bastante antecedência em relação a definição até da composição da chapa.

do, a oposição orientou os novos sócios a irem ao STR de três ou quatro, apresentando-se juntos de forma casual, mas garantindo assim a presença de testemunhas na eventualidade de recusa e portanto, de sucessiva denúncia a ser feita no Ministério do Trabalho.

Naturalmente, levando em conta as dificuldades econômicas dos trabalhadores, se fez necessária uma ajuda financeira para atualização das mensalidades dos que estavam em atraso, sobretudo porque era muito grande o número de pessoas que haviam deixado de pagar após o pleito anterior.

Embora tivesse sido discutido o direito dos sócios a proclamarem uma anistia das dívidas atrasadas em decisão assemblear, considerou-se a inviabilidade de se realizar uma assembléia representativa, capaz de homologar esta decisão, naquele momento. Contudo, os recursos à disposição da oposição foram suficientes para ajudar a por em dia 200 carteiras.

É interessante fazermos alguma observação a respeito da postura do poder municipal com relação à chapa 2. A Prefeita, desta vez, fez campanha aberta contra a chapa 2, pedindo - no dizer do povo "*até pelo amor de Deus*" que não votassem "*naquela mulher*". Vale lembrar que na história recente de enfrentamento entre a "*cabeça de chapa*" da oposição (naquela época também professora municipal), e a prefeita: houve em 87 uma ação de reivindicação de aumentos da gratificação dos professores, serventes e merendeiras municipais<sup>(2)</sup>, que culminou com a demissão de nove pessoas (entre elas, a candidata a presidente pela oposição sindical), seguida por ação na Justiça do Trabalho, até hoje em andamento.

Entretanto, os patrões não se fizeram presentes, tanto que o povo comentava que eles "*não investiram como prometeram*".

(2) Em agosto de 1987, a gratificação destes funcionários municipais correspondia aproximadamente a 10-15% do salário mínimo da época.

Em reuniões da oposição, avaliando o andamento do processo eleitoral, houve alguns participantes informando que "algum mê dio proprietário teria dado ordem aos seus moradores de votar na chapa 2". Resta saber até que ponto um fato desta natureza, o qual todos estranharam, não representa na realidade uma posição partidária ligada ao momento específico de situação pré-eleito ral política.

Não é nosso objetivo avaliar o peso específico de cada um dos fatores até aqui levantados, e, ainda menos, avaliar o desempenho das campanhas de 'oposição sindical', nem as mudanças que poderiam ocorrer a partir do desfêcho eleitoral. Contudo, cre mos ter encontrado elementos que contribuem na compreensão da dinâmica social do processo de luta sindical em um novó contexto que pode ser caracterizado como de transição da estrutura sindi cal vertical para uma prática sindical horizontal.

Resta saber, porém, - e só o tempo poderá dar elementos a respeito - qual o desenvolvimento da questão da autonomia sindical, na relação dos sindicatos com o Estado com as Fede rações que, graças aos recursos dos projetos governamentais (con seguidos portanto fora da estrutura sindical e do Ministério do Trabalho) estão se fortalecendo do ponto de vista institucional <sup>(3)</sup>.

---

(3) Em relatório da CONTAG e FETAGs do Nordeste, avaliando a relação entre Projeto Nordeste e movimento sindical, é consenso entre participantes do movimento sindical que as Federações conseguiram recursos para se equipar, melhorar sua infraestrutura, adquirir veículos, e pagar pessoal de assessoria, graças aos recursos do PAPP/Projeto Nordeste. (Relatório do 2º encontro das FETAGs do Nordeste sobre o PAPP-Salvador, 15/17.12.87 pag. 7)



Com a nova Constituição abriu-se a perspectiva do registro dos sindicatos como entidades de direito civil, podendo, desta forma, se desvincular da estrutura vertical ainda vigente. É o que está se fazendo em Tacima, levando em conta, inclusive, a urgência de uma nova regulamentação para a próxima eleição da diretoria do STR, não mais dirigida pela DRT.

Entretanto, a busca de ocupação de espaços continua. De um lado a FETAG está orientando seu grupo para concorrer às próximas eleições (importantes para definir, enfim, os rumos do próximo triênio) e formando uma chapa integrada por figuras mais jovens e politizadas, junto ao antigo presidente.

Por outro lado, a fundação de uma "Associação de Pequenos Produtores" na Fazenda Vazante (a "área de conflito" finalmente desapropriada) - estimulada pelos técnicos do Projeto Nordeste como condição para financiar um eventual projeto agrícola - levou três membros da OS, moradores da Vazante, a se retirarem dos quadros para eleição sindical. Assumindo a direção da recém-formada associação, não teriam tempo de se dedicar ao sindicato. Entretanto, a possibilidade de realizar o "projeto de assentamento" para a área desapropriada sob a responsabilidade do STR, não foi levada em conta pelo Grupo de Pastoral que "acompanha" as lutas pela terra. A este propósito, voltam à tona seja o interesse preferencial da Igreja para a questão "terra" em relação a questão sindical, seja a orientação do Projeto NE para as associações desvinculadas do movimento sindical.

Enfim, a associação pode representar o espaço alternativo para o antigo "cabeça de chapa" da oposição sindical de 1985 exercer sua liderança. Os "trabalhadores da comunidade" da Vazante, frente às "novas questões: 'participar' através da comunidade ou

do sindicato? (...) Adotar ou defender formas de encaminhamento próprias ao campo sindical ou pautar-se por aquelas que são re conhecidas como mais próprias da Igreja?"(NOVAES, 1987:341/42), não estão ainda totalmente definidos.

A relação que se estabelecerá entre Associação e Sindicato - de colaboração, de oposição, de paralelismo - dependerá da influência dos diferentes campos de força e da naturidade na compreensão da questão sindical adquirida por esses trabalhadores.

## CRÔNICA DA ELEIÇÃO SINDICAL DE TACIMA 1988

No domingo 25 de setembro de 1988, se realiza finalmente uma nova eleição sindical no STR de Tacima, disputada mais uma vez por duas chapas.

A eleição é centralizada na cidade, onde funcionam 4 urnas, apesar da Oposição ter solicitado transferência de urnas para as localidades rurais, a fim de facilitar a grande maioria da população votante, que não encontra facilmente transporte e não tem recursos para se locomover.

Em que pese o clima de tranquilidade que antecede e acompanha o pleito (que em nada lembra o clima de animosidade da eleição de 1985), cada sede eleitoral é controlada por soldados da Polícia Militar, requisitados pelo poder municipal (administração PMDB). Os mais informados evidenciam a contradição entre esta interferência e o novo clima constitucional de autonomia sindical, já difuso em nível nacional.

Percebe-se entre os trabalhadores certo acanhamento pela ostensiva presença policial. Entre as lideranças da "Oposição Sindical", o clima já é mais tenso, tendo clara a imediata percepção das irregularidades que vão se multiplicando durante o dia e que vêm desde antes, tendo sido negada pelo presidente do STR a lista de votantes (exposta ao público somente na manhã do dia 25), à qual a "Oposição Sindical" tinha direito para acompanhar o andamento da eleição.

Não se registra presença dos patrões e também os políticos não aparecem publicamente, apesar da proximidade das eleições partidárias. Contudo, o movimento de transportes "carregando" eleitores é ostensivo: do lado da 'chapa 1' circulam 3 ônibus de propriedade das Prefeituras Municipais de Tacima, Araruna (muni

cípio vizinho) e Borborema (outro município da região) todos dirigidas por prefeitos PMDB; observam-se também caminhonetes com placa oficial e, ainda um carro com placa oficial do município fronteiriço do Rio Grande do Norte, Passa-e-Fica, bem como Kombi do PAPP/Proj. NE utilizadas pela FETAG.

A chapa 2 utiliza um carro particular emprestado pelo candidato a prefeito de oposição.

Dois membros da direção da FETAG, que moram na região, dois advogados e 3 assessores da FETAG, acompanham a eleição prestando apoio a 'chapa 1'. Vários sindicalistas trabalham como mesários.

Do lado da 'chapa 2', registra-se a presença de dois membros da direção da CUT-Pb trabalhando como mesários. Há também um outro sindicalista da área cutista na função de mesário<sup>(1)</sup>, um advogado da CUT e diversos sindicalistas e pessoas da pastoral observando o movimento na praça ou funcionando como fiscais (com cargo oficial ou não, tendo em mãos cópia da lista de sócios do STR de Passa-e-Fica, para controlar as fraudes) ou, ainda, em serviços de apoio e de "boca de urna", com símbolos da 'chapa 2', sendo estas, em grande parte, mulheres do MMT. Registra-se também a presença de assessorias: SEDUP na documentação fotográfica e SAMOPS (já na fase conclusiva) com dois advogados que colaboram na conclusão do momento eleitoral.

Desde o início da eleição o movimento eleitoral foi lento e muitas vezes emperrado seja por problemas organizativos das mesas, como pela impugnação de votos pela oposição. Em algumas urnas, a fila de votantes, mantida pela polícia fora das sedes eleitorais, é muito grande, de forma que, até o encerramento do prazo

---

(1) Dos 12 mesários, somente 3 são identificados como pró-oposição.

(16 hs) há pessoas que não conseguem entrar para votar ou entram na seção errada e perdem o direito de voto. A votação termina cerca das 19 hs.

A fila no sol, o cansaço, e até momentos de discussão quando os fiscais da 'chapa 2' apontam pessoas votando com carteiras de trabalhadores já falecidos, os comentários e "pilheiras" do grupo da 'chapa 1', que controla o movimento do "cafezinho" na casa do presidente, não impedem o desenrolar do dia sem incidentes, em que pese a tensão criada entre o grupo da 'chapa 2' por não ter em mãos cópia da relação de votantes com a qual acompanhar o movimento<sup>(2)</sup>. O vai-e-vem entre um ponto e outro da cidadezinha - onde estão localizadas as seções - evidencia a presença dos componentes da 'chapa 2' e da 'chapa 1' (deste somente presentes o presidente e o jovem tesoureiro).

Concluindo a apuração, às 22:55h, presidida pelo delegado do Ministério do Trabalho (da DRT de João Pessoa) "o Sr. presidente fez ver aos presentes que deixava de proclamar eleita a chapa mais votada, no caso a de nº 1, em virtude da mesma não ter obtido a maioria absoluta prevista no Art. 26 da Portaria Ministerial 3250/86".<sup>(3)</sup>

Com isso, o mesmo concluiu suas palavras de encerramento (transmitidas - como todo movimento da apuração - pelo som insta

---

(2) Não divulgar a relação de votantes é um dos expedientes mais comuns utilizados para impedir o controle do pleito, e já tradicional em Tacima, tanto que há dias a 'chapa 2' tinha - se mobilizado para conseguir tal lista - recusada pelo presidente do STR - dirigindo-se inclusive ao Juiz da Comarca em Araruna, que simplesmente disse ao grupo de se dirigir à FETAG, na capital.

(3) Da "Ata Geral de Apuração das Eleições": obtiveram-se os seguintes resultados: eleitores inscritos na lista de votantes 1.459; votaram 1.243, dos quais 69 em separado (não incluídos na lista); votos obtidos pela 'chapa 1': 647; votos obtidos pela 'chapa 2': 539; votos em branco 47; votos nulos 35; impugnados 9.

lado num carro contratado pelo STR, localizado à frente do sindicato e escutado com grande atenção por mais de uma centena de pessoas) convocando nova eleição para o domingo seguinte.

Com isso, desvaneceu-se a passeata pelas ruas da cidade, preparada pela "situação" para comemorar a vitória que dava por certa, com uma alegoria "zombando" da candidata da chapa 2.

Como era de se esperar, há reação da 'situação' revoltada com o resultado devido à falta de apenas 2 votos para o quorum necessário à sua vitória. Iniciam-se as pressões e até ameaças para que se proceda à contagem dos votos impugnados.

Conforme declaração do próprio delegado da DRT, o pessoal da 'chapa 1' não o deixa voltar logo à capital (levando consigo os votos impugnados) fazendo-lhe fortes pressões para que reconsidere sua decisão.

Na terça-feira 27, os representantes dos dois lados concorrentes são chamados na DRT para assinatura da Ata da Eleição e, contrariamente ao que havia sido proclamado em praça pública, não consta a segunda convocação da eleição.

Dando-se conta do fato, no mesmo dia, os advogados da CUT entram na Justiça Federal com "mandato de segurança" contra o ato da DRT, a fim de conseguir manter a eleição marcada para o domingo 2 de outubro.

A decisão Judicial de "liminar" é prevista para a sexta-feira, mas neste dia (30.09.88) a DRT convoca as partes para "uma reunião de entendimento", a ser realizada na terça-feira dia 04.10. Ao mesmo tempo, a emissão do parecer do Juiz é adiada para a segunda-feira. A partir disso, a eleição do domingo é inviabilizada, e o pessoal da 'chapa 2' têm que recorrer à divulgação de um folheto mimeografado e à comunicação rádio - no programa da Igreja e da CUT, aos quais os trabalhadores tem acesso gratuí

to - para avisar os trabalhadores que trata-se somente de um adiamento, tentando manter viva a confiança na possibilidade de mudança e não abrir brecha para o desânimo.

Ao mesmo tempo, a oposição se organiza para recolher "documentação comprobatória"<sup>(4)</sup> a respeito das irregularidades acontecidas durante a eleição, a ser apresentada ao Juiz Federal a fim de obter um parecer favorável e conseguir a "liminar". Organiza também um abaixo-assinado pelos sócios do STR e outras pessoas que querem testemunhar a respeito da convocação de um novo pleito para o dia 02.10, efetuada pelo representante da DRT no noite de 25.09. São recolhidas mais de 150 assinaturas.

Após autenticação das cópias no cartório de Tacima, na segunda pela manhã, alguns trabalhadores levam a documentação para o advogado em João Pessoa (a 3 hs de ônibus), juntamente com documentos fotográficos preparados pelas assessorias, a respeito da presença policial bem como de carros de serviços público, etc.

Mas o Juiz não precisou desta documentação para emitir seu parecer contrário à recontagem dos votos impugnados, já na segunda-feira.

No contato constante que se mantêm entre lideranças da oposição e assessorias e direção cutista, identificam-se os passos a serem dados em resposta às ações, imprevisíveis, do lado oposto. Ninguém quase, tem experiências a respeito deste tipo de guerra.

A partir do momento em que identifica-se como ponto cha

---

(4) *Com orientação das assessorias e CUT, a oposição conseguiu reunir a seguinte documentação: lista nominal de 65 funcionários públicos (da prefeitura de Tacima e outros) que teriam votados como trabalhadores rurais, bem como 04 proprietários com mais de 25 hectares cadastrados no INCRA como empregadores rurais; ainda, nominativos de 04 pessoas conhecidas na cidade e que estariam ausentes do município há mais de 5 anos, que também votaram.*

ve - em torno do qual montar a estratégia de trabalho - a data do término definitivo do mandato do presidente em exercício (7 de 11. 88, findando 3 anos e 1 mês após a posse), a oposição desiste de investir na convocação das eleições - que resultariam, inclusive, dificultadas pela proximidade com a data das eleições políticas - e organiza suas visitas e reuniões de base em função da convocação de uma grande assembléia extraordinária dos sócios - onde, após anos, experimentariam seu poder de decisão - e cujo objetivo seria a convocação eleitoral. A data deveria anteceder o momento da vacância, sendo escolhido um dia de sábado (05.11) como mais propício para facilitar a participação dos trabalhadores.

Aproveitam-se as visitas para organizar mais um abaixo-assinado, onde constasse ao presidente que os sócios exigem a convocação da tal assembléia extraordinária. O trabalho - em si mesmo difícil, de recolher de casa em casa assinaturas de gente semi-analfabetas, com endereço, nº de identidade e da carteira de sócio, num ambiente disperso como é a realidade do município de Tacima - encontra ainda o obstáculo do medo: muitos dizem abertamente que votaram e votarão ainda com a oposição, mas não querem declarar isso colocando seu nome no abaixo-assinado; outros apresentam desculpas que vão no mesmo sentido, e há ainda quem já rasgou a carteira do sócio do STR ou que não pagou mais sua mensalidade, não sendo mais legal sua posição, enquanto não é "sócio em dia". Enfim, antes das eleições políticas, vale o risco de se declarar? Poucas pessoas da 'oposição' assumem esta tarefa, que têm sua base de apoio na casa das freiras, onde muitos trabalhadores se dirigem para perguntar a respeito do andamento do movimento. Algumas folhas são borradas e é preciso voltar a recolher algumas assinaturas, mas no final do prazo marcado a candidata a presidente pela 'Oposição Sindical' consegue entregar a solicitação, com mais



da que os 10% de assinaturas de sócios exigidas legalmente, na secretaria do sindicato. O presidente que devia dar a resposta, não se faz encontrar. Entretanto, a '*Oposição Sindical*' já tinha decidido fazer de qualquer jeito a assembléia e tinha até montado um esquema de transporte para os trabalhadores de duas localidades mais distantes. Nesta oportunidade, a candidata toma conhecimento do '*edital de convocação*' para a segunda-feira dia 7, afixada no interior da sede (e que ninguém tinha visto) e também dentro da Delegacia de Polícia, para as eleições de uma junta governativa para o STR.

Diante deste novo aspecto da "*conjuntura sindical local*", a oposição resolve deixar de lado a reivindicação de assembléia para o sábado, tendo que canalizar suas energias para assegurar a presença dos trabalhadores no dia 7.

Como curiosidade, vale dizer ainda que, políticos do PMDB, em comício realizado na cidade naquele final de semana, se preocuparam em avisar os trabalhadores de que não fossem perder seu tempo prestando ouvido a "*hoatos*" de assembléias, enquanto o que estava previsto era somente a reconfirmação de posse do presidente, para mais um mandato.

Neste fazer e desfazer informação, o transtorno é grande para quem quer motivar os trabalhadores a participarem. O grupinho da oposição teve que refazer vistas e contatos e falar no programa dominical da CUT, assegurando que haveria assembléia na segunda e recomendando sua participação, apesar da dificuldade com relação a seus negócios da semana<sup>(5)</sup>. Apesar do anúncio, desta vez, ser realmente público, comparece somente o pessoal da oposição: dos partidários da 'chapa 1', só estava a mulher do presidente e

---

(5) Na segunda-feira se realiza a feira semanal do município onde todos vão para suas compras ou venda de seus produtos.

outro mais. O próprio presidente e o restante de sua diretoria não apareceram.

A assembleia realizou-se, seguindo todas as exigências legais, elegendo-se então uma junta governativa, inteiramente composta por trabalhadores de oposição.

"...Daí, então, a gente, com muito sacrifício... conseguiu colocar lá duzentos e dezesseis trabalhadores. Na hora que nós chegamos lá, nós combinamos uma turma ir primeiro, de pois outra... porque, se ele (o presidente) visse muita gente podia fechar o sindicato... E quando chegou a última turma ele terminou de fugir do sindicato e deixou lá na mão da gente. Então o secretário (6), que era vice dele da chapa 1, mas que estava conosco na chapa 2, tinha todo o poder de assumir quando o presidente não estivesse presente, e nesse dia, no que ele fugiu, o secretário assumiu, fez a abertura da assembleia.

Nós já tínhamos os seis nomes escolhidos (7) para ficar nessa direção de 180 dias, na direção provisória, e tá lá no sindicato essa direção funcionando no dia-a-dia, e vai haver novamente eleição... e a gente espera que esse sindicato fique de uma vez por todas nas mãos dos trabalhadores..."

(Assembleia do MMT em 16.12.88 - relato da candidata a presidente do STR 'chapa 2').

Dirigentes da CUT regional Brejo e da CUT Estadual acompanharam a condução da assembleia, dando inclusive posse à junta Governativa eleita, com o mandato de fazer funcionar o sindicato, organizar os arquivos e convocar eleições no prazo de 180 dias.

Conforme relatado em "*Carta Aberta da CUT-Pb à FETAG e ao Movimento Sindical*" sobre os acontecimentos de Tacima, tendo o presidente ficado com as chaves da sede, os trabalhadores resolveram substituir as fechaduras (inclusive para se resguardar de um possível retorno do ex-presidente).

(6) Conforme consta da Ata da Assembleia, nenhum outro membro da diretoria da situação estava presente.

(7) Levando em conta o fato de que quem integra a Junta tendo a tarefa de pre-dispor a eleição, não pode ser candidato, a oposição concordou uma proposta de nomes para compor a Junta Governativa, que resguardasse as principais lideranças para a eleição definitiva. A chapa assim proposta foi eleita por aclamação com 194 votos a favor e 2 contra (Ata da Assembleia).

"A partir deste momento, e durante vários dias, os trabalhadores ocuparam a sede do sindicato em vigília permanente para garantir o patrimônio e a posse da diretoria eleita, contra qualquer tipo de ameaça ou violência: a vigília foi realizada num clima de grande festa e animação, com a presença de centenas de trabalhadores que se revezavam durante todo o dia e a noite. Os dirigentes da CUT/Brejo e Estadual se fizeram presentes em várias oportunidades e foram os primeiros a reconhecer a legitimidade da direção e apoiar a decisão dos trabalhadores.

Cabe também ressaltar a presença das Comunidades Eclesiais de Base, das irmãs de Tacima e do SEDUP da Diocese de Guarabira, que apoia ra desde o começo esta luta."

(Carta Aberta da CUT-PB 10.11.88)

Em oito de novembro, 3 advogados da FETAG encaminham à Justiça Federal, representando o ex-presidente do STR de Tacima, um pedido de "mandato reintegração, para que o mesmo permaneça no comando da entidade até ulterior decisão". Tal pedido contém denúncia de "invasão da sede do sindicato por pessoas vândalas e estranhas à organização que ... se apoderaram indevidamente e ilegalmente da sede do sindicato e do seu patrimônio ... depre - dando ... tentando arrombar os arquivos ... para destruir docu - mentos ... principalmente os 9 votos impugnados ...", que - diga - se de passagem - como os advogados bem sabiam, estavam guardados na DRT da capital desde o dia seguinte à eleição. Solicitam, ain - da, "evacuação dos intrusos ... inclusive ... usando a força po - licial, pois ditos elementos são perigosos e extremamente vio - lentos..."(8)

(8) Cópia do "pedido de mandato de reintegração" encaminhado pe - lo Sr. Antonio Franco, ex-presidente do STR de Tacima ao Juiz Federal, em 08.11.88. (Arquivo STR de Tacima).

Com este mesmo tipo de denúncia, o ex-presidente fez quei  
xa na Delegacia de Polícia local.

Não deixa de aparecer certa agitação entre os trabalhado  
res que mantêm presença redobrada na sede. Mas ninguém foi chamado  
pela polícia.

A Justiça Federal não acata a solicitação do STR, indicando como órgão eventualmente competente o Juiz da Comarca de Araruna. Es  
clarece, ainda, ter sido incorreto o procedimento do presidente da mesa na eleição de 25.09 em abrir espaço para reconsidera-  
ção, após ter aceito a impugnação dos votos, caso a 'Chapa 1' apresentasse provas de que aqueles votos eram de eleitores do município.

Ao mesmo tempo, coincidem a greve dos funcionários públicos (com a qual a DRT fecha suas portas por cerca de um mês) e a promulgação da Constituição (5.10.88) que reconhece a autonomia de decisão dos trabalhadores.

A partir disso, não houve posteriores procedimentos, de for  
ma que os trabalhadores que aderiram à oposição sabem que a lega  
lidade de suas escolhas foi de fato reconhecida. Já organizaram trabalhos em mutirão para limpar a sede e construir um muro divisório com o quintal do ex-presidente - que, no momento, parece  
ter passado a morar em seu sítio.

Resta agora o problema cotidiano da gestão de uma experiência sindical por pessoas que enfrentam isso pela primeira vez , sem recursos próprios para ter pessoas disponíveis (pelo contrário, tendo que administrar dívidas e pendências que aparecem inesperadamente), numa realidade isolada e onde o nível de organização dos trabalhadores que permitiu enfrentar uma batalha certamente está bem longe do necessário para direcionar permanentemente um sindicalismo em construção.

Após a euforia da luta - que, aliás, neste caso foi muito controlada - cada sujeito tende a voltar ao seu cotidiano ou é absorvido por outras prioridades do movimento. Resta ao pequeno grupo, que embarcou na aventura da construção do "novo sindicalismo", saber dirigir aos "agentes externos" (assessorias, instâncias do *Movimento Sindical*) e às estruturas sociais mais abrangentes, pedidos precisos, reivindicações, etc, e revitalizar a participação.

A intervenção da CUT dá o necessário reconhecimento social (negado pela estrutura sindical oficial)<sup>(9)</sup> e respaldo perante às autoridades<sup>(10)</sup>, favorece articulações com outros STR que podem auxiliar no desempenho burocrático, jurídico, etc, bem como na organização de lutas conjuntas; apoia ainda com os recursos mínimos indispensáveis para viabilizar o trabalho local (transporte, etc), mas trata-se de uma estrutura com muitas fragilidades enquanto ainda em construção.

É neste contexto que a micro-realidade de Tacima reveste-se de uma importância que extrapola os limites locais e do mundo

---

(9) A "carta aberta" da CUT/STR de Tacima (nova direção) conclui: "Frente a estes acontecimentos, a CHAPA 2 do STR de Tacima e a CUT/Pb denunciam a atitude do presidente do STR - acobertado pela diretoria da FETAG/Pb e pela prefeita do município, do PMDB - que demonstrou não ter nenhum compromisso com os trabalhadores e não teve a coragem e a honradez de participar da Assembleia por ele mesmo convocada, e que quer se manter no poder se apoiando nos grandes e nos poderosos.

A CUT - Central Única dos Trabalhadores, parabeniza os trabalhadores rurais de Tacima pela força e organização demonstrada e reconhece a diretoria eleita como a única legítima representante dos trabalhadores rurais do município.

A luta dos trabalhadores de Tacima é o primeiro exemplo concreto, em nosso Estado, de que a AUTONOMIA SINDICAL SE CONQUISTA com o esforço, a união e a organização dos trabalhadores". (Tacima, 10.11.88).

(10) Entrega da documentação no Juiz da Comarca, confirmação ao Banco do direito à transferência da conta do STR para a nova direção, etc.

rural : se a nível regional representa um marco numa nova fase da autonomia sindical (como afirma a CUT/PB) a nível mais amplo representa um elo a mais no processo de construção da autonomia e liberdade sindical.

## CONCLUSÕES

Ao retomarmos, à conclusão deste trabalho, a questão da continuidade e mudança no sindicalismo, na atualidade brasileira, torna-se necessário lembrar que o "velho" e o "novo" estão mesclados neste complexo processo em que o "novo sindicalismo" se forja dentro da "velha estrutura". Um processo que pode caracterizar-se mais como "transição" do que como "ruptura", onde prevalece a continuidade institucional ao mesmo tempo em que instauram-se novas práticas, formulam-se novos projetos e concepções sindicais, e toma corpo uma estrutura horizontal em contraposição à estrutura vertical existente.

Neste quadro, voltamos a precorrer rapidamente as principais questões abordadas anteriormente.

A nova proposta sindical se constrói num processo de certa forma distinto, mas articulado, na cidade e no campo. A reorganização da classe trabalhadora brasileira e sua reivindicação de cidadania e participação democrática, seja aos benefícios econômicos seja à definição de um novo projeto social e político, se manifesta com a força da concentração operária nas fábricas do sul e a evidência numérica das mais diversas categorias de trabalhadores ocupando a cidade com suas mobilizações paredistas.

A manifestação mais lenta, porque dispersa, dos trabalhadores rurais - que utilizam, em suas lutas por melhores salários e condições de trabalho, ora a "lei do sindicato" e a "lei do governo" para se defender da "lei do patrão" ou ainda da "lei da chibata" que nega-lhe antigos direitos trabalhistas; ora a

"lei da necessidade"<sup>(1)</sup> em suas frentes de resistência na terra - converge na mesma direção de luta para a mudança de diretores e práticas sindicais de suas entidades de representação, pela "tomada dos sindicatos".

Se, de um lado, é mais imediato o questionamento da estrutura sindical - apresentando-se com força o dilema "democratizá-la ou quebrá-la?" - do outro lado, onde o amparo de estruturas legais é questão de sobrevivência, o processo de renovação se dá decididamente na luta pela ocupação das direções sindicais.

Em ambos os casos, as estratégias convergem, ao nível local, nas "oposições sindicais" que, precisando do voto da maioria dos trabalhadores sindicalizados para ganhar, tornam-se instrumento de mobilização de massa, e estimulam nas lideranças a identificação dos problemas e o questionamento junto às bases das ambigüidades e incoerências das direções como do sindicalismo existente; em particular no campo, onde todas as forças que participam do "poder local" se posicionam na disputa do espaço de poder representado pelo sindicato, o processo desencadeado pelo movimento de "oposição sindical" desvenda aos olhos dos trabalhadores as posturas dos diversos componentes em jogo, inclusive dos representantes da estrutura sindical (DRT de um lado e FETAG do outro).

Resulta claro também, que o "Novo Sindicalismo" nasce no bojo de um grande movimento de renovação da sociedade brasileira e se torna possível a partir de novas condições objetivas e subjetivas que interagem dialéticamente:

- A conjuntura política configurada na "abertura democrática

---

(1) NOVAES, 1987.



ca", que abre espaço à expressão das forças sociais, ao confronto entre diferentes posições, à manifestação de reivindicações (ainda que reprimidas pela polícia); enfim, uma situação social e política onde a mudança na correlação de forças permite o reconhecimento social dos conflitos e direitos da classe trabalhadora, rompendo o medo deixado pelo longo período de repressão, graças ao apoio da sociedade civil reorganizada (partidos, igreja, instituições como a OAB, centros e movimentos, imprensa, etc) e onde - apesar da forte organização de forças de direita como a UDR - o poder político das oligarquias não tem a mesma força que lhe permitiu, por exemplo, a repressão das Ligas na Paraíba de 1963<sup>(2)</sup>.

- O esgotamento da fase de expulsão do campo, na Paraíba, indicaria o rompimento generalizado das relações sociais tradicionais, marcando, inclusive, a mudança no comportamento eleitoral (eleições nov./88) no campo nordestino: apesar do voto de oposição não ter alcançado resultados de peso como nas grandes cidades do centro-sul, registra-se a passagem do "voto de cabestro" para o "voto clientelar" e até para votos "de opinião" e "de militantes" entre as lideranças rurais<sup>(3)</sup>.

- A aumentada capacidade de enfrentamento que as experiências de luta desenvolveram nos trabalhadores rurais, bem como as mobilizações, a expressão de reivindicações perante as autoridades, a possibilidade de falar no rádio e através da imprensa, as experiências de organização nas "Oposições Sindicais" e as vitórias eleitorais e, não último, a articulação do movimento rural com o urbano. Tudo isso exemplifica o acúmulo das expe

(2) POTENGY, 1985:31/35.

(3) EQUIP - Escola de formação Quilombo dos Palmares - Cadernos do Nordeste nº 1 - 1988.

riências concretas de PARTICIPAÇÃO, superando a simples reivindicação destes direitos sociais.

Entretanto, a atuação dentro da estrutura sindical vigente representa um condicionamento, obrigando o "*Novo Sindicalismo*" a aceitar as regras da velha estrutura que foi preservada pela Constituição. Não só os resultados da luta constitucional para mudanças na legislação sindical foram aquém das expectativas, como pode-se notar ainda a capacidade daquele sindicalismo que não se interessa pela mudança da estrutura sindical, de se manter no poder, adequando seu discurso às novas demandas, deixando-se utilizar pela política de promoção organizada pelos meios de comunicação de apoio governamental (veja-se o caso de Medeiros no "*pacto social*"), utilizando recursos públicos (projetos) para o fortalecimento de suas instâncias (veja-se FETAG-Pb).

A afirmação constitucional da autonomia sindical sem uma efetiva mudança da estrutura sindical abre espaço para situações ambíguas como a que foi enfrentada no caso exemplificado no Capítulo V (STR de Tacima), exigindo o investimento em duas "*Oposições Sindicais*", com disputas internas ao campo de forças sindical, absorvendo ainda as energias das novas lideranças na gestão burocrática da velha estrutura, limitando desta forma as possibilidades efetivas de atuação nas bases.

Lembramos, enfim, que o "*Novo Sindicalismo*", no campo ou na cidade, vinga onde tem o substrato real de lutas onde participação e combatividade consubstanciam-se em novas práticas, geralmente fruto de experiências extra-sindicais das novas lideranças.

É a partir desta concretude que tomam forma, na consciência dos trabalhadores, através de diferentes processos de refle

xão/formação, novas concepções sindicais.

Especificamente no caso do campo paraibano, o "*Novo Sindicalismo*" passa a identificar-se na proposta cutista num processo bem mais demorado do que esperavam lideranças e assessorias, mas que pode significar para a CUT uma conquista efetiva da adesão dos STRs renovados. Aqui, então, a CUT aparece mais como o polo aglutinador das novas experiências sindicais (feita exceção por aquelas desenvolvidas no âmbito MER/CTI que não se envolvem na questão da estrutura sindical), do que propriamente impulso criador do "*Novo Sindicalismo*", embora seja claro que, a partir de sua presença organizadora, passe a ser o principal elemento propulsivo.

A expansão do movimento de renovação sindical em todas as regiões do país, mesmo remotas do campo<sup>(4)</sup> - criando debates políticos e disputas acirradas que, entrando na dinâmica do alinhamento de forças existentes em nível nacional, acabam inserindo no circuito das novas propostas sindicais até as realidades mais periféricas - é uma evidência que marca a superação do isolamento histórico das lutas camponesas.

O projeto de uma nova estrutura sindical horizontal, unindo campo e cidade, sem passar pela tradicional mediação do estado populista e de partidos, desponta como perspectiva histórica ao cabo dos últimos 25 anos, com a construção de uma nova relação campo/cidade: na comunicação social, nas lutas e suas referências, bandeiras, propostas e métodos, articuladas e integradas ao longo destes anos, valendo-se também, de contribuições de

---

(4) *Tacima, um dos muitos municípios economicamente marginais na realidade paraibana, é um exemplo disso. Paradoxalmente, poderíamos dizer: se Tacima está mudando é porque todo o país está mudando.*

distintos mediadores (CONTAG, forças de igreja, forças políticas, assessorias e intelectuais que contribuem na reflexão). Por isso, a inserção do campo no projeto sindical classista da Central Única dos Trabalhadores é tida como a maior novidade no processo de transformação sindical deste país, representando uma nova referência unitária na organização das diferentes frações de classe dos trabalhadores brasileiros, com em sua frente, o desafio de assumir a direção das lutas, no enfrentamento, inclusive com a estrutura econômica capitalista e com o sistema de governo a ela coerente.

Entretanto, os impasses com os quais está se debruçando a organização dos trabalhadores no campo, dificultam a definição de uma política de lutas envolvendo igualmente a realidade sindical da CUT e da CONTAG. Empasses que vão desde a necessidade urgente de formulação de uma política agrícola para os pequenos produtores - que esbarra no complicado processo de aprovação da "Lei agrícola" (ao qual remeteu a nova Constituição), para cuja elaboração estão investindo as forças de direita, lideradas pela UDR - até a necessidade de redefinir a estratégia das campanhas salariais e de encontrar novas propostas, viáveis e mobilizadoras, para a luta pela terra, capazes de enfrentar o esvaziamento da Reforma Agrária coroado pela extinção das instituições a ela propostas<sup>(5)</sup>, fazendo com que a Questão Agrária volte a ser "um caso de polícia"<sup>(6)</sup>. Há ainda, como consequência das mu

---

(5) INCRA, com o decreto 2363/87 e MIRAD em janeiro 89. Na Paraíba, à frente da meta do PNRA de desapropriação 102.400ha de terra entre 1985 e 1990, até 30/06/88, foram desapropriados somente 5.401 ha, correspondendo a 5% da meta inicial, e assentadas apenas 387 famílias em 15 áreas de conflito. (Fonte: MIRAD/Relatório Projeto Nordeste).

(6) Vejam-se os recentes casos de expulsão de trabalhadores rurais pelas forças policiais na Paraíba/Itabaiana (fev. 89) e no Rio Grande do Sul (março 89).

danças constitucionais relativas à autonomia sindical - a urgência de reformular os estatutos dos STRs, especialmente onde deve-se realizar renovação dos cargos, a fim de viabilizar os processos eleitorais e, sobretudo, de democratizã-los. Vale lembrar de passagem que neste espaço estende-se a luta, dentro do campo de forças do sindicalismo, para o controle institucional da "máquina sindical". A redifinição estatutária, ao mesmo tempo em que permite um processo de discussão acerca da estrutura junto às bases, obriga mais uma vez as lideranças a , investir tempo nos necessários trâmites burocráticos.

É difícil identificar, no atual momento conjuntural, até que ponto a perda de hegemonia da CONTAG na direção das lutas e com relação à histórica "*unidade na diversidade*" dos trabalhadores rurais, se reverte também na perda do controle real da estrutura no "complexo CONTAG"<sup>(7)</sup>. Certamente a desmobilização nesta fase pré-congressual<sup>(8)</sup> e a divisão política entre as FETAGs (com o fortalecimento dos setores mais conservadores, entre os quais encontram-se as Federações da Paraíba, Alagoas, Paraná e Rio Grande do Sul), são indicadores significativos.

---

(7) Numericamente a CONTAG conserva a desão da grande maioria dos 2.200 STRs.

(8) O Congresso para eleição da direção da CONTAG, previsto para dezembro 88, foi adiado para março 88, optando em seguida para uma eleição decentrada, a ser realizada nas FETAGs de cada estado em 06.04.89.

São vários os dilemas que se apresentam hoje, para o NS, questões do sindicalismo brasileiro, forjadas historicamente e que perpassam diferentes conjunturas, como:

\* A questão da estrutura sindical, à qual se relacionam os problemas da autonomia, do imposto sindical, das relações sindicais a nível internacional e, ainda, da base territorial municipal. O problema do "*municipalismo*" coloca-se de forma mais pujante para o campo, onde os pequenos STRs encontram-se sem recursos financeiros e sem quadros para assumir a organização das lutas e, às vezes, até para manter a estrutura funcionando; ainda, a fragmentação das lutas por categoria é redobrada pela dispersão territorial que torna mais frágil a capacidade de enfrentamento dos trabalhadores com as múltiplas formas do capitalismo e do "*poder local*". O desenvolvimento da estrutura horizontal e a organização regional estão entre os desafios mais urgentes para o campo, tendo em vista, o fortalecimento das lutas específicas das diversas categorias e a um tempo a articulação entre elas.

\* A questão da relação com o Estado perpassa o sindicalismo presente desde suas origens - tendo sempre o Estado como protagonista, com múltiplas e ambíguas facetas. O sindicalismo rural, pensado como "*Sindicato do Governo*", vê, de um lado, reafirmado o poder do Estado e, do outro, respaldado o reconhecimento "*dos direitos*" pela força da "*lei do governo*" que passa a ser identificada como "*lei do sindicato*", legitimando o sindicato como "*novo mediador*". Nos anos 70, com o FUNRURAL, o papel assistencial marca o "*refluxo do sindicalismo político no campo*", mas, ao mesmo tempo é elemento de expansão, deixando montada "*a máquina*" da qual as novas lideranças podem se apropriar, herdando porém também seu fardo burocrático (e, inclusive, de dívidas após o atual fracasso dos convênios com o INAMPS).

Em meados de 85, a relação passa pelo PNRA e os Projetos Governamentais. O plano frustrado de Reforma Agrária, em cuja proposta de realização do próprio governo envolveu o Movimento Sindical, torna-se impulso à luta pela Reforma Agrária justamente no interior do "*Novo Sindicalismo*" (e não na rede CONTAG, em contradição com sua histórica "*bandeira de luta*"), que reivindica a efetivação do Plano, utilizando as mais diversas formas de mobilização. Frente à política governamental dos "*projetos*" - que absorve o "*Novo Sindicalismo*" pela pressão da exigência dos associados e por entendê-los como "*locus*" de barganha pela "*participação*" dos sindicatos - o "*Novo Sindicalismo*" não conseguiu ainda definir uma sua política: enquanto há sindicatos que lograram utilizar algum projeto para fortalecer experiências organizativa entre pequenos produtores, com e sem terra - enfrentando, porém, mais um peso burocrático e administrativo - a maioria das direções sindicais encontra-se sem alternativas frente à atuação, geralmente paralela e esvaziadora, das entidades governamentais que buscam o desenvolvimento de grupos "*selecionados*" de associados. Na situação de penúria de recursos em que encontram-se os STRs, a "*dependência*" dos projetos é mais um condicionamento, que raramente permite a "*barganha pela participação*".

\* A implementação a nível local de decisões nacionais apresenta mais um dilema para o "*Novo Sindicalismo*". Se a CONTAG (como tivemos oportunidade de exemplificar no decorrer do texto) frequentemente se deparou com tal problemática, -apesar de sua estrutura bem articulada e com 25 anos de experiência sindical - mais óbvias são as dificuldades para o "*Novo Sindicalismo*,"

cujas propostas combativas são veiculadas por uma organização com apenas 5 anos de vida e que está passando só recentemente da fase de "movimento" à de "institucionalização", através da qual é possível a "acumulação e circulação do capital político produzido pelas lutas (...), a continuidade entre os momentos de pique ... das lutas ... e os momentos da inércia do cotidiano(...) e em que se dá a integração das diferenças, através da construção de uma afinidade política e da prática da militância". (TOSI, 1987:223).

É neste processo de implementação a nível local das decisões nacionais que se manifestam as chamadas "incoerências" das lideranças acerca da "combatividade" e "participação", cuja prática na opinião de assessores do "Novo Sindicalismo" - permaneceriam aquém dos princípios e propostas afirmadas em âmbito nacional. O "Novo Sindicalismo" se defronta, então com o desafio de tornar efetiva a linha combativa, de recusa da política de alianças com o governo e as classes dominantes (conhecida como "intransigência" cutista); entretanto, não podem ser subestimadas as condições específicas da correlação de forças a nível local e a violência explícita presente no campo. Da mesma forma, para não cair no equívoco de que a mudança seria resultante da força de vontade de quem luta por ela, outro desafio deve ser considerado com relação à participação: o despreparo das "bases" e a consequente dificuldade de acompanhar o ritmo do debate, as diversas posições das lideranças, bem como a distância entre a urgência das decisões e o tempo exigido para a participação das "bases"; enquanto se reconhece a necessidade da diferenciação que caracteriza a "liderança", deve ser considerada a dificuldade de participação democrática pela diferenciação entre associa



dos.

A formação permanente, adequada aos diferentes níveis e realidades e ao mesmo tempo capaz de promover a unidade na organização dos trabalhadores rurais e não dos desafios.

Há necessidade, enfim, de se considerar melhor os fatores subjetivos, as trajetórias pessoais, na construção do "Novo Sindicalismo", entender a relação entre "combatividade" e implementação da nova proposta sindical: por que sindicalistas ou trabalhadores que se aproximam da CUT, vivem no geral experiências de lutas concretas, mas não se tornam elementos engajados na construção do "Novo Sindicalismo"?

\* Promover a Unidade na diversidade é ainda um dos grandes dilemas com os quais o "Novo Sindicalismo", uma realidade dinâmica, onde várias das contradições do início do movimento foram resolvidas e vem se dando o aparecimento de novas fontes de tensão. As classificações no interior do espaço que chamamos "arena" do "Novo Sindicalismo" podem ser de grande importância para a compreensão da dinâmica existente no interior do "campo de forças" entre o qual este se insere. Classificações como "vanguardistas" e "igrejeiros" revelaram um momento em que a "Tática" era objeto de disputa no âmbito do "Novo Sindicalismo" no campo paraibano. Hoje, quando, grosso modo estas classificações foram superadas, outros recortes tem então vigências e em certas ocasiões, no âmbito do "Novo Sindicalismo" na Paraíba : fala-se, por exemplo, "os rurais" e "os urbanos", que se diferenciam por diferentes concepções no interior da CUT. O critério, no entanto, não é espacial. "Os rurais" da Paraíba, por exemplo, articulam-se com "os urbanos" do ABC Paulista (grupo "articulação") e parte dos "urbanos" da Paraíba articulam-se com parte dos "rurais" do Rio Grande do Sul (grupo "CUT pela Base").

-Assim, cada categoria e cada posição no campo não tem um caráter reificador e estático, mas constantemente refletem o movimento no interior de um campo de disputa.

O processo de construção do "*Novo Sindicalismo*" está ainda em aberto, realizando-se num quadro de transformações aceleradas nos quais os diversos sindicalismos tem que posicionar-se: as classificações e adjectivações ("*pelego*", "*combativo*", "*moderno*", "*de resultados*", "*de luta*", "*pela Base*"), compõem um leque muito diversificado que perpassa a formação das Centrais, complexificando a simples polarização CUT x CGT. No mais amplo campo de forças do sindicalismo brasileiro, o processo de definição em curso e a luta pela hegemonia na representação da classe trabalhadora, há espaço para novos realinhamentos nesta nova época em que o Movimento Sindical ocupa lugar de destaque entre os atores sociais da atual conjuntura brasileira.

## Continuação do Anexo I.

PERÍODO	FATORES ECONÔMICOS	CARACTERÍSTICAS DAS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES	RELAÇÃO COM O ESTADO	CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES (2)
1931/37 República Nova	* Industrialização básica (Siderúrgica, Petrobrás, energia...) impulsionada pelo Estado.	Expansão numérica e organizativa da classe operária.  * Sindicalismo corporativista e atrelado ao Estado: 1931: Decreto Lei 19.770 (1.ª lei sindical).  1932: lei dos sindicatos 1939: lei unidade sindical 1940: imposto sindical 1941: Estatuto Lavoura Canavieira, Lei do Sítio. 1943: C.L.T. 1944: extensão legislação social ao trabalhador rural. 1945: registro legal PCB 1946: onda de greves operárias (jan./fev.) e lei 9.070 proibitiva de greves (março). 1951: Vargas assina nova lei do salário mínimo. 1953: "greve dos trezentos mil" São Paulo.  Repressão policial sistemática.	ESTADO POPULISTA (1)  * integração do sindicato no Estado; * forte institucionalização do conflito. * sindicato-instituição * nasce o sindicalismo de massa. * sindicato gestor da política social. * paternalismo dirigístico e dependência clientelar. * máxima centralização da atividade sindical * formas de neocorporativismo imperfeito.	* Queda do anarco-sind.  * <u>MARXISTAS</u> (comunistas)  - Oposição ao atrelamento do sindicato ao Estado enquanto não controlado por eles. - Ocupação de postos chave e aproveitamento de recursos. - Defesa de uma "UNIDADE SINDICAL" em função de um maior controle do Partido. - Oposição às normas repressivas. - Luta por melhorias dentro do capitalismo (REFORMISMO pós-45).  * <u>TRABALHADORES</u> - Apoiam sem restrições o corporativismo oficial (legalismo) - Estreita vinculação com o Ministério do Trabalho. - Contenda com os marxistas para o controle sindical.
1937/45 Estado Novo	* Campanhas nacionalistas para a nacionalização da economia.			
1954: Suicídio Getúlio Vargas				
Inicia a fase do "sindicato burocrático de massa" (Simão)			Brasil: 1945: início do "populismo reformista"  - Cooptação e manipulação da classe trabalhadora (PTB).  - Controle pela LEI e REPRESSÃO.	

## APONTAMENTOS HISTÓRICOS DO SINDICALISMO NO BRASIL

PERÍODO	FATORES ECONÔMICOS	CARACTERÍSTICAS DAS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES	RELAÇÃO COM O ESTADO	CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES (2)
Final de 1800 até 1930	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Início da industrialização nacional</li> <li>* Penetração do capital Inglês (ferrovias, eletrificação, etc...)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Classe operária em formação.</li> <li>* No começo do Movimento Operário não havia sindicatos.</li> <li>* Formas de organização:</li> </ul>	ESTADO OLIGÁRQUICO (1)	RELAÇÃO MOVIMENTO OPERÁRIO/ESTADO: Concepções Sindicais:
Período da "República Velha"	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Predominância do setor agrícola (maioria da população no campo).</li> <li>* Estrutura agrária: latifúndio e "plantation" canavieira, café e outros produtos de exportação.</li> </ul>	<p>1º Período: MUTUALISMO (programas assistenciais das Corporações, Sociedades Operárias de Mútuo Socorro, Caixas Beneficentes de Empresas, e Associações Operárias Católicas).</p> <p>2º Período: LIGAS OPERÁRIAS (caráter de resistência)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* coexistência de vários tipos de sindicatos: de ofícios, de indústria ou categoria econômica, de localidade ou base étnica.</li> <li>* reprodução do modelo europeu de sindicalismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* repressão das primeiras formas associativas.</li> <li>* exploração máxima da força de trabalho.</li> <li>* ausência de estruturas normativas e de negociações.</li> <li>* polarização das relações de classe;</li> <li>* lutas radicais "subversivas".</li> </ul>	<p>1º ANARQUISMO (predomin.)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* combate a existência do Estado;</li> <li>* resiste à regulamentação sindical;</li> <li>* ação direta contra o patronato para derrubar as bases econômicas da dominação;</li> <li>* solidariedade grupal x mutualismo e assistencia.</li> </ul> <p>2º MARXISMO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* não prioriza o combate ao Estado.</li> <li>* solidariedade grupal entre militantes (socorro verbal).</li> <li>* luta de classe.</li> </ul> <p>3º SOCIALISTA</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* organização dos assalariados no plano sindical/pol./ das condições de vida. mutualismo e cooperativismo.</li> </ul>

"Sindicato de minorias militantes" (Simão)

FONTES: (1) CUEVAS, Alberto: Sindicato e Potere nell'América Latina-Modelli e tendenze nel sindacalismo latinoamericano - Roma: Ed. Lavoro, 1985 - p. 205 (tabela de caracterização geral "Estado e sindicato na América Latina").

(2) SIMÃO, Azis: Sindicato e Estado - São Paulo: Ática, 1981 - p. 149 e seg.

PERÍODO	FATORES ECONÔMICOS	CARACTERÍSTICAS DAS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES	RELAÇÃO COM O ESTADO	CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES
1955/1964 Governos Kubitschek Jânio Quadros João Goulart.	<ul style="list-style-type: none"> <li>* política econômica de substituição de importações.</li> <li>* política desenvolvimentista com participação do capital multinacional (Volksvagen, Ford, etc.) - concentrações operárias nos novos polos de desenvolvimento.</li> <li>* Novo pacto populista e "reformas de base".</li> <li>* Início da "modernização" no campo.</li> <li>* Inflação galopante.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Movimento Operário forte nas empresas ligadas ao Estado.</li> <li>* Emergência do campesinato na cena política nacional: 1955 - Ligas Camponesas. Luta p/Reforma Agrária.</li> <li>* Surgimento do sindicalismo rural (1961)</li> <li>* Grandes greves e mobilizações do operariado urbano (p/me-lhorias salariais).</li> <li>* Tentativas de articulações nacionais sindicais dentro da estrutura - 1962: C.G.T.</li> <li>* Janeiro 64: reconhecimento da CONTAG.</li> </ul>	<p>BRASIL:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Continuação do Populismo com o "Pacto Populista": apogeu da política populista da burguesia liberal.</li> <li>* Controle e manipulação da organização dos trabalhadores.</li> <li>* Institucionalização dos conflitos.</li> <li>* Regulamentação jurídica (Estatuto do trabalhador rural).</li> </ul>	<p>NO CAMPO:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Projeto socialista das Ligas.</li> <li>b) Sindicalismo classista dos sindicatos do PCB</li> <li>c) Sindicalismo confessional da Igreja Católica:</li> <li>* Anticomunismo</li> <li>* Visão de conciliação de classe.</li> <li>* E sindicalismo de base da esquerda católica não marxista (MEB, AP, SAR...)</li> </ul>
1964/1984	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Aceleração do desenvolvimento capitalista no país(modernização conservadora):</li> <li>* Concentração do capital (Associação do grande capital nacional ao capital estrangeiro/empresas de bens e consumo duráveis).</li> <li>* Abertura ao capital internacional(grandes empresas multinacionais).</li> <li>* Maior intervenção do Estado em setores da economia.</li> <li>* Dívida externa para pagar importações.</li> <li>* Poderosos grupos financeiros.</li> <li>* Produção agrícola para exportação.</li> <li>* Proletarização do campo migração e conflitos p/ posse da terra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Crescimento trabalhadores - comércio, bancos e serviços - e exército subempregados e de empregados.</li> <li>* Intervenções do Estado nos sindicatos e repressão das Ligas e do Sindicalismo mais atuante.</li> <li>* Esvaziamento do papel reivindicativo do sindicato.</li> <li>* Assistencialismo (1971: FUNRURAL).</li> <li>* Formas de organização de fábrica ou categoria clandestinas.</li> <li>* Lutas de resistências (Movim. popular, movimento operário, conflitos de terra).</li> <li>* Movimento operário forte nos centros mais dinâmicos da economia.</li> <li>* Renovação do movimento sindical(Movimento grevista do ABC - oposições sindicais, organização assalariados rurais).</li> <li>* Generalização da luta de classes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* ESTATUTO AUTORITÁRIO (1)</li> <li>. Estado a serviço do mercado.</li> <li>. Repressão do sindicalismo histórico.</li> <li>. Exclusão da atividade sindical.</li> <li>. sindicalismo de resistência contra sindicalismo de conciliação.</li> <li>. limitação normativa da contratação coletiva.</li> <li>. eliminação e repressão do conflito.</li> </ul> <p>BRASIL: "política pelo-salarial-assistencialista", Estado garante desenvolvimento capitalista pela política salarial (archo, manipulação de índices) política trabalhista (FGTS/rotatividade), repressão direta de todo movimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Desenvolvimento do sindicalismo atrelado ao Estado e classe dominante (peleguismo).</li> <li>* Sindicalismo legalista reformista (PCB)</li> <li>* Sindicalismo autêntico combativo. (oposições sindicais).</li> <li>* Surgimento das Centrais Sindicais: CUT e CGT.</li> </ul> <p>popular, sindicato atrelado e assistencial (busca de consenso p/prestação de serviços).</p>

## FUNDAÇÃO DOS STRs DA PARAÍBA

"Sindicatos do Padre" "Sindicatos da Liga"	"Sindicatos da FETAG" (Sind. do governo ou da resistência)		Sindicatos do FUNRURAL			ATUALIDADE		
	antes de Março 1964	1965/1966	1967/1970	1971/74	1975/78	1979/82	1983/86	1987/88
Alhandra (*)  Pedra de Fogo (*)	1 Cruz do Espíri- to Santo 2 Caaporã 3 Itapororoca 4 Lucena 5 Pitimbu 6 Mamanguape 7 Rio Tinto	1 João Pessoa  2 Santa Rita	1 Jacaraú			1 Bayeux		
Itabaiana (*) Marí (*) Mogeirol S. Miguel Taipú(*)	8 Sapê 9 Salgado de S. Félix				1 Pilar 2 Caldas Brandão			
7 Alagoa Grande 8 Alagoinha (*) 9 Guarabira 0 Mulungu (*)	10 Araçagi 11 Caiçara	3 Gurinhem 4 Ingã 5 Pilõesinhos 6 Serra Redon- da	2 Belém 3 Cuitegi 4 Lagoa de Dentro 5 Itatuba 6 Juarez Távora 7 Serra da Raiz			2 Duas Es- tradas		

"Sindicatos do Padre" "Sindicatos da Liga"	"Sindicatos da FETAG" (Sind. do governo ou da resistência)		Sindicatos do FUNRURAL			ATUALIDADE		
	Antes de Março 64	1965/1966	1967/1970	1971/74	1975/78	1979/82	1983/86	1987/88
11 Areia 12 Alagoa Nova (*) 13 Arara 14 Bananeiras (*) 15 Borborema (*) 16 Pirpirituba 17 Pilões (*) 18 Serraria								
19 Campina Grande (*) 20 Esperança (*) 21 Puxinana (*) 22 Solânea 23 Remígio (*)		7 Areial 8 Fagundes 9 Massaranduba 10 Pocinhos		3 Lagoa Seca 4 Queimadas		1 S. Sebastião Lagoa de Ro ça. 2 Montadas		
24 Araruna (*) (refundado em 72) 25 Cacimba de Dentro (*)		11 Cuitê	8 Barra de Santa Ro sa. 9 Dona Inês	5 N. Floresta 6 Tacima		3 Cubatí		
			10 Juazeiri nho 11 Frei Mar tinho 12 Picuí	7 Pedra Lavra da		4 N. Palmeira 5 S. Vicente do Seridó		

"Sindicatos do Padre" "Sindicatos da Liga"	"Sindicatos da FETAG" (Sind.do governo ou da resistência)		Sindicatos do FUNRURAL			ATUALIDADE	
	Antes de Março 64	1965/1966	1967/1970	1971/74	1975/78	1979/82	1983/86
26 Boqueirão (*)			13 Aroeiras 14 Congo 15 Natuba 16 S. Sebastião Umbuzeiro(*) 17 Sumé 18 Gurjão	8 Camalaú 9 Ouro Velho(*) 10 Umbuzeiro (*) 11 S. João do Tigre 12 Prata		6 Monteiro 7 Taperoá 8 Cabacei- ras.	
			19 Água Bran- ca 20 Desterro(*) 21 Imaculada(*) 22 Juru 23 Mainara (*) 24 Nãe d'água 25 Princesa Isabel 26 Tavares 27 Teixeira(*)			9 Serra Bran- ca	
27 Pombal (*)		12 Souza 13 Boqueirão dos Cochos(*) 14 Coremas (*) 15 Itaporanga(*)	28 N. Olinda 29 Olho d'água 30 Piancô(*) 31 Patos(*) 32 Santa Luzia 33 Santana dos Garrotes	13 Emas (*) 14 Lagoa 15 Paulista 16 Santa Cruz 17 S. José da Lagoa Tapa- da	3. S. José de Sa- bui	D. Caatinguei- ra.	



## ANEXO

"D"

"Sindicatos do Padre" "Sindicatos da Liga"	"Sindicatos da FETAG" (Sind. do governo ou da resistên- cia)		Sindicatos do FUNRURAL			ATUALIDADE		
	Antes de Março 64	1965/1966	1967/1970	1971/74	1975/78	1979/82	1983/86	1987/88
			34 S.Mamede	18 Várzea 19 Junco do Seridô 20 Condado				
28 Catolé do Rocha			35 Brejo do Cruz 36 Belém do Brejo da C. 37 Jericô	21 Brejo dos Santos	4 S.Bento			
29 Cajazeiras (*) 30 Conceição (*)		16 Cachoeira dos Índios (*) 17 Ibiara (*) 18 S.José das Piranhas.	38 Santa He lena 39 Santana da Mangueira 40 Triunfo(*) 41 Uiraúna 42 Antenor Na varro 43 Lastro (rec.83)	22 S.José de 23 Bonito de Santa Fê 24 Serra Gran de	5 Soledade	11 Boa Ven tura. 12 Prata		
(20 não reconhecidos)	11 (8%)	18 (13%)	43 (30%)	24 (17%)	5 (3%)	12 (8%)		143
50 (21%)	29 (20 3%)			72 (50,3%)		12 (8,4%)		100

SIRs não reconhecidos pelo Ministério do Trabalho no período indicado.

ANEXO 3

CRONOLOGIA: MOMENTOS DE LUTA E ORGANIZAÇÃO DO 'NOVO SINDICALISMO' - 1979-1989			
ANO	ACONTECIMENTOS MARCANTE DA CONJUNTURA NACIONAL BRASILEIRA	MOMENTOS DAS LUTAS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
		A NÍVEL NACIONAL	NO CAMPO PARAIBANO
1979	-Posse Pres. Figueirêdo -Anistia Política e Retorno dos exilados. -Projeto de Reformulação Partidária.	-Greve Metalúrgicos S. Bernardo e generalizadas. (abr.) -1ª Greve canavieiros-PE (set.) -III Congresso CONTAG (maio) -Recriação da UNE -1ª ANAMPOS -ENOS	-Conflitos de terra no Litoral e no Gerado - Brejo -Grupo de Assessoria (UFPA) CODH João Pessoa -CODH Guarabira
1980	-18ª Assembléia Bispos CNBB: Documento "A Igreja e o Problema da Terra". (Fev.) -Visita do Papa ao Brasil -REFORMULAÇÃO PARTIDÁRIA	-Greve ABC/prisões/19 de maio/Intervenção - (abr.) -Greve Nacional Professores e Estudantes -240 mil Canavieiros-PE em greve -2ª ANAMPOS -Convenção Nacional PT - (jun.) -ENTOES -Congresso UNE	-Oposições Sindicais -Fundação CONTRU -Fundação Pastoral Rural
1981	-Bomba do Rio Centro	-19 de outubro (dia Nacional de Luta) -Lutas pela terra/prisão pais franceses -1ª CONCLAT -Registro PT	-1ª Semana sindical/previdência soc. -Conflitos de terra (Carvalho) e trabalhistas contra canavieiros -Fundação SEDUP -Programa rádio sindical (Guarabira/STRs Brejo)
1982	-Eleições Políticas (nov.) -Prisão Líderes PCB (dez.)	-Formação Mov. Sem Terra (apoio Igreja) -IVª ANAMPOS -Comissão Pró-CUT/adiamento IIª CONCLAT	-Aumenta tensão em Camocim -Encontros canavieiros Brejo -IIª Semana Sindical -Setor mulheres PR Brejo -Encontro Estadual canavieiros
1983	CRISE DO PARTIDO DO GOVERNO	-Onda de quebra-quebra (São Paulo e outras capitais) -Greve Geral - (jun.) -Lançamento Campanhas Diretas (PT) -ENCLATS -2ª COCLAT - fundação CUT -RGNE campanha PE campanha cma -2ª CONCLAT - fundação CONCLAT	-Concentrações 19 de maio -IIIª Semana Sindical/campanha trabalhista -Encontros est. cana -Conflitos trabalhistas/ações na Justiça/oposições sindicais -Mobilização protesto assassinato Margarida M. Alves - Alagoa Grande-PB
1984	-Eleição Presidencial: de Figueirêdo a Tancredo -Início "Nova República" -Campanha Nacional pela Reforma Agrária (ABRA, CONTAG, CPT, CIMI, IBASE. (Abr.))	-Lutas assalariados: cana (Guariba) e laranja (Leme) -1ª Dissídio Coletivo - cana-NE e Greve 1 milhão -1ª Congresso CUT	-19 de maio/concentração 7.000 trab. A. Grande-PB - Reforma Agrária/Varelo. -Greve canavieiros -Ações na Justiça -Oposições sindicais -fundação CUT-PB (Plenária julho)
1985	-Sucessão Presidencial: de Tancredo a Sarney. -1ª Proposta PNRA (criação MIRAD) -Proj. Nordeste/PAPP -Legalização Partidos Clandestinos -Congresso Produtores Rurais (UDR) - Brasília	-Lutas pela Terra/ocupações -CUT não negocia o pacto -CONCLAT dialoga c/ Governo -CUT, a CONCLAT-PT, elaboram propostas Reforma Agrária -1ª Congresso Mov./Sem Terra -Fundação USI -IVª Congresso CONTAG	-Acordo canavieiros -Lutas pela terra -conflitos de terra -Oposições sindicais -Aniversário morte Margarida -Concentração 10 mil trab. Guarabira pela RA, contra a violência. -1ª Encontro Nacional CUT-PB (nov.) -1ª Encontro Estadual áreas conflito (dez.) -CUT assume programa rádio Brejo -Acampamento sede INCRA (130 áreas conflito) - fev/jul -Resistência áreas de conflito de terra -Dissídio e greve canavieiros/org. fundo de greve -Greve professores municipais no Brejo -1ª Enc. Estadual MMT/CUT -3ª concentração morte Margarida M. Alves.
1986	-Plano Cruzado I (Fev.) -Nordeste: Proj. São Vicente/SUDENE -Eleições Políticas (Nov) -Fundação UDR-PB	-Lutas assalariados (Laranja LEME) -Não ao Pacto Social -Difusão das greves especialmente funcion. público -2ª Congresso CUT -Greve Geral - (dez.) -fundação CGT	-CUT assume programa rádio Brejo -Acampamento sede INCRA (130 áreas conflito) - fev/jul -Resistência áreas de conflito de terra -Dissídio e greve canavieiros/org. fundo de greve -Greve professores municipais no Brejo -1ª Enc. Estadual MMT/CUT -3ª concentração morte Margarida M. Alves.
1987	-RA: Decreto 2363 (extinção do INCRA: desapropriação só áreas acima 500ha) -Trab. Constituinte -Plano BRESSER (jun)	-Explosão das greves em todo País -Abalços assinados p/elementos populares -Movimento pela Constituinte -Greve Geral CUT/CGT	-Semana Sindical Varelo/Brejo -Acampamento posseiros Prça. João Pessoa (prisões-julho) -Greve professores munic. Brejo (maio/agosto) -Acordo canavieiros (outubro) -Projeto pequenos produtores (dezembro) -CUT: 1ª Congresso (março), fundação Reg. Brejo (ago) -Ato público solidariedade conflitos - CUT/CGT (julho)
1988	-Promulgação Constituinte - Pacto Social -Eleições Políticas (vitoria das Oposições)-Nov. -Extinção do MIRAD (dez)	-Lutas Operárias -Exército em Volta Redonda - (set.) -3ª Congresso Nacional CUT -Fundação "Confederação Nacional Metalúrgicos" -Candidatura de sindicalistas no PT -Seminário Latinoamericano CUT s/questão agrária	-Lutas de resistência na terra (assassinato trabalhador no Conde) -Julgamento processo Margarida (julho) -Campanha salarial construção civil -Greve dos rodoviários -Oposições sindicais no campo e Bancários.
1989 (até março)	-Plano Verão (jan.) -Ministra do Trabalho procura as Centrais	-Greve geral (CUT/CGT/CSC) - (março) -1ª Congresso corrente sindical crassistas/apoio à CUT	-Protestos contra a violência em Gurugi (janeiro) -Mobilização áreas de conflito (fevereiro) -3ª Congresso CUT/PB (31/março-02 abril)

## ANEXO 4

### MULHER E SINDICALISMO

*(Relatório do 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba 1986 - 7/8 março realizado em Guarabira pelo MMT/Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo -PB e CUT-PB/Secretaria da-Mulher/Assessoria SEDUP Guarabira).*

#### PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS: passos para a sindicalização da mulher.

Quando as mulheres trabalhadoras do campo começam a se descobrir e a se valorizar como mulheres e como trabalhadoras, passam a ter um maior interesse na participação aos sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Porém, muitas mulheres não são sindicalizadas, por isso o Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano levantou a questão em suas reuniões, que motivou as agricultoras a se apresentarem nos sindicatos para se associarem.

Nos sindicatos mais combativos elas não encontram grandes problemas, porém aqueles sindicalistas que percebem a ação combativa das mulheres e não estão dispostos a mudanças, principalmente os pelegos, não aceitam a sindicalização da mulher alegando que a "lei não permite", que a mulher é "dependente do marido", que não há necessidade de associar por que já tem os benefícios garantidos, que a mulher não é trabalhadora rural. E por aí a fora vão as desculpas para afastar as mulheres do seu órgão de classe. Os pelegos chegam ao absurdo de caracterizar a campanha de sindicalização como um conflito entre homem e mulher, fazendo propaganda que se os maridos deixam as mulheres entrar nos sindicatos estão arriscando a por um fim no casamento. Nesses casos procuramos a aliança dos homens mais conscientes para descaracterizar o conflito homem x mulher, e afirmar que o objetivo do movimento é fortalecer a luta dos trabalhadores, é ativar os sindicatos, é estar junto com os companheiros...

Em nossa região (Brejo da Paraíba) já encontramos dificuldades em pelo menos quatro sindicatos, mas as mulheres não desistiram: ficaram até seis meses insistindo com reuniões, documentos e idas à capital, até conseguirem o direito a sindicalização.

Diante dos problemas, conseguimos uma prática e adquirimos uma experiência. A seguir relatamos alguns passos que achamos importantes para a conquista de espaços dentro dos sindicatos e da participação efetiva das mulheres:

- 1 - Promover uma discussão com os grupos de mulheres. Utilizar dois recursos para que as pessoas se sintam documentadas e seguras: resoluções do IV Congresso dos Trabalhadores Rurais de 1985, e o Estatuto Sindical.
- 2 - Quando as mulheres estiverem munidas de informações, seguras e dispostas devem levar a proposta de sindicalização em uma assembleia ordinária do sindicato. Neste momento estaremos testando a aprovação ou não associados e da diretoria, que na sua grande maioria são homens.

Uma vez que a proposta foi aceita, continuar colocando as vantagens de participação das mulheres nos sindicatos, para se conseguir uma participação mais "oficializada" dentro do S T R, neste sentido deve-se envolver mais a diretoria e os sócios, nas assembleias, nas delegacias sindicais e nas comunidades rurais.

Se a associação for negada às mulheres, pela diretoria, tentar uma votação por aclamação para assegurar a confirmação dos associados. Importante nessa ocasião ter em mãos o documento com as conclusões do IV Congresso de Trabalhadores Rurais (1985) e citar os artigos que dizem respeito a sindicalização da mulher.

Lembrar de registrar a assembleia em ata e ficar com uma cópia: mais tarde essa ata poderá servir como um bom documento.

Sabemos que, para a mulher se associar no sindicato não precisaria lançar mão de discussão em assembleia e muito menos votação. Porém achamos um recurso bom, porque na medida em que se dá o debate estaremos desarmando o jogo do pelego, os companheiros homens ficarão mais cientes do que se trata e teremos a aprovação dos associados. Se a diretoria continuar a negar o pedido das mulheres, teremos que dar um passo adiante, recorrer às instâncias administrativas e legais do sindicato, (veremos a seguir):

- 3 - Formar pequenos grupos de mulheres e se apresentarem a um membro da diretoria com um pedido por escrito.

Lêvar o pedido em duas cópias, dar para a pessoa da diretoria ler e assinar em baixo. Se este exigir por escrito uma explicação do porque da recusa.

No caso desse diretor se recusar a dar explicação, colocar no momento as assinaturas das companheiras que estiverem presentes como testemunhas.

O documento deve ser guardado e se juntar com os das outras companheiras. Esse documento é importante no caso de haver necessidade de provar a recusa da diretoria do sindicato.

- 4 - Preparar um folha escrita contando os fatos e levar à imprensa, rádio, distribuir cópias para os grupos e órgãos que se interessam pela a questão da mulher, divulgar os fatos, pedir apoio e solidariedade.

- 5 - Preparar documentos para serem levados à Delegacia Regional do Trabalho como:

- Descrever os fatos e pedir uma solução do Delegado Regional do Trabalho, anexar.

Declaração de associado afirmando que as mulheres são trabalhadoras rurais.

- Xerox da ata da assembleia do STR.

- Xerox dos pedidos individuais, que foram recusados.

Observação: esses dois últimos documentos não são de fundamental importância, porém quanto maior a documentação melhor será, pois os pelegos utilizam todos os artifícios para justificar suas atitudes.

- 6 - Marcar uma audiência com o Delegado Regional do Trabalho e organizar uma comissão que levará toda documentação.

Na medida do possível ir juntamente com um advogado. É importante que nesta audiência se peça um prazo para o D R T encaminhar a solução.

- 7 - Se dentro do prazo previsto a D R T não tomar nenhuma providência procurar um advogado e entrar com um mandato de segurança na JUSTIÇA FEDERAL, anexando toda documentação necessária. Alguns locais se recusam a aceitar o mandato de segurança contra o STR porque alegam que o fato é de competência do D R T ou da JUSTIÇA FEDERAL.

## OBSERVAÇÕES GERAIS QUE PODEM AJUDAR

Após uma avaliação dos caminhos percorridos concluimos que:

- O mandato de segurança deverá ser o último recurso, é bem percorrer e esgotar antes todos os recursos políticos, os trâmites administrativos sindicais, que permitem uma maior mobilização dentro do sindicato e criam opinião a respeito.

Esta nos parece ser uma forma educativa que envolve muitos trabalhadores. Mas chegar à vitória é importante, se não há outro modo, sendo contra o pelego, vale a pena recorrer também à DRT e à justiça.

Observamos, também que é muito importante a participação das mulheres interessadas em todo o processo: Não se deve dar passos sem que estes sejam discutidos com elas.

O papel dos assessores é indicar os vários caminhos, dar informações mas somente as mulheres envolvidas escolhem a forma de luta que querem abraçar.

Queremos finalmente deixar bem claro que esses passos poderão mudar na medida em que os estatutos sindicais serão modificados. Em particular, com o fortalecimento da AUTONOMIA SINDICAL, o recurso à D R T, deverá ser sempre menos necessário.

Cada caso deve ser estudado e avaliado, conforme diferente realidades.

RESOLUÇÕES DO 4º CONGRESSO DOS TRABALHADORES RURAIS -  
CONTAG (MAIO 1985) A RESPEITO DA PARTICIPAÇÃO SINDI-  
CAL DA MULHER:

1º ENQUADRAMENTO SINDICAL

*Propomos que a mulher integrada no regime de economia familiar (ou seja, que trabalha no roçado da família ou outras atividades agrícolas junto a sua família) seja reconhecida como TRABALHADORA RURAL, eliminando a discriminação de considerá-la como doméstica ou dependente (entende-se do marido ou do pai).*

2º PAPEL DO SINDICATO NA AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SINDICAL DAS MULHERES. CONSIDERANDO:

- *QUE a participação das mulheres ainda não é suficiente para as necessidades das lutas do Movimento Sindical;*
- *que a mulher vive problemas específicos de discriminação geral como mulher, como também discriminação como trabalhadora participante, direta ou indiretamente, da produção;*

PROPOMOS:

- *que os sindicatos devem encaminhar e coordenar programação específica dirigida às mulheres:*
  - a) *com Encontros de Mulheres Trabalhadoras Rurais;*
  - b) *com treinamento de lideranças femininas para que auxiliem o Sindicato no desenvolvimento da participação sindical das mulheres;*
  - c) *com levantamento e encaminhamento das reivindicações específicas das mulheres.*

*Essa programação ativará o grande potencial de participação das mulheres no fortalecimento do Movimento Sindical e nas transformações sociais do País.*

- *que seja estimulada a sindicalização da mulher e que a mensalidade social da mulher, que vive em regime de economia familiar (faz roçado com sua família), seja, paga de forma vinculada à do marido ao pai (quando eles já pagam a mensalidade sindical, RESPEITANDO A SUA DECISÃO DE ASSOCIAÇÃO SINDICAL e respeitando a soberania de decisão do Sindicato, como previsto pelas resoluções deste 4º Congresso.*

*Essa proposta não impede que qualquer trabalhadora pague a sua mensalidade social de forma autônoma.*

OBSERVAÇÕES DO MMT:

*Fica claro, portanto, que o Congresso dos Trabalhadores Rurais resolveu que todas as mulheres casadas ou ainda sob a responsabilidade do pai, que trabalham na agricultura:*

*A MULHER TEM TODO DIREITO DE SER SÓCIA DO SINDICATO, mesmo quando o homem é associado.*

*O Congresso considera importantíssima a participação da mulher e quer que a mulher assumira liderança e responsabilidade no Movimento Sindical.*

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares

- 1984 - *O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança*. In: *Sociedade e Política no Brasil pós-64* - Sorj e Almeida Org. - São Paulo, Brasiliense (2ª edição).

ANTUNES, Ricardo (Coord.)

- 1980 - "Por um novo sindicalismo" - *Cadernos de Debate* nº 7 - São Paulo: Brasiliense.

- 
- 1983 *O que é Sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense.

BARBOSA, M. Edneusa Lucena

- 1988 - *O Uso Político do Direito: composição e soluções legais a conflitos de terra na Paraíba (1975-1985)*. Tese de Mestrado em Sociologia, UFPb, Campina Grande.

BARBOSA, A. e NOVAES, J.R.

- 1988 - "Eleições sindicais: medição de forças". In: *Tempo e Presença*, nº 231, CEDI-RJ, junho.

BERTOLAZZI, Annalisa e TOSI, Giuseppe

- 1985 - *Poder Local e Sindicalismo na Paraíba*. Texto apresentado no Curso Poder Local e Estado Nacional. Mestrado em Sociologia. UFPb. Campina Grande. (mimeo).

BOURDIEU, Pierre

- 1983 - *Questões de Sociologia* - Marco Zero, Rio de Janeiro.

CAMARGO, A. da Silva

- 1988 - "Movimentos sociais e camponeses no Brasil e a questão da Reforma Agrária." in *Nordeste; O que há de novo*. Mestrado Ciências Sociais UFRN, Natal.

CEAS

- 1985 - "Notas sobre a assessoria popular". in: *Cadernos do CEAS* nº 84 - p.23-32, Salvador.

CEDI

- 1985 - "Canaviêiros em greve - campanhas salariais e sindicalismo" - *Cadernos do CEDI* nº 14, CEDI, São Paulo, dez.

CISL - Centro Studi Firenze

- 1977 - *Quaderni* nº 1 a 11 - *Collana Formazione Sindicale "Elementi"*. Roma: Edizioni Lavoro, 1977.

CUEVAS, Alberto

- 1985 - *Sindacato e Potere Nell'America Latina - Modelli e Tendenze nel Sindicalismo Latinoamericano*. Coll. Studi e ricerche 52. Roma: Edizioni Lavoro.

CUT

- 1988 - *Resoluções - 3º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores* - Boletim Nacional CUT nº 21 - setembro.

DURHAN, Eunice R.

- 1986 - *A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas*. in: *A Aventura Antropológica - Teoria e Pesquisa* - Org. Ruth Cardoso - Paz e Terra - Rio de Janeiro e São Paulo.



FERRANTE, Vera Lúcia Botta

1988- "O novo sindicalismo rural paulista". in: Tempo e Pre  
sença nº 231 - CEDI, Rio de Janeiro/São Paulo, junho.

GIULIANI, Paola Cappellin

1987 - *Silenciosas e Combativas: as contribuições das mulhe*  
*res na estrutura sindical no Nordeste - 1976 - 1986 -*  
Universidade Federal da Paraíba/Fundação C. Chagas -  
fotocópia.

GRZYBOWSKY, Cândido

1987 - *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Cam*  
*po - Petrópolis: Vozes, Fase.*

HOBBSBAWM, Eric

1987 - *Mundo do Trabalho - novos estudos sobre história ope*  
*nária - Rio de Janeiro: Paz e Terra.*

KOURY, Mauro G. Pinheiro

1986 - *Sindicato, Estado e Trabalhadores: as Greves Rurais do*  
*período 1964 a 1968, em Pernambuco. in: Movimentos So*  
*ciais no Campo. (Estudos). Texto de debate nº 09 -UFPb-*  
Mestrado em Ciências Sociais.

LOPES, José Sérgio Leite

1987 - "A formação de uma cultura operária". in: Tempo e Pre  
sença/Construtores de uma nova cultura. Revista do  
CEDI - Rio de Janeiro nº 220.

MARTINS, José de Souza

1981 - *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Vozes, Petrópolis.

MARX-ENGELS

1981 - *Sindicalismo*. CHED Editorial, São Paulo.

MEDEIROS, Leonilde Sêrvolo

1988 - *Histórico da CONTAG*. Rio de Janeiro - fotocópia.

MIELE, Neide

1986 - *A Mulher e a Greve* (estudo sobre a participação da mulher na primeira greve dos canavieiros da Paraíba). Trabalho para o 11º Encontro PIPSA/dezembro.85.

MOISÉS, José Álvaro

1982 - *Qual é a Estratégia do Novo Sindicalismo? Alternativas populares da democracia: Brasil anos 80*. Petrópolis : Vozes, CEDEC.

NOVAES, Regina Reyes

1984 "Mutirões: cooperativas e roças comunitárias." in: *Cooperativas e coletivização no campo: Questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil*. Org. ESTERCI, Neide. Cadernos do ISER nº 16 - Marco Zero, Rio de Janeiro.

1985 - *A Questão Agrária e o Papel da Igreja na Paraíba*. in: *Igreja e Questão Agrária* - Loyola - São Paulo.

NOVAES, Regina Reyes

1987 - *De Corpo e Alma - Catolicismo, Classes Sociais e Conflitos no Campo* - Tese de doutoramento USP - São Paulo.

NOVAES, José Roberto Pereira

1983 - "Margarida Alves: uma líder sindical" in: "Reforma Agrária". Boletim da ABRA, Campinas, Vol. XIII nº 5.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira

1988 - "Movimento Sindical Rural e Estado". in: *Tempo e Presença* nº 231 - junho. CEDI, Rio de Janeiro/São Paulo.

OLIVA, Aloízio Mercadante (a)

1987 - "Neo-peleguismo e o novo sindicalismo: As concepções sindicais na transição conservadora". in: *Luta Operária: Desafio e Perspectivas* - Rev. Tempo e Presença nº 221. São Paulo: CEDI.

(Coord.b) *Imagens da luta 1905-1985*. São Bernardo do Campo: Sindicato Trab. Metal., 1987.

POTENGY, Gisélia Franco

1984 - *Les Plans de Modernization de la Production de la Canne a Sucre et Leurs Repercussions Sociales et Politique dans le Nordeste du Brésil: le cas du Brejo Paraibano*, Tese de doutoramento de 3º ciclo, Paris Nanterre.

PAIVA, Vanilda

1985 - *Igreja e Questão Agrária* - Loyola - São Paulo.

POTENGY, Gisélia Franco

- 1985 - "Participação política e movimentos sociais" IX Encontro Nacional da ANPOCS - GT Estado e Agricultura, UFPn Campus II. Campina Grande (mimeo).

POTENGY, Gisélia F. e MIELE, Neide

- 1987 - "Organização e prática sindical no campo Paraibano : as greves dos canavieiros. Pipsa - Campinas, abril - GT Movimentos Sociais (fotocópia).

PALMEIRA, Moacir

- 1983 - "Nasce uma força política". Jornal do Brasil. Caderno Especial: Rio de Janeiro, 4/12/1983.

- 
- 1985 - *A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato.* In: Igreja e Questão Agrária - Loyola - São Paulo.

PRESENÇA

- 1988 - "Medeiros com a palavra" - Entrevista com Luiz Antonio Medeiros - Rev. Presença nº 11 - Rio de Janeiro - janeiro/88 - Centro de Pesquisa e Difusão Cultural.

RECONSTRUÇÃO

- 1985 - *Comissões de fábrica em São Paulo - Reconstrução de lutas operárias - cad. 6 - São Paulo.*

## RECONSTRUÇÃO

- 1988 - *100 anos de luta operária no Brasil*. Reconstrução de lutas operárias - Cad. 9 - São Paulo - Ed. Reconstrução/Centro Past. Vergueiro.

## RH - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

- 1987 - *Movimento sindical: uma radiografia da estrutura, dos personagens e das contradições da relação capital/trabalho*. (fotocópia). Rio de Janeiro: RHAC.

## ROBIN, Régine

- 1973 - *História e Linguística*. Ed. Cultrix. São Paulo.

## SANTOS FILHO, José dos Reis.

- 1985 - *Movimento Sindical Rural: o resgate de uma tradição*. Trabalho apresentado no 11º Encontro PIPSA de dezembro. (fotocópia).

## SGRECIA, Alex

- 1988 - *O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no Brasil (1955-1985): indicações para o debate*. Ed. Escola Sindical 7 de Outubro - Belo Horizonte/MG (fotocópia).

## SIGAUD, Lúgia

- 1980 - *Greves nos Engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

## SIMÃO, Azis

- 1981 - *Sindicato e Estado*. (Suas relações na formação do proletariado de São Paulo). Ensaio 78 - São Paulo : Ática.

SOUSA, J. Lúcia Jordão

1988 - "O Projeto São Vicente e a Cidadania dos Agricultores!"  
PIPSA: Rio de Janeiro. junho. (fotocópia).

STEIN, Leila

1983 - *Estado e sindicalização dos trabalhadores rurais: A cidadania 'pelo alto'*. jan. (mimeo).

TOSI, Giuseppe

1988 - *Terra e salário para quem trabalha. Um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo Paraibano. UFPb Campina Grande. Dissertação Mestrado Sociologia Rural.*

THOMPSON, E.P.

1987 - *A formação da classe operária Inglesa I<sup>o</sup>. A árvore da liberdade. Paz e Terra, Rio de Janeiro e São Paulo.*